

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Departamento de Sociologia

**Associações de Desenvolvimento Local: Que contributo
para o desenvolvimento local? O estudo de caso da ADPM**

Marta Isabel Afonso Guerreiro

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão

Orientador:

Professor Doutor Rogério Roque Amaro

ISCTE

Junho, 2008

Agradecimentos

Sem desejar explorar a formalidade do agradecimento generalizado algumas palavras de gratidão se impõem, dirigidas àqueles que directa ou indirectamente, possibilitaram, facilitaram e ajudaram a realização deste estudo.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, Professor Doutor Rogério Roque Amaro, pelos conselhos que me dirigiu e pelos ensinamentos que me transmitiu na longa jornada de mestranda.

Agradeço a prestigiosa colaboração da direcção e de toda a equipa da ADPM, que sempre me facilitaram o acesso a toda a informação necessária e que, gentilmente, responderam ao questionário e às entrevistas.

Cabe igualmente uma palavra de respeitoso agradecimento a todas as entidades e pessoas que gentilmente se prontificaram para responder à entrevista.

Dirijo também uma palavra de gratidão à minha irmã, pela sua preciosa ajuda na árdua tarefa de transcrição de todas as entrevistas.

Finalmente, uma palavra de apreço aos meus amigos e família que souberam aceitar a minha indisponibilidade, principalmente aos meus pais que viveram comigo todas as angústias e tiveram força para me apoiar e motivar e, principalmente viveram comigo todas as alegrias e tristezas desta caminhada.

Summary

Key-Words: Local Development; Associations of Local Development; Low Density of Rural Area.

This study is carried out as partial requisite to achieve the master's degree in Development, Local Diversities and Global Challenges – Analysis and Management.

The main objective of this investigation is to analyse and understand the contributions that associations of local development give onto the processes of development in low density of rural areas. Therefore, the study is performed in a conceptual framework around several concepts of development, namely in the concept of local development and consolidated in an empirical experience. Specifically, this study intends to analyse the contributions of ADPM in the process of Mértola's development, through the analysis of coherence between its intervention and the concept of local development.

The theoretical reference of the analysis model was the concept of local development defined by Roque Amaro, who defines that there are ten elements that are constituted as the strategic and advisors principles which must be present in the different initiatives, to make it possible to talk about local development.

The work of investigation was supported by the qualitative and quantitative method, using different techniques of gathering data: documentary investigation, participant observation, inquiries by interview and questionnaire.

The analysis allowed to answer the defined objective and to confirm the hypotheses of which the intervention of ADPM is coherent with the concept of local development, because it uses and respects the principles expressed in the concept and demonstrates results that respond to the needs of the territory and of the population, revealing itself, as a factor of great importance in the promotion of local development.

Sumário

Palavras-Chave: Desenvolvimento Local; Associações de Desenvolvimento Local; Área Rural de Baixa Densidade.

Este estudo é realizado como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão.

O objectivo desta investigação é analisar e compreender os contributos que as associações de desenvolvimento local dão aos processos de desenvolvimento em áreas rurais de baixa densidade. Neste sentido, o estudo é enquadrado por um quadro conceptual em torno dos diferentes conceitos de desenvolvimento, em particular do conceito de desenvolvimento local e consubstanciado numa experiência empírica. Especificamente, o estudo pretende analisar qual o contributo da ADPM no processo de desenvolvimento de Mértola através da análise de coerência entre a sua intervenção e o conceito de desenvolvimento local.

O modelo de análise seguiu como referência teórica o conceito de desenvolvimento local definido por Roque Amaro, o qual considera que existem dez elementos que se constituem como os princípios estratégicos e orientadores e, que devem estar presentes nas diversas iniciativas, para que seja possível falar de desenvolvimento local.

O trabalho de pesquisa foi suportado pelo método qualitativo e quantitativo, recorrendo a diferentes técnicas de recolha de dados: pesquisa documental, observação participante, inquéritos por entrevista e questionário.

A análise realizada permitiu responder ao objectivo definido e confirmar as hipóteses de que a intervenção da ADPM é coerente com o conceito de desenvolvimento local, uma vez que utiliza e respeita os princípios enunciados no conceito e demonstra resultados que respondem às necessidades do território e da população, revelando-se, assim, como um factor de grande importância na promoção de desenvolvimento local.

Glossário de termos e abreviaturas

ACERT – Associação Cultural e Recreativa de Tondela.

ADIM – Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz.

ADL – Associação de Desenvolvimento Local.

ADLEI – Associação para o Desenvolvimento de Leiria.

ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola.

Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – A Animar foi criada em 1993 e tem como áreas de trabalho: a análise do impacto das políticas nacionais e comunitárias e apresentação e defesa de propostas que promovam o desenvolvimento local/rural; produção, edição e difusão de documentos e realização de seminários, colóquios, conferências, feiras e outras iniciativas, sobre questões relativas ao desenvolvimento local/rural; promoção de acções de formação e apoio à concepção de candidaturas a projectos e/ou programas relevantes; representação do movimento de desenvolvimento local e rural junto de diversas entidades e instituições, nomeadamente das suas potencialidades e reivindicações.

ARBD – Áreas Rurais de Baixa Densidade.

CAAS – Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra.

CAM – Campo Arqueológico de Mértola.

CIPAS – Centro de Interpretação da Paisagem da Amendoeira da Serra.

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

CMM – Câmara Municipal de Mértola.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e o Desenvolvimento.

CRC – Centro de Recursos em Conhecimento.

DLD – Desempregados de Longa Duração.

DRAAL – Direcção Regional de Agricultura do Alentejo.

EFA – Educação e Formação de Adultos.

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

EUA – Estados Unidos da América.

Esdime – Com sede em Messejana, a Esdime, cooperativa de solidariedade social, foi criada em 1989 após um inovador Projecto de Formação para o Desenvolvimento implementado em Messejana.

ESAB – Escola Superior Agrária de Beja.

ESEB – Escola Superior de Educação de Beja.

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente.

ICN – Instituto de Conservação da Natureza.

IDH – Indicador de Desenvolvimento Humano.

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.

ILE – Iniciativas Locais de Emprego.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

IN LOCO – A associação IN LOCO foi criada legalmente em 26 de Agosto de 1988 e tem como objectivos: Qualificar e valorizar as pessoas e as Organizações; Qualificar e valorizar o território de intervenção numa perspectiva de sustentabilidade; Promover a cidadania activa e solidária; Incentivar e apoiar o empreendedorismo e a iniciativa local; Produzir conhecimento de apoio à intervenção.

INTERREG – Iniciativa comunitária para a promoção e a cooperação transfronteiriça inter-regional.

IPB – Instituto Politécnico de Beja.

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social.

LEADER – Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural – Iniciativa Comunitária de Apoio ao Desenvolvimento Rural

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG – Organização Não Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAC – Política Agrícola Comum.

PAMAF – Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal.

PDR – Programa de Desenvolvimento Regional.

PIB – Produto Interno Bruto.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNVG – Parque Natural do Vale do Guadiana

POEFDS – Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

POR – Programa Operacional Regional.

PPDR – Apoio ao desenvolvimento económico de núcleos regionais.

QCA – Quadro Comunitário de Apoio.

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional.

RIME – Regime de Incentivo às Micro Empresas.

RSI – Rendimento Social de Inserção.

SAU – Superfície Agrícola Útil.

UE – União Europeia.

WCED – World Commission on Environment and Development.

WWF – World Wide Fund For Nature – A Rede WWF tem como missão conter a degradação do meio ambiente e construir um futuro em que o homem viva em harmonia com a natureza através da: Conservação da diversidade biológica mundial; Garantia da sustentabilidade dos recursos naturais renováveis; Promoção da redução da poluição e do desperdício. Com quase cinco milhões de associados distribuídos em cinco continentes, a Rede WWF é a maior organização do tipo no mundo, actuando activamente em mais de cem países, nos quais desenvolve cerca de 2 mil projectos de conservação do meio ambiente.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1. Enquadramento Teórico-Conceptual da Reflexão.....	4
1.1. Introdução.....	4
1.2. Breve Perspectiva Geral.....	5
1.2.1. A evolução histórica do conceito de desenvolvimento.....	5
1.2.1.1. O paradigma funcionalista.....	7
1.2.1.2. O paradigma territorialista.....	9
1.3. A emergência de novos conceitos de desenvolvimento.....	11
1.3.1. Breve nota sobre os novos conceitos de desenvolvimento.....	12
1.3.1.1. Desenvolvimento Sustentável.....	12
1.3.1.2. Desenvolvimento Participativo.....	14
1.3.1.3. Desenvolvimento Humano.....	15
1.3.1.4. Desenvolvimento Social.....	16
1.3.1.5. Desenvolvimento Integrado.....	18
1.4. Desenvolvimento Local.....	18
1.4.1. Apresentação geral do conceito.....	18
1.4.2. Principais referências teóricas e metodológicas do conceito de desenvolvimento local.....	22
1.4.2.1. Território e Local.....	22
1.4.2.2. Comunidade Local.....	23
1.4.2.3. Participação e Empowerment.....	24
1.4.2.4. Parceria.....	25
1.4.3. O desenvolvimento local em Portugal.....	27
1.4.3.1. Uma abordagem histórica.....	27
1.4.3.2. Os protagonistas do desenvolvimento local em meio rural: As ADL...	30

1.4.3.3. Desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade.....	33
Capítulo 2. Contexto do Estudo.....	39
2.1. Caracterização do concelho de Mértola.....	39
2.1.1. Caracterização geo-demográfica	39
2.1.1.1. Enquadramento geográfico.....	39
2.1.1.2. Caracterização demográfica	40
2.1.2. Caracterização sócio-económica	42
2.1.2.1. Sectores de Actividade	42
2.1.2.2. População Activa – Emprego e Desemprego	43
2.1.2.3. Educação.....	44
2.1.2.4. Segurança Social e Solidariedade.....	45
2.1.3. Dinâmicas associativas e culturais	46
2.1.4. Património e Turismo	47
2.2. O Projecto Mértola	50
Capítulo 3. O Contributo da ADPM para o processo de desenvolvimento local do concelho de Mértola	53
3.1. Passos teórico-metodológicos do estudo	53
3.1.1. Definição do problema de pesquisa.....	53
3.1.2. Metodologia do estudo	56
3.2. A intervenção da ADPM em Mértola – contributo para o processo de desenvolvimento local	59
3.2.1. Criação e Objectivos da ADPM	59
3.2.2. Áreas de intervenção da ADPM	62
3.2.2.1. Extensão Rural e Ambiente	64
3.2.2.2. Educação e Formação	65
3.2.2.3. Intervenção Social	66

3.2.2.4. Desenvolvimento Local e Cooperação Transnacional	67
3.2.2.5. Cooperação para o Desenvolvimento	68
3.2.3. Estruturas da ADPM.....	69
3.2.4. Parcerias da ADPM	71
3.2.5. Recursos Humanos da ADPM.....	72
3.2.6. Análise do conceito de desenvolvimento local no âmbito da intervenção da ADPM.....	75
3.2.6.1. Análise da intervenção em geral.....	75
3.2.6.2. Análise dos projectos/ iniciativas destacados.....	93
Capítulo 4. Conclusões e Recomendações	102
Bibliografia.....	112
Anexos.....	120
Anexo 1. Quadros estatísticos de caracterização do concelho de Mértola.....	120
Anexo 2. Recursos patrimoniais e turísticos existentes em Mértola.....	127
Anexo 3. Portfólio da ADPM.....	132
Anexo 4. Guião do inquérito por questionário aplicado aos trabalhadores da ADPM	155
Anexo 5. Guião do inquérito por entrevista aplicado a pessoas internas da ADPM	157
Anexo 6. Guião do inquérito por questionário aplicado a observadores privilegiados da ADPM.....	159
Anexo 7. Grelha de análise de conteúdo das entrevistas.....	160
Anexo 8. Projectos/ iniciativas destacados.....	177

Índice de Quadros

Quadro 1 – População residente segundo dimensão dos lugares, no concelho de Mértola em 2001	42
Quadro 2 – Unidades paisagísticas e estruturas geomorfológicas do PNVG.....	48
Quadro 3 – Organização e designação das áreas de intervenção da ADPM (2000-2007)	62
Quadro 4 – Actividade formativa da ADPM (2000/2007).....	66
Quadro 5 – Sinais identitários observados em Mértola.....	77
Quadro 6 – Principiais efeitos indirectos observados na comunidade	91
Quadro 7 – Projectos destacados por área de intervenção.....	93

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da população residente por freguesia no concelho de Mértola entre 1940 – 2001	41
Gráfico 2 – Número de projectos dinamizados, por área de intervenção (2000-2007)..	63
Gráfico 3 – Número de estudos/diagnósticos realizados, por área de intervenção (2000-2007).....	64
Gráfico 4 – Projectos dinamizados na área da intervenção social (2000/2007).....	67
Gráfico 5 – Número de trabalhadores distribuídos pelo período de tempo que trabalham na ADPM.....	73
Gráfico 6 – Habilitações literárias dos trabalhadores da ADPM.....	73
Gráfico 7 – Recursos humanos da ADPM por áreas de trabalho – 2008	74

Índice de Figuras

Figura 1 – Mapa do Concelho de Mértola.....	39
---	----

Introdução

O modelo teórico dominante de desenvolvimento considera que os processos de desenvolvimento devem emergir de uma base territorialista, onde as pessoas sejam o motor e o centro do seu próprio progresso, da sua qualidade de vida e bem-estar.

A forma preferencial de mobilização da população é através da criação de grupos organizados e estruturados, segundo direitos e deveres, com a finalidade de responderem a determinados objectivos, dando origem a organizações da sociedade civil e, conseqüentemente, ao surgimento do fenómeno do associativismo. As associações enquanto representantes das vontades, dos interesses e das necessidades das comunidades ao promoverem acções que vão ao encontro da satisfação dessas vontades, interesses e necessidades, numa lógica participativa e sistémica, adquirem um papel activo e fundamental para a execução de processos de desenvolvimento. Neste sentido, é fundamental descobrir-se o tecido associativo como actor social, conhecer o lugar que ele ocupa e quais as acções por ele desempenhadas na promoção do desenvolvimento local.

Suportados por um lado, pelo quadro conceptual em torno do conceito de desenvolvimento local em espaço rural e, por outro lado, pelas diferentes iniciativas preconizadas pela ADPM, enquanto Associação de Desenvolvimento Local, interventora desde há 27 anos em processos de desenvolvimento numa área rural de baixa densidade, como é o concelho de Mértola, pretendemos reflectir sobre o contributo das ADL no processo de desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade.

O concelho de Mértola é um território rural de baixa densidade e com uma posição geográfica de interioridade, o qual é afectado por diferentes problemas como são exemplo: o envelhecimento populacional, o êxodo dos jovens para o estrangeiro ou para as grandes cidades, as elevadas taxas de desemprego, a dispersão geográfica dos aglomerados populacionais, o elevado número de aglomerados populacionais distribuídos por toda a área do concelho e muitos com um número de habitantes inferiores a 100 pessoas. Para responder a estes e outros problemas, foi definido no final da década de 70, do século XX, um plano de desenvolvimento integrado do concelho de Mértola, do qual resultou a criação da Associação de Defesa do Património de Mértola, em 1980. Desde então a ADPM tem vindo a alargar a sua intervenção, surgindo

actualmente como uma ADL de grande dimensão, não só em termos de áreas de intervenção, como também ao nível da estrutura e organização.

O estudo apresentado tem como objectivo verificar qual o contributo da ADPM no processo de desenvolvimento local de Mértola, através da análise de coerência entre a sua intervenção e o conceito de desenvolvimento local definido por Roque Amaro. Na prossecução deste objectivo, a investigação parte de duas hipóteses, a primeira é que a intervenção da ADPM é coerente com o conceito de desenvolvimento e, a segunda, é que a ADPM demonstra resultados que respondem às necessidades do território e da população, revelando-se como um factor de promoção de desenvolvimento local.

A escolha da reflexão justifica-se por diversos motivos. Especificamente, a nível científico pretendemos fazer uma reflexão sustentada teoricamente por um quadro conceptual em torno do fenómeno do associativismo e do desenvolvimento local em territórios rurais de baixa densidade. A nível social é de salientar que pretendemos, por um lado, tornar o trabalho das associações de desenvolvimento local, mais notório e credível para a sociedade. E, por outro lado, permitir a consolidação do contributo e do papel que as ADL desempenham na promoção do desenvolvimento e do bem-estar da população.

Politicamente, as justificações centram-se na possibilidade de contribuição que esta reflexão poderá dar na definição, articulação e adequação das políticas a adoptar a nível local, no que diz respeito à estruturação do apoio às associações.

Por último, em termos pessoais a escolha deste tema deveu-se, ao facto de, a nossa experiência de trabalho se centrar na área do desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade e, pelo facto, da tipologia do trabalho que desenvolvemos *In Loco* exigir uma reflexão sobre como é desempenhado e a forma como é definido, facto que permitirá melhorar o nosso desempenho.

Na sequência do exposto, a reflexão estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo estrutura o enquadramento teórico da temática que orienta o estudo, dando especial enfoque às características específicas do objecto de estudo e aos modelos teóricos que integram os conceitos centrais, tentando perceber, especificamente, o conceito de desenvolvimento local, no que diz respeito à sua evolução histórica, abrangência e integração em Portugal e, obviamente, reflectir sobre a sua relevância

para o processo de desenvolvimento em áreas rurais de baixa densidade. O segundo capítulo caracteriza o concelho de Mértola e o projecto Mértola. O terceiro capítulo apresenta os passos teórico-metodológicos do estudo e analisa empiricamente o objecto de estudo através dos dados obtidos pela aplicação das diferentes técnicas de recolha de dados. O quarto capítulo estrutura as conclusões e recomendações finais da investigação, delineado pistas para novos estudos.

Capítulo 1. Enquadramento Teórico-Conceptual da Reflexão

1.1. Introdução

O desenvolvimento é um processo dinâmico definido como sinónimo de “bem-estar e progresso”, sendo por isso muito bem aceite e desejado pelas diferentes sociedades do mundo, assumindo, desde então, um elevado grau de importância.

O campo teórico de suporte do conceito de desenvolvimento tem sofrido grandes alterações, fruto das diversas mudanças que as sociedades têm vivido. Há mais de 60 anos que o conceito de desenvolvimento tem sido objecto de estudo de vários autores e tem gerado uma grande discussão na sua definição conceptual.

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa são dois marcos históricos do surgimento do conceito de desenvolvimento. No entanto, a conceptualização científica do conceito apenas surge depois da II guerra mundial, apoiada pelo paradigma funcionalista.

O paradigma funcionalista baseou-se nas teorias económicas neo-clássicas e revelou-se ineficaz porque, para além de não atingir os níveis de desenvolvimento perspectivados, ainda agravou as assimetrias e os fossos entre as sociedades e os países.

Nos anos 50 e 60 iniciaram-se as primeiras críticas a este paradigma de desenvolvimento e, na década de 70, surge o paradigma territorialista, que defende uma estratégia “*bottom-up*” (Stöhr e Taylor, 1981), onde as pessoas sejam os motores dos seus processos de desenvolvimento.

Contemporaneamente ao paradigma territorialista, surgem vários novos conceitos de desenvolvimento que podem ser agregados em três fileiras: a fileira do ambiente (ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável), a fileira das pessoas e das comunidades (desenvolvimento comunitário, desenvolvimento participativo, desenvolvimento local) e a fileira dos direitos humanos (desenvolvimento humano, desenvolvimento social). Transversal a todas as outras fileiras surge o conceito de desenvolvimento integrado. (Amaro, 2004).

Em Portugal, as primeiras iniciativas de desenvolvimento, a partir das comunidades locais, surgem na década de 60, pela mão do conceito de desenvolvimento comunitário, introduzido por Manuela Silva.

Depois da revolução de Abril de 1974, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (1986) e com factores associados à modernização da sociedade portuguesa, como é exemplo a criação de universidades por todo o país, as iniciativas de desenvolvimento de base local sofrem um “boom” e surgem várias organizações da sociedade civil a protagonizar diferentes iniciativas, quer em meio rural quer em meio urbano, as quais ganharam dimensão com a gestão e aplicação de fundos comunitários, tendo sido um dos grandes impulsionadores a iniciativa comunitária Leader.

Nos últimos anos a ruralidade sofreu algumas contrariedades, que alteraram a sua estrutura e todo o seu processo de desenvolvimento. Perante esta constatação é fundamental, no século XXI, preconizá-la através de processos de desenvolvimento “bottom-up” adequados à especificidade dos locais, em que não existe um único processo de desenvolvimento, mas tantos quantos os locais existentes. E deve ser construída com a participação das populações locais e dos seus actores, os quais poderão definir melhor que ninguém quais os seus principais problemas, que estratégias adoptar e operacionalizá-las, conjugando a mobilização dos seus recursos endógenos e o estabelecimento de parcerias públicas-privadas entre os diferentes actores locais.

1.2. Breve Perspectiva Geral

1.2.1. A evolução histórica do conceito de desenvolvimento

A ideia de desenvolvimento ou progresso, surge pela primeira vez na Europa no século XVIII associado, por um lado, à ciência económica que acompanhou a revolução industrial e, por outro lado, à revolução francesa. A obra “A Riqueza das Nações” de Adam Smith, publicada em 1776, é um paradigma teórico no desenvolvimento científico da economia no século XVIII e é considerada como um dos pontos nucleares para a definição do conceito de desenvolvimento.

No entanto, o conceito de desenvolvimento apenas se afirma como conceito científico após a II guerra mundial. De acordo com vários autores (Arndt, 1987; Hunt, 1989; Brasseul, 1993; Bustelo, 1999; entre muitos outros) este paradigma tem por base vários factores: Em primeiro lugar, o principal factor referenciado por quase todos os autores é o processo de independência da maioria das colónias europeias, efeito das ideias democráticas, dos interesses estratégicos dos EUA e da influência ideológica da União

Soviética. Estes países aspiravam “*caminhar para a prosperidade e a riqueza total, como os seus antigos colonizadores, a par da sua independência política. (...) Uma boa parte da produção teórica inicial sobre «desenvolvimento» visava a evolução desses países, pelo que o conceito apareceu sempre ligado à resolução dos chamados «problemas e vícios do subdesenvolvimento».*” (Amaro, 2004:40). Um segundo factor, é o desafio da reconstrução europeia, com o apoio do Plano Marshall. O terceiro factor é a rivalidade “este-oeste” (guerra fria), que implicou a existência de uma base produtiva que sustentasse a corrida ao armamento, a inovação tecnológica e a apresentação de resultados de progresso, do ponto de vista ideológico. Um outro factor, é o intervencionismo de base Keynesiana, ou seja, o novo paradigma da Ciência económica (Paradigma Keynesiano), ao contrário da corrente dominante desde o século XIX (escola neo-clássica), implica o princípio da regulação através da intervenção do Estado na economia, viabilizando o papel deste na realização do progresso e no aumento do bem-estar das sociedades. O último factor, são as novas afirmações idealistas, a favor do progresso e da paz entre os povos, que se traduziram em: várias referências e compromissos da ONU; a declaração e afirmação do Presidente Roosevelt (1941) “As Quatro Liberdades”; a Carta Atlântica assinada por Churchill e Roosevelt (1941) e a declaração do Presidente Truman (1949) “Ponto Quatro”, que foi o primeiro programa dos EUA de ajuda ao desenvolvimento. (Amaro, 2004).

Neste período o conceito é sustentado pelo paradigma da modernidade, que é influenciado pelas teorias evolucionistas, de onde se destaca o filósofo Augusto Comte e o biólogo Charles Darwin e as teorias funcionalistas que têm como referência Talcott Parsons. Alguns dos principais cientistas sociais (economistas) a falarem de desenvolvimento/ crescimento económico foram: Roy Harrod, Evsey Domar, Arthur Lewis, W. W. Rostow, Gunnar Myrdal, Raul Prebisch, François Perroux, etc. (Amaro, 2004). O paradigma da Modernidade tem como principais características o economicismo, o produtivismo, o consumismo, o quantitativismo, o industrialismo, o racionalismo, o tecnologismo, o etnocentrismo, o uniformismo, o urbanismo e o individualismo (Amaro, 1992).

Já desde os anos 50 e 60, o conceito de desenvolvimento foi sofrendo alterações, como resultado das críticas iniciais feitas por François Perroux, Ragnar Nurske e Gunnar Myrdal e das mudanças observadas no início dos anos 70, como é de destacar: a

frustração da implementação da “primeira década do desenvolvimento”, a nova consciência ambiental – conceito de Ecodesenvolvimento, a crise económica e os primeiros sinais da crise do socialismo. Consequentemente, o paradigma que sustenta o conceito de desenvolvimento é revogado e substituído pelo paradigma territorialista, surgindo mais tarde novos conceitos.

1.2.1.1. O paradigma funcionalista

O paradigma funcionalista tem como fundamento teórico o pensamento económico neoclássico, sustentado nas teorias evolucionistas e nas teorias funcionalistas.

O paradigma funcionalista assenta na perspectiva de que o desenvolvimento e crescimento são sinónimos e esta asserção surge coerentemente formulada no “Expert Report” da ONU de 1951, designado “Measures for Economic Development of Underdeveloped Countries”. Este documento apresentava as “chaves” para o sucesso: abertura das economias nacionais ao comércio e à estimulação da economia internacional, modernização através do processo de industrialização urbana e concentração social do capital nas mãos de um pequeno grupo de empresários.

A teoria neoclássica pressupõe que a população não tem capacidade para resolver o problema da satisfação das suas próprias necessidades, ou seja, que não saberá alcançar um grau crescente de “bem-estar” através do seu próprio trabalho e do uso dos seus próprios recursos.

O paradigma funcionalista dá ênfase ao desenvolvimento urbano-industrial, à utilização de tecnologias avançadas, ao máximo aproveitamento das economias externas e de escala, aos grandes projectos de investimento, ao aumento das escalas das organizações públicas e privadas de maneira a permitir a transmissão do desenvolvimento, para mecanismos redistributivos de grande escala e para a redução das barreiras económicas, sociais, culturais, políticas e institucionais que possam bloquear a transmissão dos efeitos entre as diferentes unidades.

A concepção de desenvolvimento em que assenta o paradigma funcionalista define-se nos seguintes traços fundamentais:

- a) o desenvolvimento é visto como um sistema produtivo de acumulação de capital e de progresso tecnológico, em que os objectivos e os processos são estritamente económicos;
- b) as relações sociais surgem identificadas com a organização produtiva;
- c) aceitação de um quadro social sem conflitos;
- d) comportamento humano individual, concorrencial e exclusivamente orientado por motivação exógena; a satisfação de necessidades humanas é conseguida através de comportamentos individuais de consumo;
- e) os problemas humanos podem ser resolvidos através da acumulação material;
- f) o problema do desenvolvimento é mensurável pelo PNB;
- g) os países em desenvolvimento são exemplos contrários à experiência ocidental e podem ser estudados como afastamentos em relação à “norma”;
- h) o subdesenvolvimento é encarado como ineficiência do processo produtivo; implícito surge a dicotomia entre regiões “ricas” e “pobres”; (Henriques, 1990).

Como consequência deste quadro conceptual, os objectivos e as estratégias de desenvolvimento orientam-se, estrategicamente, para a maximização do crescimento económico. *“É generalizada a convicção de acordo com a qual diferentes políticas poderão ser implementadas «de cima para baixo», com maior ou menor participação, independentemente de se tratar de decisões de investimento e crescimento de emprego ou alterações estruturais profundas. É, ainda generalizada a convicção de que o rápido crescimento económico só será possível através de um planeamento central e de um controlo da economia como um processo de «cima para baixo», com ênfase na industrialização e na urbanização. Do mesmo modo se crê na «boa vontade» dos países desenvolvidos e da comunidade internacional (WIGNARAYA, P., 1977, P.38.)”* (Henriques, 1990).

A bibliografia sobre a desestruturação das estratégias de desenvolvimento, alicerçadas no paradigma funcionalista, é extensa (Stöhr, 1981, 1982; Amaro, 1993; Henriques, 1987, Nóvoa, 1992, entre outros) e centra-se nos resultados obtidos, ou seja, de uma forma generalista, verificou-se *“uma gravidade crescente dos «problemas sociais» dos países ditos mais desenvolvidos, os custos sociais e ambientais do crescimento*

económico, e a acentuação do desfasamento entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento (...).” (Henriques, 1990:44).

Em Portugal, a perspectiva que tem vindo a dominar tem sido a Funcionalista, sobretudo durante a vigência do Estado Novo (Amaro, 1991), facilmente visível pelas desastrosas consequências originadas pela aplicação de políticas fundamentadas por este paradigma. Das várias consequências é de destacar a litoralização das actividades económicas, nomeadamente a sua concentração nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, a concentração das grandes infra-estruturas na faixa litoral, o investimento praticamente nulo e os graves problemas de natureza demográfica que afectam, de uma forma extraordinariamente preocupante, as regiões do interior, das quais o Alentejo.

A constante adopção de políticas de desenvolvimento baseadas em interesses nacionais e em que os interesses regionais foram subalternizados (Amaro, 1990b), de uma forma arbitrária e pouco criteriosa, deu origem a um país com duas realidades substancialmente distantes e com problemas estruturais, que colocam em causa o seu processo de desenvolvimento.

1.2.1.2. O paradigma territorialista

O paradigma territorialista encontra as suas raízes na análise das insuficiências da política regional tradicional, no *“reconhecimento de que a integração funcional em mecanismos de grande escala tem acarretado fenómenos de «desintegração regional» e nos esforços de construção de uma proposta de desenvolvimento regional «alternativa» que viesse ao encontro de uma reconstrução do próprio conteúdo da problemática do desenvolvimento (STÖHR, W., 1981-b). Parte, por outro lado, do reconhecimento de que à escala internacional se reforçam desequilíbrios estruturais, situação que em larga medida se fica a dever ao papel desempenhado pelas empresas multinacionais na economia mundial.*” (Henriques, 1990:51).

Os teóricos do desenvolvimento “de baixo para cima” defendem uma outra forma de desenvolvimento de características opostas ao desenvolvimento “de cima para baixo” (Pecqueur e Silva, 1989; Henriques, 1987; Stöhr e Taylor, 1981; Friedmann, 1992, entre outros).

O paradigma territorialista pressupõe “*que o desenvolvimento se alcança através da mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações.*” (Henriques, 1990:51) e, que o desenvolvimento deve ser “*desencadeado ao nível das mais pequenas unidades territoriais*” (Henriques, 1990:53).

Este modelo de desenvolvimento assenta num conjunto de valores fundamentais, que de acordo com J. M. Henriques (1990) passamos a designar:

“a) a satisfação das necessidades básicas de todos os membros da sociedade, entendida como melhoramento das condições de vida da população de qualquer sociedade territorial em termos quantitativos e qualitativos, constitui o seu critério de referência fundamental;

b) o desenvolvimento deverá ser determinado pela população enraizada em determinado território com base na mobilização integral de todos os seus recursos naturais, humanos e institucionais para a satisfação prioritária das suas necessidades básicas;

c) o desenvolvimento deverá ser igualitário e comunalista por natureza;

d) o desenvolvimento deverá assentar num grau elevado de autodeterminação territorial («self-reliance»);

e) deverá tratar-se do desenvolvimento de pessoas e não de lugares;

f) deverá ser defendido um crescimento económico selectivo, orientado para a redistribuição, e deverá ser atribuída prioridade ao envolvimento de toda a população numa actividade produtiva (criação de emprego);

g) o desenvolvimento pressuporá estruturas de tomada de decisão articuladas territorialmente e a várias escalas.” (Henriques, 1990:53)

A importância do paradigma territorialista está na sua concepção e na natureza que propõe, uma concepção dificilmente compatível com a que herdámos na teoria funcional clássica, em que: em vez da exclusividade da componente económica surge também a componente cultural, social e ambiental e, em vez da intervenção pública institucionalizada, da centralização das políticas, dos recursos e das actividades surge a descentralização e a participação dos diferentes actores locais no processo de desenvolvimento.

Este modelo faz apelo ao *empowerment*¹, ou seja, à mobilização de todos os recursos e potencialidades existentes nas comunidades territoriais, com vista à satisfação das necessidades fundamentais das populações. Nesta medida, torna-se premente aumentar o poder das populações no sentido de serem estas a delinear o seu próprio caminho “*bottom up*”, porque são elas que melhor conhecem os seus problemas, as oportunidades e as necessidades não satisfeitas (Stöhr e Taylor, 1981). No entanto, para isso acontecer, é preciso que se estabeleçam mecanismos de participação no processo de desenvolvimento e que exista um investimento em capital humano, nomeadamente, através da educação e da formação profissional (Almeida, 1994).

1.3. A emergência de novos conceitos de desenvolvimento

Simultaneamente, com as alterações provocadas pelo paradigma territorialista, a partir dos anos 70, verificou-se uma alteração nas abordagens e práticas do desenvolvimento, originando uma grande procura de novos conceitos e estratégias que renovassem o conceito de desenvolvimento, de onde emanou seis novos conceitos: Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Integrado.

Tendo em conta os respectivos conteúdos e contextos (científicos e institucionais) de afirmação, (Amaro, 2004) é possível organizar os cinco primeiros conceitos em três grandes «fileiras», ficando o último à parte, como conceito transversal: a) A «fileira» ambiental, onde é integrado o conceito de desenvolvimento sustentável; b) A «fileira» das pessoas e das comunidades, onde são integrados os conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento participativo; c) A «fileira» dos direitos humanos e da dignidade humana, onde são integrados os conceitos de desenvolvimento humano e desenvolvimento social.

¹ O Empowerment é um conceito desenvolvido por John Friedmann, no seu livro “Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo”, o qual significa a mobilização de todos os recursos e potencialidades existentes numa comunidade, com vista à satisfação das necessidades fundamentais das pessoas. Ou por outras palavras, o empowerment é um processo de apropriação individual e colectiva do poder social; é o aumento da capacidade de intervenção.

Estes novos conceitos trouxeram “um valor acrescentado” importante, em relação às concepções tradicionais de desenvolvimento, resumido por Roque Amaro, em sete pontos:

“- o seu carácter multidimensional, recusando qualquer leitura disciplinar (como a economicista anterior) e convocando uma visão interdisciplinar;

- a mudança do enfoque da satisfação das necessidades para a realização das capacidades das pessoas;

- a sua íntima relação como o conceito e os processos de cidadania, exigindo metodologias participativas e uma lógica de «empowerment», o que associa à renovação dos sistemas democráticos;

- uma nova relação com a Natureza baseada, na interdependência sistémica;

- a redefinição das suas bases territoriais, deixando de assentar apenas no Estado-Nação, para assumir uma multiterritorialidade que, para além daquele, inclui os níveis supranacional e transnacional (definidores do global) e infranacional (ao nível local), podendo ser simultaneamente global e local (glocal);

- a sua associação a múltiplos protagonistas (todos os cidadãos e todos os seus modelos organizativos, formais e informais, públicos ou privados), e não apenas o Estado, as empresas e (para a distribuição da riqueza) os sindicatos, como no modelo anterior;

- a extraordinária diversidade dos caminhos propostos por estes novos conceitos, exigindo uma permanente criatividade e permitindo recuperar um dos princípios fundamentais da Vida, tão maltratado pelo uniformismo e massificação das práticas anteriores.” (Amaro, 2004:60).

1.3.1. Breve nota sobre os novos conceitos de desenvolvimento

1.3.1.1. Desenvolvimento Sustentável

A inoperância das teorias e dos modelos de desenvolvimento gerados da economia neoclássica, a problemática da alteração global e da deterioração irreversível do planeta, criaram a necessidade da definição de enfoques alternativos, que se aglutinaram numa

face inicial no conceito de ecodesenvolvimento e, numa fase posterior (1987), no conceito de desenvolvimento sustentável.

A consciência ambiental foi institucionalmente referenciada, a partir de 1972, com o Estudo do Clube de Roma e na Conferência de Estocolmo.

O estudo do Clube de Roma², intitulado “Limits of Growth”, marcou “*uma época e provocou uma reacção em cadeia de estudos para refutar ou confirmar a mensagem central de que um sistema de recursos finitos, como a Terra, não podia sustentar infinitamente um crescimento populacional e produtivo cumulativos*”. (Meadows et al, 1972, citado em Friedmann, 1996:128).

Da conferência de Estocolmo (1972) emana três resultados: 1) a definição do conceito de ecodesenvolvimento³ – a conciliação do desenvolvimento com as preocupações ambientais; 2) A ONU assume que o tema ambiental passa a fazer parte das suas preocupações principais e, em 1983, cria a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que foi presidida por Gro Harlem Brundtland. Esta comissão foi incumbida de reexaminar as questões críticas do meio ambiente e de desenvolvimento, de elaborar uma nova compreensão do problema e de propor novas normas de cooperação que pudessem orientar políticas e acções internacionais de modo a promover as mudanças necessárias (World Commission on Environment and Development, 1987); 3) Criação de um grupo de trabalho (primeira aplicação da CMMAD) para estudar as condições ambientais do planeta e definir estratégias para melhorar o ambiente.

O relatório “*Our Common Future*”, lançado em 1987 (também conhecido como “Relatório Brundtland”), veio alertar para a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso em todo o planeta e, a longo prazo, ser alcançado em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento. Nele, apontou-se a pobreza como uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo. O relatório criticou o modelo adoptado pelos países desenvolvidos, por ser insustentável e impossível de ser copiado pelos países em desenvolvimento, sob pena de se esgotarem rapidamente os recursos naturais. Desta

² O Clube de Roma foi constituído em 1968, composto por cientistas, industriais e políticos, que tinha como objectivo discutir e analisar os limites do crescimento económico tomando em consideração o uso crescente dos recursos naturais.

³ Mais tarde aprofundado, entre outros, por Sachs (1980)

forma, o conceito de desenvolvimento sustentável é definido como o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. (World Commission on Environment and Development, 1991).

A "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" (mais conhecida por "Rio-92" ou "Eco-92") procurou o consenso internacional para a operacionalização do conceito do desenvolvimento sustentável. A partir desta conferência, o termo desenvolvimento sustentável ganhou grande popularidade e, desde então, é alvo de muitos estudos e tentativas de estabelecimento de políticas de gestão que buscam contemplar os seus princípios centrais.

Em 2002, na África do Sul (Joanesburgo) realizou-se a mais recente Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável. Os temas tratados e objectivos fixados, nesta reunião internacional, reflectem as maiores preocupações internacionais sobre o Desenvolvimento Sustentável e revelam o que se pretende realizar para a operacionalização deste conceito.

1.3.1.2. Desenvolvimento Participativo

O conceito de desenvolvimento participativo traduz-se *“na adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres”*. (Amaro, 2004:57).

Este conceito, por um lado, introduz o conceito de participação nas metodologias de trabalho, sendo rapidamente adoptado por ONG, Banco Mundial e ONU, por exemplo na definição do “Ciclo do Projecto”. Por outro lado, tem a si associado o conceito de *“empowerment”* (Friedmann, 1996), o qual *“coloca a ênfase na autonomia das tomadas de decisão de comunidades territorialmente organizadas, na autodependência local (mas não na autarcia), na democracia directa (participativa) e na aprendizagem social pela experiência.”* (Friedmann, 1996:XI).

O *empowerment* traduz-se como o reforço de capacidades, competências ou poder, sendo, simultaneamente uma pré-condição para a participação e para o exercício da cidadania.

1.3.1.3. Desenvolvimento Humano

O conceito de desenvolvimento humano foi, pela primeira vez, formulado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, em 1990, sob a liderança Mahbub ul Haq (economista e ex-ministro das finanças do Paquistão) onde se preconiza um novo modelo de desenvolvimento. *“Para enfrentar o crescente desafio da segurança humana é necessário um novo modelo de desenvolvimento que coloque o povo no centro, que olhe o crescimento económico como um meio e não como um fim, que proteja as oportunidades de vida das futuras gerações, assim como das actuais e respeite os sistemas naturais dos quais a vida depende”*. (PNUD, 1994:4 citado em Antunes, 2004:77). Este relatório advoga uma mudança em torno do debate sobre o desenvolvimento afastando-o de uma preocupação exclusiva em torno do crescimento económico, para uma preocupação equilibrada, em que entram em conta a equidade, a sustentabilidade, a produtividade e o *empowerment*.

Desde então, vários relatórios têm sido feitos com o objectivo de avaliar o nível de desenvolvimento humano. Este conceito é aferido pelo IDH que se define como *“a composite index measuring average achievement in three basic dimensions of human development— a long and healthy life, knowledge and a decent standard of living.”* (PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, 2005:357).

Os dados dos Relatórios do Desenvolvimento Humano revelam que Portugal, desde 1975 quando o valor do índice era de 0,793, a tendência tinha sido sempre de subida nos intervalos quinquenais até ao ano 2000 (0,807 em 1980, 0,829 em 1985, 0,855 em 1990 e 0,904 no ano 2000). Entre 2000 e 2005, surge uma descida no índice de desenvolvimento para 0,897. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2007-2008, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), revela que Portugal ficou na 29ª posição, tendo descido uma posição face ao ano precedente.

De acordo com o estudo *“Tendências da Evolução do Desenvolvimento Humano em Portugal”* (Matias, 2002) numa análise a nível concelhio observa-se uma dicotomia

entre o litoral mais desenvolvido e o interior mais deficitário nesse mesmo desenvolvimento, sendo a fachada litoral (até Setúbal) e algarvia as áreas do País que registam valores de IDH mais elevados. Na Área Metropolitana de Lisboa encontravam-se, em 1999, sete dos dez concelhos com IDH mais elevado os sete concelhos com o valor de IDH mais elevado. Esta situação vem sendo recorrente ao longo dos anos.

Por seu lado, os concelhos interiores e rurais são os que apresentam os valores mais baixos neste índice de desenvolvimento. Mértola e Alcoutim têm registado os valores do IDH mais baixos desde 1970. Os valores mais favoráveis registados neste índice, em áreas de interior, estão geralmente associados às sedes de distrito ou a cidades de interior com alguma importância no âmbito regional.

1.3.1.4. Desenvolvimento Social

Em 1995, teve lugar em Copenhaga, promovida pelas Nações Unidas, a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social, que teve como objectivo reconhecer a importância do desenvolvimento social e do bem-estar da humanidade e, dar a máxima prioridade a esses objectivos no futuro. Aí foi definido o compromisso geral “*de promover o desenvolvimento social em todo o mundo, a fim de que todos os homens e mulheres, particularmente os que vivem em pobreza, possam exercer os seus direitos, utilizar os recursos, partilhar as responsabilidades que lhes possibilitem viver satisfatoriamente e contribuir para o bem-estar das suas famílias, das suas comunidades e da humanidade. Apoiar esse esforço e promovê-lo devem ser objectivos prioritários da comunidade internacional, particularmente em relação àqueles que são afectados pela pobreza, o desemprego e a exclusão social.*” (Declaração e Programa de Acção da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social, 1995:2).

O Desenvolvimento Social é definido como “*o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais*”. (Amaro, 2004:59).

O seu objectivo primordial é melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, pelo que exige a criação de instituições democráticas, o respeito de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, o aumento de oportunidades económicas equitativas, o

primado da lei, a promoção do respeito pela diversidade cultural, o direito das pessoas pertencerem a minorias e a participação activa da sociedade civil.

No âmbito da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995), foram definidos 10 compromissos internacionais concretos para a promoção do desenvolvimento social:

- 1) Criar um meio económico, político, social, cultural e legal que permita alcançar o desenvolvimento social;
- 2) Erradicar a pobreza do mundo através de uma acção nacional e de cooperação internacional;
- 3) Promover o objectivo do pleno emprego como prioridade básica das políticas económicas e sociais e preparar todos os homens e mulheres para alcançar meios de vida seguros e sustentáveis, através do trabalho e do emprego produtivo livremente escolhidos;
- 4) Promover a integração social, fomentando sociedades estáveis, seguras, justas e assentes na promoção e protecção de todos os direitos humanos, assim como na não-discriminação, na tolerância, no respeito pela diversidade, na igualdade de oportunidades, na solidariedade, na segurança e na participação de todas as pessoas, incluído os grupos e as pessoas desfavorecidos e vulneráveis;
- 5) Promover o pleno respeito pela dignidade humana, a tentar alcançar a igualdade e a equidade entre os homens e mulheres e a reconhecer e aumentar a participação e a função directiva da mulher na vida política, civil, económica, social e cultural e no desenvolvimento;
- 6) Alcançar os objectivos do acesso universal e equitativo à educação, à saúde física e mental e do acesso de todas as pessoas aos cuidados primários de saúde, procurando especialmente corrigir as desigualdades relacionadas com a situação social, sem distinção de raça, nacionalidade, género, idade ou incapacidade; a respeitar e promover as culturas; a procurar fortalecer o papel da cultura no desenvolvimento; a preservar as bases essenciais para um desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas e a contribuir para o pleno desenvolvimento dos recursos humanos e sociais;
- 7) Acelerar o desenvolvimento económico, social e humano dos países menos avançados;
- 8) Assegurar que os programas de ajustamento estrutural acordados incluam os objectivos de desenvolvimento social;
- 9) Aumentar e utilizar com maior eficácia os recursos afectos ao desenvolvimento social;
- 10) Melhorar e fortalecer o quadro da cooperação internacional, regional e sub-regional para o desenvolvimento social através das Nações Unidas e de outras instituições multilaterais.

1.3.1.5. Desenvolvimento Integrado

O conceito de Desenvolvimento Integrado tem um carácter transversal a todos os outros conceitos referenciados, ou seja, surge interligado e apresenta a função de sintetizar e agrupar todos os conceitos.

O quadro teórico que influencia este conceito é marcado pela ciência Pós-Moderna, nomeadamente, o paradigma da complexidade, a teoria geral dos sistemas, a teoria do caos.

Este conceito pressupõe uma abordagem interdisciplinar e uma metodologia copulativa (do «e»), podendo ser definido como “*o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a acção; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc.*” (Amaro, 2004: 59).

O desenvolvimento integrado é um processo de mudança que procura ser fiel, na sua concepção e operacionalização, à complexidade da realidade a que se refere, à causalidade sistémica dos factores que analisa e das soluções que propõe, à dinâmica da instabilidade e da mudança permanente que implica e sobretudo à preocupação de articular e conjugar as partes dessas mudanças que até aqui estavam separadas.

1.4. Desenvolvimento Local

1.4.1. Apresentação geral do conceito

Apesar de nos anos 50 e 60 já existirem algumas iniciativas pontuais de desenvolvimento comunitário, em termos históricos, podemos considerar que o conceito de desenvolvimento local surge na Europa após a II Guerra Mundial, mas só a partir dos anos 80, com o paradigma territorialista e com as respostas da sociedade civil, começou a ganhar importância, “*em toda a Europa se exploraram, neste período, formas inovadoras de investir na valorização, multidimensional, na emancipação criadora das*

peçoas, procurando-se incrementar a responsabilidade de indivíduos e colectividades sobre o futuro dos territórios em que se integram". (Guia das OIDL, 2003:29). O nascimento do desenvolvimento local na Europa tem como base de referência a França após as leis de descentralização de 1981. De facto, *"em 1982 os Estados Gerais «des pays» proclamam o «acto de nascimento do desenvolvimento local em meio rural» (Coulmin, 1986:15), ao mesmo tempo que se institucionalizava o «desenvolvimento social» em meio urbano (Mengin e Masson, 1989).*" (Guia das OIDL, 2003:29). As experiências muito positivas da aplicação do conceito de desenvolvimento local na França e o papel influente deste país na actual União Europeia tiveram clara influência na forma como o conceito de desenvolvimento local foi operacionalizado em Portugal.

O conceito de desenvolvimento local é alicerçado nos pressupostos do paradigma territorialista e nas inúmeras e variadas experiências preconizadas no terreno em todo o mundo, inclusivamente em Portugal. Como resultado dessa construção, a definição conceptual do conceito de desenvolvimento local torna-se muito difícil, impossibilitando uma compreensão unívoca em torno do seu sentido. Efectivamente, existem inúmeros autores a definir o conceito de desenvolvimento local (Sthör, Pecqueur, Vachon, Greffe, Amaro, entre outros). Em termos conceptuais, o desenvolvimento local pode ser definido como *"une stratégie qui vise, par des mécanismes de partenariat : à créer un environnement propice aux initiatives locales afin d'augmenter la capacité des collectivités en difficulté ; à s'adapter aux nouvelles règles du jeu de la croissance macro-économique ; ou à trouver d'autres formes de développement qui, par des modes d'organisation et de production inédits, intégreront des préoccupations d'ordre social, culturel et environnemental parmi des considérations purement économiques"* (Vachon, 1993:104). Greffe define o desenvolvimento local como *"um processo de diversificação e de enriquecimento das actividades económicas e sociais sobre um território a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e das suas energias. Será o produto dos esforços da sua população e pressuporá a existência de um projecto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais. Finalmente, fará de um espaço de contiguidade física um espaço de solidariedade activa"* (Greffe, 1985, citado em Henriques, 1990:29).

Roque Amaro define o conceito como *“um processo centrado numa ideia de desenvolvimento que é, em última instância, o aumento global do bem-estar das pessoas e através da sua participação e exercício duma cidadania activa, a qual só se pode fazer de baixo para cima, ou seja, só se pode fazer a partir de onde, para cada comunidade, as coisas acontecem”* (Amaro, 2000:156). O processo de desenvolvimento preconiza que cada espaço social de forma autónoma e participada deve assegurar uma relação aberta com a região onde se insere em que o respeito pelas especificidades, necessidades e capacidades próprias são condição essencial. Segundo Frantz *“desenvolver-se não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela acção dos homens. No processo de desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas.”* (Frantz, 2003:10). Por sua vez, e com a voz do movimento do desenvolvimento local em Portugal, a Declaração de Amarante, define o desenvolvimento local como *“um processo plural que integra as componentes económica, social, cultural, ambiental e política. Mas essa pluralidade só poderá materializar-se através de uma actuação ao nível de cada território, onde vivem os actores e destinatários do desenvolvimento, estimulando as suas capacidades criadoras e empreendedoras”* (Esdime, 2000:234). O investimento na reanimação das capacidades locais é um elemento fundamental do desenvolvimento local. Este investimento passa por estratégias diversas, que implicam um reforço e consolidação de parcerias entre agentes oriundos do exterior e agentes dinâmicos do interior de uma dada zona.

O desenvolvimento local é feito através de laços de cooperação entre os vários actores locais que existem num determinado território, em que a participação de todos é fundamental para a preconização de processos de desenvolvimento sustentados, que possibilitem melhorias de vida significativas das comunidades. Cada espaço social deve procurar assegurar uma relação aberta com a região mais vasta em que se insere e em que o respeito pelas especificidades, necessidades e capacidades próprias constituam os pilares essenciais em que assenta o novo processo de desenvolvimento. Assim, este conceito de desenvolvimento local não tem por base um modelo rígido mas tantos quantos a diversidade de espaços e percursos sócio-culturais e inscreve-se numa lógica circular, sistémica e integradora, que se caracteriza pela interpenetração das três

dimensões do ser humano (individual, colectiva e ambiental) e por uma ruptura que exige verdadeiros actores sociais e não, apenas, simples figurantes (Amaro, 1990).

Considerado como um projecto (Perroux, 1961), pluridimensional (Bartoli, 1999) que incide numa determinada comunidade, o desenvolvimento local é sabidamente marcado pela cultura do contexto em que se situa. Por outras palavras podemos dizer que cada realidade local apresenta características próprias e muito específicas e, como tal o seu processo de desenvolvimento segue um caminho específico, ou seja, existem tantos desenvolvimentos locais como existem locais. O desenvolvimento local é, assim, um processo de mudança que incide numa determinada comunidade, e que pressupõe a definição de novos caminhos para um modelo diferente de construção do desenvolvimento de um determinado local.

De acordo com Vachon (1993 : 74) *“la stratégie que préconise le développement local s’appuie sur trois principes fondamentaux:*

- *le développement ne découle pas uniquement de la fonction ni de la valeur économique des activités et de l’organisation sociale des individus ;*
- *le développement ne relève pas seulement des grands systèmes macro-économiques ni des institutions centralisées. Il est aussi largement lié aux micro-initiatives ;*
- *la personne constitue la force motrice du développement”.*

Roque Amaro considera que existem dez elementos que se constituem como os princípios estratégicos e orientadores do desenvolvimento local e, os quais devem estar presentes nas diversas iniciativas, pois só assim é possível falar de desenvolvimento local. Assim, o desenvolvimento local é um **processo de transformação, de mudança**, que recusa a conservação; **centrado numa comunidade humana** de pequena dimensão, demográfica e geográfica, que parte da **existência de necessidades não satisfeitas** a que se procura responder, antes de mais a partir da **mobilização das capacidades locais** mas articulando-as com os **recursos exógenos** numa perspectiva de fertilização mútua, o que implica uma pedagogia e uma **metodologia de participação**, pressupondo uma dinâmica de *empowerment*. Assume uma **lógica integrada**, que prevê um trabalho em **parceria**, com **impacto tendencial em toda a comunidade** e, segundo uma grande **diversidade de caminhos**.

1.4.2. Principais referências teóricas e metodológicas do conceito de desenvolvimento local

1.4.2.1. Território e Local

Tendo como suporte o enquadramento conceptual de desenvolvimento local que considera que “*os processos de desenvolvimento têm por base o território e a identidade cultural do local (...)*” Miguel Velez in Esdime, 2000:141), pretendemos clarificar os conceitos subjacentes a essa evidência.

O enfoque territorial do conceito de desenvolvimento traduz-se no binómio Território/Local, o qual define um espaço geográfico estruturado e complexo, assente em relações particulares e em modos próprios de comunicação e de sociabilidade, onde se questiona as problemáticas e se constroem estratégias de desenvolvimento local.

O local leva-nos inicialmente a uma noção geográfica, em que definimos uma delimitação e proximidade física. Quando se fala em proximidade entre pessoas, a noção geográfica passa a ter um significado sociológico. O espaço geográfico passa a ser um lugar de encontro, de aproximação, de afinidade, de identidade cultural em termos de valores e comportamentos. Segundo Roque Amaro, “*o local é o resultado duma construção de identidades; há um grupo de interesses que se assume, que se identifica e onde são mobilizáveis acções de solidariedade concreta (...). O local é por natureza integrado, tudo tem a ver com tudo, o que pressupõe um trabalho de parceria, a cooperação, a definição de acções conjuntas, a negociação dos conflitos e das solidariedades locais*”. (2000:166).

A partir de uma compreensão global da economia, o local é abordado a partir da sua própria dinâmica como: “*o centro da vida de uma certa população (dimensão social); como espaço/ambiente natural (dimensão ecológica); como espaço com dimensão histórica (dimensão cultural)*” (Technologie-Netzwerk Berlin e.V., 1998, p.16, citado em Coutinho:2003:63).

“*O território está na base da governança actual e futura. Não se pode continuar pensando que povos, cidades, províncias e regiões são apenas o espaço de aplicação das políticas decididas a nível nacional e internacional. Numa economia e sociedade baseadas cada vez mais em elementos imateriais, tais como o conhecimento, o know-how e a informação – e cada vez menos nos factores materiais da produção – os*

lugares, onde esses ingredientes intangíveis podem ser combinados, se tornam lugares estratégicos em termos económicos, sociais e políticos.” (Vidal, 2005:4).

1.4.2.2. Comunidade Local

As definições conceptuais de desenvolvimento local consideram que os processos de desenvolvimento devem ser centrados nas comunidades locais. Neste sentido, urge a necessidade de elucidar o entendimento conceptual que temos por comunidade local.

A conceptualização de comunidade vem sendo objecto de reflexão já desde a sociologia clássica, como é exemplo as tipologias de Tönnies (*gemeinschaft e gesellschaft*), ou da solidariedade mecânica e orgânica de Durkheim. A grande diversidade de elementos, definições, interpretações e sentidos que a comunidade possui torna difícil uma conceptualização unificada do termo.

Numa definição possível de comunidade local ela é entendida como *“uma estrutura parcial da sociedade mais global, caracterizada por aglutinar grupos de pessoas que partilham o território no qual se desenrola o seu quotidiano e partilham igualmente representações colectivas sobre esse território que, assim, adquirem valor comunicativo”* (Suttles, 1972, citado em Henriques, 1990:25).

De acordo com Ander-Egg a comunidade é um *“agrupamento organizado de pessoas que se entendem como unidade social, cujos membros participam de alguma característica, interesse, elemento, objectivo ou função comum, com consciência de pertença, situadas numa determinada área geográfica na qual a pluralidade das pessoas inter-acciona mais intensamente entre si que noutra contexto”* (Ander-Egg, 1982:45).

À comunidade local está associada uma *“identidade territorial”*, sendo entendida como um lugar de interacção humana de pequena escala, que se caracteriza pela reprodução local dos fenómenos de divisão, especialização e conflito que caracterizam as relações sociais. A comunidade, refere-se, assim *“às formas particulares das relações sociais e à variedade dos modos segundo os quais os indivíduos podem estar ligados e dependentes uns dos outros para além das relações de vizinhança.”* (Henriques, 1990:76).

Dentro da mesma comunidade local poderão existir diferentes “comunidades de interesse” e uma comunidade de interesses de base local poderá integrar elementos de outras comunidades locais. Uma “comunidade de interesses” é “*um grupo de pessoas que partilham uma co-presença, uma co-vivência, uma co-existência, uma co-preocupação e uma intencionalidade comum ou um projecto. Poderão existir tantas «comunidades de interesses» quantas as actividades aglutinadoras de indivíduos.*” (Worsley, 190, citado em Henriques, 1990:76).

Para Carlos Caldeira, a comunidade “*é construída a partir da comuna: construindo «comunidades de interesses» que permitam aos indivíduos nelas envolvidos satisfazer as suas próprias necessidades e enfrentar as necessidades da comuna, e actuar como animadores da mobilização da população para a participação activa na satisfação das suas necessidades e na concretização de projectos colectivos para o desenvolvimento da «comuna»*” (Henriques, 1990:76).

1.4.2.3. Participação e Empowerment

Desde os anos 40 do século XX, a importância da participação de todos os *stakeholders* no processo de definição da mudança tem aumentado. Actualmente, a participação constitui uma condição *sine qua non* para a legitimação de uma acção de mudança, a qual se pretende que seja viável e duradoura. Para Caldeira (1982) a participação “*concretiza-se no envolvimento das populações na resolução dos seus próprios problemas em torno da criação de «comunidades de interesse». A «participação» é entendida como organização autónoma e voluntária para a defesa de interesses ou para a concretização de objectivos comuns.*” (Henriques, 1990:27).

A participação (PNUD, 1997) pode ser interpretada através de duas vias diferentes, nomeadamente:

A participação como um meio – neste caso a participação é entendida como um processo onde as pessoas cooperam e colaboram na introdução de programas ou projectos de desenvolvimento.

A participação como um fim – neste caso a participação é encarada como um objectivo em si mesma. Esse objectivo é expresso através do *empowerment* das pessoas, no que se

refere à aquisição de competências, conhecimentos e experiências, os quais possibilitam a aquisição de responsabilidades no seu processo de desenvolvimento.

Isabel Guerra (2002) situa a participação ao nível da responsabilização colectiva e da assumpção de um compromisso entre todos os intervenientes do processo. A participação é, assim, entendida como um processo de tomada de consciência das populações e comunidades sobre os seus problemas e capacidade de solução e de envolvimento na tomada de decisões, nas acções e na avaliação dos projectos de acção.

Considera-se que a participação capacita as comunidades ou grupos a vários níveis, nomeadamente no desenvolvimento das capacidades de auto-ajuda, solidariedade, acção colectiva e responsabilização na tomada de decisão. A participação dá vida aos diferentes actores sociais, dotando-os de uma maior capacidade de resposta aos diferentes desafios que são impostos pela crescente complexidade da realidade e dos problemas e, (Schiefer, Ulrich, et al., 2006) origina a mobilização das pessoas para a elaboração de projectos que possibilitem a resolução de necessidades/problemas por elas sentidos, originando um processo de descentralização governamental, o qual é acompanhado da transferência de recursos e poderes de decisão para órgãos próximos das populações, contribuindo para o processo de *empowerment* da comunidade.

1.4.2.4. Parceria

A parceria é um termo que significa acções de cooperação entre os actores. A sua origem é Anglo-Saxónica – *partnership* – e tornou-se uma palavra-chave nos processos de intervenção, em todo o mundo, inclusivamente nos países da União Europeia.

A nível conceptual a parceria é definida como um processo de acção conjunta entre vários actores e protagonistas, colectivos e individuais, que se mobilizam para alcançar objectivos comuns, e que disponibilizam e partilham recursos para, de forma articulada, definirem e negociarem estratégias e caminhos para a implementação de acções que viabilizem esses objectivos, avaliando continuamente e em conjunto os seus resultados e processos.

Segundo o físico Fritjof Capra, a parceria “*é uma característica essencial das comunidades sustentáveis. Num ecossistema, os intercâmbios cíclicos de energia e de recursos são sustentados por uma cooperação generalizada. Na verdade, vimos que,*

desde a criação das primeiras células há mais de dois milhões de anos, a vida na Terra tem prosseguido por intermédio de arranjos cada vez mais intrincados de cooperação e de co-evolução. A parceria – a tendência para formar associações, para estabelecer ligações, para viver dentro de outro organismo e para cooperar – é um dos ‘certificados de qualidade’ da vida.” (Capra, 1997, citado em Silveira http://www.cooperaremportugues.org/apc-aa-cooperaremportugues/home/acervo_todas.shtml, acedido em 23 de Março de 2008).

“As parcerias comunitárias são uma forma de promover respostas coordenadas para problemas sociais complexos (Chavis, 1995; Roussos & Fawcett, 2000) e são um espaço de participação cívica e um tipo de estrutura aceite pelos que agem para construir comunidades mais saudáveis”. (Ornelas e Moniz, 2007:153).

As parcerias criadas com a reestruturação das relações do Estado e da sociedade, tornaram-se um meio de mobilização dos actores locais e possibilitam intervenções mais inovadoras e com partilha de recursos. Actualmente, a parceria é uma condição fundamental na dinamização de processos de desenvolvimento local em meio rural.

As parcerias que tendem a ser mais eficazes (segundo Butterfoss, Godman & Wandersman, 1993; Bond & Keys, 1993; Allen, 2005; Wolf, 2006 entre outros), são aquelas onde se constata elementos como: a **abrangência**, isto é, não se constituem em torno de uma só questão ou problema, mas têm uma perspectiva holística acerca da complexidade dos problemas sociais e dos processos de mudança social; a **flexibilidade e orientação para respostas concretas**, que implica que a constituição de uma parceria deve estar adaptada ao contexto concreto e ter em consideração os problemas e as prioridades dos agentes intervenientes e dos grupos sociais a que se destinam; a **promoção da ligação à comunidade**, que implica o reconhecimento da importância da participação do(s) grupo(s) sociais em torno dos quais se organiza a parceria; o **desenvolvimento do empowerment comunitário**, que implica proporcionar oportunidades para que a comunidade ganhe maior controlo sobre o que lhe diz respeito e, através de mecanismos de liderança partilhada, promova a participação e a consultoria dos vários sectores da comunidade; a **diversidade da comunidade**, isto é, uma parceria que reflecta a estrutura e composição específica dos vários sectores da comunidade, abrangendo realidades emergentes como por exemplo, grupos étnicos ou de imigrantes ou outros grupos com presença mais recente na comunidade; a **inovação**,

que implica a adopção de um espírito de experimentação e inclusão nos processos de mudança, nos programas de prevenção e nas respostas concretas face aos problemas sociais identificados; a **gestão da divergência e do conflito** que se reconhece como sendo inerente às parcerias comunitárias e que quando estas desenvolvem estratégias para gerir divergência e construir consensos, aumentam grandemente a sua capacidade de intervenção e sustentabilidade; a **orientação para resultados preventivos e reactivos**, implica a estruturação e o planeamento focalizado em objectivos claros e mensuráveis e; o **desenvolvimento de sistemas de avaliação colaborativa**, organizado a partir de um sistema de assistência técnica eficaz e que assegure a circulação de informação e suporte logístico. (Ornelas e Moniz, 2007).

As parcerias são assim um veículo privilegiado para a construção e implementação de iniciativas de desenvolvimento local, ao mobilizarem sectores diversificados da comunidade, permitirem a troca de conhecimento e experiência e ainda fomentarem articulação e combinação de práticas e/ou serviços.

1.4.3. O desenvolvimento local em Portugal

1.4.3.1. Uma abordagem histórica

A história do desenvolvimento local em Portugal e das suas metodologias encontra a sua génese na década de 60, com a introdução de aplicações práticas, em Portugal, do conceito de Desenvolvimento Comunitário, impulsionadas por Manuela Silva.

Após o 25 de Abril, o número de experiências e projectos aumentou e assumiram a participação, intrinsecamente, motivada pelos interessados na resolução das suas necessidades. Neste período, de acordo com Albino (2004) é de salientar a luta das cooperativas de produção pelo emprego, a luta por uma habitação digna das cooperativas de habitação económica, a luta dos agricultores por cooperativas democráticas, a luta por melhorias nos serviços comerciais das cooperativas de consumidores.

Nas décadas de 70 e 80, por todo o território nacional, surgiram diversas organizações da sociedade civil, que se assumiram no seio do desenvolvimento local. O Guia da OIDL (2003) da Animar descreve algumas das primeiras iniciativas a trabalhar o desenvolvimento local em Portugal, das quais destacamos aquelas que têm como

referência o desenvolvimento de zonas geográficas marginalizadas: Cooperativa de Serviço “Mais Além” (1976), Fundação Fernão Mendes Pinto (1977), ADPM (1980), ACERT (1980), Solidários (1985), In Loco (1985), Esdime (1987), ADIM (1988), ADLEI (1989), entre outras.

O desenvolvimento local em Portugal tem sido protagonizado por diferentes actores locais ligados, principalmente, às questões sociais, ambientais e patrimoniais. A sua intervenção é traduzida numa multiplicidade de iniciativas e projectos, realizados numa base local, e que procuram responder às necessidades sentidas pela população e território. No entanto, a dinamização destas iniciativas não é uma tarefa fácil devido à limitação de recursos disponíveis, situação que advém do facto de estas organizações serem de natureza associativa e sem fins lucrativos, em que as suas receitas se resumem às quotas dos sócios e donativos.

O grande “boom” de iniciativas e organizações acontece na década de 80, devido ao aparecimento de medidas e políticas de apoio, nomeadamente, as ILE, os projectos de formação Agentes de Desenvolvimento, o Programa Operacional de Desenvolvimento e Apoio às Estruturas do Emprego e de Formação, o Programa de Conservação do Património Cultural. Mas o factor decisivo para o êxito quantitativo das práticas de desenvolvimento local em Portugal foi o surgimento da iniciativa comunitária Leader, destinada a promover o desenvolvimento local em meio rural.

Ao falar de desenvolvimento local em Portugal é impreterível referenciar a criação da Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural, em 1993. A sua génese e criação são exaustivamente referenciadas no livro “*Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal*” de José Carlos Albino, um dos protagonistas da implementação do conceito de desenvolvimento local.

A génese da Animar surge primeiramente em Agosto de 1992, com o envio da carta/convite que José Gandra Portela, enquanto membro da TERN (Trans European Rural Network), a uma dezena de pessoas e organizações nas diversas zonas rurais de Portugal, para se encontrarem no MEZIO (Castro Daire), “*de forma a se darem a conhecer e saber da possibilidade de se forjar uma rede de relações que pusesse pessoas e organizações a conhecerem-se umas às outras podendo, assim, aprender novas metodologias e criar contributos em comum que pudessem ser colocados ao Poder Político*” (Albino, 2004:25). O convite foi aceite e nos dias 25 e 26 de Setembro

de 1992, é realizado esse encontro do qual resultou um grupo de trabalho “Grupo dos 10”⁴, para dar andamento às conclusões tomadas, nomeadamente *“estudar e perspectivar como é que uma rede para o desenvolvimento local em Meio Rural se deveria organizar - com que estatutos, com que associados, com que objectivos, com que metas mais imediatas e com que meios”* (Albino, 2004:25). No seguimento do trabalho a que se propôs o “Grupo dos 10” foram realizadas inúmeras reuniões por todo o país e, em 17 de Setembro de 1993, no cartório notarial de Aljustrel, realizou-se a escritura de constituição da Animar.

A Animar conta actualmente com os contributos de cerca de 70 membros colectivos e mais de uma centena de individuais, estes últimos maioritariamente colaboradores de associações de desenvolvimento, centros de investigação e universidades. A intervenção da Animar a nível nacional pauta-se *“na defesa de quatro princípios elementares de uma organização contemporânea, comprometida com a democracia e que procura o seu aprofundamento, nomeadamente: Funcionamento baseado numa cultura democrática; Consequente assunção de práticas de participação activa dos associados; Acção aberta e com total transparência de processos e decisões; Valorização do sentido crítico responsável e pró-activo, enriquecedor da Rede ANIMAR e valorizador da sua imagem pública.”* (<http://www.animar-dl.pt/associacao.php?id=14>, acedido em 27 de Janeiro de 2008).

Ao longo da sua existência a Animar tem incidido, principalmente, sobre as seguintes áreas: *“Análise do impacto das políticas nacionais e comunitárias e apresentação e defesa de propostas que promovam o desenvolvimento local/rural; Produção, edição e difusão de documentos e realização de seminários, colóquios, conferências, feiras e outras iniciativas, sobre questões relativas ao desenvolvimento local/rural; Promoção de acções de formação e apoio à concepção de candidaturas a projectos e/ou programas relevantes; Representação do movimento de desenvolvimento local e rural junto de diversas entidades e instituições, nomeadamente das suas potencialidades e reivindicações.”* (<http://www.animar-dl.pt/associacao.php?id=14>, acedido em 27 de Janeiro de 2008).

⁴ Grupo dos 10 – Constituído por José Portela (UTAD-DES/ Vila Real); Ana Maria Braga da Cruz (Porto); Fernando Miguel (Guimarães); ICA – Instituto dos Assuntos Culturais (Castro Daire); João Figueiredo Rodrigues (S. Pedro do Sul); SOLIDÁRIOS -. José Brás e Vilma Silva (Oliveira do Bairro); Manuel Taborda (Lisboa/ Beira Interior); CEARTE – Ulisses Monteiro (Coimbra); ESDIME – Christine Guerreiro e José Albino (Messejana); Almargem – Vincent Gourdin (Algarve).

Em simultâneo com o processo de criação da Rede Animar, foi criada uma iniciativa que permitiu dar um salto qualitativo, na forma de pensar e actuar nos processos de desenvolvimento local, ou seja, a criação e dinamização da MANIFesta – Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local. A MANIFesta surgiu com o objectivo de “*realizar um EVENTO que ampliasse a reflexão e a visibilidade das OIDL, através duma multiplicidade de acções que congregassem Assembleia, Feira e Festa, sem esquecer a necessária interpelação à Sociedade e aos Poderes que iam comandando o nosso país*”. (Albino, 2004:29). A realização da MANIFESTA é assente em três pilares: “1 - Assembleia – A MANIFesta é um espaço de reflexão e intervenção cívica, onde, com a maior liberdade e abertura, se realizam os mais variados debates, oficinas, tertúlias, etc., podendo estes ser propostos e animados por qualquer participante. Elemento central dessas reflexões são as Assembleias MANIFesta, que culminam um processo alargado de debates com início nas Assembleias Regionais. As sínteses das Assembleias MANIFesta são recolhidas sob a forma de teses e declarações identificados pelo nome da localidade onde se realiza cada MANIFesta. 2 - Feira – Cada MANIFesta é igualmente um momento privilegiado onde se dão a conhecer projectos e iniciativas do associativismo de Desenvolvimento Local e se faz a divulgação dos seus produtos, ideias e práticas. Mas também, de uma forma que se quer o mais abrangente e descomplexada possível, dos outros associativismos cívicos e solidários de que se compõe a sociedade civil organizada. 3 – Festa – Cada MANIFesta é ainda um espaço de intervenção, divulgação e fruição cultural, de lazer e animações várias. Nela cabem todas as expressões artísticas e culturais, das tradicionais às vanguardistas, sejam elas informadas pelos saberes e imaginários populares ou eruditos, de expressão urbana ou rural, sem fronteiras nacionais, culturais ou de idade.” (<http://www.animar-dl.pt/manifesta/index.php>, acedido em 27 de Janeiro de 2008).

Em termos de diacronia, a primeira MANIFesta realizou-se em Santarém em 1994, em 1996 realizou-se em Tondela, em 1998 em Amarante, em 2001 em Tavira, em 2003 em Serpa e a última edição decorreu em Trancoso, em 2005.

1.4.3.2. Os protagonistas do desenvolvimento local em meio rural: As ADL

O desenvolvimento tem sido estruturado, desde o século XIX, pela organização da sociedade civil, permitindo a afirmação do movimento cooperativo e associativo, com

tradução evidente em diferentes percursos nacionais de mudança / evolução social e económica, numa perspectiva de regulação.

O desenvolvimento é um fenómeno social que tem como objectivo proporcionar a satisfação das necessidades das comunidades e, o associativismo expressa a relação entre indivíduos com interesses comuns que tentam, através da definição de estratégias, melhorar a sua qualidade de vida. Ao se definirem as estratégias para alcançar os objectivos comuns desencadeiam-se acções de cooperação com reflexo no desenvolvimento local. Sob este aspecto, existem relações de causa e efeito entre o associativismo e o desenvolvimento local. Ou seja, o associativismo contém o desenvolvimento local, uma vez que se estabelecem relações associativas que permitem a participação e o crescimento cultural e político dos indivíduos, possibilitando, assim, o aumento da qualidade de vida das comunidades, sendo isto o que se pretende atingir com o desenvolvimento.

As organizações do terceiro sector respondem a diversos apelos e definem-se por vários posicionamentos: *“através da criação de estratégias de sobrevivência (ainda que subsidiadas, sobretudo no início) de grupos excluídos; através de resposta a problemas sociais em áreas onde nem o Estado, nem o mercado operam; através do apoio à operacionalização de estratégias de política social, estratégias que se consolidam através de recursos assegurados pela função redistributiva do Estado.”* (Coutinho, 2003:62). Perante isto, as organizações do terceiro sector tendem a ser globalmente reconhecidas como organizações de utilidade pública, não estatal e não lucrativas e supostamente avessas aos modos de organização burocrática e de mercado. Actualmente, as organizações do terceiro sector dão forma a um conjunto de relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil.

Na sociedade actual, o associativismo é interpretado como um contributo fundamental para o desenvolvimento local. *“O esforço de organização que tem origem ao nível da base é um passo preliminar do processo de desenvolvimento local. O desenvolvimento local não pode funcionar eficazmente se os interesses dos cidadãos não estiverem representados na mesa de concertação.”* (Valenzuela, 2005:8).

No que diz respeito às áreas rurais, alguns trabalhos mostram bem como as *“diversas formas de associativismo se revelaram respostas às necessidades de sobrevivência, em diferentes perspectivas. Mesmo as próprias associações de carácter cultural e*

recreativo constituem muitas vezes formas de dar resposta a carências simultaneamente identitárias e económicas, como demonstram A. Firmino da COSTA (1985) e ROCHA-TRINDADE (1986).” (Moreno, 2002:256).

As ADL têm sido, em Portugal, a forma preferencial de organização da sociedade civil para assumir um papel activo no processo de desenvolvimento. De acordo com Manuela Coutinho “*o principal significado do terceiro sector não é de todo económico, mas o de fortalecimento da sociedade e da política: garantia da satisfação das necessidades locais imediatas (por meio de fornecimento de bens e serviços), desenvolvimentos em pequena escala, com vista à autonomização das comunidades, através da melhoria de actividades comunitárias (perspectiva de projecto à escala micro) e intervenções micro-políticas que visam modificar os métodos de mobilização e aproveitamento dos escassos recursos existentes” (Coutinho:2003,105-106).*

Constituídas com parcerias, muitas vezes públicas e privadas, reunindo vários actores económicos e sociais ou, noutros casos, constituídas em torno de uma ideia ou de um interesse mais específico, as ADL têm tido um papel de crescente intervenção, no âmbito de diferentes programas de apoio ao desenvolvimento, cumprindo projectos específicos nas respectivas áreas de interesse.

As iniciativas preconizadas por estas organizações da sociedade civil apresentam uma dimensão multidimensional e multidisciplinar e têm como objectivo satisfazer, a nível local, as necessidades de natureza social no mercado dos serviços, podendo funcionar como uma fonte de emprego e um instrumento para o desenvolvimento da solidariedade a nível local. O sucesso dessas iniciativas depende de vários factores-chave, nomeadamente: “*uma população local onde exista um mínimo de unidade social (...); uma forte componente associativa (...); uma potencialidade empresarial no domínio social (...); a presença de instituições locais (autarquias, etc.) que apoiem esse novo tipo de abordagem associativa e local (...); instituições públicas nacionais receptivas a novas experiências.” (Vidal, 2001:141).*

As iniciativas de desenvolvimento local são implementadas por todo o país por diferentes actores locais, de âmbito público ou privado, os quais protagonizam iniciativas de diferentes tipologias, que se revestem de uma grande complementaridade entre si, para responder às exigências do desenvolvimento local traduzidas pelas

diferentes necessidades sentidas pela população e pelo território, em diferentes níveis, como por exemplo o social, o económico e o ambiental.

O Guia das OIDL (2003:47) identifica que *“há um claro domínio relativo da importância da solidariedade social, seguida da valorização cultural, o que traduz não só o peso das OIDL para as quais são importantes os serviços de proximidade externos à actividade económica em sentido restrito (...). De notar ainda a proporção interessante da cooperação e do fomento do associativismo e de diferentes incidências educativas / de sensibilização (onde podemos incluir a (in)formação pessoal para a qualificação ambiental).”*.

1.4.3.3. Desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade

No quadro de produção/consumo originado pela Revolução Industrial consubstanciou-se a ideia de crescimento económico e de onde nasceu a convicção de que este processo arrastaria, por si só, melhorias significativas a todos os níveis da sociedade. No entanto, as transformações e mudanças introduzidas originaram, ao contrário do que se pensava, profundas injustiças estruturais que se traduziram num agravamento das desigualdades económicas, sociais e políticas. Esses desequilíbrios acentuaram as diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano, provocaram inevitavelmente o empobrecimento e a debilidade do mundo rural e, conseqüentemente a sua desertificação, pois registou-se um acentuado êxodo rural para os grandes centros urbanos e o abandono das terras. Estas alterações transformaram, uma sociedade multifuncional e equilibrada, num espaço social, agrícola e economicamente desintegrado e, completamente subordinado à dinâmica do espaço urbano/industrial.

É neste quadro que desde a década de 70, o conceito de desenvolvimento rural tem tido um papel primordial enquanto base de reflexão de inúmeros autores, um pouco por todo mundo, inclusivamente em Portugal e, que tem subjacente um conjunto de processos de desenvolvimento, que pretendem melhorar as condições de vida das pessoas que vivem em áreas rurais através da valorização e mobilização de todos os recursos endógenos, no sentido de promover processos que respeitem e articulem os princípios de: eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica.

Em Portugal, os territórios rurais, excluindo as áreas periurbanas ocupam 86% do território nacional, têm uma população residente de 3,1 milhões de habitantes; 41h/km² de densidade populacional; uma evolução populacional de -1,4% na década de 1990/2000; um PIB real *per capita* de 0,4 em relação a Lisboa; um índice de desenvolvimento social de 0,87; uma SAU de 44% na superfície total (32% agrícola e 12% agroflorestal) e 0,8 empresas industriais e de serviços por km² (6,8 nas áreas periurbanas e 29,7 nas zonas urbanas). (Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural 2007-2013.). Por outro lado, e de acordo com o estudo “As dinâmicas socioeconómicas do espaço rural do continente Português” (Projecto de investigação AGRO 62, 2006) as áreas rurais de baixa densidade têm uma densidade populacional de 13h/km²; ocorrem em 98 concelhos do continente (com é o exemplo do concelho de Mértola e concelhos limítrofes⁵) ocupam 60% do território e 7% da população. Estes dados são reveladores da fragilidade, debilidade e pouca vitalidade do espaço rural português, o qual se defronta com problemas críticos de envelhecimento, perda de população, emprego e rendimento, degradação grave dos seus valores naturais e patrimoniais e um índice de risco de desertificação cada vez mais preocupante.

Hoje, o mundo rural Português apresenta mutações estruturais profundas, originadas pelo modelo de desenvolvimento económico adoptado (paradigma funcionalista) e pelos efeitos das políticas sectoriais (sobretudo agrícolas e regionais) seguidas, durante o período do Estado Novo até à actualidade, porque não reflectiram as verdadeiras necessidades das comunidades locais.

O quadro das políticas que têm vindo a ser implantadas como resposta à problemática do desenvolvimento rural revela que entre 1950 e 1974 não houve qualquer medida política do Estado Português para contrariar a situação de despovoamento acelerado e pobreza do mundo rural. Após o 25 de Abril, sucedeu um período de instabilidade económica, social e governativa que se estendeu até meados do decénio seguinte, embora com maior “efervescência” até 1976, período em que decorreu a “Reforma Agrária” no Alentejo. Numa segunda fase – anos 80 e 90 – o processo de integração na Comunidade Económica Europeia, actualmente designada União Europeia, que se concretizou em 1986, comandou uma recuperação económica assistida, acompanhada de estabilidade política. No contexto Europeu, as políticas mais importantes são as

⁵ Zona de intervenção da ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola

políticas agrárias da PAC, as políticas estruturais de desenvolvimento regional e as políticas de coesão económica e social do I, II e III QCA e do QREN.

A nível Europeu, a partir de 1987 o desenvolvimento rural começa a ser considerado como uma necessidade social e política e, em 1988, a Comissão das Comunidades Europeias reconhece que *“as áreas rurais não são apenas lugares onde as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham ao mesmo tempo funções vitais para a sociedade como um todo”* e surge a necessidade de reformular políticas e instrumentos de ordenamento e desenvolvimento rural.

Em 1988 *“O futuro do Mundo Rural”* estabelece um primeiro conjunto de ideias interessantes, assumindo-se como uma reflexão global que introduz uma óptica de longo prazo e uma posição não exclusivamente agrária. De natureza semelhante, nesse mesmo ano, a OCDE, publica *“Formulation de la Politique Rurale”*. Também nesta altura e com a reforma da PAC, no sentido de uma agricultura sustentável, a Comissão Europeia atribui ao espaço rural o papel de contendor de funções vitais, não só para a população residente nestes espaços, mas para toda a sociedade. São assim, considerados objectivos fundamentais da acção no meio rural, a coesão económica e social, a promoção do ajustamento da agricultura europeia ao funcionamento do mercado mundial e a protecção do ambiente e do património natural (Comissão das Comunidades Europeias, 1988).

Com o objectivo de solucionar os problemas das áreas rurais, a União Europeia apoiou-se nos princípios do desenvolvimento integrado e do aumento da cooperação e do envolvimento dos agentes locais e definiu um conjunto de políticas e instrumentos que visavam garantir a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento socioeconómico, a viabilidade do sector agrícola, a diversificação das actividades não agrícolas e salvaguardar os recursos naturais e o ambiente. Neste sentido, a Comissão das Comunidades Europeias, em particular a partir da Comunicação COM (89) de 21 de Outubro de 1988, denominada *“O Futuro do Mundo Rural”*, definiu importantes instrumentos financeiros de apoio através dos fundos estruturais.

Com a adesão de Portugal à União Europeia (1986) iniciou-se um processo de ajustamento das políticas, levando o governo a constituir o desenvolvimento rural, como um dos pilares fundamentais no desenvolvimento a nível regional e nacional.

Com a Reforma da PAC em 1992, partiu-se de uma situação em que as políticas de desenvolvimento rural eram muito generalistas e incipientes, entendidas unicamente

como políticas de desenvolvimento agrícola, para um cenário em que o turismo e a preservação do ambiente são alvo de todas as atenções, consequência da alteração do papel que o espaço rural pode ter nos processos de desenvolvimento e na introdução de políticas especificamente concebidas para determinados fins. Por isso, é fundamental considerar o desenvolvimento rural como instrumento na reestruturação da sociedade com o território, associando a melhoria das condições de vida da população com a preservação do ambiente. A reavaliação do papel da agricultura e a abertura de novos caminhos produtivos (por exemplo: turismo e produtos locais de qualidade) são questões-chave no sucesso das políticas de Desenvolvimento Rural (DGDR, 1997).

No contexto das políticas agrárias estruturais estas têm-se mantido na sua essência inalteradas, embora com uma vertente cada vez mais global em termos rurais, e estiveram, até 1999, reunidas no segundo QCA, juntamente com as restantes políticas de desenvolvimento regional. No âmbito desse QCA, e no que diz respeito a Portugal, o grande pacote de ajudas estruturais disponibilizava apoios destinados ao sector agrário e meios rurais que estavam agrupados no FEDER, no PAMAF, no LEADER II, no INTERREG II, no PPDR e, de certa forma, no RIME. Com este QCA visava-se, entre outros objectivos, o Desenvolvimento Rural, através da aceleração da adaptação das estruturas agrárias no âmbito da reforma da PAC, e facilitar o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das zonas rurais. Aspectos estes que foram mantidos e, nalguns casos, reforçados no III QCA. Actualmente, no QREN (2007 e 2013), a política de desenvolvimento rural centra-se estrategicamente em três instrumentos principais: 1) Orientações estratégicas da União Europeia para o desenvolvimento rural; 2) Plano estratégico nacional; 3) Programa de Desenvolvimento Rural executado com o apoio do FEADER. O FEADER surge como o único instrumento de financiamento da política de desenvolvimento rural e centra-se no aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal; na melhoria do ambiente e da paisagem rural e na melhoria da qualidade de vida das zonas rurais e desertificação da economia rural. Um dos seus eixos de trabalho é a iniciativa comunitária “Leader”, o qual introduz abordagens locais ascendentes do desenvolvimento rural. (http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index_pt.htm, acedido em 26 de Janeiro de 2008).

Ao olharmos para o mundo rural observamos que este apresenta um potencial muito significativo, o qual assenta na sua enorme diversidade de locais e recursos. Nesse sentido, essa diversidade deve ser respeitada e preservada, e isso é conseguido através

da definição de soluções estruturantes, que têm de ser adaptadas às características e particularidades locais. Nesta perspectiva a grande aposta para a revitalização do mundo rural passa por intervenções directas junto das comunidades locais, procurando-se aproveitar as vantagens locais e pelo estímulo de actividades que valorizem e incrementem o uso sensato dos recursos existentes, em complementaridade com a actividade agrícola, ponderando, de forma sistemática, os impactos sociais, culturais e ambientais de todo o processo. É também fundamental reconhecer e privilegiar o potencial humano existente, como principal pilar de sustentação do desenvolvimento rural, pois o mesmo possui uma capacidade insubstituível na regulação de situações disfuncionais da sociedade rural e, para desencadear intervenções que garantam relações equilibradas e duradouras, perspectivando o aumento do nível de qualidade de vida das gerações futuras.

Actualmente, o grande desafio que se coloca nos processos de desenvolvimento em áreas rurais de baixa densidade é tentar inverter as tendências de desertificação e do envelhecimento e das baixas qualificações das pessoas. No 1º Encontro Nacional sobre as Áreas Rurais de Baixa Densidade, realizado na Mina de S. Domingos (Mértola) em Junho de 2006, os promotores e participantes estabeleceram um documento designado “Uma Agenda para as Áreas Rurais de Baixa Densidade”, na qual defendem a criação de um “Programa Específico de Valorização” das ARBD que, de uma forma integrada e coerente, contemple os seguintes estímulos: *“O reforço da capacitação institucional, organizacional e empresarial dos actores; Um sistema de incentivos de mitigação e compensação de riscos e investimentos que revelem economias externas relevantes; O reforço da transferência de atribuições, competências e meios para as autarquias locais e suas associações; O reforço dos apoios aos sistemas de acessibilidade e mobilidade de 2ª geração de pessoas e serviços; O reforço dos apoios à criação de redes temáticas e funcionais de cooperação interterritorial; O reforço dos apoios aos processos participativos, à contratualização de programas e subvenções globais às metodologias GAL/PAL (Grupos de Acção Local e Planos de Acção Local); O apoio específico a um sistema de informação-monitorização-investigação-inovação-implementação de projectos multifunções; O apoio específico a mecanismos de comunicação e valorização de recursos identitários e simbólicos que instigam à*

motivação territorial; O apoio ao financiamento de acções piloto sobre a «baixa densidade virtuosa».” (Animar, 2006:4).

No II Encontro Nacional sobre as Áreas Rurais de Baixa Densidade, realizado em Carrazeda de Ansiães, em Outubro de 2006, os munícipes e os municípios dos concelhos das ARBD, sabendo que os custos de contexto, de mobilidade e de funcionamento das ARBD é extremamente elevado, que neste momento surge o QREN com um quadro de oportunidade financeira até 2013 e, com a preocupação das sucessivas perdas de rendimento e bem-estar das populações destas áreas, consideram que: o POR deve ser convertido num PDR que promova a regionalização e coerência das intervenções desconcentradas e descentralizadas das administrações central e local em ordem a um patamar de governação intermédia de maior coesão interterritorial; deve ser aumentado o “*stock*” de atribuições, competências e recursos das autarquias locais; o associativismo municipal e das freguesias deve ser incentivado para ir ao encontro das lógicas contratuais de integração temática e territorial propostas no QREN; deve ser criado um mecanismo de coesão intra-regional para discriminar positivamente as ARBD; o plano financeiro e fiscal devem ser legislados para combater os custos de mobilidade das populações das ARBD; deve ser criada uma linha de apoio específica à mobilidade nas ARBD; deve ser criada uma linha de apoio aos programas de poupança, eficiência e criação de novas energias que contribuam para melhorar o rendimento real das populações; o Programa Nacional de Combate contra a Desertificação deve ser reforçado e deve reforçar-se uma linha de política urbana que seja amiga do desenvolvimento rural e que ajude a criar novas centralidades no mundo rural.

Capítulo 2. Contexto do Estudo

2.1. Caracterização do concelho de Mértola

2.1.1. Caracterização geo-demográfica

2.1.1.1. Enquadramento geográfico

O concelho de Mértola apresenta uma área de 1.279 km², tornando-o num dos maiores concelhos de Portugal. Localiza-se no extremo Sudeste da Região Alentejo, inserido no distrito de Beja, onde faz limite com os concelhos de Beja e de Serpa a Norte; de Castro Verde e Almodôvar a Oeste; de Alcoutim a Sul e com a província Andaluzia e Huelva, a Este. O concelho de Mértola é classificado como concelho rural de segunda classe, que se subdivide em nove Freguesias: Alcaria Ruiva, Corte do Pinto, Espírito Santo, Mértola, Santana de Cambas, São João dos Caldeireiros, São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Sólis e São Sebastião dos Carros.

Figura 1 – Mapa do Concelho de Mértola



Fonte: Pré-Diagnóstico do Concelho de Mértola – Rede Social, 2004

O concelho, caracteriza-se por um profundo isolamento geográfico em relação aos centros de decisão, com a vila de Mértola, sede de concelho, a distar 240 km de Lisboa e 50km de Beja, capital de distrito. Acresce, que a distância às sedes dos concelhos circundantes varia entre 38 e 51 km (Castro Verde e Serpa, respectivamente) e que, apesar dos estreitos elos de ligação com Espanha, não existe no concelho qualquer local de passagem de fronteira. Climaticamente, o concelho enquadra-se no tipo mediterrâneo, com amplas oscilações térmicas e pluviosidade anual reduzida, com distribuição desigual que produz periodicamente grandes inundações. Ao nível geomorfológico destaca-se a espessura delgada e a baixa qualidade dos solos para a agricultura (litossolos e solos mediterrâneos vermelhos de xisto), morfológicamente as serras de Mértola, Alvares, São Barão e Alcaria Ruiva, os rios Guadiana e Chança e as ribeiras Carreiras, Oeiras e Alvacar surgem como elementos estruturantes do território. O relevo do concelho a Norte caracteriza-se pela suavidade e pequenas elevações e, a Sul, é abrupto com cursos de água cavados em declives acentuados.

O concelho de Mértola é rasgado pelo rio Guadiana, o qual é navegável desde a foz até Mértola. Dentro do perímetro do Parque Natural do Vale de Guadiana, a montante da vila de Mértola, o leito do Rio Guadiana é estrangulado e transforma-se numa magnífica queda de água, designada de Pulo do Lobo.

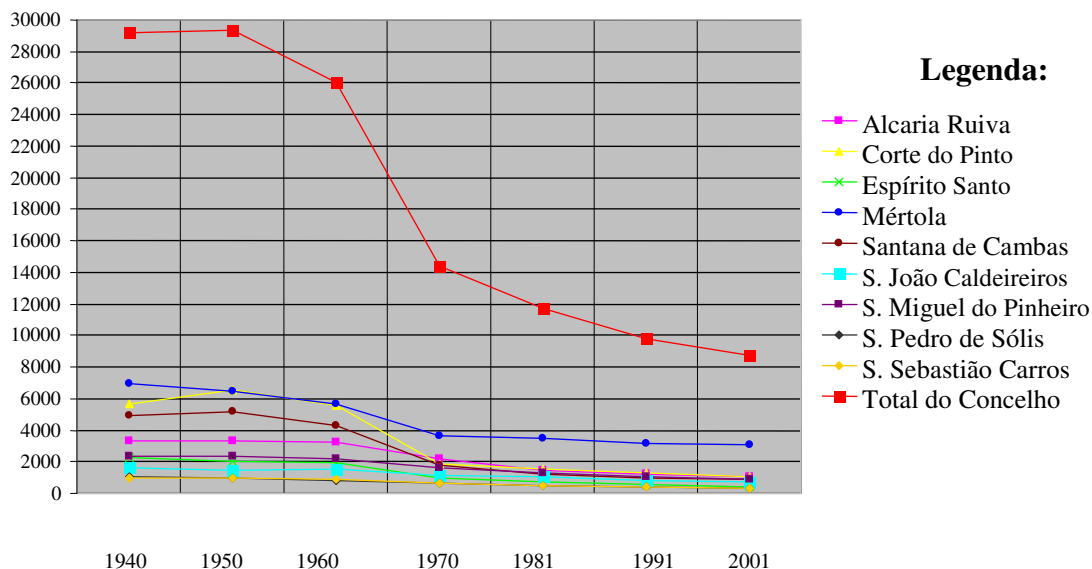
2.1.1.2. Caracterização demográfica

Ao analisarmos demograficamente o concelho de Mértola, nos últimos 60 anos, verificamos a existência de dois períodos bem distintos. O primeiro período, década de 40 e 50 do século XX, caracterizado por um aumento gradual da população, motivado pela existência de uma actividade agrícola em expansão e pela laboração plena da Mina de São Domingos que absorvia muita mão-de-obra. O segundo período, entre 1960 e a actualidade, caracteriza-se pelo decréscimo demográfico, de forma sucessiva, em todas as freguesias do concelho, sendo este decréscimo mais acentuado nas freguesias de: Corte do Pinto, Santana de Cambas e Mértola. Este decréscimo populacional teve origem em diversos factores, tais como: encerramento da Mina de São Domingos, a mecanização da agricultura e a reconstrução Europeia no período pós – guerra. Como resultado destes factores, verificou-se um êxodo rural no concelho de Mértola de cerca

de 17314 pessoas, o que equivale a uma perda de 67% da população, originando uma população em 2001 de 8712 habitantes (Ver anexo 1).

Consequentemente, o indicador da densidade populacional no concelho de Mértola, apresenta, igualmente, uma tendência de decréscimo, registando valores bastante reduzidos. Especificamente, em 1991 registou-se 7,6hab/km² e em 2001 registou-se 6,7 hab/km², enquadrando o concelho de Mértola no grupo dos concelhos rurais de menor baixa densidade em Portugal. (Ver anexo 1).

Gráfico 1 – Evolução da população residente por freguesia no concelho de Mértola entre 1940 – 2001



Fonte: I.N.E.

Quanto à estrutura etária da população do concelho de Mértola, verifica-se um movimento demográfico similar a todo o Alentejo, caracterizado pelo decréscimo acentuado das classes etárias de base e uma evolução positiva da população com mais de 65 anos. Estes valores estão associados, a diferentes factores, dos quais destacamos, por um lado, o êxodo da população mais jovem para outras zonas do país e estrangeiro na procura de melhores condições de vida. Por outro lado, à pouca mobilidade da população mais idosa, uma vez que já se encontra numa fase de sedentarismo. E, por

último, ao reduzido número de filhos por casal, em 2001 nasceram apenas 46 crianças em todo o concelho.

Ao analisarmos o saldo fisiológico verificamos que, em 2001, registou um valor negativo de -112, conduzindo assim o concelho a um acentuado envelhecimento da população, não permitindo a renovação da população. (Ver anexo 1).

No que se refere aos aglomerados populacionais o concelho de Mértola regista a existência de 106 localidades, caracterizadas pelo reduzido número de habitantes e pela sua extrema dispersão geográfica por todo o concelho, afastadas umas em relação às outras e em relação à sede do concelho. Ao analisarmos o quadro abaixo, verificamos que 80% dos aglomerados são compostos por menos de 100 habitantes e, com mais de 1000 habitantes, apenas se identifica um lugar que corresponde à sede do concelho. Esta estrutura de povoamento resulta de factores históricos e culturais e da área física do território do concelho de Mértola.

Quadro 1 – População residente segundo dimensão dos lugares, no concelho de Mértola em 2001

Número de habitantes	População Residente		Localidades	
	N.º	%	N.º	%
Menos de 100	2995	34	85	80
De 100 a 199	2051	24	16	15
De 200 a 499	929	11	3	3
De 500 a 999	665	8	1	1
De 1000 a 1999	1451	17	1	1
Mais de 2000	0	0	0	0
População Isolada	621	7	-	-
Total	8712	100	106	100

Fonte: I.N.E. 2001

2.1.2. Caracterização sócio-económica

2.1.2.1. Sectores de Actividade

O tecido empresarial do concelho de Mértola, de acordo com os últimos dados censitários (2001), é constituído por um tecido empresarial de 844 empresas distribuídas pelos três sectores de actividade. Especificamente, o maior número de empresas

implantadas integra o sector terciário (51.3%), seguindo-se o sector primário com (27.4%) e, por último, o sector secundário com (21.3%).

Ao analisarmos individualmente cada um dos sectores de actividade, observamos que as actividades que mais se verificam são: o comércio por grosso e a retalho, oficinas de reparação de veículos (29.7%) e alojamento e restauração (11.8%), ao nível do terceiro sector. As indústrias alimentares (53%) e as indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos (20%), no segundo sector. No sector primário, verifica-se uma descida em relação aos outros sectores, resultado da PAC – Política Agrícola Comum e de outros factores estruturantes a nível social e económico. É de realçar, no entanto, que uma grande parte das indústrias transformadoras alimentares que, actualmente contribuem para a dinamização da actividade económica do concelho encontra-se, em parte, ligada à transformação de produtos agrícolas, com destaque para o fabrico de queijos, enchidos, pão, mel e outros.

A nível de sociedades constituídas e em actividade, destaca-se maior número no sector primário – Agricultura, produção animal, caça e silvicultura e pesca (24.0%), salientando-se que o concelho de Mértola é um dos concelhos do País com maior número de hectares dedicados à actividade cinegética. A actividade comercial e reparação de veículos, surge em segundo lugar (23.1%), seguindo-se a indústria transformadora com um valor de 20.3%. (Ver anexo 1)

O tecido empresarial é extremamente frágil, constituído maioritariamente por micro e pequenas empresas de carácter familiar, onde o empreendedorismo e a capacidade de inovação e de risco são muito baixos.

É de referir que no concelho de Mértola, têm existido alguns programas de incentivo financeiro e projectos, destinados a apoiar as empresas, investidores e produtores, nomeadamente: o Programa Leader, o FAME (Fundo de Apoio às Micro Empresas do concelho de Mértola) da CMM e o gabinete Cri(A)ctivos da ADPM.

2.1.2.2. População Activa – Emprego e Desemprego

Ao analisarmos a taxa de actividade, nos diferentes concelhos que integram o Baixo Alentejo, verificamos que o concelho de Mértola, em 2001, era o concelho do Baixo Alentejo que, apresentava a menor taxa de actividade (26,1%).

Ao distribuímos a população activa por sector de actividade, observamos que o maior número de activos exerce actividade no sector terciário (57,7%), seguindo-se o sector secundário (23,5%) e por último, o sector primário (18,9%). Na situação perante o emprego, verificamos que a categoria dos trabalhadores “por conta de outrem”, é a categoria que apresenta maior número de activos (2026), seguida, pela categoria de “Empregador”, com um total de 364 indivíduos e os “trabalhadores por conta própria” com uma população activa de 319 indivíduos.

De acordo, com os dados censitários do INE de 2001, a taxa de desemprego no concelho de Mértola é de 12,3 %, registando-se 384 indivíduos desempregados, dos quais 290 são do género feminino. A grande maioria da população desempregada, nomeadamente 77% é desempregada à procura de “novo emprego”, enquanto que apenas 23% são desempregados à procura do “1º emprego”.

Atendendo à população desempregada por grupo etário verifica-se que o desemprego atinge as faixas etárias mais jovens, incidindo na faixa dos 20 aos 44 anos, e afecta sobretudo os que têm escolaridade inferior (Ver anexo 1).

2.1.2.3. Educação

Em 2001, o concelho de Mértola registou uma taxa de analfabetismo de 22,4%, a maior taxa registada, em igual período, em todo o Baixo Alentejo.

A esmagadora maioria da população de Mértola apenas atinge o 1º ciclo do ensino básico (40,3%) ou nem chega a atingir esse nível (24,6%). Por outro lado, apenas uma percentagem mínima de 9% atinge o ensino secundário e 3,6% atinge o ensino superior.

Em termos de estabelecimentos de ensino, (Pré-Diagnóstico do Concelho de Mértola, 2004), o concelho de Mértola detêm nove escolas públicas de ensino pré-escolar, uma escola privada (da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Mértola) com a valência de creche e de ensino pré-escolar, dezasseis escolas do 1º ciclo do ensino básico e uma escola do 2º, 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário. É de salientar, que o conjunto de todas as escolas forma o Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Mértola.

Paralelamente, com um intuito educativo/formativo existe em Mértola uma escola de formação profissional, com cursos profissionais com equivalência ao 12º ano; uma entidade particular sem fins lucrativos acreditada para ministrar formação a adultos; um Centro de Novas Oportunidades (CRVCC) e o ensino recorrente.

2.1.2.4. Segurança Social e Solidariedade

A política social “Rendimento Mínimo Garantido”⁶, do Instituto de Segurança Social, foi implementada no Concelho de Mértola, em 1996, através do Projecto-piloto que decorreu numa das Freguesias mais problemáticas e carenciadas do Concelho, a Freguesia da Corte do Pinto. Decorrido o ano experimental, a Medida alargou-se a todo o Concelho, à semelhança do que ocorreu em todo o País. (Pré-Diagnóstico do concelho de Mértola – Rede Social, 2004).

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados no Pré-diagnóstico do concelho de Mértola – Rede Social de 2004, durante o ano de 2002, foram deferidos 66 processos e indeferidos 18 processos e, até Junho de 2003 foram deferidos 23 processos e, indeferidos 8 processos.

Os apoios económicos concedidos pelo Instituto de Segurança Social têm um carácter temporário e são atribuídos a pessoas que, através do recurso directo ao serviço (atendimento) apresentem uma situação de carência económica por ausência ou insuficiência de rendimentos. Em Mértola, (Pré-Diagnóstico do concelho de Mértola – Rede Social, 2004) os apoios económicos destinam-se, na maioria das situações, a suprir necessidades de saúde, devido ao peso que tal facto acarreta nos rendimentos das famílias, e especialmente da população idosa.

No que se refere, a equipamentos financiados pelo Instituto de Segurança Social, em Mértola foram priorizados aqueles que dão resposta às necessidades da população idosa e à infância. O apoio dado pelo Instituto de Segurança Social a esses equipamentos divide-se em três tipologias: a) Apoio Técnico à implementação dos equipamentos; b) Apoio Técnico ao funcionamento dos equipamentos; c) Financiamento do funcionamento dos equipamentos.

⁶ O Rendimento Mínimo Garantido foi revogado pela Lei N.º 13/2003 de 21 de Maio de 2003 (republicação em 29 de Maio de 2003), criando a actual política do Rendimento Social de Inserção.

Em Mértola, os equipamentos sociais – Santa Casa da Misericórdia de Mértola, o Centro de Apoio a Idosos de Moreanes; o Centro Social de Montes Altos, a Unidade de Apoio Integrado de Mértola e a Casa do Povo de Santana de Cambas – têm um acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social.

Desde 1987, têm vindo a ser implementados em Mértola diferentes Projectos de Luta Contra a Pobreza, desenvolvendo-se acções que visam o combate à exclusão social e à pobreza. Complementarmente, a estes projectos têm surgido outros projectos para responder a estas problemáticas, dinamizados por diferentes entidades e financiados por diferentes programas como o “Ser Criança” e o “POEFDS”.

Por último, é de referenciar a existência do “Cartão Social” da Câmara Municipal de Mértola, que tem como objectivo apoiar os munícipes idosos, deficientes e famílias com graves carências económicas e sociais.

2.1.3. Dinâmicas associativas e culturais

O tecido associativo, no concelho de Mértola, é constituído por 103 associações distribuídas por diferentes tipologias. De todo o tecido associativo existente no concelho, as associações com maior representatividade são as de carácter Cultural e Recreativo (50 associações), seguidas pelas Associações de Caça e Pesca (16 associações), Fábricas da Igreja Paroquial (9 associações), Desenvolvimento Local e Outras (9 associações), Clubes Desportivos (6 associações), Grupos Corais e Instrumentais (5 associações), e por último Associações de Reformados (4 associações) e de Solidariedade Social (4 associações). (Pré-diagnóstico do concelho de Mértola – Rede Social, 2004).

Ao analisarmos em pormenor as associações que estão intimamente ligadas ao objecto do estudo – as ADL – observamos que no concelho de Mértola intervêm várias associações de desenvolvimento local. Especificamente, por um lado, existem duas ADL sedeadas no concelho de Mértola e que têm um papel activo na dinamização local, nomeadamente, a Raia do Chança – sedeadada em Santana de Cambas e a ADPM – sedeadada na vila de Mértola. Por outro lado, existem três ADL que apesar de não estarem sedeadas no concelho de Mértola têm intervenção neste território através da iniciativa comunitária Leader+, nomeadamente, a Associação Rota do Guadiana, com sede em

Serpa e que engloba as freguesias de Corte do Pinto, Santana de Cambas e Mértola, a Associação Alentejo XXI, sediada em Beja e que abrange as freguesias de Alcária Ruiva e São João de Caldeireiros e a Associação Terras do Baixo Guadiana, sediada em Alcoutim e que integra as freguesias de S. Pedro de Sólis, S. Miguel do Pinheiro, Espírito Santo e S. Sebastião dos Carros.

As actividades desportivas, culturais, recreativas e sociais do concelho de Mértola são dinamizadas em parceria pelas diferentes associações e pelas entidades do poder local como a Câmara Municipal de Mértola e as nove Juntas de Freguesias do Concelho.

Na prossecução dos objectivos e actividades das diferentes entidades locais e, principalmente na satisfação e qualidade de vida da população do concelho de Mértola, foram criados diferentes equipamentos desportivos, culturais e sociais, distribuídos por diferentes localidades. É de salientar, que das três tipologias de equipamentos (desportivos, sociais e culturais) são os equipamentos sociais que surgem em menor número e que ainda não cumprem a total satisfação das necessidades da população. (Ver anexo 1).

2.1.4. Património e Turismo

O concelho de Mértola é detentor de uma grande riqueza patrimonial construída e natural, traduzida em diversos recursos, que surgem como uma das alavancas do processo de desenvolvimento do concelho. (Ver anexo 2).

Os recursos patrimoniais construídos no concelho de Mértola são muito diversificados e com um valor inigualável. Como resultado desta riqueza e fruto do Projecto Mértola, a vila de Mértola é hoje apelidada de “Vila Museu”. Neste âmbito, é de salientar o trabalho desenvolvido pelo CAM – Campo Arqueológico de Mértola, em parceria com diferentes entidades locais.

O CAM, surge inicialmente como uma secção da ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola, no entanto, a necessidade de uma gestão mais especializada dentro da arqueologia, proporcionou a formalização do CAM em 1988, como estrutura autónoma da ADPM.

Desde o seu surgimento, o CAM desenvolve investigação científica multidisciplinar no âmbito das ciências sociais e humanas e o seu principal interesse é a história e a arqueologia. Todavia, a equipa de trabalho tem vindo a dedicar-se à história local, ao património histórico, à herança artística e cultural, à museologia e à antropologia física, apresentando, neste momento, um vasto *curriculum* de intervenções em Mértola.

Por outro lado, ao olharmos para os recursos patrimoniais naturais do concelho de Mértola é revelada uma grande diversidade biológica e paisagística, com uma beleza muito singular, como é exemplo a área fluvial do Pulo do Lobo.

Com o objectivo de preservar todo esse património a ADPM desenvolveu um largo número de projectos científicos na área do ambiente, com o apoio do Ministério do Ambiente, da Administração Regional, de instituições internacionais, como a WWF e, através de Fundos de Desenvolvimento Regional. Os impactos destes estudos estiveram na origem da classificação de uma zona da bacia hidrográfica do rio Guadiana como Reserva Natural, objectivo que foi concretizado em 1996, com a Criação do Parque Natural do Vale do Guadiana. O PNVG – Parque Natural do Vale do Guadiana, com uma área de 69,6ha, abrange os concelhos de Mértola e Serpa, ao longo do rio Guadiana, desde o Pulo do Lobo até à foz da ribeira do Vascão, que faz fronteira com o Algarve.

As unidades de paisagem dentro da área do PNVG dividem-se em três estruturas geomorfológicas que albergam inúmeras espécies animais.

Quadro 2 – Unidades paisagísticas e estruturas geomorfológicas do PNVG

Estrutura Geomorfológica	Unidade Paisagística
Planícies ondulantes	Culturas extensivas de sequeiro, áreas de esteval e montado de azinho
Elevações quartzíticas	São Barão (225m) e Alcaria Ruiva (370m)
Vales encaixados do rio Guadiana e afluentes	Escarpas e matagais mediterrâneos.

Fonte: Pré-Diagnóstico do concelho de Mértola – Rede Social, 2004

No que se refere aos dados estatísticos do turismo observamos que Mértola, a seguir a Beja, é o concelho do Baixo Alentejo que regista maior número de visitantes. Em 2001 o Posto de Turismo de Mértola e a Região de Turismo da Planície Dourada contabilizaram um total de 10882 visitantes, dos quais 3192 eram estrangeiros, mais

recentemente, em 2005 foram contabilizados um total de 16591 visitantes, dos quais 7569 eram estrangeiros. Estes dados mostram uma tendência crescente do número de visitantes ao longo dos anos.

Os recursos disponíveis no concelho de Mértola na promoção do turismo são muito diversificados e têm vindo a aumentar ao longo dos anos. Actualmente, Mértola dispõem de um total de 20 alojamentos, de tipologias bastante variadas (Casa de Campo, Turismo em Espaço Rural, Agro-Turismo, Residencial, Pensão, Hotel, Casa Privada), em diferentes localidades do concelho e ao nível de restauração contabilizam-se 17 restaurantes e 3 bares de animação (Ver anexo 2).

O concelho de Mértola é detentor de uma grande variedade de produtos agro-alimentares, os quais são produzidos em empresas de pequena dimensão ou produtores individuais que ainda mantêm os sabores e texturas tradicionais desses produtos, sendo de salientar, os queijos, os enchidos, o pão, o mel, entre outros.

No que se refere à realização de eventos/festas, o concelho de Mértola tem alguns eventos que se destacam a nível regional e até nacional, como é exemplo o Festival Islâmico, o Festival do Peixe do Rio, a Feira do Mel, Queijo e Pão e a Feira Agro-Pecuária Transfronteiriça Vale do Poço. Por outro lado, no período do verão realizam-se nas principais localidades do concelho as festas tradicionais, muitas delas em honra de um Santo Padroeiro ou de Nossa Senhora.

No apoio à dinâmica turística tem surgido em Mértola algumas empresas como é exemplo a Merturis – Empresa Municipal de Turismo de Mértola, em 2004 e a Alentejo Tours – Operador Turístico, criado por um privado e pela ADPM, em 2007. Paralelamente têm, também, sido criadas por particulares, empresas de prestação de serviços ao turismo.

A oferta turística de Mértola, em 1994 foi alvo de um estudo sobre as potencialidades turísticas da região, financiado pelo INTERREG e solicitado pela ADPM a uma equipa do ISCTE, coordenada por Roque Amaro. Este estudo apresenta estratégias e ideias para reflexão e chama a atenção para a existência de alguma desarticulação entre aquelas que podem ser as verdadeiras atracções turísticas da área e o perfil da oferta turística que efectivamente está a ser dada a conhecer a quem procura a região, que deriva do facto das potencialidades naturais e histórico-culturais não serem alvo de uma estratégia de

gestão e dinamização turística, potenciadora da sua própria afirmação, enquanto atracções turísticas. Apesar deste alerta e do aumentado consideravelmente da oferta turística em Mértola em correlação com o aumento do número de visitantes, nos últimos anos, ainda não houve uma estratégia de alteração dessa tendência.

2.2. O Projecto Mértola

O projecto de Mértola foi o grande impulsionador do processo de desenvolvimento do concelho de Mértola. Este projecto desponta no final da década de 70 do século XX e surgiu com o objectivo principal de valorização do património local, ou seja, pensou-se que a valorização do património local seria suficientemente capaz de propiciar o desenvolvimento de Mértola (a ideia da sustentabilidade apenas surgiu no final da década de 80, com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável).

Rui Mateus (2001), antigo membro do Projecto Mértola, nos Encontros do Património de Vila do Conde, faz uma apresentação do projecto, evidenciando as vivências das etapas do projecto de uma forma cronológica e discute opções estratégicas de desenvolvimento.

Primeiro Tempo (1978-1986). A iniciativa coube ao então presidente camarário, Serrão Martins e a direcção conjunta da investigação a A. Borges Coelho e Cláudio Torres, que assumiria a liderança do projecto, mantendo-se até hoje em funções como director do CAM – Campo Arqueológico de Mértola e dos Museus. Foi um período rico em entusiasmo, muitos estudantes universitários e licenciados com distintas formações, no âmbito das ciências sociais, assomavam o lugar, alojando-se no dispensário cedido pela autarquia, motivados para participar nas limpezas e escavações ou no estudo. A partilha de saberes e experiências com a juventude local deu origem a uma consciencialização da necessidade de se trabalhar em defesa do património local, pelo que se criou a ADPM (1980). Apesar de insuficiências financeiras, oriundas da autarquia e do antigo Instituto Português do Património Cultural neste período, recolheram-se dados científicos relativos, não apenas à arqueologia, mas também à história local, antropologia, geografia, biologia, etc.

Segundo Tempo (1987-1991). Sucede a quatro factos determinantes na evolução futura do projecto: morte prematura do então presidente da Câmara Municipal de Mértola

(1984), abandono da Universidade de Lisboa e instalação definitiva de Cláudio Torres em Mértola (1985), adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (1986), que veio sensibilizar os portugueses para o valor insubstituível do património cultural na afirmação da sua identidade no contexto europeu; e a responsabilidade do CAM, atribuída por parceiros científicos, de organizar o IV Congresso Internacional de Arqueologia Medieval do Mediterrâneo Ocidental (1987). No âmbito do I QCA foram aprovados três projectos no domínio da Arqueologia, Museologia e História, concedendo-se apoios consideráveis para a altura, cerca de 500.000€ na moeda actual, utilizados na compra de equipamento informático e de laboratório, um luxo para a época, e na aquisição de serviços. O resultado foi, na verdade, admirável, porque se produziram os primeiros documentos científicos, um fenómeno proveniente de um pequeno lugar, com reflexo positivo na comunidade científica e na sociedade portuguesa pela ampla cobertura mediática, garantida pela novidade do facto de *per si* e pelo trabalho de jornalistas licenciados em História. Os sinais animadores no exterior revelavam cumplicidades sadias no interior, que se foram esbatendo no tempo, assim que o CAM se separou da ADPM (1988), os recursos iam sendo mal geridos (a aquisição do edifício sede foi, a esse título, injustificável) e a equipa, cuja liderança passiva facilitou a sua desintegração progressiva, entre elementos com situação profissional regularizada e outros dependentes da aprovação dos projectos por si elaborados.

Terceiro tempo (1992-1995). A lenta transição de QCA a juntar, por um lado, às deficiências de gestão, agravadas pela assunção de compromissos adicionais com novas aquisições, justamente os edifícios dos futuros núcleos museológicos, sem garantias de financiamento, obrigando a encargos bancários imprevistos e, por outro, a uma menor taxa de aprovação de projectos, originaram dificuldades muito sérias. Paralelamente, alterou-se a equipa e a direcção executiva do Projecto, afectando também a ligação com a comunidade local, que sempre foi difícil, como denuncia o qualitativo “*pára-quadistas*” atribuído às pessoas que vinham de fora para trabalhar. A criação da delegação em Mértola da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, na qual se integraram antigos investigadores dispensados, atraiu mais jovens à região e contribuiu para a formação de técnicos profissionais nas áreas da Arqueologia, Património, Museografia, Animação Cultural, Turismo e Ambiente. A actividade da ADPM

prosseguiu, desenvolvendo-se de forma integrada com a conservação do meio ambiente e da natureza, concretizando diversos projectos científicos nesse domínio, apoiados pelo Ministério do Ambiente, Administração Regional, WWF e Fundos de Desenvolvimento (União Europeia), que contribuíram decisivamente para a classificação da bacia hidrográfica do Guadiana, como Reserva Natural, com a criação do Parque Natural do Vale do Guadiana (1996).

Quarto tempo (1996-2001). Corresponde à concretização do produto prometido “A Vila Museu”. Com o apoio do Fundo de Turismo e de um esforço financeiro da autarquia, foi possível concluir a rede de oito núcleos que integram hoje o Museu de Mértola: Casa Romana (1989); torre de Menagem no Castelo (1991); Basílica Paleocristã (1993); Ermida e Necrópole de S. Sebastião (1999); Oficina de Tecelagem (2000); forja do Ferreiro, Arte Sacra e Arte Islâmica (2001). Até à abertura deste último realizou-se a exposição de cerâmica islâmica (1995-2000). Foi um período de grande azáfama, que obrigou a um sobre esforço da equipa de investigadores para actividades necessárias à própria construção física dos núcleos museológicos. Além disso, respondendo a diversas solicitações, participaram em vários fóruns de divulgação do projecto.

Capítulo 3. O Contributo da ADPM para o processo de desenvolvimento local do concelho de Mértola

3.1. Passos teórico-metodológicos do estudo

3.1.1. Definição do problema de pesquisa

A selecção do modelo teórico a utilizar num trabalho de investigação é feita de acordo com o objectivo último dessa mesma investigação. Neste estudo pretendemos contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre o contributo das ADL no processo de desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade e, especificamente, tem como objectivo verificar qual o contributo da ADPM no processo de desenvolvimento local de Mértola, através da análise de coerência entre a sua intervenção e o conceito de desenvolvimento local.

O modelo teórico que serviu de fio condutor ao estudo foi determinado a partir do conceito de desenvolvimento local definido por Roque Amaro (2000) que, teoricamente, se baseia na definição de um conjunto de dez princípios que deverão ser tomados em consideração na aplicação do conceito de desenvolvimento local, ou seja, segundo (Amaro, 2000:166) o Desenvolvimento Local é um processo de transformação, de mudança, que recusa a conservação; é centrado numa comunidade, o que significa que o ponto de partida de referência base é a própria comunidade local. Parte da existência de necessidades não satisfeitas a que se procura dar resposta a partir das capacidades locais, articulando-as com os recursos exógenos, e assumindo uma lógica integrada, de resposta aos múltiplos e complexos problemas do local. O desenvolvimento local pressupõe um trabalho de parceria, de cooperação, de definição de acções conjuntas, de negociação dos conflitos e das solidariedades locais, entre todos os actores sociais, e tem um impacto tendencial em toda a comunidade, isto é, um efeito de exemplificação para toda a comunidade que tende a ir para além dos promotores iniciais e do grupo restrito inicial; e materializa-se numa grande diversidade de caminhos, de iniciativas e de experiências.

Por sua vez as ADL enquanto entidades a intervir num determinado território e com a finalidade de representarem os interesses e responderem às necessidades de desenvolvimento das comunidades, adquirem um papel activo e fundamental enquanto

actor local na dinamização de processos de desenvolvimento. Perante isto, definimos como hipóteses:

- A intervenção da ADPM é coerente com o conceito de desenvolvimento local.
- A ADPM demonstra resultados que respondem às necessidades do território e da população revelando-se como um factor de promoção de desenvolvimento local.

As hipóteses são uma proposição que estabelece uma relação entre um fenómeno (associativismo) e um conceito (desenvolvimento local). Para a aferição das hipóteses, definimos o seguinte modelo de análise:

Conceito:

Desenvolvimento Local

Dimensões de Análise e Indicadores:

1) Territorialização (referência a uma comunidade humana).

- I1 – Principal área geográfica de intervenção da ADPM.
- I2 – Área geográfica total de intervenção da ADPM.
- I3 – Caracterização da intervenção da ADPM na comunidade.
- I4 – Identidade da População de Mértola.
- I5 – Aceitação dos trabalhadores da ADPM na comunidade.

2) Satisfação de necessidades não satisfeitas.

- I6 – Realização de diagnósticos de necessidades.
- I7 – Utilização de diagnósticos de necessidades realizados por outras entidades locais.
- I8 – Número de projectos realizados tomando em consideração a satisfação de necessidades.
- I9 – Tipologia de necessidades satisfeitas pela acção da ADPM.

→ I10 – Estratégias de trabalho para responder às necessidades.

3) Mobilização das capacidades locais (recursos endógenos).

→ I11 – Utilização dos recursos endógenos.

→ I12 – Tipologia de recursos endógenos mobilizados.

4) Utilização fertilizadora dos recursos exógenos.

→ I13 – Utilização de recursos exógenos.

→ I14 – Tipologia de recursos exógenos mobilizados.

→ I15 – Estratégias utilizadas para articular recursos endógenos e exógenos numa perspectiva de fertilização.

5) Promoção da participação da população.

→ I16 – Tipologia e periodicidade de contactos com a população.

→ I17 – Características da participação individual e colectiva da população na elaboração de diagnósticos, elaboração, execução e avaliação das intervenções.

→ I18 – Estratégias utilizadas para a promoção da participação da população.

6) Visão integrada dos projectos.

→ I19 – Articulação nos projectos de diferentes domínios de intervenção: educação, saúde, ambiente, cultura, actividades económicas, apoio social.

→ I20 – Envolvimento de diferentes grupos etários.

→ I21 – Relação entre a tradição e a modernização.

→ I22 – Utilização da metodologia de investigação-acção.

7) Trabalho em parceria.

→ I23 – Número de entidades parceiras.

→ I24 – Níveis de parceria (local, regional, nacional, transnacional).

→ I25 – Tipologias da parceria (pública-privada).

→ I26 – Número de projectos realizados em parceria.

→ I27 – Relação de parceria com outras entidades locais.

8) Diversidade de caminhos.

→ I28 – Adaptação da intervenção a cada situação específica.

→ I29 – Procura de diferentes experiências de trabalho.

9) Impacto na comunidade.

→ I30 – Efeitos indirectos na comunidade.

→ I31 – Sustentabilidade e autonomia dos projectos iniciados.

3.1.2. Metodologia do estudo

Tendo em conta a natureza dos factos sociais a observar e o objecto de pesquisa, considerámos como metodologia mais adequada o método de estudo de caso (Análise intensiva) que consiste no “*exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade e utilizando todas as técnicas disponíveis, de uma amostra particular, seleccionada de acordo com determinado objectivo (ou, no máximo, de um certo número de unidades de amostragem), de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes por forma a preservar o carácter unitário da amostra, com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade*” (Greenwood, citado em Lima, 1987:18). O estudo de caso escolhido é uma associação de desenvolvimento local, designadamente, a ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola, a qual tem uma experiência de trabalho, consolidada em 27 anos de trabalho, na área do desenvolvimento local e que intervém num território rural de baixa densidade, nomeadamente, o concelho de Mértola.

Em termos metodológicos, propomos um estudo de natureza qualitativa e quantitativa, recorrendo às técnicas de pesquisa documental e inquérito por entrevista e questionário, que se concentrará no trabalho desenvolvido pela ADPM no período cronológico compreendido entre o ano 2000 e 2007, ou seja, o período correspondente ao III Quadro Comunitário de Apoio. A escolha deste período deve-se, por um lado, ao facto de ser um período muito recente, o que facilita a recolha de informação quantitativa e qualitativa e, por outro lado, pelo facto de este ser o período em que a ADPM alargou a sua intervenção não só em termos de áreas de trabalho como também no número de intervenções/ iniciativas protagonizadas.

A pesquisa documental consistiu na análise de vários documentos referentes à ADPM e ao território onde intervém, tais como os estatutos, relatórios de actividades, dossiers de projectos, portfólio, folhetos e brochuras.

As entrevistas foram realizadas a dois grupos distintos de pessoas, ou seja, por um lado, foram entrevistadas quatro pessoas internas à ADPM, nomeadamente, o actual presidente da direcção, a técnica superior com mais anos de trabalho na ADPM e que assume a função de coordenadora do gabinete de educação e formação, a coordenadora do gabinete de desenvolvimento local e cooperação e uma das técnicas superiores com menos anos de trabalho na ADPM e, ao mesmo tempo, coordenadora do gabinete de extensão rural e ambiente; por outro lado, foram entrevistados sete observadores privilegiados da ADPM, ou seja, pessoas que estão ligadas às diferentes entidades que intervêm em Mértola, tais como, o presidente da Câmara Municipal de Mértola, o presidente do Campo Arqueológico de Mértola, o presidente do Parque Natural do Vale de Guadiana, o técnico superior da Rede Social de Mértola, o presidente do Agrupamento Vertical de Escolas de Mértola, a directora da Al Sud – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional e a técnica da Segurança Social de Mértola.

O tipo de entrevista aplicado foi a entrevista semi-estruturada, na qual “*o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direcção que considere adequada*” (Marconi e Lakatos, 1990:85).

Em termos de procedimentos foi enviada, para todos os entrevistados, uma carta de apresentação, onde contextualizámos o estudo e a importância da colaboração de todos os respondentes e juntamente com a carta de apresentação enviámos o guião de entrevista (Ver anexo 5 e 6), de maneira a permitir que os entrevistados tivessem

conhecimento prévio das perguntas a serem realizadas, podendo haver alguma preparação prévia das respostas.

Com a finalidade de caracterizar os trabalhadores da ADPM foi-lhes aplicado um inquérito por questionário, construído com base no modelo de análise e constituído por um conjunto de perguntas fechadas e abertas (Ver anexo 4). A forma de apresentação do questionário foi indirecta, ou seja, o inquirido recebeu o questionário directamente, leu e respondeu às perguntas, anotando ele próprio as respostas. Por sua vez, a forma de administração do questionário foi directa, ou seja, o inquirido teve um contacto directo com o instrumento de recolha de informação.

Na análise do estudo de caso revelou-se fundamental analisar os projectos dinamizados pela ADPM, no período compreendido entre 2000 e 2007. No entanto, perante o universo de 302 projectos realizados, 63 eventos organizados e 25 estudos/diagnósticos executados, considerámos a definição de uma amostra de projectos/iniciativas a serem analisados em profundidade, tendo em consideração o modelo de análise. A amostra foi definida através da técnica de amostragem não aleatória simples, composta por elementos seleccionados propositadamente pelos inquiridos e entrevistados, por estes considerarem que esses elementos têm características representativas do objecto de estudo. Especificamente, recorrendo às técnicas de recolha de dados utilizadas no âmbito do estudo, nomeadamente, através da aplicação das entrevistas aos internos da ADPM e aos observadores privilegiados e através do questionário aplicado aos trabalhadores da ADPM, foi-lhes pedido para responderem à pergunta: “*Dos diferentes projectos implementados pela ADPM no concelho de Mértola, no período entre 2000 e 2007, identifique, entre 1 e 6, projectos que na sua opinião se destaca(m)? E justifique porque os destaca?*” (Questionário) e “*Dos diferentes projectos implementados pela ADPM em Mértola, qual ou quais destaca e porquê?*” (Entrevistas). As respostas obtidas, através da aplicação destas perguntas, permitiram a definição de uma amostra de 24 projectos/iniciativas (Ver anexo 8).

Os dados obtidos através dos documentos, das entrevistas e do questionário foram tratados através da técnica qualitativa análise de conteúdo. O objectivo da análise de conteúdo “*é conseguir produzir inferências válidas e reprodutíveis através dos textos analisados*” (Gauthier et al, 2003:351) e neste caso foi atingido através de uma grelha de análise fechada “*em que as categorias são determinadas à partida por uma teoria*

em que se quer testar as predições (ou hipóteses) ” (Gauthier et al, 2003:352), ou seja, de uma forma dedutiva.

A obtenção de categorias, ou seja, *“a operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por agrupamento segundo o género, com os critérios previamente definidos” (Vala, 1999:103) efectuou-se através de procedimentos de selecção, tendo-se seleccionado a ideia como unidade de registo, “unidades mais curtas de sentido autónomo” (Vala, 1999:114) e o parágrafo como unidade de contexto “segmento mais largo de conteúdo” (Vala, 1999:114). A técnica de análise de conteúdo permitiu não só sistematizar e explicitar a informação contida nos documentos, como também, a partir da análise das unidades agrupadas, após a construção de interações simples entre as várias subcategorias e respectivas unidades de registo, foi possível encontrar indicadores que nos permitiram atribuir sentido a alguns conceitos, ou seja, a “atribuição controlada de sentidos aos vários agrupamentos de dados obtidos a partir da entrevista.” (Vala, 1999:111).*

Por outro lado, os dados quantitativos obtidos pela aplicação do questionário foram tratados e analisados recorrendo ao programa estatístico SPSS – Statistical Package for Social Sciences e analisados através de uma análise de frequência descritiva.

3.2. A intervenção da ADPM em Mértola – contributo para o processo de desenvolvimento local

3.2.1. Criação e Objectivos da ADPM

Em 1980, *“fruto daqueles movimentos pós 25 de Abril (...) também à volta daquilo que era o património arqueológico” (elemento 1 da ADPM), no caso concreto de Mértola, o processo em torno do “Projecto Mértola”, e numa estratégia mais alargada de intervenção, protagonizada por diversas entidades locais, com vista à reconversão do mundo rural a partir do aproveitamento e rentabilização das potencialidades locais, nasce a ADPM.*

A associação surge com o objectivo de contribuir de forma activa para o desenvolvimento harmonioso do concelho de Mértola, sustentado na conservação, dinamização e valorização dos recursos locais, privilegiando o envolvimento da população local no processo de melhoria das condições e da qualidade de vida das

comunidades. Especificamente, a associação surge com os objectivos prioritários de: “a) *Estudar, salvaguardar, valorizar e defender os aspectos monumentais, naturais, urbanísticos, históricos, arqueológicos, etnográficos e artísticos do concelho de Mértola;* b) *Apoiar e desenvolver acções tendentes à melhoria e promoção de actividades profissionais características do concelho, nomeadamente agrícola, silvo-pastoril e pesca;* c) *Promover o desenvolvimento local, entendido como processo de melhoria das condições culturais e materiais de vida das populações;* d) *Desencadear e desenvolver acções de formação profissional e outras que valorizem os recursos humanos locais com vista à prossecução dos fins apontados nas alíneas anteriores.*” (Estatutos da ADPM, 1995).

Ao longo da sua existência a ADPM até à actualidade, foi complementando e alargando os seus objectivos, com o propósito de poder alargar a sua área de intervenção e responder às diferentes necessidades diagnosticadas no território. A última alteração dos objectivos ocorreu em 2002 e, para além dos objectivos já identificados, foram acrescentados os seguintes: “(...) d) *Em matéria de educação e cooperação para o desenvolvimento e de ajuda humanitária e de emergência: d.1) Diagnosticar carências locais e regionais, e envolver e captar interesses para a definição de programas e projectos capazes de alcançar os fins da sua satisfação, redistribuindo recursos e incentivando a criatividade com vista ao desenvolvimento auto-sustentado;* d.2) *Promover intercâmbios e cooperação entre grupos, especialmente dos mais desfavorecidos e dos que apresentam carências especiais, com particular atenção para os povos do sul;* d.3) *Promover e colaborar na promoção de iniciativas de outras entidades, visando a educação para o desenvolvimento, designadamente ao nível das atitudes dos agentes económicos e políticos mas também das escolas e dos jovens com particular atenção para a igualdade entre homens e mulheres;* d.4) *Promover e colaborar em iniciativas e acções que, respeitando a cultura dos povos, contribuam para minorar as carências das vítimas de catástrofes naturais ou humanas;* e) *A ADPM, (...) também visará em matéria de solidariedade social: e.1) Proceder ao levantamento e estudo, com permanente actualização, de pessoas com carências especiais, promovendo a sua integração em locais adequados;* e.2) *Criar e manter centros de apoio, de ocupação e de recuperação, tanto para idosos desacompanhados ou dependentes de apoio especiais, como para outros com autonomia reduzida;* e.3)

Criar e manter centros de ocupação e formação de crianças e jovens;” (Estatutos da ADPM, 2002).

Esta alteração dos estatutos permitiu que, desde 2003, a ADPM seja considerada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros como ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento.

Todas estas alterações de objectivos foram motivadas pela evolução da intervenção da ADPM. A qual sempre foi protagonizada seguindo *“os movimentos políticos e as tendências políticas e a evolução política do país”* (Elemento 1 da ADPM). Ou seja, nasceu enquanto associação de defesa do património e ao longo dos tempos foi incorporando outras vertentes. A partir de 1986, com a entrada de Portugal na União Europeia, começaram a surgir com grande força as ADL e a ADPM *“incorporou esta vertente de desenvolvimento, passou também a ser uma associação de desenvolvimento, continuando a trabalhar muito sobre as questões do património, depois o país foi evoluindo e as questões mais ligadas com o ambiente, com a conservação da natureza, com o património natural surgiram nos (...) anos 90 (...) e a ADPM incorporou muito essa questão de defesa do ambiente e do património natural, continuando a trabalhar como associação de desenvolvimento e continuando a ter muito trabalho na conservação do património, portanto foi juntando estas três áreas e mesmo mais tarde, no final dos anos 90, quando as questões eram muito ligadas à questão da solidariedade e do diálogo, (...) a ADPM incorporou também essa prática mais social. Continuando a trabalhar nas áreas de defesa do património nas áreas de defesa do património natural, na área do desenvolvimento e criação de empresas, da formação (...)”*. (Elemento 4 da ADPM).

Hoje em dia, a ADPM tem *“uma actividade transversal”* (elemento 1 da ADPM), *“muito diversificada”* (elemento 2 de Serviço Público Desconcentrado) intervindo *“em áreas fundamentais do desenvolvimento local”* (elemento 1 de Autarquia Local).

A ADPM *“tem vindo a crescer, não só em termos físicos, em termos de infra-estruturas, em termos técnicos, mas sobretudo em termos de actuação.”* (elemento 2 da ADPM), sendo considerada por três das pessoas entrevistadas como *“uma das maiores associações do país”*.

3.2.2. Áreas de intervenção da ADPM

De forma a alcançar os seus objectivos, as actividades da ADPM assentam, actualmente, nas seguintes grandes áreas de intervenção: extensão rural e ambiente, desenvolvimento local e cooperação transnacional, cooperação para o desenvolvimento, educação e formação e intervenção social.

Ao analisarmos o quadro 3 observamos que, entre 2000 e 2007, as áreas de intervenção da ADPM têm vindo a sofrer alterações e adaptações, motivadas pela tipologia de trabalho que tem surgido e pela metodologia de trabalho utilizada. Algumas das áreas de intervenção foram dissolvidas transversalmente por todas as outras áreas, outras foram separadas e deram origem a outras áreas e, outras surgiram, espontaneamente, pela tipologia de trabalho desenvolvido.

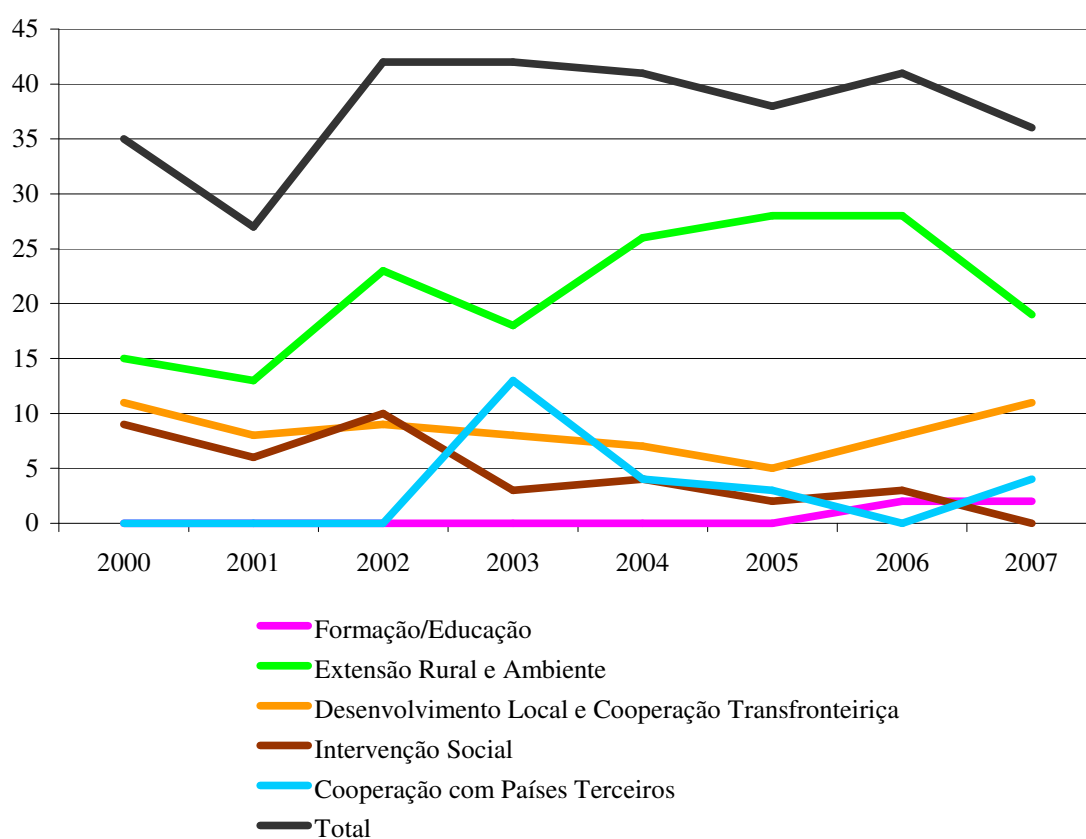
Quadro 3 – Organização e designação das áreas de intervenção da ADPM (2000-2007)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Áreas de Intervenção	Organização Interna da ADPM e Reforço das Relações com o Exterior							
	Qualificação e Valorização de Recursos Humanos e Locais	Formação Profissional					Formação/Educação	
	Estudos	Esta área de trabalho foi dissolvida por todas as outras áreas de intervenção						
	Preservação e Valorização do Património Natural	Educação Ambiental			Intervenção Ambiental		Extensão Rural e Ambiente	
		Conservação da Natureza e Gestão do Território						
		Monte do Vento						
	Informação Rural	Estas áreas de trabalho foram integradas na área de intervenção: desenvolvimento local						
	Turismo							
	Desenvolvimento Social e Económico	Desenvolvimento Local		Desenvolvimento Local e Cooperação Transnacional				
		Intervenção Social						
Esta área apenas surge em 2003			Cooperação com Países Terceiros					

Fonte: Relatórios de Actividades da ADPM (2000-2007)

A análise dos relatórios de actividades da ADPM revela que, entre 2000 e 2007, em todas as áreas de intervenção foram desenvolvidos 302 projectos. Com principal destaque para as áreas: extensão rural e ambiente e desenvolvimento local e cooperação transnacional. (Ver Gráfico 2).

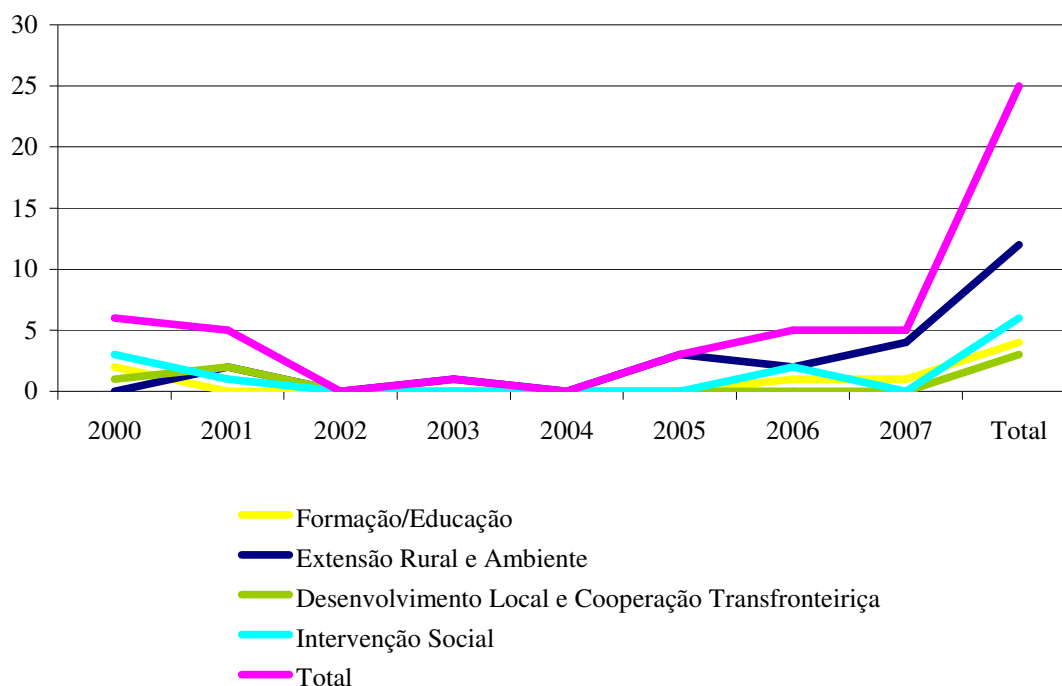
Gráfico 2 – Número de projectos dinamizados, por área de intervenção (2000-2007)



Fonte: Relatórios de Actividades da ADPM (2000-2007)

Em igual período a ADPM realizou 25 estudos/diagnósticos, observando-se um aumento de investigação, ao longo do período temporal em análise. (Ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Número de estudos/diagnósticos realizados, por área de intervenção (2000-2007)



Fonte: Relatórios de Actividades da ADPM (2000-2007)

Por último, a análise dos relatórios de actividades permitiu verificar que a ADPM, no âmbito da sua intervenção, realiza diferentes eventos em Mértola, referentes a variadas temáticas e para públicos bastante diversificados. Entre 2000 e 2007 foram organizados 63 eventos, tais como: seminários, encontros, workshops, campos de férias, feiras promocionais, viagens, intercâmbios, entre outros.

3.2.2.1. Extensão Rural e Ambiente

Esta área de intervenção é dinamizada por uma equipa qualificada na área da agronomia, florestas, geografia e ambiente que trabalha com os objectivos de *“investigar e demonstrar alternativas de gestão dos recursos naturais e a sua relação com as actividades agro-silvo-pastoris, promovendo uma utilização sustentada das potencialidades do território; continuar as acções de educação e sensibilização ambiental, no sentido de esclarecer as comunidades para os valores em que deverá*

assentar o desenvolvimento local e estimular o exercício de uma cidadania ambiental activa; desenvolver e ampliar um conjunto de parcerias com as entidades que actuam ao nível do desenvolvimento do território, contextualizando a estratégia utilizada e alargando-a à escala regional e nacional.” (Portfólio da ADPM, 2007).

Dos diferentes projectos desenvolvidos nesta área de trabalho a ADPM destaca no seu portfólio o processo de constituição do Parque Natural do Vale do Guadiana, a implementação do Centro de Interpretação da Paisagem da Amendoeira da Serra e a criação do Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental do Monte do Vento.

De acordo com a análise feita aos relatórios de actividades, no período compreendido entre 2000 e 2007, a área de extensão rural e ambiente dinamizou 170 projectos, que corresponde a 35,4% do total dos projectos dinamizados, realizou 12 estudos/diagnóstico, editou 25 materiais e realizou 6 eventos. Os projectos desenvolvidos têm como área geográfica de intervenção o concelho de Mértola, sendo que alguns alargam a sua área de trabalho ao Baixo Alentejo e Algarve, como é exemplo as actividades de educação ambiental e o cordão verde.

Por outro lado, esta área de trabalho colabora com diferentes entidades de diferentes concelhos limítrofes ao concelho de Mértola, na dinamização de projectos e iniciativas. Em 2007, colaborou com a Câmara Municipal de Almodôvar na realização da Feira do Cogumelo e do Medronho em São Barnabé, com a Câmara Municipal de Beja na criação de uma Quinta Pedagógica e na realização da Feira de Agricultura Biológica.

3.2.2.2. Educação e Formação

Esta área de intervenção é dinamizada por uma equipa qualificada com formação na área da economia e serviço social. Diariamente esta equipa trabalha como os objectivos de *“qualificar escolar e profissionalmente uma numerosa comunidade juvenil, para quem o sistema escolar parece não ser a resposta adequada, e uma não menos relevante comunidade feminina, que a escassez de oportunidades do território arrastou para as tarefas domésticas ou os trabalhos agrícolas; recuperar saberes seculares, há muito perdidos no tempo, mas que se mostram nichos potenciais de auto-emprego; combater o desemprego através da disponibilização de um conjunto de recursos técnicos e humanos, de apoio à divulgação de mecanismos de inserção profissional;*

favorecer a aquisição de novas competências, que possibilitem a progressão na carreira de activos empregados; contribuir para a qualificação da comunidade educativa; educar para a cidadania, para a participação e para a construção de uma comunidade aprendente.” (Portfólio da ADPM, 2007).

Desde 1996, a ADPM é acreditada pelo Instituto para a Qualidade na Formação como entidade formadora e desde, 2003 está acreditada enquanto entidade potencialmente promotora de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências pela Direcção Geral de Formação Vocacional.

De acordo, com o gabinete de educação/formação da ADPM, no período compreendido entre 2000 e 2007, foram dinamizados 55 cursos e 81 acções de formação, correspondendo a um total de 934 formandos.

Quadro 4 – Actividade formativa da ADPM (2000/2007)

Período	N.º de cursos	N.º de cursos EFA	N.º acções	N.º de formandos
2000/2004	26	2	38	424
2004/2007	23	4	43	510
Total	49	6	81	934

Fonte: Gabinete de Educação/Formação ADPM

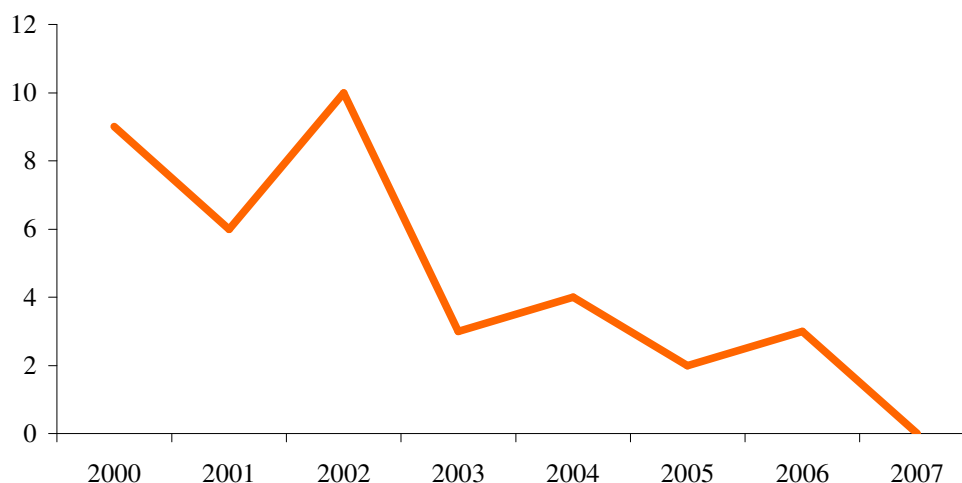
3.2.2.3. Intervenção Social

A área de intervenção social é dinamizada por uma equipa qualificada na área do serviço social e pretende promover a inclusão social e colmatar as necessidades sentidas pela população, em particular ao nível de: *“desemprego, isolamento sócio demográfico, insucesso escolar, dependências, entre outras. Metodologicamente, pretende-se fomentar a participação dos indivíduos na resolução dos seus problemas envolvendo-os nos processos de inclusão e intervenção activa enquanto cidadãos informados, responsáveis e com capacidade de decisão”*. (Portfólio da ADPM, 2007).

A área de intervenção social tem vindo ao longo dos anos a perder dinâmica. Isso é perceptível ao olharmos para o número de projectos dinamizados entre 2000 e 2007. *“A área social talvez tenha sido aquela que tem perdido mais expressão, não importância,*

eu diria expressão em termos da quantidade de projectos que estão a ser implementados, mas isso depende com a criação da rede social, com o trabalho a nível social, dentro do concelho, agora ser feito de outra forma.” (elemento 2 da ADPM). (Ver Gráfico N.º 4).

Gráfico 4 – Projectos dinamizados na área da intervenção social (2000/2007)



Fonte: Relatórios de Actividades da ADPM (2000-2007)

Apesar do decréscimo de projectos, esta área de trabalho tem mantido actividade através da realização de estudos/diagnósticos e da organização de eventos. De acordo com os dados fornecidos pelos relatórios de actividades, entre 2000 e 2007, realizou 6 estudos/diagnósticos e organizou 12 eventos.

3.2.2.4. Desenvolvimento Local e Cooperação Transnacional

A área de intervenção desenvolvimento local e cooperação transnacional é dinamizada por uma equipa qualificada e multidisciplinar nas áreas da investigação social aplicada, sociologia e gestão de ambiente, a qual persegue os seguintes objectivos: *“promover, apoiar e realizar, fundamentalmente, actividades orientadas para o desenvolvimento local; articular e potenciar os recursos endógenos, com as contribuições exógenas; praticar regularmente a avaliação dos planos e acções desencadeadas, analisando os*

impactos produzidos, os objectivos alcançados e ainda por alcançar; praticar o princípio da investigação/acção, o que significa actuar e investigar em simultâneo (...)” (Portfólio da ADPM, 2007).

Nesta área de trabalho está integrado todo o trabalho no âmbito da informação Europeia, através da dinamização do Centro de Informação Europe Direct do Baixo Alentejo. Este centro tem como objectivos: facilitar e estimular o diálogo e a cooperação entre os vários actores chave na vida social e económica da sociedade rural; apoiar os cidadãos, as ADL, os empresários, as escolas, a administração pública local e outros agentes regionais que necessitem de informação sobre a União Europeia; promover encontros, acções de formação e workshops; participar em iniciativas para obtenção e partilha de conhecimento sobre a situação da Europa.

Para além desta iniciativa são realizados encontros gerais ou temáticos, para troca de experiências e conhecimento; a promoção de eventos; a organização de actividades de informação/comunicação; o desenvolvimento de trabalho de investigação, estudos estratégicos, etc; e o apoio técnico e de consultoria às empresas e às instituições públicas e privadas na elaboração de candidaturas a programas específicos, na realização de diagnósticos e avaliações e na implementação de projectos. (Portfólio da ADPM, 2007).

Segundo os relatórios de actividades, no período compreendido entre 2000 e 2007, este gabinete dinamizou 67 projectos, a que corresponde 22,2% do total de projectos dinamizados pela ADPM, realizou 3 estudos/diagnósticos, organizou 12 eventos e editou/publicou 14 materiais. Apesar dos seus projectos terem como área de abrangência o concelho de Mértola e a sua população, observamos a existência de alguns projectos com uma escala de trabalho para além do concelho de Mértola, como é exemplo, entre muitos outros, o projecto Rede de Centros Históricos Menores, que integra também o concelho de Alcoutim.

3.2.2.5. Cooperação para o Desenvolvimento

A última área de intervenção é a cooperação para o desenvolvimento, a qual é dinamizada por uma equipa qualificada e multidisciplinar nas áreas do serviço social, da investigação social aplicada, da sociologia e da economia.

A área da cooperação para o desenvolvimento tem como objectivos: “*diagnosticar carências locais e regionais, e envolver e captar interesses para a definição de projectos capazes de alcançar os fins da sua satisfação; promover intercâmbios e cooperação entre grupos; promover e colaborar na promoção de iniciativas visando a educação para o desenvolvimento; promover e colaborar em iniciativas e acções que, respeitando a cultura dos povos, contribuam para minorar as carências das vítimas de catástrofes naturais ou humanas*”. (Portfólio da ADPM, 2007).

Nesta área de intervenção a ADPM iniciou o seu trabalho de cooperação com Marrocos, e depois alargou a cooperação a Moçambique e Cabo Verde.

De acordo com a análise realizada aos relatórios de actividades, entre 2003 e 2007, foram dinamizados 24 projectos e editados 4 materiais. Sendo de destacar as acções de formação e qualificação de adultos; alfabetização de adultos; construção e aquisição de equipamentos destinados ao ensino formal e informal e a construção de equipamentos para a captação de água potável. (Ver anexo 3).

3.2.3. Estruturas da ADPM

Ao longo dos seus 27 anos de trabalho, a ADPM conseguiu criar e dinamizar um conjunto de estruturas semi-autónomas, que funcionam como projectos estruturantes e instrumentos privilegiados, para a dinamização de diferentes iniciativas e projectos, nomeadamente: (Ver anexo 3).

Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental do Monte do Vento (CESAMV)

Em 1993, foi criado o CESAMV, uma propriedade agrícola com cerca de 200 hectares situada a norte do concelho de Mértola, numa área de elevado interesse para a conservação da natureza, no coração do Parque Natural do Vale do Guadiana.

Aqui desenvolvem-se actividades em vários domínios: programas de educação e sensibilização ambiental; acções de conservação e gestão racional dos recursos naturais; agricultura biológica (produção de chás e ovelha campaniça); actividades de valorização e divulgação das potencialidades do território e ecoturismo.

Os dados estatísticos disponíveis revelam que o Monte do Vento, entre 2004 e 2007, registou 377 visitas e um total de 546 pessoas.

Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra (CAAS)

Este Centro tem uma capacidade de alojamento para 36 pessoas, em regime de camarata e dois quartos duplos. A sua criação teve como objectivos: apoiar a dinamização de actividades no Centro de Educação Ambiental e fomentar o turismo escolar e o ecoturismo.

Os dados estatísticos disponíveis revelam que o CAAS, entre 2004 e 2007, registou 267 visitas e um total de 365 pessoas.

Centro de Interpretação da Paisagem (CIPAS)

Após a autarquia local ter recuperado a antiga escola primária da Amendoeira da Serra, a ADPM aproveitou este espaço para a criação do CIPAS. Localizado a 18km da Vila de Mértola, este é um espaço onde o visitante poderá folhear livros gigantes sobre a paisagem, com informações para todas as curiosidades, assistir a um documentário sobre a região que o espera lá fora e, de uma forma geral, despertar os sentidos para um percurso em paisagem alentejana, recheado de peculiaridades.

As visitas ao CIPAS surgem integradas nas actividades do Monte do Vento e em situações pontuais, tais como: encontros, acções de formação, workshops, entre outros.

Núcleo de Artes e Ofícios Tradicionais da Amendoeira da Serra

Esta estrutura foi inaugurada em Julho de 2007 e surgiu com o objectivo de proporcionar, aos turistas e visitantes das Terras do Pulo do Lobo, o acesso a um espaço de exposição e venda de produtos tradicionais produzidos em Mértola, como por exemplo, o vinho, o mel, as mantas de lã.

Actualmente, esta infra-estrutura encontra-se encerrada, porque não existem recursos financeiros que permitam a sua abertura ao público.

Ecotecas Terrestre e Fluvial

De forma a melhorar a oferta de recursos técnicos, metodologias e instrumentos pedagógicos que promovam a aprendizagem e facilitem a implementação de projectos

educacionais nas escolas foram criadas uma ecoteca terrestre e uma ecoteca fluvial, enquanto veículos de apoio devidamente apetrechados com equipamentos audiovisuais e recursos lúdico-pedagógicos.

A ecoteca fluvial para além da vertente pedagógica, assume também uma vertente turística proporcionando a realização de viagens turísticas ao longo do rio Guadiana.

Em 2006 e 2007, a ecoteca fluvial realizou 43 viagens, englobando um total de 1353 beneficiários.

Centro de Recursos em Conhecimento (CRC)

O CRC é especializado nas temáticas do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e surgiu com o objectivo de disponibilizar à comunidade em geral, mas sobretudo aos profissionais da formação e a outros agentes educativos suportes pedagógicos sobre estas temáticas, contribuindo para o reforço das suas competências e, em última instância, para o combate à info-exclusão dos cidadãos e cidadãs. O CRC dispõe de uma sala de biblioteca/sala de leitura, mediateca e duas salas de formação, devidamente equipadas. E, actualmente, regista 244 utilizadores registados.

3.2.4. Parcerias da ADPM

Na prossecução dos seus objectivos e na dinamização dos projectos a ADPM é entidade parceira de diferentes entidades de âmbito local, regional e nacional de natureza pública e privada, com é de destacar: autarquias; universidades; institutos politécnicos; escolas; agrupamentos de escolas; organismos do Estado e diferentes entidades da sociedade civil.

Internacionalmente, é de salientar o apoio e envolvimento do WWF (World Wide Fund of Nature) nas diferentes componentes ligadas à conservação e educação ambiental do projecto integrado de Mértola. Para além desta, surgem outras entidades parceiras de âmbito transnacional para a concretização de projectos, em todas as áreas de intervenção da ADPM. As entidades parceiras são de natureza pública e privada, tais como, escolas, municípios, associações, etc, provenientes de diferentes países Europeus e Africanos.

Ao nível do trabalho em rede, a nível transnacional, a ADPM faz parte da rede Europeia – Centros Europe Direct e da Fundação Anna Lindh e, a nível nacional, pertence aos órgãos locais da IDEIA ALENTEJO e ANIMAR, bem como está representada na Confederação das Associações de Defesa do Ambiente no Conselho Cinegético de Mértola, Conselho Cinegético de Serpa, Conselho da Bacia do Guadiana e Conselho Consultivo do Parque Natural do Guadiana.

Paralelamente, a ADPM é também membro dos Núcleos Concelhios do Projecto Vida e Rendimento Mínimo Garantido, pertencendo ainda ao Conselho Consultivo do Instituto Politécnico de Beja, da Escola Superior de Beja e do Agrupamento Escola 1º Ciclo – Mértola.

É de referir, que do trabalho desenvolvido entre a ADPM e outras duas associações de Alcoutim (Alcance e Odiana) foi criada a associação “Terras do Baixo Guadiana”, entidade integradora da intervenção das três associações no território do Baixo Guadiana.

Por último, do trabalho de parceria entre a ADPM e um privado, resultou a criação do operador turístico – Alentejo Tours.

Em 2007, a ADPM regista 57 protocolos de parceria assinados com diferentes entidades com as quais colabora activamente, em diferentes projectos.

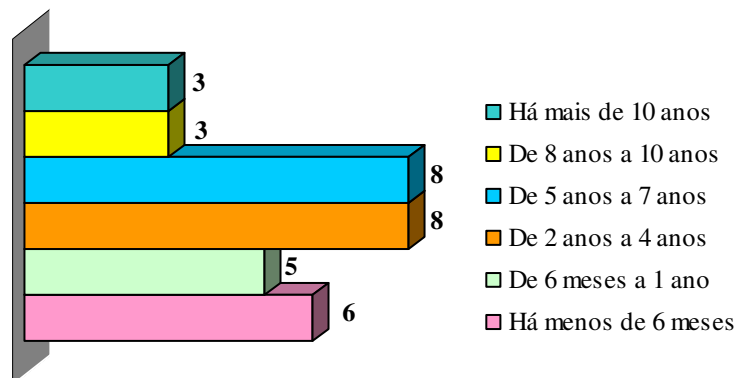
No entanto, para além destes surgem muitos outros parceiros, os quais participam na concretização de diferentes projectos. Neste momento, não existe um número real e sistematizado que permita quantificar o número total de entidades parceiras.

3.2.5. Recursos Humanos da ADPM

A ADPM ganha vida através do trabalho de uma equipa de 33 pessoas, 76% são do género feminino e 24% são do género masculino. É uma equipa jovem, com uma idade média de 33 anos, em que 64% dos trabalhadores têm idade compreendida entre os 19 e os 33 anos e 36% têm uma idade entre os 34 e os 58 anos.

Podemos considerar que a ADPM tem uma equipa rejuvenescida, porque cerca de 58% dos trabalhadores trabalham há menos de 5 anos na ADPM e apenas 18% dos trabalhadores estão há 8 ou mais anos.

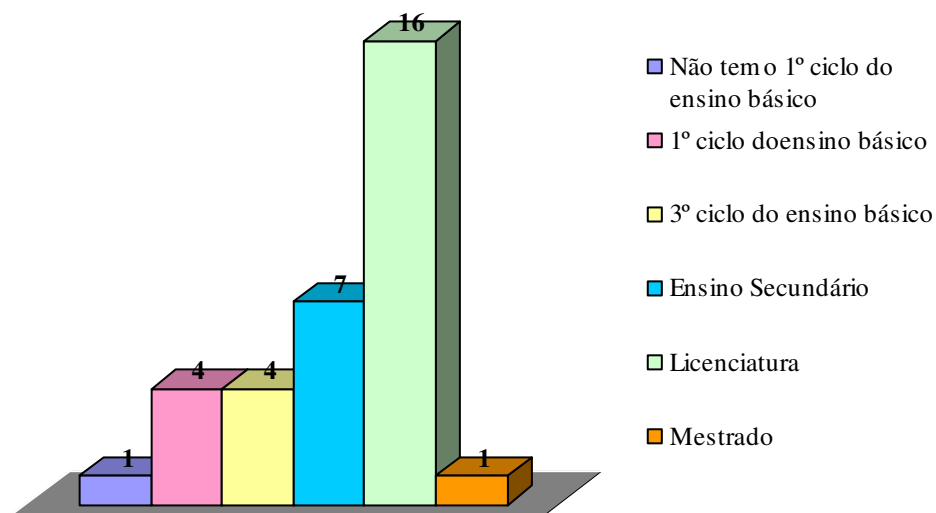
Gráfico 5 – Número de trabalhadores distribuídos pelo período de tempo que trabalham na ADPM



Fonte: Inquérito por questionário aos trabalhadores da ADPM

No que se refere às habilitações literárias, 48% da equipa tem uma escolaridade igual ou inferior ao ensino secundário, 49% têm licenciatura e apenas 3% tem mestrado.

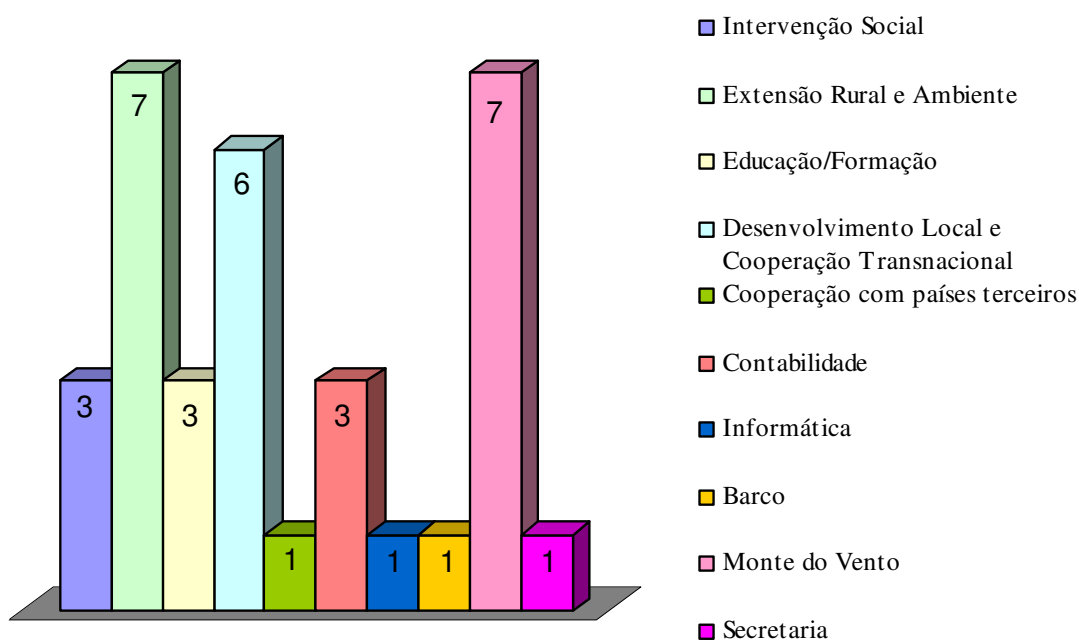
Gráfico 6 – Habilitações literárias dos trabalhadores da ADPM



Fonte: Inquérito por questionário aos trabalhadores da ADPM

A equipa de trabalho da ADPM é distribuída por diferentes áreas de trabalho, sendo que a grande maioria trabalha na área da extensão rural e ambiente, monte do vento e desenvolvimento local e cooperação transnacional.

Gráfico 7 – Recursos humanos da ADPM por áreas de trabalho – 2008



Fonte: Inquérito por questionário aos trabalhadores da ADPM

Nas diferentes áreas de trabalho, os trabalhadores desempenham funções distintas: coordenadores (15%), técnicos superiores (25%), estagiários (12%), animadores (3%), administrativos (18%), técnicos profissionais (3%) e trabalhadores indiferenciados (24%).

Para além desta equipa, a ADPM conta com um conjunto de colaboradores episódicos que se mostram disponíveis, sempre que necessário, para colaborar em diferentes iniciativas.

Em termos organizativos, a equipa está organizada por áreas de trabalho em gabinetes, os quais são coordenados por um(a) técnico(a), nomeado(a) pela direcção e a cada gabinete está afecto uma equipa técnica e um(a) administrativo(a).

É de salientar que, a dinamização e gestão de cada uma das estruturas da ADPM está confiada a uma equipa de trabalho, a qual é liderada por um(a) coordenador(a).

3.2.6. Análise do conceito de desenvolvimento local no âmbito da intervenção da ADPM

3.2.6.1. Análise da intervenção em geral

a) Territorialização (referência a uma comunidade humana)

A ADPM tem como principal área geográfica de intervenção o concelho de Mértola, no entanto, nos últimos anos tem alargado o seu trabalho, através da dinamização de diferentes projectos, em outros concelhos próximos, como é exemplo, o concelho de Beja, de Almodôvar, de Alcoutim e de Barrancos.

Apesar deste alargamento territorial a ADL centra a sua intervenção na comunidade local de Mértola, ou seja, a sua intervenção é pensada e estruturada sempre em primeira instância para o concelho de Mértola e para esta comunidade local.

Quando pedimos aos entrevistados que caracterizassem a intervenção da ADPM começaram por referir a sua génese, como e porque surgiu, e foi salientado o percurso de trabalho da associação em duas dimensões: a diversidade das actividades e a dimensão da associação em termos físicos e humanos. De acordo com os entrevistados, a ADPM *“é provavelmente, uma das maiores associações do país, em termos das pessoas que tem a trabalhar e com uma diversidade enorme, precisamente, porque é quase como se fossem 4 ou 5 associações”*. (elemento 4 da ADPM). A actividade da ADPM *“é transversal e de abrangência”* (elemento 1 da ADPM), *“muito diversificada”* (elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado) e que *“intervém em áreas fundamentais do desenvolvimento local”* (elemento 1 da Autarquia Local). Neste seguimento, foram destacados alguns projectos/iniciativas de referência, da sua intervenção em Mértola, nomeadamente, a constituição do PNVG, a aquisição da propriedade “Monte do Vento”, o apoio dado aos empresários, o apoio dado aos jovens, a oferta formativa para diversos públicos, a organização do mestrado, as actividades de preservação ambiental e a agricultura biológica.

A intervenção da ADPM é caracterizada pela capacidade de mobilizar recursos, de impulsionar dinâmicas e pelo “*trabalho constante*” (elemento 2 da ADPM) de envolvimento com a população.

Por sua vez, surge um entrevistado que considera que a ADPM “(...) *é uma organização muito fechada em si própria, o que leva a que a imagem que sobressai para a comunidade não seja muito conhecida.*” (elemento 2 da Autarquia Local).

Neste âmbito, os trabalhadores da ADPM foram questionados sobre se consideram que o seu trabalho é reconhecido e respeitado na comunidade. Dos respondentes 97% consideram que sim, sendo que apenas 3% considera o seu trabalho muito técnico e que “*não está virado para a comunidade*”, acrescentando, por outro lado que “*não há suficiente difusão do trabalho*”.

Ao nível da comunicação/informação observamos que a ADPM tem um trabalho reduzido e com pouca visibilidade a nível local. Especificamente, apenas dispõe de recursos informativos on-line (o website e o moodle) e algum contacto pontual com os meios de comunicação social. É de salientar que, desde 2007 está a ser feito um esforço na área da comunicação e informação para o exterior, nomeadamente, através de um maior contacto com os meios de comunicação social. No entanto, a nível local a comunicação/informação ainda não é trabalhada convenientemente de forma a tornar o trabalho conhecido pela população, entidades e grupos locais.

Três dos entrevistados salientam a importância da ADPM para este território, considerando que a sua não existência era uma perda para o concelho. A ADPM é encarada “*como uma das associações mais importantes do país*” (elemento 3 das Associações Locais) e como “*uma entidade relevante no concelho. (...) Se a ADPM não existisse muitas das respostas às necessidades da população iriam diminuir drasticamente, como é exemplo a formação profissional, a educação e o emprego.*” (elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado).

No que se refere à identidade própria da população de Mértola, todos os entrevistados consideram que a população de Mértola, no seu todo, tem uma identidade própria. Um dos entrevistados considera que as pessoas individualmente não se identificam muito com este território.

Os sinais identitários assinalados, por todos os entrevistados, podem ser agrupados em 3 aspectos identitários: o património edificado, o património natural e a cultura. É referido que, a identidade desta comunidade é alicerçada na vida rural a qual “*está muito enraizada*” (elemento 1 da ADPM) e na “*posição geográfica*” (elemento 4 da ADPM) do território.

Quadro 5 – Sinais identitários observados em Mértola

Património Edificado	Património Natural	Cultura
Os Achados arqueológicos	O Rio Guadiana	A Pronúncia da fala
O Castelo de Mértola	O Campo (com a fauna e a	O Passado agrícola
Os Moinhos	flora)	A Pesca
As Paredes caiadas de branco	As Paisagens	A Gastronomia
e barras azuis		Os Produtos locais
As Ruínas		

Fonte: Entrevistas

Quatro dos entrevistados consideram que a identidade de Mértola se caracteriza por uma dualidade entre a margem esquerda e a margem direita do rio Guadiana, nomeadamente, a zona da Mina de São Domingos e a vila de Mértola. Ou entre as freguesias do Norte do Concelho, mais ligadas à cidade de Beja e as freguesias do sul mais ligadas ao Algarve.

Quando questionados sobre a capacidade de mobilização da população em defesa dos seus interesses, dois dos entrevistados consideram que essa capacidade não existe e os restantes consideram-na muito baixa e que surge muito raramente. Esta situação, segundo os entrevistados deve-se, principalmente, às características da população, tais como, a dispersão geográfica dos aglomerados habitacionais, o isolamento, o número de pessoas idosas, o reduzido número de habitantes, as questões culturais e as questões de educação e formação. Por outro lado, é uma “*população, na sua maioria, que se interessa, pouco pelo que se passa (...)*” (elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado) e existe uma atitude de delegação de responsabilidade para as entidades locais, quer sejam públicas ou privadas, ou seja, “*(...) estão sempre há espera*

que alguém ou uma entidade faça.” (elemento 2 da Autarquia Local) e com a posição de que *“(...) o problema é este e vocês, agora é que têm de resolver”*. (elemento 2 da ADPM).

No âmbito da sua intervenção a ADPM, de acordo com a opinião de todos os entrevistados, toma em consideração os aspectos identitários e os problemas da população nos projectos/iniciativas que dinamiza. No entanto, o elemento 1 da Autarquia Local considera que *“de certa maneira sim, mas eu acho que aqui existe... tem existido alguma, digamos, alguma desfocagem entre aquilo que uma certa opinião pública mais erudita, mais intelectual, acha que é a identidade da população e os seus anseios, da população e aquilo que realmente são esses anseios e essa identidade. Há um ligeiro desfasamento, que se verifica na pouca adesão de iniciativas, que determinadas pessoas, consideram que são iniciativas muito boas que deveriam ter uma grande adesão por parte da população, que corresponderiam à sua própria identidade, no fundo não é isso que acontece na realidade.”*

Por último, foi pedido para os entrevistados identificarem projectos desenvolvidos pela ADPM e que contribuíssem ou que contribuem para o reforço identitário da população de Mértola. Nesta questão, nenhum dos entrevistados demonstrou dificuldades em enunciar pelo menos um projecto e no total foram identificados 18 projectos, alguns por mais de duas pessoas, como é exemplo o Plano Integrado Terras do Pulo do Lobo, o Monte do Vento e a recuperação de moinhos de vento e água.

b) Satisfação de necessidades não satisfeitas

Nesta dimensão todos os entrevistados internos da ADPM referiram que na sua intervenção utilizam diagnósticos de necessidades realizados por outras entidades locais, e foram destacados: o diagnóstico social da Câmara Municipal de Mértola, os diagnósticos do IEFP de Beja sobre as necessidades formativas, os planos de ordenamento do território e o plano de gestão do PNVG.

Por outro lado, foi referido que a ADPM *“(...) também faz (...) diagnósticos do território”* (elemento 2 da ADPM), *“(...) em muitas das áreas. Às vezes não são diagnósticos feitos de uma forma científica, (...), mas diagnósticos muitas vezes feitos*

pela própria vivência diária constante e quotidiana das pessoas que trabalham na ADPM.” (elemento 4 da ADPM).

Todos os projectos da ADPM são desenvolvidos com o objectivo de contribuir para a satisfação das necessidades sentidas pela população e pelo território e, neste sentido, os entrevistados confirmam que a ADPM tem respondido às necessidades da população. Quando questionados que tipo de necessidades têm sido satisfeitas, são referidas principalmente necessidades relacionadas com a questão da educação e formação da população, da empregabilidade, do fomento do empreendedorismo, da vertente económica, da promoção do turismo, da preservação do ambiente, da demonstração, da promoção do território, do património e da identidade, da inserção social e do enriquecimento cultural da população.

Alguns dos entrevistados consubstanciam esta análise em iniciativas concretas. Por exemplo o elemento 2 da ADPM refere que na *“falta de empreendedorismo, a ADPM tem tido um esforço contínuo. Por exemplo, criar gabinetes de apoio à iniciativa local, em que se ajuda a pessoa a criar o seu pequeno negócio (...).”*; o elemento 3 da ADPM salienta o *“reforço de escolaridade, com os cursos EFA. (...) A questão da demonstração e de promoção do território, por exemplo, para determinados produtos. (...) no caso da Feira do mel, queijo e pão. (...) No caso do Monte do Vento, através da demonstração, por exemplo, no caso da produção de plantas aromáticas e medicinais num território, em que não tem alternativas ao nível da gestão agro-florestal (...).”*; o elemento 2 da Autarquia Local distingue *“(...) o enriquecimento cultural e de conhecimento da população através da dinamização de viagens.”* E, por último, o elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado destaca a *“(...) empregabilidade através da dinamização das empresas de inserção.”*

Concretamente, no período entre 2000 e 2007, na área da educação e formação a ADPM dinamizou 55 cursos e 81 acções de formação, correspondendo à necessidade de educação e formação de 934 pessoas. Paralelamente, ao nível do acesso à informação a *“ADPM foi a primeira entidade local a disponibilizar, para utilização pública, um computador com acesso à Internet”* (elemento 1 da ADPM). Por outro lado, criou e mantém em funcionamento um Centro de Recursos em Conhecimento que, apesar de ser especializado em ambiente e desenvolvimento sustentável, dispõe de diversos recursos sobre outras áreas importantes de educação e informação, registando 244 utilizadores.

No que concerne, à satisfação da necessidade da empregabilidade, a ADPM têm contribuído de forma directa e indirecta. A nível directo verifica-se que 48,5% dos trabalhadores da sua equipa de trabalho são naturais e residem no concelho de Mértola, por outro lado, foram dinamizados 29 cursos de formação profissional, dos quais 6 cursos de Educação e Formação de Adultos, dirigidos a desempregados, que beneficiaram cerca de 350 pessoas. A nível indirecto, tem apoiado as empresas locais, na elaboração de projectos de financiamento, os quais permitiram a criação de outros postos de trabalho. Neste caso, não foi possível sistematizar quantitativamente os beneficiários.

Ao nível da satisfação das necessidades de dinamização da economia local, a ADPM através do CriA(c)tivos, apoia investidores, facultando informação, reforçando a aproximação, o acompanhamento e o esclarecimento entre proprietários rurais e outros investidores no domínio do apoio técnico-científico, trabalhando principalmente, no apoio à criação de novas empresas e na elaboração de projectos agrícolas. Os relatórios de actividades, entre 2000 e 2003, revelam que foram apoiados nove projectos de investidores privados com uma vertente económica. Entre 2004 e 2007, apesar dos relatórios de actividades referenciam este trabalho não o quantificam. Por outro lado, são dinamizados eventos que permitem a promoção e divulgação dos produtos locais, como é exemplo a Feira do Mel, Queijo e Pão.

No que se refere à promoção turística o trabalho da ADPM centra-se na dinamização de seis projectos, quatro dos quais são estruturantes (Operador turístico “Alentejo Tours”, Monte do Vento, Ecoteca Fluvial e CAAS), porque funcionam como sustentáculo da recepção e animação de visitantes e permitem a realização de outras iniciativas. De acordo com os registos destas estruturas, entre 2004 e 2007, o número de visitantes no Monte do Vento foi 546 pessoas, no CAAS foi 365 pessoas e na Ecoteca Fluvial, entre 2006 e 2007, foi 1353 pessoas.

Uma das grandes necessidades satisfeitas pela acção da ADPM foi a preservação do património natural através da criação do PNVG, da dinamização de actividades de educação ambiental e do desenvolvimento de boas práticas agrícolas, em parceria com escolas, associações e autarquias locais. Desde o surgimento da ADPM, as questões da preservação e conservação da natureza têm sido uma das principais áreas de intervenção, representando 35,4% do total de projectos dinamizados, entre 2000 e 2007, pelo gabinete de extensão rural a ambiente.

Ao nível da satisfação de necessidades culturais, a ADPM realiza, todos os anos, visitas para os sócios. Desde 2000, cerca de 450 pessoas tiveram a oportunidade de participar em nove viagens (quatro em Portugal e cinco ao estrangeiro), de estreitar relações com outros Mertolenses e enriquecer os seus conhecimentos através do contacto com outras culturas.

As estratégias de trabalho definidas pela ADPM para responder às necessidades sentidas pela população traduzem-se: no envolvimento de todos os *stakeholders*, tais como entidades e beneficiários; na utilização da metodologia de investigação-acção “(...) *um esforço contínuo de estar sempre a perceber quais são as necessidades da população (...)*” (elemento 2 e 4 da ADPM); a capacitação das pessoas, nomeadamente, da equipa de trabalho da ADPM e da população; a demonstração de práticas e a promoção do território.

c) Mobilização das capacidades locais (recursos endógenos)

Todos os entrevistados internos da ADPM consideram que, no âmbito da sua intervenção, mobilizam recursos endógenos, de três tipologias: humanos, materiais e naturais. No que se refere aos recursos financeiros, o elemento 4 da ADPM considera que “*o território não tem recursos financeiros*” para financiar as actividades da ADPM “*não existem empresas com alguma dimensão*” e, de acordo com o elemento 1 da ADPM “*neste momento não há qualquer apoio financeiro por parte da autarquia. Portanto, não há qualquer entidade financiadora que possa apoiar a ADPM.*”.

Foi referenciado pelos entrevistados que os recursos locais “*são sempre privilegiados em qualquer projecto*” (elemento 3 da ADPM) e “*muitas vezes só vamos buscar recursos de fora quando os que aqui existem não dão resposta às nossas necessidades.*” (elemento 2 da ADPM). Existe, uma clara preocupação na priorização da mobilização de recursos endógenos.

Em 2007, os recursos humanos endógenos mobilizados, em termos quantitativos, traduzem-se nos 48,5% do total de trabalhadores da equipa de trabalho da ADPM e nos 38,1% do total de formadores.

Ao nível dos recursos materiais mobilizados, estes traduzem-se em salas de formação e de reunião, da ADPM ou cedidas por entidades locais; em produtos locais, como mel,

vinho, queijos, entre outros; e outros materiais necessários para dinamizar as diferentes actividades. No entanto, é impossível quantificar estes recursos materiais, em relação ao total de recursos mobilizados.

Os recursos naturais mobilizados são todos endógenos e traduzem-se nas plantas aromáticas e medicinais, na fauna e na flora, no rio Guadiana e nas paisagens.

d) Utilização fertilizadora dos recursos exógenos

No que se refere à utilização de recursos exógenos, todos os entrevistados internos da ADPM salientam que é uma prática constante, em três tipologias de recursos: materiais, humanos e financeiros, porque *“simplesmente não existem em Mértola”* (elemento 2 da ADPM), principalmente os recursos financeiros. De acordo com os entrevistados, o financiamento *“é todo não local (...) é feito a partir de projectos ou de prestação de serviços, normalmente em entidades externas ao concelho.”* (elemento 3 da ADPM).

Em 2007, os recursos humanos exógenos mobilizados correspondem a 51,5% do total de trabalhadores da equipa de trabalho da ADPM e a 61,9% do total de formadores. É de salientar, que do total de trabalhadores da ADPM exógenos ao concelho de Mértola, 65% optaram por residir no concelho de Mértola. Para além destes recursos humanos, surgem ainda colaboradores episódicos, que são pessoas individuais ou representantes de entidades externas ao concelho de Mértola, mas que de acordo com a sua experiência de trabalho e conhecimentos representam uma mais valia para o trabalho desenvolvido pela ADPM. Não existem dados sistematizados que permitam quantificar o número de colaboradores episódicos da ADPM.

Os onze entrevistados foram unânimes na consideração de que a ADPM tem articulado recursos locais e recursos não locais, numa perspectiva de melhoria da intervenção.

De acordo com os entrevistados, as estratégias utilizadas pela ADPM para articular os recursos numa perspectiva de fertilização são: analisar os recursos necessários disponíveis a nível local e posteriormente a nível não local; estabelecer parcerias; captar recursos humanos e financeiros; privilegiar o conhecimento e a inovação e dinamizar iniciativas piloto.

Os técnicos da ADPM atribuem uma grande importância à articulação de recursos locais e não locais, porque consideram que não se pode intervir no território *“só com base nos recursos que aqui existem porque muitas das vezes esses recursos também são limitados. O importante aqui, é (...) aproveitar também, os recursos de fora para fomentar, para promover os recursos locais e conseguir trabalhar com esse consenso, em regime de parceria.”* (elemento 2 da ADPM) e, de acordo com o elemento 4 da ADPM *“(...) se todas as pessoas fossem do território, a sua visão sobre o território seria condicionada pelo facto de ser do território, portanto, ter pessoas de fora enriquece brutalmente a experiência da ADPM.”*

Neste sentido, os entrevistados dão alguns exemplos dessa boa articulação: *“(...) o mestrado, da ADPM, é um exemplo muito claro, da capacidade de trazer os recursos para cá e por sua vez mobilizar cá intervenções.”* (elemento 1 das Associações Locais). A *“(...) questão do Leader. Portanto, acho que aí há o campo por excelência da intervenção, que tem trazido algumas vantagens acrescidas e de articulação entre as vertentes locais e externas. (...)”* (elemento 1 da Autarquia Local). E, por último, o elemento 2 da Autarquia Local considera que *“a ADPM capta recursos não locais, como financiamentos e utiliza-os para preservar e promover os recursos locais, como pessoas e produtos”*.

e) Promoção da participação da população

Todos os entrevistados consideram que a ADPM promove o contacto com a população, através de encontros formais *“(...) tem uma panóplia de encontros, de sessões, de seminários, de workshops, que anualmente desenvolve, em qualquer área de trabalho.”* (elemento 2 da ADPM) e encontros informais *“(...) vai-se a um café a consegue-se falar com uma pessoa e se calhar é nesses momentos, mais informais, que a informação se consegue recolher desta população e desta localidade. (...) as viagens de sócios (...)”*(elemento 2 da ADPM).

No entanto, é afirmado por dois dos entrevistados que *“a ADPM promove, mas mais no sentido em que pelos projectos que tem muitas vezes isso tem que acontecer. Mas digamos que um trabalho mais de base com a população, já o fez mais do que faz hoje em dia, (...). Hoje a lógica dos processos de desenvolvimento, a lógica dos projectos, a*

lógica dos financiamentos está muito para além do dia-a-dia, do contacto directo e portanto isso obriga muitas vezes a que a ADPM desenvolva projectos de investigação, desenvolva projectos que terão impacto no futuro, outro tipo de trabalho e muitas vezes não obriga a que tenha que contactar mais directamente com a população.” (elemento 4 da ADPM).

No que se refere às características da participação individual e colectiva da população, os inquiridos classificam a participação como “*muito ténue*” (elemento 4 da ADPM), sendo que “*(...) a participação individual é mais fácil que a participação colectiva. (...) a participação individual acontece por parte de algumas pessoas com bastante frequência. Agora a participação colectiva tem a ver com tudo o que é apresentações públicas, tudo o que é seminários, as pessoas praticamente não aparecem e é necessário ter alguma coisa que as afecte muito (...)*” (elemento 1 da ADPM).

Para que a população participe implica um esforço acrescido da equipa da ADPM “*temos que ser sempre nós a puxar a carroça. (...) Os convites têm que ser individuais e personalizados, senão as pessoas não vão, não estão presentes.*” (elemento 3 da ADPM) e “*quando não vêm logo que aquilo é uma mais valia para si ou que é algo que lhe diga respeito, não participam. (...)*” (elemento 2 da ADPM). De acordo, com a opinião dos entrevistados isto acontece devido às características da população, ou seja, por um lado, culturalmente já é uma população que se mobiliza pouco e, por outro lado, a dispersão geográfica dos aglomerados populacionais pelo concelho, as elevadas faixas de idade e os baixos níveis de escolaridade contribuem para essa pouca participação.

Quando questionados sobre a periodicidade de encontro com a população, nenhum dos entrevistados conseguiu definir uma periodicidade, ou seja, os encontros formais acontecem conforme as necessidades dos projectos e os encontros informais correrem frequentemente, nos cafés e em festas locais. Quando questionados em termos de número de participantes, todos respondem que é baixo, afirmando que é necessário tomar em consideração as características da população nesta variável. No entanto, um dos entrevistados, refere que “*não considero que quantificar estes momentos também seja o mais importante (...) nunca é quantidade, mas a qualidade dessa participação. E julgo que aí se consegue muita das vezes identificar alguns líderes de opinião, alguns actores chave, que esses então é que é fundamental que se consigam cativar e muitas*

das vezes são esses que nos transmitem também a opinião de outras pessoas que representam.” (elemento 2 da ADPM).

As estratégias utilizadas pela ADPM para promover a participação da população traduzem-se em quatro pontos: 1) Dinamizar projectos e iniciativas: o estar constantemente a fazer projectos implica *“continuar a chamar”* (elemento 1 da ADPM) a população a participar a se envolver; 2) Aproximação da comunidade: *“Apostar mais em momentos informais, apostar na nossa deslocação junto da população e não tentar concentrar a vinda deles cá.”* (elemento 2 da ADPM); 3) Divulgação: de iniciativas de projectos, porque *“se as pessoas também não estiverem informadas é logo a principal barreira para não participar.”* (elemento 2 da ADPM); 4) Envolver a população: fazer sentir à população *“que fazem parte de todo o processo”* (elemento 3 da ADPM). Neste ponto, o elemento 4 da ADPM deu um exemplo de uma estratégia utilizada para que as pessoas participem, se envolvam mais na vida da ADPM *“(…) nos corpos sociais, tentamos sempre que haja uma mistura muito grande de pessoas, de sócios da ADPM, mas pessoas que não estão o dia-a-dia na associação, que não são doutorados, não têm cursos superiores. E isso é muito, também, porque fazemos reuniões dos corpos sociais da associação, para tentarmos de alguma forma uma ligação, algum desprendimento, as opiniões vindas dessas pessoas, são desprendidas do dia-a-dia da ADPM.”*

f) Visão integrada dos projectos

Segundo os entrevistados esta dimensão está presente na intervenção da ADPM nos vários indicadores analisados. Na sua opinião, consideram que existe uma articulação dos diferentes domínios da intervenção, de uma forma transversal, afirmando que é assumidamente uma metodologia de trabalho *“que está subjacente a qualquer projecto da ADPM”* (elemento 2 da ADPM). E, de acordo com o elemento 4 da ADPM, a razão dessa articulação é a *“multidisciplinaridade de técnicos que existe”*. Na sua opinião, *“(…) a qualidade do técnico (...), passa muito pela abrangência que esse técnico tenha do processo de desenvolvimento e pelas áreas que domine, minimamente, desse processo de desenvolvimento. (...) se o técnico não tiver uma visão global, uma visão integrada, do processo de desenvolvimento e dos vários domínios do desenvolvimento, dificilmente conseguirá desenvolver bem, ou pelo menos desenvolveria muito melhor, se tivesse essa visão, abrangente e estratégica.”*

Os projectos identificados como projectos integrados foram: O “*PI Terras do Pulo do Lobo*” (elemento 1 da ADPM), os “*campos de férias para crianças*” (elemento 2 da ADPM), as “*actividades de educação ambiental*” (elemento 3 da ADPM) e o estudo “*avaliação dos impactos ambientais e sócio-económicos do abandono das terras agrícolas nos concelhos interiores do Baixo Alentejo*” (elemento 4 da ADPM).

No que se refere ao indicador do envolvimento de diferentes grupos etários, a resposta foi unânime em afirmar que esse envolvimento é uma realidade, sendo que cada um deu exemplos claros de projectos: “*Entre-Gerações*” (elemento 1 da ADPM), “*Terras do Pulo do Lobo*” (elemento 2 da ADPM), “*acções de educação ambiental*” (elemento 3 da ADPM), recuperação “*do moinho de água (...) do moinho de vento*” (elemento 4 da ADPM).

Quando questionados sobre a relação entre tradição e modernidade, nos projectos que implementam, todos consideram que existe essa relação e identificaram como exemplo os projectos: “*Centro de Interpretação da Paisagem, Terras do Pulo do Lobo, (...) cooperativa oficina de tecelagem*”. (elemento 2 da ADPM); “*O projecto de recursos florestais não lenhosos em que estamos partindo por exemplo de saberes tradicionais e aproveitamentos tradicionais neste casos com as túberas, podemos passar a outro domínio em que as pessoas podem aprender como é que se podem observar, fazer uma pasta de túberas, de secar um cogumelo e de repente esse produto passa a ter um valor acrescentado completamente diferente, porque se juntou à questão da tradição uma modernização.*” (elemento 3 da ADPM); “*O projecto Terras do Pulo do Lobo, o Land Art, o centro de interpretação da paisagem.*” (elemento 4 da ADPM).

Por último, os entrevistados foram questionados se utilizam a metodologia de investigação-acção no âmbito do seu trabalho e todos referiram que “*sim*”. O elemento 3 da ADPM acrescenta que “*Essa componente é muito importante para poder validar alguns dos nossos trabalhos. Sentimos mesmo essa necessidade, por isso aproveitamos o facto de termos esta equipa multidisciplinar para muitas vezes antes de intervir quando é necessário podermos investigar e perceber, diagnosticar qual é que é a situação.*”. Mais uma vez são mencionados exemplos de iniciativas onde se utilizou essa metodologia. Especificamente: “*(...) O projecto mais recente, é o (...) projecto-piloto de percursos tipo de inserção sócio-profissional de DLD`S.*” (elemento 1 da ADPM); O “*Centro de Interpretação da Paisagem, Terras do Pulo do Lobo, o caso da*

cooperativa oficina de tecelagem”. (elemento 2 da ADPM); “(...) *o projecto da Avaliação dos Impactos Biofísicos e Sócio-Económicos das alterações do uso do solo.*” (elemento 3 da ADPM).

g) Trabalho em parceria

O trabalho em parceria é visto como uma estratégia de trabalho que caracteriza a intervenção da ADPM e, de acordo com os inquiridos quase todos os projectos da ADPM são dinamizados em parceria. Actualmente, a ADPM conta com 57 protocolos de parceria assinados com diferentes entidades, mas o número de entidades parceiras que colaboram com a ADPM, na implementação dos diferentes projectos, ascende às centenas. O número de entidades parceiras da ADPM não está sistematizado, mas a análise de alguns dos projectos implementados pela ADPM, recentemente, reflectem essa dimensão.

As parcerias da ADPM são de natureza pública e privada, desde o nível local até ao nível transnacional. O trabalho com outras entidades é encarado como uma mais valia para a entidade e para o território, porque *“alarga os nossos conhecimentos, quer dos territórios quer de determinadas áreas de estudo, reforça as nossas competências enquanto técnicos e enquanto entidade e isso traduz claramente em projectos mais adequados à realidade, projectos mais inovadores, projectos que contribuem claramente para o desenvolvimento do concelho de Mértola ou de outros concelhos em que estejamos a trabalhar.”* (elemento 2 da ADPM).

Ao analisarmos as parcerias numa escala local verificamos que os entrevistados expressam uma opinião que revela que as parcerias entre as entidades locais sofreram alterações nos últimos anos e que, actualmente, se traduzem num distanciamento entre entidades, num clima de desconfiança e de protagonismo, que provoca o enfraquecimento das relações de parceria dentro do concelho, tornando-as frias e muito formais. As razões apresentadas para esta situação são: 1) a utilização das entidades para o protagonismo de pessoas; 2) a não existência do espírito de pensar em conjunto em *“que estamos a trabalhar para uma actividade única e que o nosso objectivo, é todos o mesmo”* (elemento 2 da ADPM); 3) a falta de cultura de parceria; 4) as questões políticas.

No que se refere ao trabalho em parceria entre a ADPM e as entidades locais, verificamos que este é uma realidade. No entanto, é possível constatar que esse trabalho em parceria sofreu algumas modificações nos últimos anos, ou seja, actualmente é um trabalho mais fraco, mais distante. Este facto, leva a que a ADPM considere, que neste momento, tem *“parcerias mais activas fora de Mértola do que dentro de Mértola”* (elemento 2 da ADPM).

Os entrevistados como observadores privilegiados, avaliaram o trabalho de parceria entre a ADPM e a instituição que representam, como um trabalho positivo e, todos salientaram que desenvolvem ou já desenvolveram vários trabalhos em conjunto.

Dois dos entrevistados fazem uma análise mais crítica salientando que *“a ADPM vive muito fechada sobre si própria, nomeadamente, na concepção dos projectos e depois na sua própria execução (...) tem muitas parcerias assinadas, digamos, no papel, mas que não são parcerias efectivas, nem na concepção dos projectos, nem da concepção das estratégias de intervenção, nem depois na concretização dessas mesmas iniciativas.”* (elemento 1 da Autarquia Local). Na opinião do elemento 2 da Autarquia Local *“as parcerias deviam de estar mais activas. A ADPM devia de estar mais envolvida com as outras entidades e até se envolver nos projectos de outras entidades.”*

h) Diversidade de caminhos

A ADPM é uma ADL que intervém em diferentes áreas de trabalho, com principal destaque: a extensão rural e ambiente; a educação e formação; o desenvolvimento local e a cooperação transnacional, a intervenção social e, mais recentemente a área de cooperação para o desenvolvimento. Estas áreas surgem como grandes “chapéus” da intervenção da ADPM e integram no seu âmbito uma grande diversidade de projectos e iniciativas, com diferentes tipologias, parcerias e beneficiários. A intervenção protagonizada pela ADPM é adaptada a cada situação específica, de forma a atingir os melhores resultados e o maior número de beneficiários.

A análise dos relatórios de actividades (2000-2007), permite verificar que as áreas de intervenção da ADPM foram sofrendo alterações, ao longo dos anos, resultado do surgimento de outros campos de acção, motivados pelo surgimento de novas necessidades da população e do território ou pela implementação de políticas e

programas do Governo e da Comunidade Europeia. Por outro lado, dentro de cada área de trabalho é observável a existência de diferentes projectos, adaptados ao tipo de beneficiários e aos resultados que se pretendem obter. Por exemplo, na área de extensão rural e ambiente, ao olharmos para as actividades de educação ambiental, verificamos que para além dos projectos direccionados para as escolas, existem outros para trabalhar com a população em geral ou com técnicos, ou seja, existe o objectivo geral de sensibilizar e educar a população para as questões ambientais, mas a forma como os projectos e as actividades são concebidos, depende das características do público-alvo e da forma como é sentida essa necessidade.

De acordo com os entrevistados, a intervenção da ADPM adapta-se muito bem a cada situação específica. E neste sentido, a ADPM apresenta quatro características que contribuem para essa adaptação: 1) a versatilidade; 2) a renovação “*das suas metodologias de trabalho, das suas próprias áreas de trabalho, (...)*” (elemento 2 da ADPM); 3) a atenção sobre a conjuntura das políticas a ser implementadas, dos programas de financiamento e das necessidades da população e do território; 4) o reforço das competências, nomeadamente, através do trabalho em parceria e de novas assessorias técnicas.

Por último, os entrevistados referem que no âmbito da sua intervenção a ADPM procura diferentes experiências de trabalho. Aliás esta procura de novos conhecimentos, novas práticas, é encarada como parte da estratégia de trabalho da ADPM e, surge, principalmente, pelo trabalho em parceria, em conjunto com outras entidades.

O elemento 4 da ADPM refere que “*desde o início, identificámos algumas instituições de referência e algumas pessoas de referência. Posso me lembrar, que a ADPM, referenciava-se e referenciava-se muito com a associação In Loco, (...) com a actuação do professor Alberto Melo. A ADPM referenciava-se muito com algumas actuações e algum trabalho do WWF.*”.

O elemento 3 da ADPM considera que este aspecto “*tem sido fundamental no crescimento da associação, dos seus técnicos e no trabalho que eles depois conseguem realizar neste território, porque muitas vezes falta-nos a criatividade para darmos soluções a determinados problemas e às vezes conhecendo outras realidade semelhantes mas com soluções que para nós nos são novas, conseguimos perceber que*

de facto podemos trabalhar esses problemas aqui no território de uma forma diferente daquilo a que estávamos habituados e conhecíamos (...)”.

A procura de novos conhecimentos e práticas é exemplificada através da formação com o WWF Mediterrâneo que “*permitiu ir conhecer outros sítios do mediterrâneo em situações muito similares e perceber quais são as soluções para esses territórios, para depois importar essas ideias, adaptando-as à realidade local.*” (elemento 3 da ADPM); e os “*ensinamentos que recolhemos, em termos de desenvolvimento rural, por parte da In Loco, foram fundamentais, para desenvolvermos o trabalho, porque eles tinham uma experiência muito maior do que a nossa, nos produtos locais, no trabalho com as pequenas e micro-empresas e com mulheres. (...)*” (elemento 4 da ADPM).

i) Impacto na comunidade

Esta dimensão foi analisada através de dois indicadores, um referentes aos efeitos indirectos da intervenção da ADPM na comunidade e o outro referente à sustentabilidade e autonomia dos projectos.

No que se refere aos efeitos indirectos na comunidade, todos os entrevistados consideram que a intervenção da ADPM tem diferentes efeitos e, segundo o elemento 3 das Associações Locais, “*(...) os resultados são muito lentos e (...) só na segunda geração vão desabrochar em aspectos (...) pioneiros (...) ou seja (...) quando isto servir de modelo de (...) desenvolvimento integrado.*”.

Todos os efeitos apontados são classificados, pelos entrevistados, como contributos para o processo de desenvolvimento do concelho de Mértola e podem ser agrupados em grandes áreas: criação de entidades, dinamização económica, dinamização social, maior educação e informação, promoção do concelho e reforço da auto-estima e da identidade da população.

Especificamente, ao analisarmos em profundidade cada uma das áreas de efeitos da intervenção da ADPM observamos que são destacados diferentes efeitos, exemplificados com algumas iniciativas concretas.

Quadro 6 – Principais efeitos indirectos observados na comunidade

Área de Efeitos	Principais efeitos observados
Criação de entidades	“ <i>Seguramente, 90% das entidades que existem aqui e não são públicas, foram criadas com o apoio da ADPM ou pela ADPM, (...)</i> ” (elemento 1 da ADPM) e são destacadas a criação da Oficina de Tecelagem, do Parque Natural do Vale do Guadiana e da ADL Terras do Baixo Guadiana.
Dinamização económica	Criação de emprego, surgimento e crescimento de micro-empresas, maior empreendedorismo por parte do privado, surgimento de novas oportunidades de negócio, reforço do tecido empresarial, diversificação das actividades económicas.
Dinamização social	Maior consciência cívica, de cidadania, de participação. Efeito de consciência ambiental.
Maior educação e informação	Aumento da escolarização da população, possibilita a vinda de pessoas com novas ideias, o efeito demonstrativo de práticas, o acesso à informação através da “ <i>(...) criação do Centro de Recursos, a criação dos espaços de Internet. Quando eu vim para Mértola existia no concelho, tirando a escola, apenas uma entidade que tinha Internet, que era a ADPM (...)</i> ”. (elemento 1 da ADPM), o reforço das competências profissionais através da formação, qualificação das pessoas.
Promoção do concelho	Atractividade do território. “ <i>Reconhecimento do concelho fora.</i> ” (elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado). “ <i>O Reforço da imagem do concelho</i> ” (elemento 2 da ADPM).
Reforço da auto-estima e da identidade da população	“ <i>(...) O impacto que a ADPM tem em termos de orgulho, de auto-estima pelo trabalho que desenvolve. (...) A dinâmica que se gerou aqui e (...) este é o tipo de contributo mais imaterial, mais fino, mais difícil de explicar, que tem sido o mais importante que a ADPM tem dado a este território. Para além dos projectos materiais, dos 300 e tal projectos, dos milhares de euros e dos fundos que se trouxeram. Os materiais, o Monte do Vento, o Barco, para além disso tudo é este aspecto mais fino, porque este ninguém o tira. O Monte do Vento pode acabar, o barco pode acabar, mas este contributo imaterial, esta vivência, esta dinâmica, isto marcou definitivamente o território e as pessoas deste concelho, sei que não seria o mesmo se não existisse a ADPM, em termos de vivência, em termos de identificação (...)</i> ” (elemento 4 da ADPM)

É de salientar que, um dos entrevistados considera que o efeito ao nível da qualificação das pessoas, tem o efeito contrário de contribuir para o agravamento de um problema já existente nas áreas rurais, ou seja, as “*(...) pessoas com mais formação, normalmente*

vão à procura de melhores condições de trabalho, não procuram precariedade no trabalho e não têm ambição em fixar-se em meios pequenos.” (elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado).

O elemento 1 da Autarquia Local, considera que tem existido uma evolução, em que *“ultimamente já se tem percebido, caminhar para uma visão, digamos, de reforço do tecido empresarial, menos paternalista, mais ligada à iniciativa privada, apoiar mais a iniciativa privada e ser a própria associação a fazer.”*

Este inquirido considera que *“houve durante bastante tempo uma visão (...) idealista, pouco ligada àquilo que era a realidade e que eram as necessidades mais prementes e também uma (...) falta de visão estratégica relacionada com uma intervenção com efeitos mais concretos, tendo em conta a realidade em que nos inserimos. Mas isso tem sido (...) comum às associações de desenvolvimento.”*

A análise do indicador da sustentabilidade e da autonomia dos projectos permite verificar que este é destacado, por todos os entrevistados internos da ADPM, como objecto de preocupação por parte da equipa de trabalho, porque *“era importante que o projecto não obtivesse o seu início e o seu fim e acabasse após o financiamento era importante que continuasse, porque são projectos de impacto sempre social e económico e portanto, tem que haver uma continuidade.”* – (elemento 1 da ADPM).

De acordo com o elemento 3 da ADPM, *“enquanto um projecto está a ser desencadeado nós começamos logo a pensar como é que lhe vamos dar continuidade, não estamos a pensar que quando acabarmos vamos fazer uma coisa completamente diferente. Não! Esses projectos têm de ser sempre seguidos e continuados. É a forma de trabalhar dos técnicos aqui da associação, (...) e, isso faz com que os projectos a longo prazo se tornem autónomos e sustentáveis, o caso do Monte do Vento será por ventura um exemplo disso (...).”*

Os entrevistados da ADPM referem que a sustentabilidade e a autonomia dos seus projectos, e até da própria organização, é assegurada através: do trabalho em parceria, da obtenção de receitas (através da venda de produtos, prestação de serviços e captação de fundos privados), da definição de novos projectos que possam dar continuidade às intervenções e através do esforço acrescido de trabalho da equipa da ADPM.

Os entrevistados consideram que a garantia de sustentabilidade e de autonomia dos projectos está dependente da tipologia dos projectos que desenvolvem e que varia de projecto para projecto, o elemento 2 da ADPM considera que “(...) *dentro de um projecto da área social, é muito difícil nós falarmos em questões de sustentabilidade.*”. É referido, que a ADPM tem “*projectos que são estruturantes e que têm que ter continuidade (...)*” (elemento 3 da ADPM), como é exemplo o Monte do Vento, o CAAS, o CIPAS, a ecoteca fluvial, a ecoteca terrestre, entre outros.

3.2.6.2. Análise dos projectos/ iniciativas destacados

Na fase de recolha de dados foi solicitado a todos os inquiridos, que identificassem projectos desenvolvidos pela ADPM que, na sua opinião, se destacam e que traduzem o trabalho desta organização. Do total dos 44 inquiridos, 37 identificaram 24 projectos, desenvolvidos no período temporal entre 2000 e 2007. (Ver Anexo 8).

Quadro 7 – Projectos destacados por área de intervenção

Área de Intervenção	N.º de projectos destacados
Extensão Rural e Ambiente	8
Desenvolvimento Local e Cooperação Transnacional	5
Intervenção Social	3
Educação e Formação	3
Transversal a várias áreas	3
Vertente empresarial	2
Total	24

Os projectos destacados correspondem a todas as áreas de intervenção, com principal destaque para os projectos dinamizados nas áreas de extensão rural e ambiente e desenvolvimento local e cooperação transnacional. São também destacadas duas iniciativas com uma vertente empresarial, nomeadamente, o operador turístico “Alentejo Tours” e a empresa de inserção em agricultura biológica.

O operador turístico “Alentejo Tours” é destacado porque, segundo os inquiridos, permite o desenvolvimento do turismo e a promoção do Alentejo e é uma iniciativa

empresarial que vem contribuir para a dinamização económica do sector turístico (em expansão na região).

A empresa de inserção é destacada porque ajudou a criar postos de trabalho em Mértola.

No conjunto de projectos destacados surgem eventos, estudos, publicações e infra-estruturas e toda a formação escolar e profissional.

Ao nível dos eventos são destacadas as diferentes feiras dinamizadas pela ADPM, com principal destaque para a Feira do Mel, Queijo e Pão. Este evento foi destacado porque segundo os inquiridos é um evento que mobiliza a população inteira do concelho e é muito reconhecido por esta. É de referir que, actualmente, este evento passou para a responsabilidade da Câmara Municipal de Mértola, sendo dinamizado em exclusivo por esta entidade.

Por outro lado, surge com destaque o estudo da Avaliação dos Impactos Ambientais e Sócio-Económicos do Abandono das Terras Agrícolas nos concelhos interiores do Baixo Alentejo, o qual é realizado pela equipa da ADPM e se encontra na fase final.

No total de projectos/iniciativas destacados evidencia-se também uma publicação, a qual foi apresentada publicamente no início do ano de 2008, ou seja, o CD interactivo – À descoberta do Rio Guadiana no Saramugo.

Os respondentes destacam quatro infra-estruturas, nomeadamente, o CAAS, o CIPAS, O CRC e o Monte do Vento. O CAAS é destacado porque é um projecto com continuidade, com capacidade de se sustentar, surgindo como um alojamento numa área rural que permite o contacto com a natureza. O CIPAS é visto como uma infra-estrutura que permite divulgar e interpretar a paisagem e contactar com a natureza. O CRC é destacado porque é uma infra-estrutura que disponibiliza informação e conhecimento para os habitantes e turistas. E, por último, o Monte do Vento é destacado porque permite a realização de vários projectos na área da agricultura e do ambiente, com vertentes demonstrativas e educativas, desenvolvendo diferentes actividades para diferentes públicos e é um projecto com continuidade, com capacidade de se sustentar.

Por último, é destacada toda a formação escolar e profissional, com principal destaque para a possibilidade da ADPM fazer certificação escolar e os cursos de Educação e Formação de Adultos. De acordo com, os inquiridos a formação merece destaque

porque tem impacto na comunidade, responde ao problema da falta de qualificação das pessoas e da falta de trabalho e é também reconhecida pela população.

Ao analisarmos a frequência de resposta dos inquiridos verificamos que os projectos mais destacados foram: PI Terras do Pulo do Lobo (15 pessoas); Ecoteca Fluvial (11 pessoas); Actividade Formativa (9 pessoas); Ecoteca Terrestre (8 pessoas); o Monte do Vento e o Mestrado (6 pessoas); Cria(c)tivos e Cordão Verde (5 pessoas); Idosos em Movimento, Biomértola e CD interactivo: À descoberta do Guadiana no Saramugo (4 pessoas). Os restantes projectos foram identificados por um menor número de pessoas.

Por grupos de inquiridos verificamos que os observadores privilegiados da ADPM destacam 7 projectos: Monte do Vento (3 pessoas); Actividade Formativa (2 pessoas); a Ecoteca Fluvial (1 pessoa); PI Terras do Pulo do Lobo, Feira do Mel Queijo e Pão, CAAS e Cria(c)tivos (1 pessoa). Os entrevistados internos da ADPM destacam 14 projectos: PI Terras do Pulo do Lobo (4 pessoas); Mestrado, CRC, Monte do Vento, Cordão Verde e Actividades de educação ambiental (2 pessoas); Ecoteca Terrestre, Ecoteca Terrestre; CIPAS, Cria(c)tivos, RCSM, Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências; Avaliação dos Impactos Ambientais e Sócio-Económicos do Abandono das Terras Agrícolas nos Concelhos Interiores do Baixo Alentejo e Centro Europe Direct (1 pessoa).

Ao analisarmos a amostra dos projectos, tendo em consideração as dimensões em análise do conceito de desenvolvimento local, verificamos que:

a) Territorialização (referência a uma comunidade humana): Todos os projectos são dinamizados no concelho de Mértola, sendo que 11 projectos estendem a sua área de intervenção a outros concelhos limítrofes e à região do Baixo Alentejo, como é exemplo o projecto Centro Europe Direct.

Em termos identitários, os entrevistados consideram que os projectos: PI Terras do Pulo do Lobo, Ecoteca Terrestre e Ecoteca Fluvial, Monte do Vento, Feira do Mel, Queijo e Pão, CIPAS e Cria(c)tivos, contribuem para o reforço identitário da população de Mértola. Ao analisarmos as actividades destes projectos/iniciativas verificamos que estas vão ao encontro dos diferentes sinais identitários referenciados pelos

entrevistados, nomeadamente, o rio, o campo (fauna e flora), as paisagens e os produtos locais.

b) Satisfação de necessidades não satisfeitas: Todos os projectos são protagonizados com o objectivo de satisfazer necessidades não satisfeitas, sentidas não só pela população, de uma forma geral, como também por grupos específicos (Exemplo: agricultores, empresários, produtores, idosos) ou por entidades locais. O desenho de todos os projectos é concebido com base nos resultados obtidos dos diagnósticos de necessidades realizados pela ADPM, de maneira formal e científica ou informal e de proximidade, ou realizados por outras entidades locais ou regionais.

Do total de projectos/iniciativas destacados é possível identificar diferentes tipologias de necessidades satisfeitas pela sua acção, nomeadamente: a capacitação e educação de pessoas (actividade formativa e escolar e o mestrado); o acesso à informação (Centro Europe Direct e o CRC); a promoção dos produtos locais (Feira do Mel, Queijo e Pão); o apoio à economia local (CriA(c)tivos); a criação de emprego (Empresa de inserção em agricultura biológica); a demonstração de práticas agrícolas alternativas e sustentáveis (Cordão Verde, Monte do Vento e Biomértola); a inclusão social de grupos em risco ou de pessoas desfavorecidas (Entre-Gerações, Idosos em Movimento e Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências); a conservação da natureza (Monte do Vento, Cordão Verde, Actividades de Educação Ambiental, CD Interactivo – À descoberta do Rio Guadiana no Saramugo, CIPAS, Ecoteca Fluvial e Ecoteca Terrestre); a dinamização turística (Operador Turístico “Alentejo Tours”, Dinamizar para o turismo expandir, CD Interactivo – À descoberta do Rio Guadiana no Saramugo, Ecoteca Fluvial, Rede de Centros Históricos Menores e CAAS), e a revitalização e dinamização de pequenos aglomerados populacionais (PI Terras do Pulo do Lobo).

c) Mobilização das capacidades locais (recursos endógenos): Em todos os projectos são mobilizados recursos locais, tais como: recursos humanos (formadores, animadores, voluntários), recursos naturais (paisagens, o rio, a fauna, a flora), recursos materiais (espaços comunitários, infra-estruturas de apoio, produtos locais), recursos institucionais (parcerias) e recursos imateriais (conhecimentos, know-how). Todos os

projectos identificados mobilizam recursos endógenos, no entanto, no decorrer da investigação não foi possível quantificar com rigor os recursos endógenos mobilizados.

d) Utilização fertilizadora dos recursos exógenos: Em todos os projectos são mobilizados recursos exógenos humanos, materiais, institucionais e financeiros, numa perspectiva de fertilização das intervenções. O recurso exógeno mais mobilizado é o financeiro, porque todos os projectos são financiados por dinheiros externos ao concelho, provenientes de diferentes programas de financiamento Comunitário ou Nacional, de individuais ou de empresas. Os recursos exógenos são procurados e utilizados para fertilizar iniciativas, que se fossem concebidas exclusivamente com recursos locais não conseguiam obter os resultados que apresentam ou nem seriam dinamizadas. Tal como, nos recursos endógenos, não foi possível quantificar com rigor os recursos exógenos que foram mobilizados pela ADPM.

e) Promoção da participação da população: A promoção da participação é observada na implementação de quatro projectos (PI Terras do Pulo do Lobo, Actividades de Educação Ambiental, Cordão Verde e Biomértola), ou seja, são projectos que apresentam actividades específicas que implicam a realização de encontros, de reuniões com a população e, onde a sua participação é fundamental para a obtenção dos resultados definidos no projecto ou para a definição de novas actividades e práticas. Neste caso, a participação centra-se ao nível da elaboração do diagnóstico, elaboração da ideia de projecto e execução das actividades. No que se refere, ao número de participantes nesses projectos, a ADPM considera-o baixo, quando comparado com o número de pessoas que poderiam usufruir das actividades, mas ao tomar em consideração os factores que podem influenciar a participação (faixa etária, habilitações literárias, motivação, entre outras) o número passa a ser considerado como razoável. No entanto, é de salientar, que ao longo da investigação não foi possível sistematizar dados estatísticos que permitam quantificar o número de pessoas participantes em cada um dos projectos. O número de participantes nas actividades está correlacionado com a tipologia do encontro, ou seja, se são actividades, em que as pessoas têm um papel de observadores ou ouvintes o número de participantes aumenta, se são actividades, em que as pessoas têm de expressar opinião ou de se envolver directamente em algum

trabalho o número diminui. Por outro lado, quando se pede uma participação individual das pessoas, o número de participantes também diminui, quando comparado com encontros em que se pede uma participação colectiva. Da amostra analisada, os restantes 20 projectos apresentam características e actividades que apenas envolvem a participação das pessoas na execução das actividades, na qualidade de beneficiários ou não implicam o trabalho directo com a população, como é exemplo o projecto do CD Interactivo – À descoberta do Rio Guadiana no Saramugo e o mestrado.

f) Visão integrada dos projectos: Do total de projectos que constituem a amostra apenas um (operador turístico “Alentejo Tours”) não apresenta uma visão integrada. Todos os outros, apesar de serem definidos sob uma grande área “chapéu” incorporam vários domínios de intervenção. Este facto é observável através da articulação do trabalho existente entre as áreas de intervenção da ADPM na implementação dos projectos, levando a que muitas vezes os projectos sejam executados, ao mesmo tempo, pelos vários gabinetes, sendo muitas vezes difícil de definir a que área de trabalho diz respeito. Na amostra os projectos: Avaliação dos Impactos Ambientais e Sócio-Económicos do Abandono das Terras Agrícolas nos Concelhos Interiores do Baixo Alentejo, CAAS, CIPAS e a Empresa de Inserção em Agricultura Biológica são um claro exemplo de trabalho integrado.

Por outro lado, os projectos, para além de se enquadrarem em diferentes áreas de intervenção, abordam diferentes problemas e necessidades através de diferentes tipologias de actividades, especificamente direccionadas para diferentes públicos-alvo, como é exemplo as actividades de educação ambiental.

Na análise realizada aos projectos foi possível observar a presença de características, como: o envolvimento de diferentes grupos etários, a relação entre a tradição e a modernização e a utilização da metodologia de investigação-acção. O envolvimento de diferentes grupos etários é uma característica em 4 dos projectos (Ecoteca Fluvial, Actividades de Educação Ambiental, Entre-Gerações e Idosos em Movimento). A relação entre a tradição e a modernização é evidenciada em seis dos projectos, principalmente, naqueles em que a partir de conhecimentos e de práticas tradicionais, se desenvolvem actividades recentes ou utilizam metodologias de trabalho directamente relacionadas com a modernidade (Monte do Vento, Idosos em Movimento, Cordão

Verde, Biomértola, CD Interactivo – À descoberta do Rio Guadiana no Saramugo e CIPAS). Por último, a metodologia de investigação-acção é observável em sete projectos (Actividade Formativa e Escolar, PI Terras do Pulo do Lobo, Avaliação dos Impactos Ambientais e Sócio-Económicos do Abandono das Terras, Biomértola, Rede de Centros Históricos Menores, Cordão Verde e o Monte do Vento).

g) Trabalho em parceria: Do total de projectos que constituem a amostra apenas dois não são dinamizados em parceria, nomeadamente: o CRC e o Dinamizar para o Turismo Expandir. No que se refere, à tipologia de parcerias, os projectos são dinamizados com parcerias locais (concelho de Mértola), regionais, nacionais e transnacionais, de natureza pública e privada (com e sem fins lucrativos). Especificamente, 16 projectos integram parcerias locais, e destes 6 são dinamizados com parcerias exclusivamente locais. Os restantes 6 projectos têm parcerias de âmbito regional, nacional e/ou transnacional. A análise do número de entidades parcerias revela que no âmbito dos 24 projectos são contabilizadas mais de 200 entidades parcerias, algumas presentes em mais do que um projecto.

h) Diversidade de caminhos: Ao analisarmos os 24 projectos que integram a amostra de projectos em destaque, verificamos que muitos são dinamizados com o mesmo objectivo geral, ou seja, a ADPM identifica problemas a serem intervencionados e aposta na dinamização de diferentes projectos/iniciativas, com actividades, beneficiários e parceiros diferentes, mas que contribuem para o mesmo fim. Na amostra é possível agrupar projectos que apesar de terem a mesma essência se caracterizam pela sua adaptação a cada situação específica. Para responder às necessidades da educação e da formação da população a ADPM desenvolve diferentes projectos, como é exemplo, na amostra, a actividade formativa e escolar; o mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento Local e o CRC. Uma outra necessidade de intervenção é a preservação e conservação da natureza e, sobre este “chapéu” a ADPM desenvolve inúmeras iniciativas, como é exemplo: as Actividades de Educação Ambiental, a Ecoteca Terrestre, a Ecoteca Fluvial, o CD interactivo – À descoberta do Rio Guadiana no Saramugo, a Avaliação dos Impactos Ambientais e Sócio-económicos do Abandono das Terras; o Biomértola; o Cordão Verde e o Monte do Vento. Com o objectivo de

dinamizar a economia local a ADPM desenvolve algumas iniciativas como é exemplo: a Feira do Mel, Queijo e Pão; o CRIA(c)TIVOS – Oficina de projectos e investimento no mundo rural e a Empresa de Inserção em Agricultura Biológica. Na dinamização turística do concelho a ADPM apresenta, igualmente, uma grande diversidade de iniciativas, tais como: o CAAS, a Ecoteca Fluvial, o operador turístico “Alentejo Tours”, o Dinamizar para o turismo expandir e a Rede de Centros Históricos Menores. Por último, na amostra é possível verificar um conjunto de projectos que pretendem promover a inclusão social de grupos desfavorecidos ou em risco, nomeadamente: o Entre-Gerações, os Idosos em Movimento e o Plano Municipal de Prevenção Primárias da Toxicodependências.

Esta diversidade de caminhos é reforçada pela preocupação da equipa de trabalho da ADPM em procurar diferentes experiências de trabalho e novos conhecimentos, que possam ser adaptadas e utilizadas numa perspectiva fertilizadora da intervenção. Esta situação é uma preocupação transversal a toda a equipa da ADPM no âmbito do seu trabalho.

i) Impacto na comunidade: No que se refere aos efeitos indirectos na comunidade todos os projectos definem um conjunto de resultados a alcançar, que a prazo contribuirão para que se verifiquem efeitos no território e na população.

Alguns dos efeitos indirectos dos projectos referenciados pelos entrevistados traduzem-se na dinamização sócio-económica, na capacitação e informação da população, na promoção do concelho, no reforço da auto-estima e da identidade da população, na preservação ambiental e na adopção de práticas agrícolas e florestais sustentáveis.

No que se refere à autonomia e sustentabilidade dos projectos é muito difícil de alcançar, devido à tipologia de projectos que são implementados. Ou seja, a grande maioria dos projectos são executados enquanto existe financiamento, depois desta fase, apesar de ser reconhecido não só pela comunidade e pelas entidades da importância das intervenções, não existem recursos que permitam dar uma continuidade.

Na amostra a ADPM tem 10 projectos que apesar do financiamento ter terminado, a sua execução e continuidade é assegurada. É exemplo: algumas iniciativas realizadas no âmbito do PI Terras do Pulo do Lobo, a Ecoteca Fluvial, a Ecoteca Terrestre, a Feira do

Mel, Queijo e Pão, o CAAS, o CIPAS, o operador turístico “Alentejo Tours”, o CRC, o CriA(c)tivos e o Monte do Vento.

Ao analisamos em pormenor estes projectos percebemos o porquê da sua autonomia e sustentabilidade: algumas iniciativas realizadas no âmbito do PI Terras do Pulo do Lobo e a Feira do Mel, Queijo e Pão passaram a ser dinamizadas por outras entidades locais, as quais se responsabilizaram pela sustentabilidade destas acções. A Ecoteca Fluvial, o CAAS e o Operador Turístico “Alentejo Tours” têm uma vertente de exploração turística que permite a obtenção de alguns proveitos, de forma a suportar as despesas básicas e de manutenção. A Ecoteca Terrestre garante a sua sustentabilidade através da realização de pequenos projectos financiados para a realização de actividades de educação ambiental ou prestações de serviços a entidades. O CRC e o CIPAS são duas infra-estruturas de apoio à informação e formação da comunidade local e visitantes, em que a sua sustentabilidade é assegurada pela realização de iniciativas nestes espaços. A autonomia do CriA(c)tivos apenas é assegurada porque a ADPM tem uma equipa técnica estável, qualificada e a trabalhar em tempo inteiro, assegurada por outros projectos e, que organiza o seu tempo e trabalho de forma a apoiar tecnicamente produtores e agricultores. Por último, o Monte do Vento é sustentável pela dinamização de outros projectos complementares a este, pela dinamização da empresa de inserção e pela produção em modo biológico de plantas aromáticas e ovelhas campaniças.

Sumariamente, verificamos que a sustentabilidade e autonomia destes projectos é assegurada de quatro formas principais: dinamização de projectos complementares, a exploração económica, a adopção das actividades por parte de outras entidades locais e a total disponibilização dos escassos recursos humanos, materiais e financeiros da ADPM.

Capítulo 4. Conclusões e Recomendações

Este estudo foi consubstanciado, por um lado, num quadro teórico em torno dos diferentes conceitos de desenvolvimento utilizando, especificamente, o conceito de desenvolvimento local definido por Roque Amaro, o qual considera que existem dez elementos que se constituem como os princípios estratégicos e orientadores e, que devem estar presentes nas diversas iniciativas, para que seja possível falar de desenvolvimento local. E, por outro lado, pelo estudo de caso de uma associação de desenvolvimento local – a ADPM, que intervém num concelho rural de baixa densidade – o concelho de Mértola.

A investigação realizada pretendeu analisar e compreender os contributos que as associações de desenvolvimento local dão nos processos de desenvolvimento em áreas rurais de baixa densidade e verificar se a intervenção da ADPM é coerente com o conceito de desenvolvimento local e se demonstra resultados que respondem às necessidades do território e da população, revelando-se como um factor de promoção de desenvolvimento local.

O quadro teórico utilizado revelou-se extremamente útil para a análise porque, ele próprio, definiu à partida as dimensões de análise a serem trabalhadas e criou um fio condutor lógico de toda a investigação. Todos os princípios foram observáveis na análise de dados, reforçando a importância da sua presença em processos de desenvolvimento local.

A análise dos dados empíricos permitiu confirmar as hipóteses inicialmente definidas, ou seja, a intervenção da ADPM é coerente com o conceito de desenvolvimento local, porque todos os princípios fazem parte da sua metodologia de intervenção e os seus resultados respondem às necessidades do território e da população, revelando-se, assim, como um factor de grande importância na promoção de desenvolvimento local.

No entanto, salientamos que apesar de todos os princípios integrarem a metodologia de intervenção, alguns são mais trabalhados e mais conseguidos do que outros. De todos os princípios analisados, a participação da população e o trabalho em parceria, são aqueles que são menos conseguidos na intervenção da ADPM, resultado da pouca capacidade de mobilização e de participação das populações locais e da pouca cultura de parceria, que ainda se verifica em Mértola e, que de certa forma é transversal a todo o país.

Efectivamente, o grau de participação da população e o trabalho em parceria a nível local não assumem as proporções desejadas e defendidas em termos teóricos, porque no trabalho de terreno, surgem problemas e variáveis em domínios diferentes que condicionam os resultados destes dois princípios. No que se refere ao princípio da participação, o estudo realizado permitiu verificar que, em iniciativas formais, o número de pessoas envolvidas nas diferentes actividades é muito baixo, facto que poderá estar relacionado com a dispersão geográfica, com o isolamento dos aglomerados habitacionais, com uma população envelhecida, com os baixos níveis de escolaridade, com o nível de auto-estima, com as questões culturais, com a delegação de responsabilidades para as entidades locais, entre outros factores. Verificámos ainda que, a população exprime mais facilmente a sua opinião de forma individual do que colectiva, ou seja, muitas das necessidades e problemas são indicados em encontros informais, como conversas de rua, de café e em festas. Estes factos colocam-nos algumas interrogações: O que é a participação em meio rural? O que influencia a participação da população? Como podem e devem trabalhar as entidades locais para que consigam o envolvimento e participação da população?

Por sua vez, o trabalho em parceria surge também como um princípio frágil e que dificulta o processo de mudança e transformação. Em Mértola, o trabalho de parceria entre as diferentes entidades locais revela grandes fragilidades e dificuldades motivadas por vários factores, nomeadamente, as entidades ainda não têm uma sólida cultura de parceria, ou seja, trabalham em conjunto mas no final o trabalho traduz-se “cada um por si”, o envolvimento e identificação político-partidária e a procura de protagonismo das entidades e de quem está à frente. Estas fragilidades no trabalho em parceria originam grandes constrangimentos ao processo de desenvolvimento do concelho de Mértola. Esta situação coloca-nos algumas interrogações: Que tipo de parcerias serão as mais adequadas para o processo de desenvolvimento local em meio rural? Como podem ser ultrapassados os constrangimentos em torno do trabalho em parceria? Será que não existe uma clarificação dos papéis de cada uma das entidades? Será que as ADL surgem como ameaças políticas para outras entidades locais?

A mobilização e participação da população local e o trabalho em parceria são dois princípios do desenvolvimento local que, na nossa opinião funcionam como alavancas de engrenagem do processo de desenvolvimento local, porque representam o

envolvimento e a responsabilização da população local e das entidades. E, neste sentido, enquanto, as entidades locais não se organizarem e trabalharem com parcerias concretas e efectivas, com confiança institucional e, enquanto o envolvimento, a mobilização e a participação da população não assumir uma manifestação activa e colectiva, os processos de desenvolvimento estão ameaçados ou podem não decorrer ao ritmo desejado, porque não existe uma unidade local.

Num patamar intermédio, ou seja, não são mal conseguidos, mas que podem ser melhor trabalhados, surgem os princípios da territorialização e da mobilização das capacidades locais (recursos endógenos). Apesar do trabalho da ADPM ser centrado numa comunidade humana com uma identidade própria é importante que a sua intervenção seja reforçada na proximidade com a população, para que consiga, por um lado, uma maior mobilização e participação da comunidade e, por outro lado, o reconhecimento da importância do seu trabalho a nível local. O princípio da mobilização das capacidades locais surge neste patamar, porque apesar da preocupação da ADPM em mobilizar, prioritariamente, os recursos endógenos e muitos deles já serem utilizados e aproveitados, como é exemplos as plantas aromáticas e medicinais, ainda estão muitos por explorar e que podem dar um grande contributo em prol do processo de desenvolvimento de Mértola.

Apesar da fragilidade dos princípios anteriores, a intervenção da ADPM é beneficiada e deve ser destacada pelo trabalho desenvolvido em torno dos princípios da satisfação de necessidades, da utilização fertilizadora dos recursos exógenos, da visão integrada dos projectos, da diversidade de caminhos e do impacto na comunidade.

O princípio da satisfação de necessidades, integra a metodologia de trabalho da ADPM, sendo possível constatar que a ADPM responde à satisfação de necessidades e problemas sentidos e ainda não sentidos a não local, ou seja, algumas das suas intervenções são para responder a necessidades ainda não sentidas pela população, que são reveladas em estudos e investigações como tendências futuras de aplicação de políticas e directrizes que, num médio e longo prazo, irão originar problemas a nível local, um exemplo claro foi a criação do Parque Natural do Vale do Guadiana, como resposta para evitar a política de florestação com eucaliptos.

No decorrer da investigação foi possível identificar diferentes tipologias de necessidades satisfeitas, nomeadamente: necessidades educativas e formativas,

culturais, sócio-económicas, ambientais, agrícolas e patrimoniais, as quais são satisfeitas através de uma estratégia de trabalho traduzida em aspectos metodológicos: o envolvimento dos *stakeholders* (entidades e beneficiários); realização de investigação-acção; capacitação das pessoas (da equipa de trabalho da ADPM e da população em geral); demonstração de práticas alternativas e promoção territorial.

A atenção das ADL sobre este princípio deve ser reforçada, porque ele está directamente implicado no processo de mudança a nível local e, neste sentido a ADPM revela um estado de alerta às necessidades da população local, protagonizando diferentes iniciativas para a sua satisfação.

Na satisfação das necessidades e problemas a ADPM mobiliza recursos endógenos e recursos exógenos, numa perspectiva de melhorar os resultados das intervenções locais. Ao nível da mobilização de recursos, existe uma priorização da utilização de recursos endógenos, no entanto, os recursos exógenos são mobilizados por duas razões, ou porque simplesmente não existem ou, porque funcionam como recursos fertilizadores da intervenção no território e na comunidade. Neste âmbito a ADPM tem feito um excelente trabalho, porque tem conseguido mobilizar parcerias com entidades não locais para a implementação de projectos e obtenção de maior *know-how*, assessorias especializadas, recursos materiais e institucionais não existentes a nível local e, principalmente, os recursos financeiros para a dinamização das iniciativas e projectos. A intervenção a nível local é potenciada e beneficiada com a mobilização de recursos endógenos e com a utilização fertilizadora de recursos exógenos. A fertilização de recursos é uma mais valia para a intervenção das ADL, porque vem beneficiar os resultados dos projectos/ iniciativas.

O princípio da visão integrada é muito bem conseguido pela ADPM porque, em muitos dos projectos implementados, são articulados vários domínios de intervenção e diferentes grupos etários, é aliada a tradição com a modernidade e é utilizada a metodologia de investigação-acção. A utilização deste princípio como requisito metodológico das ADL permite-lhes ter uma visão global das intervenções em vários domínios e, conseqüentemente, permite justificar as intervenções e aumentar o seu impacto a nível local.

No que concerne, ao princípio da diversidade de caminhos, a análise empírica permitiu verificar que a ADPM revela capacidade de adaptação a novas situações, a qual se

caracteriza pela versatilidade e renovação das suas áreas e metodologias de trabalho, pelos diferentes projectos implementados para responder às mesmas necessidades, pela atenção sobre a conjuntura das políticas a ser implementadas, dos programas de financiamento e das necessidades da população e do território e, por último, pelo reforço das competências, nomeadamente, através do trabalho em parceria e de novas assessorias técnicas. Por outro lado, no âmbito da sua intervenção procura o apoio e o *know-how* de outras entidades para que a possam ajudar a definir ou implementar acções que contribuam, sempre e cada vez mais, para a satisfação das necessidades do território e da população local. Este princípio é definido como uma das estratégias de trabalho da ADPM e a sua presença é muito forte no trabalho desenvolvido a nível local. A análise empírica permitiu verificar que a ADPM trabalha organizada em grandes áreas de intervenção com objectivos definidos, com uma grande diversidade de tipologias de projectos e iniciativas para responder às necessidades diagnosticadas. Por outro lado, procura diferentes experiências de trabalho de outras entidades ou investigadores com o objectivo de fertilizar conhecimento e de enriquecer as suas práticas.

O último princípio corresponde ao impacto tendencial em toda a comunidade, o qual foi identificado, como resultado da intervenção da ADPM. A análise empírica permitiu identificar alguns impactos ao nível do reforço identitário, da dinamização da economia local, do aumento do empreendedorismo, do reforço da cidadania, da educação e formação da população, da atractividade de pessoas para o território, do acesso à informação, do efeito demonstrativo de práticas, da maior atractividade e do reforço da imagem do concelho. Para além de todos estes efeitos, foi salientado que o mais importante impacto da ADPM em Mértola é o contributo que dá para o reforço do orgulho e de auto-estima das pessoas, pelo território.

Aquando a identificação de todos estes impactos foi referenciada a dificuldade de sustentabilidade dos projectos, ou seja, a grande maioria das iniciativas e projectos são executados enquanto existe financiamento de programas do Governo e da União Europeia, depois desta fase, apesar da sua importância ser reconhecida pela comunidade e pelas diferentes entidades, não existem recursos que permitem a sua continuidade, acabando por serem completamente extintos. Esta investigação permitiu verificar que a ADPM apresenta alguns projectos que conseguiram a sua autonomia e sustentabilidade

porque: geram riqueza para fazer face às necessidades básicas de funcionamento, foram transferidos para a responsabilidade de outras entidades locais, são dinamizados com trabalho e esforço acrescido da equipa e porque são implementados com a dinamização de outros projectos.

Na questão da procura da sustentabilidade e autonomia a ADPM poderá servir como um bom exemplo para outras ADL porque, por um lado, tem tido a preocupação de implementar projectos estruturantes que servem como sustentáculo da sua intervenção, como é exemplo o Monte do Vento, o CAAS, o CIPAS, o CRC, a Ecoteca Terrestre e a Ecoteca Fluvial e, por outro lado, desenvolve algumas iniciativas que lhe permitem ter alguns resultados financeiros, os quais são aplicados no co-financiamento de iniciativas e projectos, nomeadamente, a produção em modo biológico de plantas aromáticas e medicinais para chás, a produção em modo biológico de ovelhas campaniças, a exploração turística da Ecoteca Fluvial, do CAAS e do Monte do Vento e, por último, a prestação de serviços a outras entidades. Esta actuação da ADPM revela um esforço e uma vontade de inverter a dependência excessiva de financiamento. No entanto, é de salientar que apesar de todas estas iniciativas permitirem obter alguns resultados financeiros é uma percentagem residual de todo o orçamento anual, porque a ADPM não tem um carácter empresarial e não assume estas actividades com a única finalidade de gerar riqueza, ou seja, todos os recursos mencionados são utilizados em actividades educativas, demonstrativas, de investigação e de experimentação.

Este ponto pode suscitar alguma controvérsia e discussão, no entanto, na nossa opinião a sustentabilidade das ADL e dos projectos que desenvolvem apenas é possível com o acesso a recursos financeiros e, actualmente, com a perspectiva da diminuição dos apoios nacionais e comunitários e sem um fundo de financiamento, como outras entidades dispõem, nomeadamente, IPSS e autarquias locais, as ADL se quiserem manter a sua intervenção a nível local, terão de conseguir mobilizar recursos financeiros e, de uma forma complementar assumir uma vertente empresarial.

A intervenção da ADPM em Mértola é protagonizada há 27 anos, de uma forma crescente e caracteriza-se pela sua capacidade de renovação e inovação, desenvolvendo uma actividade transversal e muito variada em áreas fundamentais do desenvolvimento local, que se materializam na implementação de centenas de projectos e iniciativas, com variados efeitos na comunidade e no território. Este facto é reconhecido por todos os

entrevistados, os quais consideram a intervenção da ADPM como um factor muito importante no processo de desenvolvimento do concelho de Mértola, de tal forma que a sua possível não existência é encarada como um prejuízo para o concelho, uma vez que muitas das respostas às necessidades da população iriam diminuir drasticamente

Apesar das inúmeras potencialidades o desenvolvimento local e as ADL apresentam limitações, algumas já identificadas por Roque Amaro (1998) e novamente salientadas na análise empírica desta investigação, nomeadamente: dificuldade em levar à prática a participação e a mobilização alargada das comunidades; excessivo protagonismo pessoal na condução e gestão de alguns projectos; falta de recursos; excessiva dependência financeira; parcerias pouco efectivas; políticas e programas de financiamento rígidos e pouco adaptados às especificidades dos locais.

Considerando que o território e a população do concelho de Mértola confrontam-se com problemas estruturantes que corroem diariamente os seus pilares de sustentação do processo de desenvolvimento, os quais são facilmente identificados nos diferentes estudos e diagnósticos realizados a nível local, regional e nacional, como resultado dos modelos de desenvolvimento e das políticas adoptadas, que não tomam em consideração as especificidades e os problemas locais. E, tendo como base as conclusões alcançadas no âmbito desta investigação é possível tecer algumas recomendações, ao nível da intervenção da ADPM e ao nível do papel que as ADL desempenham nas áreas rurais de baixa densidade.

A ADPM enquanto ADL que intervém numa área rural de baixa densidade, que se caracteriza por apresentar problemas estruturais a todos os níveis do processo de desenvolvimento, deve:

- Incentivar as diferentes entidades locais a estreitar e a fortalecer ainda mais as relações de parceria a nível local, numa lógica de cooperação e solidariedade, em que se procura uma repartição de responsabilidades e decisão, porque só unidas e a trabalhar em prol de um mesmo objectivo é possível materializar, autonomizar e sustentar muitos dos projectos e proporcionar um desenvolvimento integrado e sustentado do concelho de Mértola.

- Promover a participação e o envolvimento da população nos processos, ou seja, é fundamental que no âmbito da sua intervenção a ADPM estreite mais os laços de relação com a população e crie mecanismos que levem a uma mudança de atitudes e

comportamentos facilitadores de uma maior mobilização da população na resposta e resolução dos seus problemas e necessidades.

- Dar maior visibilidade ao trabalho realizado, junto da comunidade e das entidades locais, para que percebam claramente qual o papel e a importância da existência de uma ADL no seu território.

- Continuar a trabalhar com uma visão integrada nos vários domínios de intervenção, na resposta às necessidades e problemas identificados.

- Continuar a privilegiar o carácter de diversidade das actividades, respeitando a tradição e a cultura de Mértola entendidas como base de identidade e afirmação colectiva local e criando as condições necessárias para o reforço da competitividade e da inovação, aliadas à modernização, das actividades sócio-económicas e culturais das populações.

- Continuar a procurar soluções que permitam a sustentabilidade e a autonomia das suas estruturas e projectos, uma vez que o financiamento por programas tem tendência a diminuir.

Ao nível do papel que as ADL desempenham nas áreas rurais de baixa densidade deve reconhecer-se a sua importância e capacidade na intervenção local, porque são uma das forças vivas na resposta à satisfação de problemas e necessidades das populações locais e que proporcionam diferentes impactos no território onde intervêm, e como tal:

- Devem ser consideradas como parceiros privilegiados das instituições públicas e privadas de âmbito local, regional, nacional, europeu e global; e assumir um papel activo na definição, implementação, monitorização, avaliação e re-definição de políticas e programas.

- O poder central e local devem equacionar soluções para a autonomia e sustentabilidade de projectos e iniciativas, iniciados pelas ADL, com impactos reconhecidos e visíveis nas comunidades locais, porque mais que financiar o trabalho de entidades é financiar um trabalho que é um bem público no processo de desenvolvimento dos territórios rurais e da sua população, o qual não teria o mesmo grau de resposta se as ADL não existissem.

- Todas as instituições públicas e privadas que intervêm num território devem ponderar a importância das ADL nesse território e assumir uma parceria efectiva na dinamização e na procura da autonomia e sustentabilidade das intervenções.
- As ADL devem ser encaradas como parceiros fundamentais na concretização dos processos de desenvolvimento local e não como entidades que se querem impor ou retirar protagonismo ou trabalho.
- A comunidade local deve assumir uma atitude de co-responsabilização no processo de desenvolvimento e adquirir um papel de cidadãos e cidadãs mais participativos e pró-activos, na procura de soluções para os seus problemas e necessidades, através de um maior envolvimento no trabalho das ADL.
- As ADL devem ser consideradas como entidades com uma estrutura organizativa profissional, detentoras de equipas de trabalho multidisciplinares e qualificadas, com competências para intervirem em prol do território e da comunidade.

Este estudo representa o início de uma pesquisa sobre quais os contributos das associações de desenvolvimento local nos processos de desenvolvimento em áreas rurais de baixa densidade, podendo, assim, constituir uma base para a realização de novas investigações que venham a ser realizadas nesta área.

Esta investigação incidiu sobre um estudo de caso, o que não permite a extrapolação de resultados, mas ao olharmos para as conclusões algumas questões se nos colocam numa escala mais geral, nomeadamente: Como são encaradas as ADL pelas entidades locais, regionais e nacionais? Será que a mobilização e a participação da população também é uma dificuldade das suas intervenções? E o trabalho em parceria será efectivo? Que parcerias são constituídas e como se desenvolvem? Que estratégias e metodologias de trabalho utilizam? Que impactos têm nas comunidades onde estão integradas? Que estratégias estão a ser adoptadas para a obtenção da sua autonomia e sustentabilidade?

Neste sentido, importa analisar como é que as outras instituições de natureza pública e privada olham para o papel que as ADL desempenham nos territórios e como encaram o seu futuro na intervenção local.

Por outro lado, impõe-se uma outra investigação essencial, na área das parcerias, ou seja, é quase como o ditado popular “toda a gente fala mas nunca ninguém viu”. O conceito de parceria está implícito nas intervenções de todas as entidades, mas no

entanto, ainda não são efectivadas pelas entidades. Porque a cultura de parceria ainda não está enraizada nas entidades? O que estará a bloquear as parcerias? Que parcerias serão as ideais?

Nesta investigação foi possível identificar alguns dos impactos do trabalho das ADL em meio rural. No entanto, temos a noção clara que estes não foram considerados exaustivamente e apenas representam uma parte de todos os efeitos observáveis. Consequentemente, consideramos importante avaliar em profundidade os impactos do trabalho das ADL em meio rural, para que se possa perceber, concretamente, a dimensão e a importância do trabalho desenvolvido por este tipo de entidades.

Por outro lado, é igualmente importante a realização de um estudo prospetivo de avaliação dos impactos nos territórios rurais da diminuição ou extinção do trabalho desenvolvido pelas ADL fruto dos cortes dos financiamentos de programas nacionais e da União Europeia. Esta investigação impõe-se para que se analise as consequências da insustentabilidade e dependência da intervenção das ADL, para que num futuro próximo se definam estratégias concretas para inverter essa situação.

Bibliografia

ADPM – **Portfólio da ADPM**, 2006.

ALBINO, José Carlos – **Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal**. Vialonga: Animar, 2004.

ALBINO, José Carlos – **Perspectivar Portugal no todo nacional**. Jornada da Interioridade: Perspectivas de Desenvolvimento Interior. [Em linha]. 1997. [Consultado em 23 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/2_10.html](http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/2_10.html).

ALMEIDA, João Ferreira de – **Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento?** Lisboa: CIES/ISCTE, 1994.

ALMEIDA, João Ferreira de – **A Agricultura nos Processos de Desenvolvimento**. Jornada da Interioridade: Perspectivas de Desenvolvimento Interior. [Em linha]. 1997. [Consultado em 23 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/1_2.html](http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/1_2.html).

ALMEIDA, J. e PINTO, J. – **A Investigação nas Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

AMARO, Rogério Roque – Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em Renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria. **Caderno de Estudos Africanos**. Lisboa. N.º XX (2004), p. 35-70.

AMARO, Rogério Roque – O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In **Desenvolver (Des)Envolvendo – Reflexões e pistas para o desenvolvimento local**. Messejana: Esdime – Agência para o Desenvolvimento do Alentejo Sudoeste, 2000. p. 155-169.

AMARO, Rogério Roque – **O Desenvolvimento Local em Portugal – As lições do passado e as exigências do futuro**. A REDE para o Desenvolvimento Local. [Em linha]. Edição Especial.1998. [Consultado em 16 de Março de 2008]. Disponível em: [www: < url:http://www.inloco.pt /inloco/ public_html/inloco/Public/rede_ed. htm](http://www.inloco.pt/inloco/public_html/inloco/Public/rede_ed.htm).

AMARO, Rogério Roque – **Estudo das potencialidades turísticas do troço médio inferior da bacia hidrográfica do Guadiana**. ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Secção Autónoma de Economia. Mértola: ADPM, 1994.

AMARO, Rogério Roque – **Iniciativas de Desenvolvimento Local – Caracterização de alguns exemplos**. Lisboa: ISCTE/IEFP, 1992.

AMARO, Rogério Roque – Lógicas de espacialização da economia portuguesa. **Sociologia – Problemas e Práticas**. Lisboa. N.º 10 (1991a), p. 161-182.

AMARO, Rogério Roque – Desenvolvimento regional e local: afirmações e constrangimentos. **Sociologia – Problemas e Práticas**. Lisboa. N.º 10 (1991a), p. 157-229.

- AMARO, Rogério Roque – Desenvolvimento e Injustiça Estrutural. **Communio – Revista Internacional Católica**. Lisboa. N.º5 (1990a), p. 448-459.
- AMARO, Rogério Roque – O «puzzle» territorial dos anos 90 – uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões). **Vértice**. Lisboa. N.º22 (1990b), p. 39-48.
- ANDER-EGG, Ezequiel – **Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad**. México: El Ateneo, 1982.
- ANIMAR – **Uma Agenda para as Áreas Rurais de Baixa Densidade**. Vez e Voz. [Em linha]. N.º90. 2006. [Consultado em 16 de Março de 2008]. Disponível em: www: <url: <http://www.animar-dl.pt/VezVoz>.
- ANIMAR – **Declaração de Trancoso: Participar para a inclusão social e territorial**. Vialonga: Animar, 2005.
- ANIMAR – **Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local**. [Registo Cd-Rom]. Vialonga: Animar, 2003.
- ANIMAR – **Declaração de Serpa: Com o desenvolvimento local superar a crise e construir o futuro**. Vialonga: Animar, 2003.
- ANIMAR – **Declaração de Tavira: O desafio de um Portugal futuro**. Vialonga: Animar, 2001.
- ANIMAR – **Declaração de Amarante: Desenvolvimento Local: Uma Oportunidade de Futuro**. Vialonga: Animar, 1998.
- ANIMAR – **Declaração de Tondela: II Assembleia do Desenvolvimento Local**. Vialonga: Animar, 1996.
- ANTUNES, Manuel de Azevedo – Do Crescimento Económico ao Desenvolvimento Humano em Tempos de Globalização. **Campus Social: Revista Lusófona de Ciências Sociais**. Lisboa. N.º1 (2004), p. 73-83.
- ARNDT, H. – **Economic Development: The history of an idea**. London: The University of Chicago press, 1987.
- BARROS, Vítor – **Desenvolvimento rural na última década**. A REDE para o Desenvolvimento Local. [Em linha]. Edição Especial.1998. [Consultado em 16 de Março de 2008]. Disponível em: www: <url: http://www.inloco.pt/inloco/public_html/inloco/Public/red_ed03.htm.
- BARTOLI, Henri – **Repenser le Développement, En Finir avec la Pauvreté**. Paris: UNESCO/MOST/Económica, 1999.
- BELL, Judith – **Como realizar um projecto de investigação**. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 1997.
- BIRÓ, András – The Local Space: A Privileged Instance of Development. **Development Dialogue**. N.º.1 (1981), pp 103-113.
- BRASSEUL, J. – **Les nouveaux pays industrialisés et l'industrialisation du Tiers Monde**. Paris: Armand Colin, 1993.
- BUSTELO, Pablo – **Teorías Contemporáneas del Desarrollo Económico**. Madrid: Síntesis, 1999.

- CABUGUEIRA, Artur – Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política económica regional. **Gestão e Desenvolvimento**. Viseu: Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa. N.º 9 (2000), p.103-136.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA – **Pré-Diagnóstico do Concelho de Mértola**. Programa Rede Social. Mértola: Câmara Municipal de Mértola, 2004.
- CAMPOS, António dos Santos – **Associações Agrícolas – Um guia prático**. 2ªed. Lisboa: Direção Geral do Desenvolvimento Rural, 1999.
- CAPUCHA, Luís et al – Metodologias de avaliação: o estado da arte em Portugal. **Sociologia – Problemas e Práticas**. N.º22 (1996), p. 9-27.
- CATARINO, Acácio – **Desenvolvimento Local: alguns imperativos e recomendações**. Jornada da Interioridade: Perspectivas de Desenvolvimento Interior. [Em linha]. 1997. [Consultado em 23 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/2_11.html](http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/2_11.html).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – **The Future of Rural Society**. Bruxelas, 1988. Boletim da Comissão das Comunidades Europeias 4/88.
- COVAS, António – **Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural**. Lisboa: Direção Geral de Desenvolvimento Rural, 1997.
- COVAS, António – Desenvolvimento rural e desenvolvimento local: uma aproximação político-metodológica. **Vez e Voz: Suplemento – Pensar o Futuro**. Vialonga: Animar. N.º 84 (2004), p.1-4.
- COUTINHO, Manuela – **Economia Social em Portugal, A emergência do Terceiro Sector na Política Social**. Lisboa: CPIHTS (Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social) e APSS (Associação dos Profissionais de Serviço Social), 2003.
- DAG HAMMARSKJOLD, Foundation – What Now? Another Development. **Development Dialogue**. N.º 1-2 (1975). [Consultado em 19 de Abril de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://www.dhf.uu.se/pdfiler/75_what_now.pdf](http://www.dhf.uu.se/pdfiler/75_what_now.pdf).
- DEMAZIÈRE, Christophe – **Du local au global: Les initiatives locales pour le développement économique en Europe et en Amérique**. Paris : L'Harmattan Inc, 1996.
- DINIZ, Francisco e GERRY, Chris – **A Problemática do desenvolvimento rural** –[Em linha]. 2002. [Consultado em 23 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: homeutad.pt/~des/acervo_des/2002dinfrasprodes22.doc](http://homeutad.pt/~des/acervo_des/2002dinfrasprodes22.doc).
- DIRECÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL – **Desenvolvimento Rural – Novas Realidades e Perspectivas**. Lisboa, 1997.
- DOMINGUES, Álvaro – **Desenvolvimento do Interior**. Jornada da Interioridade: Perspectivas de Desenvolvimento Interior. [Em linha]. 1997. [Consultado em 23 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/1_6.html](http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/1_6.html).

- ESDIME – **Desenvolver (Des) Envolvendo – Reflexões e pistas para o desenvolvimento local**. Messejana: Esdime – Agência para o Desenvolvimento do Alentejo Sudoeste, 2000.
- INSTITUTO DO AMBIENTE – **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015**. [Em linha]. 2006. [Consultado em 23 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/2D23430D-3202-4CC8-8DAC30E508633158/0/ENDS_2004.pdf](http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/2D23430D-3202-4CC8-8DAC30E508633158/0/ENDS_2004.pdf).
- FERRÃO, João – A avaliação comunitária de programas regionais: aspectos de uma experiência recente. **Sociologia – Problemas e Práticas**. Lisboa. N.º22 (1996), p. 29-41.
- FRAGOSO, António – Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa. N.º 5 (2005), p. 63-83.
- FRAGOSO, António – Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga. Volume 18, N.º 1 (2005), p. 23-51.
- FRANTZ, Walter – **Desenvolvimento Local, associativismo e cooperação**. [Em linha]. 2003. [Consultado em 21 de Dezembro de 2004]. Disponível em: [www: <url: http://www.ipd.unijui.tche.br/simposio/texto1wfrantz.doc](http://www.ipd.unijui.tche.br/simposio/texto1wfrantz.doc).
- FREIRE, P. & SHOR, I. – **Medo e Ousadia. Quotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FRIEDMANN, John – **Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo**. Oeiras: Celta Editora, 1996.
- FRIEDMANN, John – **Empowerment: The Politics Alternative Development**. Cambridge: Blackwell, 1992.
- GAUTHIER, Benoît et al – **Investigação Social**. 3ª ed. Loures: Ludodidacta, 2003.
- GHIGLIONE, Rodolphe & MATALON, Benjamin – **O Inquérito – Teoria e Prática**. (4ª ed.). Oeiras: Celta Editora, 2005.
- GIDDENS, Anthony – **As consequências da Modernidade**. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- GUERRA, Isabel – **Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção: O Planeamento em Ciências Sociais**. 2ª ed. Cascais: Principia, 2002.
- HENRIQUES, José Manuel – Developpement Local. In **Service Social dans le Monde – Les Politiques Sociales: des Exclusions à l'Integration**, I et II. Fondation Internationale pour l'Etude du Changement dans les Politiques Sociales, 1995, p. 42-57.
- HENRIQUES, José Manuel – **Municípios e Desenvolvimento – Caminhos Possíveis**. Lisboa: Escher Publicações, 1990.
- HENRIQUES, José Manuel – Theories and Policies of Local Development. In **Local Development**. Athènes: Regional Development Institute, 1989.

- HENRIQUES, José Manuel – **Os Municípios e a promoção do desenvolvimento: Reforço da integração «funcional» ou «territorial»?**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1987. Dissertação de Mestrado.
- HOUÉE, Paul – **Le Développement local au défi de la mondialisation**. Paris : L'Harmattan, 2001.
- HUNT, D. – **Economic theories of development: an analysis of competing paradigms**. London: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- LIMA, Marinús Pires de – **Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia**. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria – **Técnicas de Pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1990.
- MARTINHO, Vítor – **Reflexões sobre o desenvolvimento rural nacional**. [Em linha]. 2000. [Consultado em 23 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://www.ipv.pt/millennium/19_spec10.htm](http://www.ipv.pt/millennium/19_spec10.htm).
- MATEUS, Rui – Trazer o Passado para o Presente é planear o Futuro. In **Encontros do Património, “Por um Século XXI com raízes**. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001.
- MATIAS, Sérgio – Tendências da evolução do desenvolvimento humano em Portugal. **Prospectiva e Planeamento**. Lisboa: Volume 8 (2002), p. 48-84.
- MELO, Alberto – Pensar no Global para Agir no Local: Contributos para uma conceptualização e uma história das associações de desenvolvimento local em Portugal. **Revista de Administração Local**. Lisboa. N.º162 (1997), p. 659-668.
- MELO, Alberto – **Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local**. A REDE para o Desenvolvimento Local. [Em linha]. Edição Especial.1998. [Consultado em 16 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://www.in-loco.pt/inloco/public_html/inloco/Public/red_ed02.htm](http://www.in-loco.pt/inloco/public_html/inloco/Public/red_ed02.htm).
- MENDES, Américo – As instituições de apoio ao desenvolvimento rural: A natureza económica dos seus serviços e o papel do Estado no seu financiamento. **Jornal Terras de Cante**. Ano IV, 2ª Série, N.º32 (1998), p.6-7.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS – **Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural 2007-2013**, 2007.
- MONTEIRO, Alcides A. – **Associativismo e novos laços sociais**. 1ª ed. Coimbra: Editora Quarteto, 2004.
- MONTEIRO, Alcides A. – A avaliação nos projectos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática. **Sociologia – Problemas e Práticas**. Lisboa. N.º22 (1996), p. 137-154.
- MORENO, Luís – **Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes**. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2002. Tese de Doutoramento.
- MORTÁGUA, Camilo – **Existem ou não práticas de desenvolvimento local no nosso país?** A REDE para o Desenvolvimento Local. [Em linha]. Edição

- Especial.1998. [Consultado em 16 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://www.in-loco.pt/inloco/public_html/inloco/Public/red_ed05.htm](http://www.in-loco.pt/inloco/public_html/inloco/Public/red_ed05.htm).
- NEVES, A. Oliveiras das – Avaliação ex-ante do impacte de grandes projectos sobre o desenvolvimento local: um contributo metodológico a propósito do projecto Ford/Vw. **Sociologia – Problemas e Práticas**. Lisboa. N.º22, (1996), p. 43-59.
- NEVES, João Carlos – **Iniciativas de Desenvolvimento Local em Portugal**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995. Tese de Mestrado.
- OLIVEIRA, Luís Valente de – **Problemas do mundo rural**. Jornada da Interioridade: Perspectivas de Desenvolvimento Interior. [Em linha]. 1997. [Consultado em 23 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/2_3.html](http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/2_3.html).
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – Declaração e Programa de Acção da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social. Copenhaga. 1995.
- ORNELAS, José H. e MONIZ, Maria João – Parcerias Comunitárias e intervenção preventiva. **Análise Psicológica**. Lisboa. N.º 1 (2007), p. 153-158.
- PECQUER, B. e SILVA, Mário Rui – Industrialisation diffuse et développement. **Estudos de Economia**. Lisboa. Vol. IX, N.º4 (1989), p. 427-448.
- PEDROSO, Paulo – **Formação e Desenvolvimento Rural**. 1ª ed.. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- PEDROSO, Pedro – **Valorização do Património Cultural: o caso de Mértola**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 2007. Tese de Mestrado.
- PERROUX, François – **L’Economie du XXe siècle**. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1961.
- PROENÇA, João – **Promover o desenvolvimento do interior**. Jornada da Interioridade: Perspectivas de Desenvolvimento Interior. [Em linha]. 1997. [Consultado em 23 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/3_2.html](http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/3_2.html).
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – **Relatório do Desenvolvimento Humano 2005**. Lisboa: PNUD, 2005.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – **Relatório do Desenvolvimento Humano 1997**. Lisboa: PNUD, 1997.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van – **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998.
- REIS, José – Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. **Revista Crítica das Ciências Sociais**. Coimbra. N.º 25/26 (1988), p. 127-141.
- REIS, José – **Uma nova política pública: O desenvolvimento local**. A REDE para o Desenvolvimento Local. [Em linha]. Edição Especial.1998. [Consultado em 16 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://www.in-loco.pt/inloco/public_html/inloco/Public/red_ed10.htm](http://www.in-loco.pt/inloco/public_html/inloco/Public/red_ed10.htm).

- REVISTA@LOCAL.GLOB – **O desenvolvimento local hoje: desafios do local perante um mundo globalizado**. N.º1 (2005). Programa Delnet – Centro Internacional de Formação da OIT.
- RITA, José e MERGULHÃO, Luís – Desenvolvimento local em meio rural: que possibilidades?. **Economia e Sociologia**. Évora. N. º63 (1997), p.31-42.
- ROCA Zoran e MOURÃO, Jorge Carvalho – **Identidade e desenvolvimento territorial entre a retórica e a prática**. [Em linha]. 2002. [Consultado em 23 de Março de 2008]. Disponível em: [www: <url: http://tercud.ulusofona.pt/publicacoes/2003/RocaZ_Mourao_JC_Text.pdf](http://tercud.ulusofona.pt/publicacoes/2003/RocaZ_Mourao_JC_Text.pdf).
- RODRIGUES, Fernanda e STOER, Stephen R. – Partenariat et développement local au Portugal: du “localisme globalisé” à une nouvelle forme d’action collective. **Pôle Sud**. s/l. N.º12 (2000), p. 47-62.
- RODRIGUES, Fernanda e STOER, Stephen R. – **Ação Local e Mudança Social em Portugal**. Lisboa: Fim de Século, 1993.
- ROMANO, Jorge – **O Empoderamento: Enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza**. Documento de Apoio apresentado no International Workshop Empowerment and Rights Based Approach in Fighting Poverty Together. Rio de Janeiro, 4 a 6 de Setembro de 2002. [Em linha]. 2002. [Consultado em 07 de Novembro de 2006]. Disponível em: [www:<url: http://www.desarrollolocal.org/conferencia/cuarta/DocumentoRomanoportugues.doc](http://www.desarrollolocal.org/conferencia/cuarta/DocumentoRomanoportugues.doc).
- ROUSSEAU, J. J. – **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SARACENO, Daniella – **O papel do terceiro sector na questão do desenvolvimento regional e local**. [Em linha]. s/d. [Consultado em 23 de Março de 2008]. Disponível em: [www : < url: http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B417A07AA-CC70-4D3B-AA09-96BA13F08224%7D_Artigo_01.pdf](http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B417A07AA-CC70-4D3B-AA09-96BA13F08224%7D_Artigo_01.pdf)
- SCHIEFER, Ulrich et al. – **MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos**. Cascais: Principia, 2006.
- SILVA, Augusto Santos – O que é o desenvolvimento integrado? Uma reflexão, com ilustração empírica. In **Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira – **Metodologia das Ciências Sociais**. 10ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SILVEIRA, Caio – **Desenvolvimento local: marcos conceituais**. Cooperar em Português. [Em linha]. 2005. [Consultado em 23 de Março de 2008]. Disponível em: [www : < url: http://www.cooperaremportugues.org/apc-aa-cooperaremportugues/home/acervo_todas.shtml](http://www.cooperaremportugues.org/apc-aa-cooperaremportugues/home/acervo_todas.shtml).
- STÖHR, Walter B. e TAYLOR, D. R. – **Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries**. Chichester: John Wiley and Sons Ltd, 1981.
- SYRETT, Stephen – **Restructing, locality and economic initiative in Portugal**. Aldershot: Avebury, 1995.

- VANCHON, Bernard – **Le développement local: théorie et pratique**. Montréal: gaëtan morin éditeur, 1993.
- VALA, Jorge – A Análise de Conteúdo In SILVA, A. e Pinto, J. – **Metodologia das Ciências Sociais**. 10ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- VALENZUELA, David - Desenvolvimento local: uma entrevista com David Valenzuela. @**local.glob**. Turim: Centro Internacional de Formação da OIT. N.º1 (2005), p.6-9.
- VIDAL, Ángel – O espaço local, um elemento chave para uma globalização mais humana. @**local.glob**. Turim: Centro Internacional de Formação da OIT. N.º1 (2005), p.2-5.
- VIDAL, Isabel – Economia Social e Cidadania – economia social e promoção de recursos locais. In **Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social – Comunicações**. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2001.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – **Our common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Sites da Internet consultados:

<http://www.animar-dl.pt>

<http://www.ine.pt>

<http://www.onuportugal.pt>

<http://www.oecd.org>

<http://www.undp.org>

<http://www.desenvolvimentosustentavel.pt>

<http://www.adpm.pt>

Anexos

Anexo 1. Quadros estatísticos de caracterização do concelho de Mértola

1. Caracterização geo-demográfica

Quadro 1 – Evolução da população residente por freguesia no concelho de Mértola entre 1940 – 2001

Freguesias	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Alcaria Ruiva	3333	3338	3226	2190	1493	1201	1013
Corte do Pinto	5672	6557	5571	1865	1533	1260	1080
Espírito Santo	2261	2038	1908	995	731	542	437
Mértola	6966	6439	5682	3605	3438	3166	3093
Santana de Cambas	4930	5164	4268	1760	1186	1009	863
S. João Caldeireiros	1646	1486	1532	1110	1018	803	728
S. Miguel do Pinheiro	2360	2326	2148	1580	1331	1041	880
S. Pedro de Sólis	1043	995	821	645	497	377	318
S. Sebastião Carros	1007	1010	870	635	466	406	300
Total do Concelho	29218	29353	26026	14385	11693	9805	8712

Fonte: I.N.E.

Quadro 2 – População residente, por grupos etários, em 1991 e 2001, no Concelho de Mértola

Grupos Etários	1991	2001	Varição 91/2001 (%)
0 - 14 Anos	1497	1005	-32.9
15 - 24 Anos	1254	949	-24.3
25 - 64 Anos	4423	3938	-11.0
65 ou mais	2631	2820	7.2
Total	9805	8712	-11.1

Fonte: I.N.E.

Quadro 3 – Crescimento natural no concelho de Mértola (1997/ 2001)

Ano	Nados Vivos (N.º)	Óbitos (N.º)	Saldo Fisiológico
1997	53	157	-104
1998	62	177	-115
1999	48	172	-124
2000	54	139	-85
2001	46	158	-112

Fonte: I.N.E.

Quadro 4 – Densidade Populacional (Concelho de Mértola 1991/2001)

Freguesias	Área (Km2)	Densidade Populacional (Hab/Km2)	
		1991	2001
Alcaria Ruiva	216,5	5,5	4,7
Corte do Pinto	71	17,7	15,2
Espírito Santo	136	4,0	3,2
Mértola	323,4	9,8	9,6
Santana de Cambas	166,5	6,1	5,2
São João dos Caldeireiros	104,3	7,7	7,0
São Miguel do Pinheiro	138,6	7,5	6,4
São Pedro de Sólis	64,1	5,9	5,0
São Sebastião dos Carros	72,4	5,6	4,1
Total do Concelho	1292,7	7,6	6,7

Fonte: I.N.E. - Censos

Quadro 5 – População Activa, por situação na profissão e sector de actividade, em 2001, no concelho de Mértola

Situação na Profissão	Primário	Secundário	Terciário	Total
Empregador	90	138	136	364
Trabalho por conta própria	117	42	160	319
Trabalho familiar não remunerado	2	2	10	14
Trabalho por conta outrem	308	461	1257	2026
Membro activo de cooperativa	-	-	-	-
Outra situação	-	-	18	18
Total	517	643	1581	2741

Fonte: I.N.E. 2001

Quadro 6 – Percentagem de População Activa por Sector de Actividade

Sector de actividade	Concelho de Mértola		
	1981	1991	2001
Primário	48,5	29,4	18,9
Secundário	21,7	27,4	23,5
Terciário	29,7	43,2	57,7

Fonte: INE 2001

2. Caracterização sócio-económica

Quadro 7 – Empresas com sede no concelho de Mértola, segundo CAE – Rev2 em 31-12-2001

CAE	Tipo de Actividade	N.º	%
A+B	Agricultura, Produção animal, Caça e Silvicultura e Pesca	231	27.4
C	Industria Extractivas	-	-
D	Industrias Transformadoras	55	6.5
E	Produção e distribuição de electricidade, de gás e água	-	-
F	Construção	125	14.8
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	251	29.7
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	100	11.8
I	Transportes, armazenagem e comunicações	19	2.3
J	Actividades financeiras	19	2.3
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	20	2.4
L a Q	Administração Pública / Educação/ Saúde e Acção Social/ Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais/ Famílias com empregados domésticos/ Organismos Internacionais e instituições extra territoriais	24	2.8
Total de Empresas		844	100

Fonte: INE – 2001

Quadro 8 – Industrias Transformadoras: Empresas com sede no concelho de Mértola CAE – Rev2 em 31-12-2001

CAE	Tipo de Actividade	N.º	%
DA	Industrias alimentares, bebidas e tabaco 29 53	29	53
DB	Industria têxtil	2	3.6
DC	Industria do couro e dos produtos do couro	-	-
DD	Industrias da madeira e da cortiça e suas obras	5	9.0
DE	Industria da pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	-	-
DF	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	-	-
DG	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	1	1.8
DH	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-
DI	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	2	3.6
DJ	Industrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	11	20
DK	Fabricação de máquinas e de equipamentos n.e.	1	1.8
DL	Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	-	-
DM	Fabricação de material de transporte	1	1.8
DN	Industrias transformadoras n.e.	3	5.4
Total de Empresas		55	100

Fonte: INE – 2001

Quadro 9 – Sociedades com sede no concelho de Mértola, segundo CAE – Rev, 2 em 31-12-2001

CAE	Tipo de Actividade	N.º	%
A+B	Agricultura, Produção animal, Caça e Silvicultura e Pesca	26	24
C	Industria Extractivas	-	-
D	Industrias Transformadoras	22	20.3
E	Produção e distribuição de electricidade, de gás e água	-	-
F	Construção	5	4.6
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	25	23.1
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	11	10.0
I	Transportes, armazenagem e comunicações	7	6.4
J	Actividades financeiras	-	-
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	7	7.0
L a Q	Administração Pública / Educação/ Saúde e Acção Social/ Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais/ Famílias com empregados domésticos/ Organismos Internacionais e instituições extra territoriais	5	4.6
Total de Sociedades		108	100

Fonte: INE – 2001

Quadro 10 – População Activa, por situação na profissão em 2001 no concelho de Mértola

Situação na Profissão	Primário	Secundário	Terciário	Total
Empregador	90	138	136	364
Trabalho por conta própria	117	42	160	319
Trabalho familiar não remunerado	2	2	10	14
Trabalho por conta outrem	308	461	1257	2026
Membro activo de cooperativa	-	-	-	-
Outra situação	-	-	18	18
Total	517	643	1581	2741

Fonte: INE – 2001

Quadro 11 – População residente, segundo o nível de ensino atingido, no concelho de Mértola, em 2001

Nível de ensino atingido	Mértola	
	N.º	%
Nenhum nível de ensino	2145	24,6
1º Ciclo do ensino básico	3514	40,3
2º Ciclo do ensino básico	995	11,4
3º Ciclo do ensino básico	939	10,8
Ensino secundário	783	9,0
Ensino médio	24	0,3
Ensino superior	312	3,6
Total	8712	100

Fonte: INE 2001

3. Património e Turismo

Quadro 12 – Total de Visitantes em Mértola

Visitantes	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Visitantes nacionais	7690	8966	10995	10795	7318	9022
Visitantes estrangeiros	3192	4086	7769	7938	6773	7569
Total	10882	15052	18764	18733	14091	16591

Fonte: Posto de Turismo de Mértola

4. Dinâmicas associativas e culturais

Quadro 13 – Equipamentos desportivos, culturais e sociais existentes em Mértola

Tipologia de Equipamento	Designação do Equipamento	N.º	Localização
Equipamento Desportivo	Campos de Futebol (grandes jogos)	6	Alcaria Ruiva, Corte Gafo de Cima, Corte Sines, Fernandes, Mértola, Mina de São Domingos
	Polidesportivo	3	Mina de São Domingos, Mértola, Penedos
	Pavilhão desportivo	1	Mértola
	Piscina de aprendizagem	1	Mértola
	Zona de lazer Achada São Sebastião	1	Mértola
	Campo de tiro	2	Monte Roncão (Moreanes), Monte Gatão (São Pedro Sólis)
	Court ténis	1	Mértola
	Ginásio	2	Mértola
	Praia Fluvial da Mina de São Domingos	1	Mina São Domingos
	Rampas de descolagem – Parapente	1	Alcaria Ruiva
	Centro Hípico do <i>Quarter Horses</i>	1	Corte Gafo Cima
	Monte do Cavalo Americano	1	Monte da Légua
Equipamento Cultural	Biblioteca	1	Mértola
	Museus	12	Mértola, São Miguel do Pinheiro e Mina São Domingos, Corte Gafo de Cima
	Espaço <i>Millenium</i>	1	Mértola
	Espaço Jovem	1	Mértola
	Campo Arqueológico	1	Mértola
	Casa das Artes	1	Mértola
	Cine - Teatro	1	Mértola
	Anfiteatro	1	Mértola
	Centro de Educação Ambiental – Monte do Vento	1	Monte do Vento – Amendoeira da Serra
	Centro de Investigação e Abrigo do Mosteiro	1	Mosteiro
Centro de Interpretação da Paisagem Amendoeira da Serra	1	Amendoeira da Serra	
e n t o s	Casa do Povo de Santana de Cambas	1	Santana de Cambas

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

	Santa Casa da Misericórdia de Mértola	1	Mértola
	Centro de Apoio a Idosos de Moreanes	1	Moreanes
	Centro Social de Montes Altos	1	Montes Altos
	Unidade de Apoio Integrado de Mértola	1	Abrange todo o concelho
	Unidade Móvel Médico Social	1	Abrange todo o concelho

Fonte: Pré-Diagnóstico do Concelho de Mértola – Rede Social, 2004

Anexo 2. Recursos patrimoniais e turísticos existentes em Mértola

2.1. Património Construído

Igreja de Nossa Senhora de Entre-as-Vinhas (Igreja Matriz – Antiga Mesquita)

Igreja de Mina de S. Domingos

Igreja de Alcaria Ruiva

Igreja de Corte Sines

Igreja Corte do Pinto

Igreja de Espírito Santo

Igreja de Santana de Cambas

Igreja de São Bartolomeu da Via Glória

Igreja de São João dos Caldeireiros

Igreja de São Miguel do Pinheiro

Igreja de São Pedro de Sólis

Igreja de São Sebastião dos Carros

Capela da Sr.^a do Amparo (Morenaes)

Capela de Nossa Senhora das Neves (Mesquita)

Capela da Sr.^a de Aracélis (Vale de Açor)

Capela de Santa Ana (Monte Santana)

Capela de São Barão (Corte da Velha)

Capela de São Sebastião (Mértola)

Moinho de Alferes (Via Glória)

Moinho de Vento de São Miguel do Pinheiro

Moinho da Brava (Corte Sines)

Moinho dos Canais (Corte Sines)

Azenhas (Mértola)

Núcleo Islâmico do Museu de Mértola

Núcleo de Arte Sacra do Museu de Mértola

Núcleo da Casa Romana do Museu de Mértola

Núcleo Paleocristão do Museu de Mértola

Núcleo da Torre de Menagem do Museu de Mértola

Núcleo do Ferreiro do Museu de Mértola

Núcleo da Ermida de S. Sebastião do Museu de Mértola

Núcleo da Aldeia de Mosteiro do Museu de Mértola
Núcleo da Casa do Mineiro do Museu de Mértola
Núcleo Etnográfico (São Miguel do Pinheiro)
Núcleo Lapidário do Museu de Mértola
Núcleo de Educação Ambiental – Centro de Interpretação da Paisagem da Amendoeira da Serra
Bairro Islâmico (Mértola)
Centro Histórico da Vila de Mértola
Torre Couraça (Mértola)
Castelo de Mértola
Castelo Manuel Galo (Monte Manuel Galo)
Muralhas de Mértola
Casa de Brasileiro
Casa Amarela
Torre do Relógio
Convento de S. Francisco
Zona Inglesa - Mina de S. Domingos
Cine Teatro da Mina
Edifícios das Escolas Primárias
Casa dos Mineiros em S. Domingos
Alcáçova da Vila de Mértola
Cerca da Arrochela - Mértola
Achada de São Sebastião - Necrópole
Área de arqueologia industrial de Mina de S. Domingos
Área de arqueologia industrial do Pomarão
Área de Arqueologia Industrial de Santana de Cambas
Barragem do Chança
Aldeia do Pomarão
Tapada da Mina de São Domingos
Casa das Artes Mário Elias
Biblioteca Municipal de Mértola

2.2. Património Natural:

Rio Guadiana e afluentes	Água Santa da Morena
Área Fluvial das Azenhas de Mértola	Água Santa da Herdade de Santa Maria
Área Fluvial do Pulo do Lobo	Água Santa de Besteiros
	Diversidade de fauna e flora

2.3. Artesanato:

Tecelagem (Mantas Alentejanas)	Calçado artesanal
Cestaria	Cadeiras de buinho e loendro

2.4. Produtos Agro-alimentares:

Azeite	Pão
Azeitonas de conserva	Peixe do Rio
Borrego Campaniço	Porco Preto Alentejano
Caça	Queijo de Cabra
Doces tradicionais	Queijo de Ovelha
Enchidos	Requeijão
Ervas aromáticas para chá	Tubéras
Mel	Vinho

2.5. Eventos/ Festas

Feira Agro-Pecuária Transfronteiriça Vale do Poço	Festival Islâmico
Festa Tradicional de Aracélis	Festival do Peixe do Rio
Festa Tradicional da Vila de Mértola	Feira do Vale de Açor
Festa de Nosso Senhor dos Passos	Feira de Abril
Festa de Nossa Senhora das Neves	Feira de São Mateus
Festa Tradicional de Santa Ana	Feira do Mel, Queijo e Pão
Festa Tradicional de Corte do Pinto	Festa Tradicional de Santana
Festa Tradicional da Mina de S. Domingos	Festa Tradicional de Corte Gafo
Festa Tradicional de São Pedro	Festa Tradicional de Corte Sines
Festa Tradicional de Picoitos	Festa Tradicional de Penedos

Festa Tradicional de Espírito Santo

Festa Tradicional de S. Miguel

Festa Tradicional de Penilhos

2.6. Alojamentos:

Apartamentos Oásis

Estalagem São Domingos

Casa das Janelas Verdes

Herdade de Balanches

Casa dos Loendros

Herdade Vale Covo

Casa Fatana

Monte da Bela Vista

Casas Lampreia

Monte da Eirinha

Casa Rosmaninho

Monte do Guizo

Casa Visconde de Bouzões

Monte dos Nascedios

Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra

Pensão São Domingos

Centro de Estágios do Guadiana

Quartos Campaniço

Ecoland

Residencial Beira Rio

2.7. Restaurantes e Bares:

Alcarial

Náutico

Alengarve

Palheiro

Alentejo

Paragem

Boa Viagem

Repuxo

Brasileiro

São Domingos

Café do Cais

São Miguel

Café do Rui

Seppia

Cegonha Branca

Taberna

Esquina

Tamuje

Fatana

2 DD

Migas

Bar Alsafir

Montado

Bar Lancelote

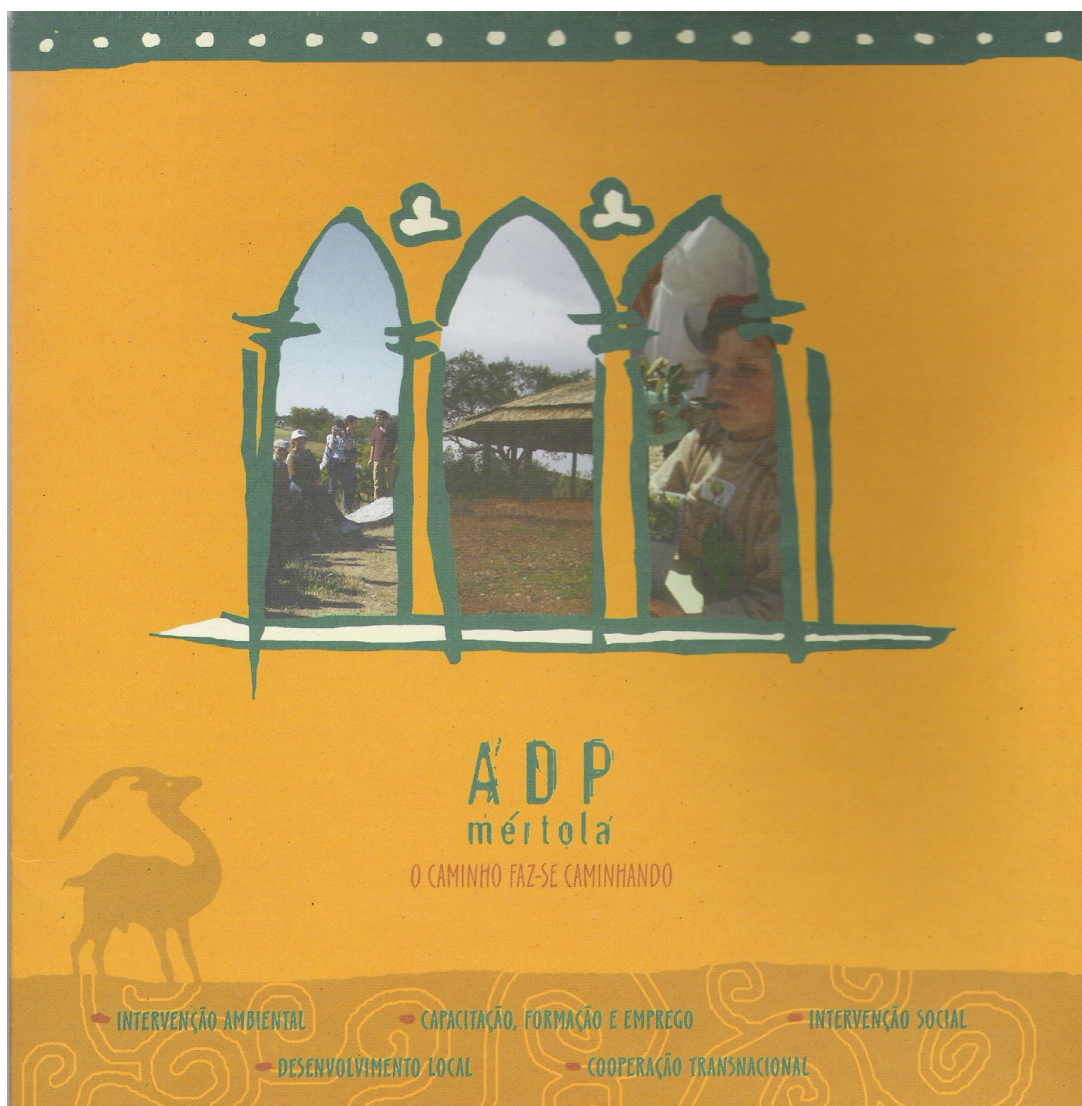
Muralha

Bar Myrtilis

2.8. Empresas e Serviços de Apoio ao Turismo

Posto de Turismo de Mértola	Ecoteca Fluvial “Saramugo”
Alentejo Tours – Operador Turístico	Barco turístico “Vendaval”
Merturis – Empresa Municipal de Turismo	Ecoland

Anexo 3. Portfólio da ADPM



A Associação de Defesa do Património de Mértola - ADPM foi constituída em Dezembro de 1980, desenvolvendo desde então uma estratégia de actuação centrada na capacitação dos indivíduos e na promoção dos recursos endógenos.

A missão da ADPM prende-se fundamentalmente com o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios onde intervém, partilhando estrategicamente com entidades públicas e privadas, mas igualmente com os cidadãos, a responsabilidade de participação activa nas dinâmicas geradoras dos seus próprios processos de desenvolvimento local.

Desde o início, servem de orientação, princípios e valores que em tudo se aproximam do conceito de **desenvolvimento sustentável**, o qual só obteria divulgação mundial em 1987, no relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento - Relatório Brundtland.

Aprofundando o seu papel no desenvolvimento local do concelho de Mértola, a ADPM alargou na última década o âmbito temático e geográfico das suas áreas de intervenção.

Os projectos que desenvolve individualmente ou em parceria, em Portugal e noutros países, configuram à ADPM uma dimensão transnacional, facto que mais lhe enriquece a experiência local. Numa lógica de Pensar Global - Agir Local, entendemos a multiculturalidade e a diversidade como bases para o desenvolvimento dos povos.

Acarinhada diariamente por uma equipa multidisciplinar de três dezenas de técnicos, a ADPM assume-se cada vez mais como uma entidade virada para o futuro, preparando-se para partilhar os desafios que se avizinham para os territórios rurais, em particular para os países e as regiões mais deprimidas, bem como para os povos mais excluídos.

Instituição de Utilidade Pública e considerada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros Português como **ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento**, a ADPM é associada/fundadora de outras associações regionais e nacionais.

É igualmente membro fundador da Ideia Alentejo e Confederação das Associações de Defesa do Ambiente. Pertence e colabora com Associações, Redes e Plataformas Internacionais, em particular nas áreas da Cooperação e Educação para o Desenvolvimento, Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Desenvolvimento Sustentável e Apoio a Países Terceiros.

Capacitação, Formação e Emprego

contexto

Numa conjuntura fortemente caracterizada por factores de globalização, parece consensual a importância do micro-território local, como espaço de desenvolvimento endógeno e sustentado nos recursos locais, nomeadamente os humanos.

O desenvolvimento social e económico é indissociável da vontade das comunidades e da sua participação nesse processo, sendo que a decisão de intervir de forma participada implica percorrer um trajecto que passa pela detecção e identificação dos problemas e desejos da comunidade, implicando também a intervenção para a sua resolução e satisfação.

Neste contexto, existe, por definição, uma relação positiva entre desenvolvimento e educação/formação, tornando-se a **formação ao longo da vida**, elemento-chave de desenvolvimento individual e colectivo, ao que se associou o reconhecimento e valorização de meios e espaços de aprendizagem alternativos ao contexto escolar, competindo aos agentes de desenvolvimento colaborar activamente no processo de valorização do potencial humano, qualificando não apenas para a empregabilidade ou progressão escolar, mas sobretudo para a participação e o exercício de uma cidadania activa, para o saber-fazer, o saber-estar, o saber-ser e o saber-saber, ou seja, formar e educar para a criação de uma **comunidade aprendente**, para a construção de indivíduos em constante aprendizagem, responsáveis pelo seu próprio percurso de vida e pelo da sua comunidade.

É nesta perspectiva que encaramos e sentimos a qualificação de recursos humanos, nas suas mais diversas acepções.

objectivos

Num território que abrange todo o Alentejo e o Baixo Guadiana, marcado por uma elevada e estrutural taxa de desemprego, em que o sector público terciário assume a função de principal empregador e os movimentos emigratórios são usuais, em que uma percentagem elevada da população não possui a escolaridade obrigatória, sendo o abandono precoce do ensino escolar uma realidade, o Gabinete de Apoio à Formação Profissional, sustentado em **diagnósticos de situação** desenvolvidos internamente, tem vindo a desenvolver desde 1996, um conjunto de iniciativas tendo como objectivos específicos:



Capacitação, Formação e Emprego



objectivos

- Qualificar escolar e profissionalmente uma numerosa comunidade juvenil, para quem o sistema escolar parece não ser a resposta adequada, e uma não menos relevante comunidade feminina, que a escassez de oportunidades do território arrastou para as tarefas domésticas ou os trabalhos agrícolas;
- Recuperar saberes seculares, há muito perdidos no tempo, mas que se mostram nichos potenciais de auto-emprego;
- Combater o desemprego através da disponibilização de um conjunto de recursos técnicos e humanos de apoio à divulgação de mecanismos de **inserção profissional**;
- Favorecer a aquisição de novas competências, que possibilitem a progressão na carreira de activos empregados;
- Contribuir para a qualificação da comunidade educativa;
- Educar para a cidadania, para a participação e para a construção de uma comunidade aprendente.

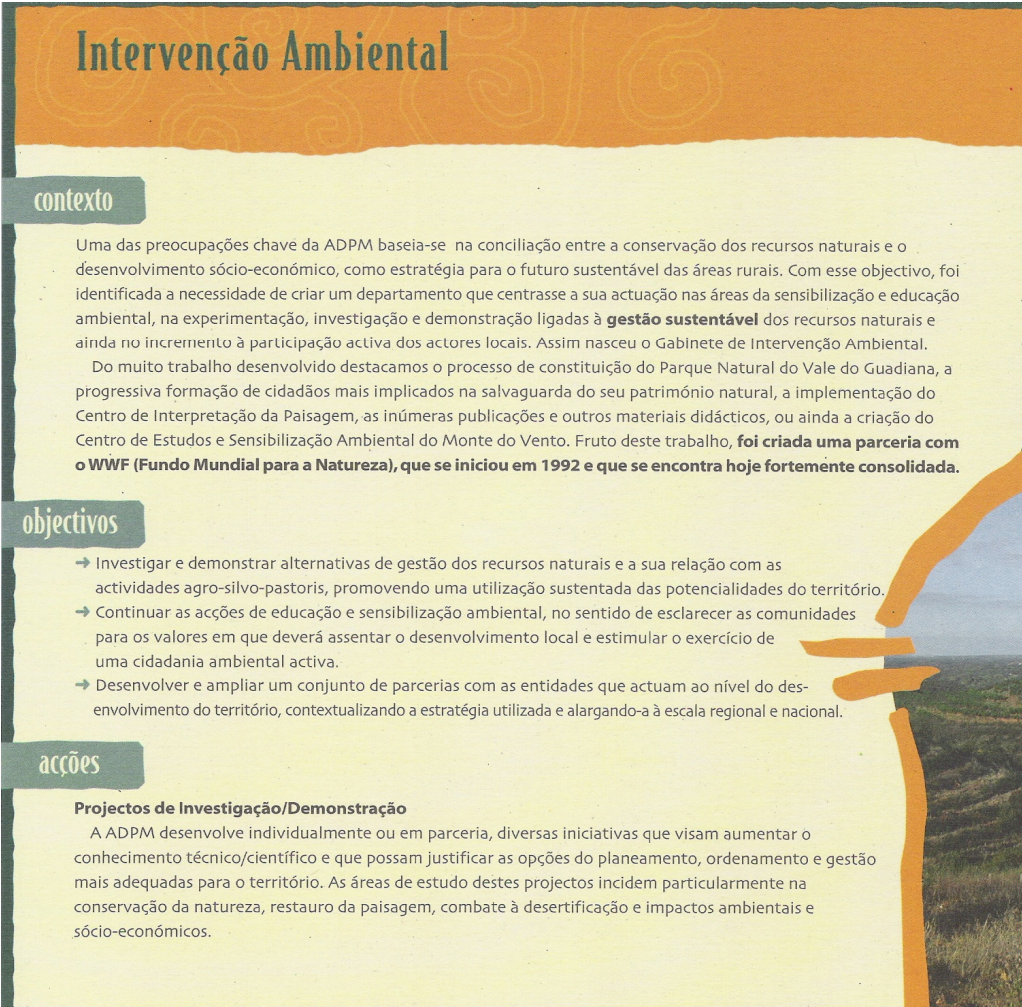
acções

Pioneira no que concerne às modalidades e áreas de capacitação, a ADPM desenvolve com regularidade actividades de **consultoria e apoio técnico** a diversas entidades, tendo também protocolos de colaboração com diversos estabelecimentos de ensino superior, autarquias, ONGs, cooperativas, associações e empresas privadas.

O reconhecimento destas funções, levou-nos à acreditação, desde 1996, pelo Instituto para a Inovação na Formação, enquanto entidade formadora. Em 2001, uma das nossas Acções foi considerada pela Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos como um exemplo de boas práticas, tendo recebido o prémio Saber +. Encontramo-nos desde 2003 acreditados enquanto Entidade Potencialmente Promotora de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências pela Direcção Geral de Formação Vocacional.

Mais recentemente, o Gabinete tem vindo a desenvolver diversas iniciativas contextualizadas na Educação para o Desenvolvimento, tendo por base os grandes **Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio**.





Intervenção Ambiental

contexto

Uma das preocupações chave da ADPM baseia-se na conciliação entre a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sócio-económico, como estratégia para o futuro sustentável das áreas rurais. Com esse objectivo, foi identificada a necessidade de criar um departamento que centrasse a sua actuação nas áreas da sensibilização e educação ambiental, na experimentação, investigação e demonstração ligadas à **gestão sustentável** dos recursos naturais e ainda no incremento à participação activa dos actores locais. Assim nasceu o Gabinete de Intervenção Ambiental.

Do muito trabalho desenvolvido destacamos o processo de constituição do Parque Natural do Vale do Guadiana, a progressiva formação de cidadãos mais implicados na salvaguarda do seu património natural, a implementação do Centro de Interpretação da Paisagem, as inúmeras publicações e outros materiais didácticos, ou ainda a criação do Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental do Monte do Vento. Fruto deste trabalho, **foi criada uma parceria com o WWF (Fundo Mundial para a Natureza), que se iniciou em 1992 e que se encontra hoje fortemente consolidada.**

objectivos

- Investigar e demonstrar alternativas de gestão dos recursos naturais e a sua relação com as actividades agro-silvo-pastoris, promovendo uma utilização sustentada das potencialidades do território.
- Continuar as acções de educação e sensibilização ambiental, no sentido de esclarecer as comunidades para os valores em que deverá assentar o desenvolvimento local e estimular o exercício de uma cidadania ambiental activa.
- Desenvolver e ampliar um conjunto de parcerias com as entidades que actuam ao nível do desenvolvimento do território, contextualizando a estratégia utilizada e alargando-a à escala regional e nacional.

acções

Projectos de Investigação/Demonstração

A ADPM desenvolve individualmente ou em parceria, diversas iniciativas que visam aumentar o conhecimento técnico/científico e que possam justificar as opções do planeamento, ordenamento e gestão mais adequadas para o território. As áreas de estudo destes projectos incidem particularmente na conservação da natureza, restauro da paisagem, combate à desertificação e impactos ambientais e sócio-económicos.

Intervenção Ambiental

acções



Cordão Verde

É um processo que visa o envolvimento da sociedade civil e das instituições públicas na definição e implementação de uma Estratégia Eco-Regional, que conduza a um desenvolvimento sustentável da região, através da criação de condições necessárias ao restabelecimento da continuidade ecológica e visando a gestão dos recursos naturais e culturais a longo prazo. O Cordão Verde, introduzido em Portugal pela WWF, estende-se desde a Costa Vicentina até ao Vale do Guadiana, incluindo as zonas serranas algarvias de Monchique e Caldeirão.

Educação Ambiental e Ecocidadania

Assegurando a continuidade de uma área que tem sido prioritária desde a formação da ADPM, o Gabinete de Intervenção Ambiental assegura a dinamização de:

- Programas anuais específicos para as escolas, abrangendo os diferentes níveis de ensino;
- Acções de sensibilização como a comemoração de efemérides ambientais;
- Programas específicos solicitados por outras entidades relativas a temáticas ambientais;
- Acções de sensibilização com recurso às Ecotecas Terrestre e Fluvial;
- Actividades de Educação Ambiental no Monte do Vento;
- Incentivo à gestão participada do território por parte dos actores locais;
- Formação a professores e actores locais no sentido de promover uma cidadania ambiental activa;
- Apoio à implementação das Agendas 21 Locais.

Agricultura Biológica

A promoção da agricultura biológica no Alentejo tem sido uma das áreas de actuação da ADPM, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável das zonas rurais. Esta linha de trabalho é desenvolvida quer através da demonstração (produção de plantas aromáticas e medicinais e ovelha campañica em modo de produção biológica), quer através do desenvolvimento de projectos que visam facilitar e apoiar a produção e a comercialização dos produtos de agricultura biológica.



Intervenção Social

contexto

O Gabinete de Intervenção Social tem como missão promover a **inclusão social** e colmatar as necessidades sentidas pela população, em particular ao nível de fragilidades sociais: o desemprego, o isolamento sócio demográfico, o insucesso escolar, as dependências, entre outras. Metodologicamente pretende-se fomentar a participação dos indivíduos na resolução dos seus problemas envolvendo-os nos processos de inclusão e intervenção activa enquanto cidadãos informados, responsáveis e capacidade de decisão.

Na área de Intervenção Social, destacam-se projectos de:

- Promoção da inclusão social;
- Promoção de igualdade de oportunidades;
- Intercâmbios juvenis e campos de férias;
- Apoio e encaminhamento de situações de âmbito social;
- Promoção da participação social das crianças, jovens e idosos na comunidade;
- Orientação profissional e vocacional;
- Apoio no acesso ao Ensino Médio e Superior;
- Prevenção primária de dependências;
- Articulação entre processos de inclusão social e de desenvolvimento económico;
- **Educação para o desenvolvimento.**



Intervenção Social



contexto

- Criar instrumentos e estruturas de apoio e dinamização de actividades que permitam o desenvolvimento psicossocial de indivíduos e sua (re)inserção na vida activa e na comunidade;
- **Consolidar sinergias** potenciadoras de desenvolvimento social;
- Prevenir comportamentos de risco;
- Promover a Igualdade de Direitos e de Oportunidades;
- Inculcar nas crianças e jovens hábitos de vida saudáveis;
- Promover percursos de vida **individuais** e no seio da **família** e da **comunidade**, gerados de integração e auto-confiança;
- Contribuir decisivamente para a cidadania activa numa lógica de igualdade de oportunidades e de partilha responsável pelo conceito económico dos territórios e das famílias.

acções

Das acções desenvolvidas no Gabinete de Intervenção Social, destacamos, entre outras, as que permitem:

- Intervir de forma centrada na família, com o objectivo de proporcionar condições que promovam a comunicação em meio familiar;
- Apoiar as famílias na conquista da sua auto-estima, favorecendo atitudes de participação na vida da comunidade e de **solidariedade social**;
- Sensibilizar agentes empregadores e autarcas, para a necessidade de introduzir no mercado de trabalho, oportunidades mais igualitárias;
- Apoiar o desenvolvimento social da comunidade, de forma a melhorar as condições psicossociais da população;
- Fomentar nas crianças e jovens hábitos de vida saudáveis e **desenvolver competências** físicas, educativas e culturais;
- Orientar e capacitar os indivíduos no conhecimento e exploração das suas aptidões, interesses, atitudes, motivações e aspirações;
- Incentivar a participação dos cidadãos nos seus processos de desenvolvimento e promoção social.



Desenvolvimento Local

contexto

Desde a sua fundação, que a ADPM tem como um dos seus objectivos prioritários promover o desenvolvimento local, entendido como processo de melhoria de condições culturais e materiais assim como da qualidade de vida das populações, privilegiando-se um modelo de (des)envolvimento sustentado na conservação, dinamização e valorização dos recursos locais, que promova a participação da população neste processo.



Estes são aliás os princípios que têm presidido à acção do Gabinete de Desenvolvimento Local e que se tem traduzido na multiplicação de iniciativas e projectos dirigidos para o desenvolvimento sustentável do concelho de Mértola, em particular, e das áreas rurais em geral. Iniciativas que apresentam características muito diferenciadas, mas cujas ideias-força que, se não estão necessariamente presentes em todas elas, atravessam a grande maioria:

- privilegiam a pertença e a incidência local/comunitária;
- valorizam a participação das populações e pretendem suscitar e **mobilizar as capacidades** de iniciativa existentes nas comunidades locais;
- têm em geral, como objectivo o desenvolvimento integrado, abrangendo várias áreas de intervenção, articulando diferentes grupos e sectores e pressupondo uma abordagem interdisciplinar;
- procuram apresentar **soluções inovadoras**.


objectivos

As acções promovidas inserem-se em diferentes sectores de intervenção e têm durações e impactos distintos, sempre com o objectivo de:

- Promover as capacidades locais;
- Fomentar a participação das populações;
- Estimular as capacidades de iniciativa local;
- Estabelecer parcerias com outros agentes a nível local, regional, nacional e internacional;



Desenvolvimento Local




objectivos

- Promover, apoiar e realizar, fundamentalmente, actividades orientadas para o desenvolvimento local;
- Articular e potenciar os recursos endógenos, com as contribuições exógenas;
- Praticar regularmente a avaliação dos planos e acções desencadeadas, analisando os impactos produzidos, os objectivos alcançados e ainda por alcançar;
- Praticar o princípio da Investigação/Acção, o que significa **actuar e investigar** em simultâneo, ou seja "aprender ao fazer" e "fazer o que se aprendeu".

acções

Neste sentido, destaca-se uma vasta experiência na implementação de acções, tais como:

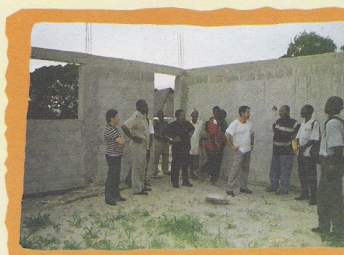
- A elaboração e execução de projectos co-financiados pelo Estado Português e União Europeia, assentes em parcerias estratégicas;
- O fomento de Parcerias Activas através da dinamização de espaços de co-responsabilização e cooperação entre entidades;
- A integração em redes de cooperação de organizações regionais, nacionais e internacionais;
- A realização de encontros gerais ou temáticos, para troca de experiências e conhecimento;
- A promoção de eventos (a ADPM possui uma vasta experiência na organização de certames/feiras, produção de eventos temáticos, organização de mostras, dinamização de espaços em feiras, produção de exposições);
- A organização de actividades de informação/comunicação (incluindo edição de boletins, jornais, sessões de animação/informação, etc.);
- O desenvolvimento de trabalhos de investigação, estudos estratégicos, análises swot, avaliações externas, etc.
- A prestação de serviços de **assistência técnica e consultadoria** em áreas diversificadas, às micro e pequenas empresas, às instituições públicas e privadas e colectividades em geral (elaboração de candidaturas a programas específicos, realização de diagnósticos e avaliações; estudos de viabilidade económica, etc.), contribuindo para a criação de novas **oportunidades de emprego** e desenvolvimento económico dos territórios.



Cooperação Transnacional

contexto

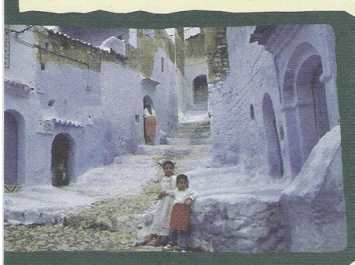
Num mundo cada vez mais global, acentuam-se cada vez mais as assimetrias entre as regiões e os países. As brutais diferenças económicas e sociais entre os povos são a prova evidente de subdesenvolvimento dos territórios. É essa a razão pela qual o espírito de Cooperação para o desenvolvimento, entendido como entreatada solidária e igualdade de oportunidades, deve ser também cada vez mais desenvolvido e praticado por todos aqueles que, de alguma forma, detêm mais recursos e, sobretudo, maior capacidade de reagir às diferenças. É o caminho que a ADPM tem seguido.



objectivos

O espírito fraterno de Solidariedade e de Cooperação que une os povos e os territórios esteve presente ao longo de toda a história da ADPM, e estará enquanto houver comunidades excluídas, nas suas condições mais elementares, em particular, económicas, sociais e de dignidade.

Tendo por base este princípio, norteador da sua intervenção, a ADPM tem desenvolvido nos últimos anos um trabalho de cooperação em países em vias de desenvolvimento, com particular incidência em Marrocos, na província de Chefchauen e em Moçambique, na província de Nampula, com o objectivo de minimizar algumas dificuldades e colaborar num processo de desenvolvimento que conduza a melhores condições de vida e a um maior bem-estar das populações.



Chefchauen é uma cidade situada no norte de **Marrocos**, na província que lhe dá o nome. Pintada de azul e branco, ruas estreitas, hábitos e costumes próprios fazem dela uma cidade onde é bom ficar. Ligadas por laços culturais e históricos, Mértola e "Chauen" têm semelhanças nos mais variados aspectos. Mértola e Chefchauen conhecem-se e as suas gentes também. Cooperar é também criar laços.

Cooperação Transnacional

objectivos

Monapo é um pequeno distrito da província de Nampula, norte de **Moçambique**. É uma "comunidade" onde as dificuldades são imensas mas com uma grandeza humana impressionante. Tem contudo, uma beleza natural inconfundível. Tem paisagens únicas onde é agradável estar. Ouvir os batuques, sentir a música, a dança, os ritmos. Conhecer os rituais e tudo o que lhe é próprio. As cores e o cheiro da terra são características únicas. Sobretudo, sente-se nas gentes e nos seus representantes uma enorme vontade de aprender e trabalhar para o desenvolvimento local.

acções

De entre muitas das acções desenvolvidas destacam-se:

- Formação e qualificação de Recursos Humanos;
- Construção e aquisição de equipamentos destinados ao ensino formal e não formal;
- Alfabetização de adultos;
- Promoção das condições de saúde e da qualidade de vida;
- Construção de equipamentos para a captação de água potável;
- Promoção da igualdade de género;
- Organização de parcerias particularmente vocacionadas para a Educação para o Desenvolvimento;
- Redução da pobreza;
- Campanha de combate a doenças infecto-contagiosas, em particular Malária e HIV-Sida;
- Projectos em escolas e Instituições de Saúde Pública e colaboração com os jovens dos países envolvidos.

A Cooperação também é conhecer e as potencialidades. É assim que a entendemos, é assim que pretendemos continuar.



Centro de Informação Europe Direct do Baixo Alentejo

EUROPE DIRECT
Ponto de Informação

contexto

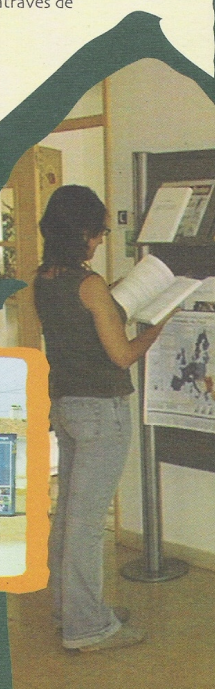
O Centro de Informação Europe Direct do Baixo Alentejo é um serviço de informação destinado ao público em geral, que funciona na sede da Associação de Defesa do Património de Mértola (entidade hospedeira). Iniciou as suas funções em 1996 com a designação Carrefour do Baixo Alentejo, sendo substituído em 2005 pelo Europe Direct. É uma estrutura que pertence às redes de informação da Direcção Geral de Imprensa e Comunicação da Comissão Europeia. Existem actualmente 393 centros na União Europeia, 13 dos quais em Portugal, ligados através de uma rede informática, dispondo de uma intranet e colaborando entre si.

objectivos

- Facilitar e **estimular o diálogo e a cooperação** entre os vários actores chave na vida social e económica da sociedade rural;
- Apoiar os cidadãos, as Associações de Desenvolvimento Local, os empresários, as escolas, a administração pública local e outros agentes regionais que necessitem de informação sobre a União Europeia;
- Promover Encontros, Acções de Formação e Workshops;
- Participar em iniciativas para obtenção e partilha de conhecimento sobre a situação da Europa;

acções

Este Centro intervém sobretudo no Distrito de Beja e ainda nos Concelhos de Portel, Reguengos de Monsaraz e Mourão, sendo a sua actuação no sentido de **fortalecer a relação** entre as comunidades locais e fomentar o diálogo social contribuindo para a informação, formação e interesse pela **participação** nas questões locais, regionais, nacionais e da União Europeia, especialmente nas tomadas de decisão.



Centro de Recursos em Conhecimento



contexto

O Centro de Recursos em Conhecimento (CRC) da Associação de Defesa do Património de Mértola, constitui uma infraestrutura localizada na sede desta associação, vocacionada para as temáticas do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, inserindo-se na Rede Nacional de Centros de Recursos em Conhecimento que apoiam profissionais de formação e entidades formadoras no desenvolvimento de competências necessárias ao reforço da **competitividade** das pessoas e das organizações residentes.

A criação deste Centro insere-se numa estratégia de intervenção integrada desta Associação, de forma a sensibilizar e demonstrar às actuais e futuras gerações, a importância da informação, da investigação e do conhecimento que permitam restabelecer o equilíbrio entre os diferentes ecossistemas e a sua inevitável humanização, em prol do desenvolvimento sustentável dos territórios.

objectivos

- Contribuir para a construção da sociedade do **conhecimento**;
- Disponibilizar às entidades formadoras apoios diversificados;
- Apoiar os profissionais de formação no seu esforço de melhoria contínua e de autoformação;
- Disseminar práticas formativas bem sucedidas, assim como os recursos técnico pedagógicos;
- Promover a igualdade de oportunidades entre indivíduos e entre territórios.

acções

O CRC da ADPM dispõe de sala de Biblioteca, de Leitura, Mediateca, Salas de Formação devidamente equipadas para o efeito, com o objectivo de disponibilizar à comunidade em geral, mas sobretudo aos profissionais de formação profissional e agentes educativos, **suportes pedagógicos** sobre as temáticas do ambiente e desenvolvimento sustentável, contribuindo para o reforço das suas competências e em última instância para o combate à info-exclusão dos cidadãos.



Ecoteca Fluvial

contexto

A Ecoteca Fluvial designada **SARAMUGO**, é uma embarcação com um comprimento de 12,8 m e com capacidade para 43 pessoas, transformada e equipada com materiais e equipamentos adequados ao desenvolvimento de acções de sensibilização ambiental, de ecoturismo e de actividades potenciadoras do Turismo Escolar e de Natureza no Rio Guadiana.

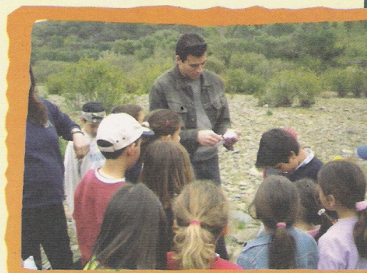
objectivos

Esta Ecoteca funcionará como um **Centro de Aprendizagem Flutuante**, com vocação pedagógica e demonstrativa da paisagem e dos recursos naturais, promovendo a investigação, experimentação e demonstração de actividades de conservação da natureza, sobretudo as relacionadas com os recursos hídricos e terrestres, particularmente os que se associam aos ecossistemas ribeirinhos. Deste modo, valorizará os recursos naturais e culturais, utilizando uma estratégia integrada e promotora da conservação da natureza em consonância com o desenvolvimento sustentável da região.

acções

As visitas proporcionadas pelo SARAMUGO, visam privilegiar o estudo de áreas de interesse do ponto de vista conservacionista dentro do Parque Natural do Vale do Guadiana e das Reservas Naturais da Ria Formosa e do Sapal de Castro Marim, numa perspectiva de interpretação da paisagem, dos valores ambientais presentes e dos problemas a estes associados, através de acções de demonstração e investigação, tecnicamente monitorizadas e suportadas por materiais lúdico - pedagógicos. Pretende-se assim, que à criação da Ecoteca Fluvial seja um forte contributo na quebra do isolamento e distância entre as escolas e as populações, no estudo e salvaguarda de um património tão importante, que urge preservar, bem como facilitar o contacto com esta realidade aos visitantes, potenciando assim o **Turismo de Natureza** e favorecendo a reanimação ambiental, económica e cultural do Vale do Guadiana.

* O Saramugo, *Anaocypris hispánica*, é um pequeno peixe que ocorre na Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana, que se encontra em vias de extinção e que tem um elevado interesse para a conservação.



Ecoteca Terrestre

contexto

A Associação de Defesa do Património de Mértola, para aprofundar a sua estratégia de Educação Ambiental, procedeu à criação de uma Ecoteca Terrestre para a realização de actividades educativas.

Trata-se de um veículo, com o interior transformado e especialmente concebido para o efeito, devidamente equipada com recursos técnico-científicos e lúdico-pedagógicos.

objectivos


A implementação da Ecoteca Terrestre como um **Centro de Aprendizagem Móvel**, constitui um meio para o desenvolvimento de uma estratégia que promova de forma activa a conservação da natureza, em consonância com o desenvolvimento sustentável das zonas de intervenção, bem como uma referência com vocação sócio-pedagógica e demonstrativa do sistema informal de ensino, aumentando os seus conhecimentos e consequentemente alargando os seus horizontes a curto, médio e longo prazo.

O seu intuito, traduz-se num contributo da ADPM para a implementação/consolidação de infra-estruturas e prestação de serviços que permitam a qualificação das zonas de intervenção. Constitui igualmente um meio privilegiado de sociabilização, com vocação pedagógica e demonstrativa, aspirando dar resposta a algumas intervenções prioritárias, relacionadas com a inversão da tendência da desertificação humana, bem como a integração das crianças e jovens num contexto educativo. Pretende-se favorecer a reanimação ambiental e económica das zonas de intervenção.

Procura portanto, preencher algumas lacunas materiais e técnicas, que nas escolas dificultam o **conhecimento** científico, imprescindível para fomentar atitudes e comportamentos adequados no que diz respeito à preservação e valorização ambiental, bem como a formação para a **cidadania**, a participação e o conhecimento.



Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental




Monte do Vento
Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental
POR UM FUTURO PARA A TERRA

contexto

A Associação de Defesa do Património de Mértola é proprietária de uma exploração agro-silvo-pastoril com aproximadamente 200 hectares denominada **Monte do Vento**, classificada como Sítio de Interesse Biológico, localizada a 22 Km a Norte de Mértola, a 3 Km do monumento natural do Pulo do Lobo, numa das áreas do Parque Natural do Vale do Guadiana com maior interesse para a conservação da natureza.

A sua localização faz com que a propriedade apresente uma enorme diversidade de paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas, de elevado interesse natural, cultural e paisagístico.



objectivos

O Monte do Vento assume-se actualmente como uma área **experimental e demonstrativa** onde se desenvolvem estudos e projectos que promovem uma correcta gestão dos recursos naturais presentes e conciliam a conservação da natureza com o desenvolvimento sustentado da região. Assim, a gestão da propriedade é realizada de forma a que se cumpram os seguintes objectivos:

- Diversificar as alternativas de produção de uma exploração agro-silvopastoril tendo em conta os recursos endógenos;
- Investigar modos de produção agrícola ecológicos que promovam a utilização sustentável do meio ambiente;
- Disponibilizar aos agricultores e proprietários florestais um centro demonstrativo e experimental de actividades que conciliam a produção com a sustentabilidade ambiental;
- Sensibilizar a população, nomeadamente o público escolar, para a importância de actividades que visam a protecção e conservação do meio ambiente;
- Criar **emprego** dirigido essencialmente à população local.

acções

Produção de Uso Múltiplo

- Produção biológica de plantas aromáticas e medicinais, de espécies arbustivas e arbóreas autóctones e de ovelhas campaiças;
- Criação de animais domésticos, nomeadamente aves, equídeos e ovinos;
- Instalação e povoamentos de sobreiro para o aproveitamento da cortiça e de azinheira com vista à produção do porco alentejano;
- Apicultura e apanha de cogumelos.



Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental



Monte do Vento
Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental
POR UM FUTURO PARA A TERRA



Investigação/experimentação

- Projectos de restauro da paisagem e de combate à erosão do solo/desertificação, no sentido de recuperar o equilíbrio ecológico nos meios mais intervencionados;
- Projectos de conservação da natureza, identificando-se as principais ameaças e definindo-se medidas eficazes de conservação dos habitats e da biodiversidade.
- Actividades demonstrativas de boas práticas agrícolas e florestais.

Informação/sensibilização

- Projectos de educação ambiental continuados, prioritariamente com as comunidades educativas, por forma a envolver os professores e alunos nas actividades do CESAMV e fomentar o seu conhecimento e a sensibilidade para as temáticas abordadas;
- Programas de campos de férias para escolas de todo o país, no sentido de sensibilizar os professores e alunos para o conhecimento e valorização do mundo rural e dos saberes tradicionais, associados a uma correcta gestão do território e à política da cidadania;
- Programas de ecoturismo e encontros temáticos relacionados com os projectos e actividades desenvolvidas.

espaços e infra-estruturas disponíveis

Tendo em conta as actividades e os objectivos que se pretendem atingir concretizaram-se várias infra-estruturas e instalações, nomeadamente:

- Área social que permite o alojamento de 26 pessoas, com camaratas, balneários, sala polivalente, pequeno laboratório, cozinha e nas imediações 7 "corveiros", 6 dos quais correspondentes a uma estrutura de acampamento fixo;
- Viveiros com 2 estufas de produção biológica, uma estufa de secagem e uma sala de embalagem;
- Quinta Ecológica com espaços diferenciados para a agricultura e pecuária biológica;
- Percursos da natureza vocacionados para o conhecimento e interpretação da paisagem e dos recursos naturais.



Em todo este trabalho, a ADPM tem procurado fazer com que as populações locais participem, com o intuito de as envolver nas iniciativas em curso, oferecendo-lhes oportunidades de trabalho e motivando-as para a experimentação de atitudes e práticas conducentes a estilos de vida mais saudáveis e felizes.

Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra



contexto

Situado numa pequena aldeia rural, nas imediações do Pulo do Lobo e do Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental do Monte do Vento, o Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra (CAAS) localiza-se junto à antiga Escola Primária, onde está instalado o Centro de Interpretação da Paisagem.

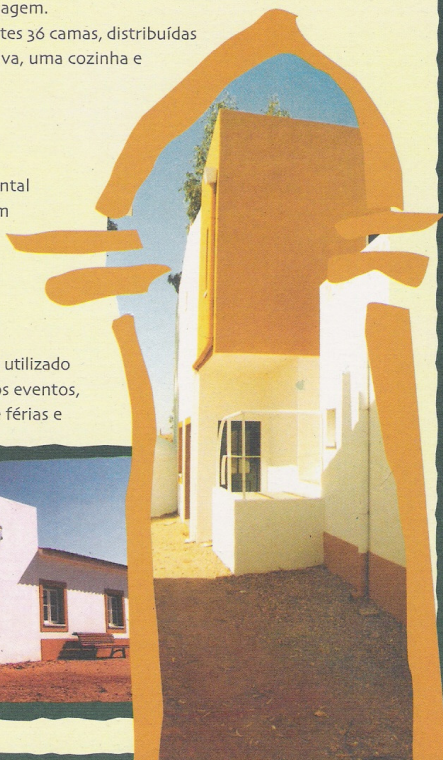
O CAAS é um espaço de alojamento que coloca à disposição dos visitantes 36 camas, distribuídas por quatro camaratas e dois quartos duplos com casa de banho privativa, uma cozinha e uma sala de refeições polivalente.

objectivos

O seu intuito é dar apoio ao Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental do Monte do Vento no desenvolvimento de actividades e estadias, bem como aumentar e melhorar a capacidade de alojamento da região, especialmente no que diz respeito ao vocacionado para **Ecoturismo**.

acções

Licenciado para utilização turística como Casa de Natureza, este centro é utilizado para encontros, seminários, acções de formação, reuniões, entre outros eventos, mas está particularmente adaptado para o acolhimento de colónias de férias e intercâmbios.



Centro de Interpretação da Paisagem da Amendoeira da Serra



Amendoeira da Serra
Centro de Interpretação da Paisagem

contexto

O Centro de Interpretação da Paisagem da Amendoeira da Serra (CIPAS) enquadra-se no Projecto Integrado de Mértola, iniciado nos anos 80 e surge com a proposta de constituição de uma rede de centros ao nível do Concelho de Mértola, a qual é posta em prática no ano 2000, com a recuperação da antiga escola primária da Amendoeira da Serra, sendo inaugurado em 2003.


A sua área de influência, devido à grande diversidade natural e patrimonial e à proximidade do Pulo do Lobo, contem alguns pontos - chave, particularmente adequados à interpretação da paisagem, tanto na sua dimensão temporal como espacial. A Amendoeira da Serra, o Mosteiro, o Cerro da Bandeira, a Anta das Pias, o Moinho do Escalda e o Pulo do Lobo, constituem exemplos únicos da mescla que constitui o **Homem, a Paisagem e o Tempo**.

objectivos

Os objectivos do Centro são ajudar o visitante a descobrir a capacidade narrativa e incitá-lo a "ler" a paisagem, a explorar a multiplicidade de dinâmicas e a complexidade de padrões que compõem a estrutura do território envolvente, com base no conhecimento do património cultural e natural, assimilando que a paisagem se traduz num processo em constante transformação, que transita lentamente de estado para estado e que se mantém sempre em estreita ligação com o seu passado. No CIPAS **os sentidos** reconhecem a importância dos valores culturais, naturais e científicos presentes, alertando-os para a necessidade da sua preservação e correcta gestão, de acordo com atitudes de cidadania e com os princípios da sustentabilidade, alicerçada em atitudes cúmplices de entreatajuda entre o Homem e a Natureza.

acções

Constituído por uma exposição, por um conjunto de percursos interpretativos e por materiais informativos de apoio à interpretação da paisagem, o CIPAS, mais do que um espaço é um meio para sensibilizar a população local e os visitantes para a importância do significado da paisagem e para promover um conjunto de acções de desenvolvimento, geradoras de pequenas actividades económicas, da valorização ambiental e cultural da região, para a auto - estima dos habitantes pelo seu território e o reforço da identidade local **o CIPAS presta um contributo fundamental**.



Os últimos anos da ADPM

Projectos implementados

1992 - PROTOCOLO DE PARCERIA COM O WWF - Fundo Mundial para a Natureza
1992 - CADISPA - Conservation and Development in Sparcely Populated Areas (WWF)
1993 - CENTRO DE ESTUDOS E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL DO MONTE DO VENTO (PROGRAMA LIFE)
1993 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ADPM E O CENTRO DE FORMAÇÃO DE MÉRTOLA
1994 - ECOMUSEU DO GUADIANA
1995 - PARQUE NATURAL VALE DO GUADIANA
1995 - PROTOCOLO COM O CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA PARA A ELABORAÇÃO DE ACÇÕES/TRABALHOS CIENTÍFICOS
1996 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O NERBE - APOIO AO EMPRESÁRIO
1996 - 1º PRÉMIO NACIONAL HENRY FORD pela concepção do CD ROM "MÉRTOLA CÁ DENTRO" sobre o Património de Mértola
1996 - ACREDITAÇÃO COMO ENTIDADE FORMADORA (INOFOR)
1996 - CENTRO DE INFORMAÇÃO E ANIMAÇÃO RURAL DO BAIXO ALENTEJO (Comissão Europeia)
1997 - OUVIR, APOIAR E ORIENTAR (INTEGRAR)
1998 - Programa Educativo "GUADIANA VIVO"
1998 - CENTRO RURAL DE MÉRTOLA (Ministério da Agricultura)
1998 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O ICN e PNVG
1998/2003 - PROMOÇÃO DA FEIRA DO MEL, QUEIJO E PÃO
1999 - INSTALAÇÃO DE UMA REDE TELEMÁTICA ENTRE 6 ESCOLAS DO CONCELHO DE MÉRTOLA para intercâmbio de actividades de educação ambiental (Ministério da Ciência e da Tecnologia)
1999 - MÉRTOLA: RAÍZES PARA O DESENVOLVIMENTO (PIPPLEA)

1999/2001 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Campanha da Azeitona"
2000 - UM CORDÃO VERDE PARA O SUL DE PORTUGAL (WWF MEDPO)
2000 - CONSTRUIR (Programa Luta Contra a Pobreza)
2000 - MENÇÃO HONROSA PELO PROJECTO CHUVA DE LETRAS (Prémio Atribuído pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade e pelo Ministério da Cultura / Instituto Português dos Livros e das Bibliotecas)
2000 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ADRL
2000 - ACORDO COM A WWF ACROSS THE WATERS - BARCELONA (WWF - ATW)
2001 - CENTRO DE ACOLHIMENTO DA AMENDEIRA DA SERRA (PPDR, CMM e ICN)
2001 - CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO TERRAS DO BAIXO GUADIANA
2001 - CRESCER - Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências (IPDT)
2001 - PRÉMIO SABER + atribuído ao Curso de Formação Profissional especializada na área da Conservação, Restauro e Reprodução da Cerâmica Islâmica Decorativa
2001 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO - ALENTEJO
2002 - GABINETE DE APOIO À INICIATIVA LOCAL (LEADER +)
2002 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO RIF EL ANDALOUS (Norte de Marrocos)
2002 - DO ESTE AO OESTE: UM CORDÃO VERDE PARA O SUL DE PORTUGAL (WWF Medpo e LEADER +)
2002 - AL USRA (Quadro Prevenir II, IPDT)
2002 - QUINTA PEDAGÓGICA (LEADER +)
2002 - PRÉMIO "MAIS ALENTEJO" na categoria "Mais Património" (Revista "Mais Alentejo")
2002 - CERTIFICAÇÃO DAS PLANTAS AROMÁTICAS E MEDICINAIS DO MONTE DO VENTO COMO PRODUTO BIOLÓGICO

2002/2003 - MENÇÃO HONROSA DO PRÉMIO NACIONAL DE AMBIENTE "FERNANDO PEREIRA" por se distinguir na sua acção como "amigo do ambiente" (CPADA)
2003 - RECONHECIMENTO DA ADPM como ONGD (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
2003 - CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM (CMM)
2003 - ECOTECA TERRESTRE - Educação em Movimento (LEADER +)
2003 - ECOTECA FLUVIAL - Vector de Desenvolvimento do Grande Rio do Sul (LEADER+)
2003 - TERRAS DO PULO DO LOBO (AGRIS)
2003 - SURIBERIA - improving European Union Policies driving nature resources use: integrating conservation and sustainable use of nature resources in Southern Portugal (WWF Medpo)
2003 - REDE GEST - Rede de Laboratórios de Gestão do Território (FUNDAÇÃO AVINA)
2003/2004 - DROGAS NEM POR BRINCADEIRA - Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências (Instituto da Droga e da Toxicodependência)
2003 - OCTOPUS - Centro de Recursos On-Line Transnacional (SÓCRATES)
2003 - NAL de Mértola (LEADER +)
2003 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS
2003 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A SOMINCOR
2003 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O GEOTA
2003 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALGARVE
2003 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ALCANCE
2003/2004 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação para a Cidadania - Atitudes Diferentes para o dia-a-dia"

2004 - PROTOCOLO COM A FUNDAÇÃO LUÍS MOLINA
2004 - EMPRESA DE INSERÇÃO EM AGRICULTURA BIOLÓGICA (IEFP)
2004 - CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (POEFDS)
2004/2005 - ORGANIZAÇÃO DA FEIRA DO MEL, QUEIJO E PÃO
2004/2005 - COOPERAÇÃO COM MOÇAMBIQUE - PROJECTO MONAPO: RUMO AO DESENVOLVIMENTO (IPAD)
2004 - DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES FORMATIVAS E DE EMPREGO NO SECTOR DO AMBIENTE NA MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA (EQUAL)
2004 - PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE MONAPO, MINISTÉRIO DA SAÚDE, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E 5 ADL'S EM MOÇAMBIQUE

2004/2005 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Geração de Valores - Passado/Presente e Futuro"
2005 - BIOMÉRTOLA - Promoção de Actividades e Produtos de Agricultura Biológica : 1ª Mostra de Produtos de Agricultura Biológica; Criação de Rede de Produtores de Agricultura Biológica do Alentejo (PORA)
2005 - CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPE DIRECT DO BAIXO ALENTEJO (UE)
2005 - IMPACTOS DA FLORESTAÇÃO DA AVIFAUNA DAS ESTEPES CEREALÍFERAS DO BAIXO ALENTEJO: ZPE de Castro Verde (PORA)
2005 - GESTÃO DA VEGETAÇÃO EM PAISAGENS SUBERÍCOLAS DA SERRA ALGARVIA (AGRO)
2005 - DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SECTOR DA ANIMAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA E COMUNITÁRIA NO DISTRITO DE BEJA

2005 - PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO com o Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior de Educação de Beja, Escola Superior Agrária de Beja (AGRIS)
2005 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE AGENDAS LOCAIS 21
2005 - COORDENAÇÃO TÉCNICA DO CD DE PROMOÇÃO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM DA AMENDOEIRA DA SERRA/TERRAS DO PULO DO LOBO
2005 - COORDENAÇÃO DO PROJECTO "CRIAÇÃO DE SINALECTICA ARTISTICA/LANDART NAS TERRAS DO PULO DO LOBO"
2005 - ENTRE-GERAÇÕES: Gabinete de Apoio ao Acesso ao Ensino Superior; Orientação Profissional; Avaliação e Acompanhamento Psicopedagógico; Apoio Psicossocial e Psicoterapia (POEFDS)
2005 - FORMAR PARA GLOBALIZAR (LEONARDO)

Materiais Editados

CARTAZES

Mértola. Cantos e Encantos

Montado

FILMES

Ecomuseu do Guadiana - "Barcos e Artes de Pesca no Guadiana (Versão em Português e Inglês)

Ecomuseu do Guadiana - "Moagem tradicional do Guadiana" (Versão em Português e Inglês)

Ecomuseu do Guadiana - "Ciclo da Lã" (Versão em Português e Inglês)

O Grande Rio do Sul (Versão em Português e Inglês)

Story For Nature (Versão em Inglês)

POSTAIS

Mértola Vila Museu: "Ciclo do Pão"; "Desenhos e Pinturas de Mário Elias"; "Ribeira do Vascão"

DIVERSOS

CD ROM - "Mértola Cá Dentro"

Os Animais de Mértola: O Jogo das Famílias

LIVROS

Subsídios para o Património Histórico e Cultural do Concelho de Mértola

Contributos para a Preservação e Valorização do Património Natural do Troço Médio do Vale do Guadiana

Centro Rural de Mértola - Plano de Intervenção 1996/1999

Aromas e Sabores - Comidas de Mértola

Guia de Educação Ambiental - À Descoberta de Mértola - Os Caminho do Tempo e da Terra

Monte do Vento: Uma Aventura na Natureza

Cada Pessoa uma Pequena Floresta

Lontra 1 e 2

Azinhaira

Guadiana Vivo

As Aventuras de Agüarela e Saramugo

Um Cordão Verde para o Sul de Portugal

Um Cordão Verde para o Sul de Portugal -

Restauração de Paisagens Florestais

DESDOBRAVEIS

Mértola Ecomuseu do Guadiana

Mértola: Artesanato e Produtos Locais

Um Cordão Verde para o Sul de Portugal

Mértola, Acolhimento em Meio Rural

Mértola: Artesanato e Produtos Locais

Centro de Recursos em Conhecimento em

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Pulo do Lobo - Um Salto em Frente

Plantas Aromáticas e Medicinais - Monte do

Vento

Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental

do Monte do Vento

Ribeira do Vascão

BROCHURAS

Mértola Raízes para o Desenvolvimento

Ciclo do Pão - Percursos de Mértola

Monte do Vento - Educação Ambiental - Turismo

de Natureza

Percursos de Mértola: À volta de Mértola, Entre

o Rio e o Montado; Entre Serras

Percursos Temáticos

REVISTAS

Guadiana Vivo - Boletim do Clube de Professores

do parque Natural do Vale do Guadiana Nº 1, 2, 3


AL- Gazarra nº 1, 2, 3

ON-LINE

be@dpm




newsletter do CRC da ADPM

newsletter do Centro Europe Direct



"ONDE O SONHO E A VIDA
SE MISTURAM,
ONDE A ARTE E O ENGENHO
SE PRATICAM
E A ATITUDE E A OBRA
SE CONSTROEM."

Associação de Defesa do Património de Mértola · Largo Vasco da Gama · 7750-328 Mértola
· TEL: 286 610 000 · FAX: 286 610 001 · EMAIL: geral@adpm.pt · WEBSITE: <http://www.adpm.pt>



Parceira do:
WWF for a living planet

Anexo 4. Guião do inquérito por questionário aplicado aos trabalhadores da ADPM

Inquérito por Questionário

Este questionário pretende recolher dados que permitam caracterizar os trabalhadores da ADPM e insere-se na tese de mestrado “O contributo das Associações de Desenvolvimento Local no processo de desenvolvimento local de áreas rurais de baixa densidade: o estudo de caso da ADPM” a realizar no âmbito do mestrado em “Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão”, do ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa em Lisboa.

As respostas são anónimas e confidenciais não necessitando de qualquer elemento que o(a) identifique.

1 – Género: Assinale com

Feminino Masculino

2 – Idade: _____

3 – Habilitações Literárias: Assinale com

1º Ciclo do EB (4ª Classe)	<input type="checkbox"/>
2º Ciclo do EB (6º ano)	<input type="checkbox"/>
3º Ciclo do EB (9º ano)	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário (12º ano)	<input type="checkbox"/>
Licenciatura	<input type="checkbox"/>
Mestrado	<input type="checkbox"/>

4 – Há quanto tempo trabalha na ADPM? Assinale com

Há menos de 6 meses	<input type="checkbox"/>
De 6 meses a 1 ano	<input type="checkbox"/>
De 2 anos a 4 anos	<input type="checkbox"/>
De 5 anos a 7 anos	<input type="checkbox"/>
De 8 anos a 10 anos	<input type="checkbox"/>
Há mais de 10 anos	<input type="checkbox"/>

5 – É natural do concelho de Mértola? Assinale com

Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	(Se respondeu Sim, avance para a pergunta n.º6)
-----	--------------------------	-----	--------------------------	---

5.1 – Se respondeu Não. Indique a sua Naturalidade: _____

5.2 – Ao vir trabalhar para a ADPM, optou por residir no concelho de Mértola: Assinale com

Sim Não

6 – Que funções desempenha na ADPM? Assinale com

- | | |
|-------------------------|--------------------------|
| Coordenador/a | <input type="checkbox"/> |
| Técnico/a Superior | <input type="checkbox"/> |
| Estagiário/a | <input type="checkbox"/> |
| Animador/a | <input type="checkbox"/> |
| Administrativo/a | <input type="checkbox"/> |
| Trabalho indiferenciado | <input type="checkbox"/> |
| Outro | <input type="checkbox"/> |
- Qual? _____

7 – Qual a sua principal área de trabalho na ADPM Assinale com

- | | |
|--|--------------------------|
| Intervenção Social | <input type="checkbox"/> |
| Extensão Rural e Ambiente | <input type="checkbox"/> |
| Educação/Formação | <input type="checkbox"/> |
| Desenvolvimento Local e Cooperação Transnacional | <input type="checkbox"/> |
| Cooperação com Países Terceiros | <input type="checkbox"/> |
| Contabilidade | <input type="checkbox"/> |
| Informática | <input type="checkbox"/> |
| Barco | <input type="checkbox"/> |
| Monte do Vento | <input type="checkbox"/> |
| Secretaria | <input type="checkbox"/> |

8 – Considera que o seu trabalho é reconhecido e respeitado pela comunidade? Assinale com

Sim Não

8.1 – Se respondeu Não. Na sua opinião porque é que isso acontece?

9 – Dos diferentes projectos implementados pela ADPM no concelho de Mértola, no período entre 2000 e 2007, identifique, entre 1 e 6, projectos que na sua opinião se destaca(m)? E justifique porque os destaca?

Muito obrigado pela sua colaboração!

Anexo 5. Guião do inquérito por entrevista aplicado a pessoas internas da ADPM

1. Fale-me um pouco sobre a história de trabalho da ADPM em Mértola.
2. Como analisa o papel desempenhado pela ADPM, enquanto associação de desenvolvimento local?
3. Na sua opinião a população de Mértola tem uma identidade própria? Que sinais identitários identifica?
4. Na sua opinião a população de Mértola mobiliza-se para defender os seus interesses?
5. Considera que a ADPM toma em consideração os aspectos identitários e problemas da população de Mértola nos projectos/ iniciativas que dinamiza?
6. Conhece algum projecto/iniciativa da ADPM que contribua para o reforço identitário da população?
7. A ADPM toma em consideração diagnósticos realizados por outras entidades locais? Quais?
8. Considera que o trabalho encetado pela ADPM tem respondido às necessidades da população? Que necessidades têm sido satisfeitas pela acção da ADPM?
9. Qual(is) a(s) estratégia(s) de trabalho utilizada(s) pela ADPM para responder às necessidades sentidas?
10. Considera que no âmbito da sua intervenção a ADPM mobiliza os recursos locais de Mértola (recursos humanos, materiais, financeiros, outros)? Fale um pouco sobre quais os recursos mobilizados e justifique porquê?
11. No âmbito da sua intervenção a ADPM mobiliza os recursos não locais de Mértola? Fale um pouco sobre quais os recursos mobilizados e justifique porquê?
12. Considera que a ADPM tem articulado recursos locais e não locais numa perspectiva de melhoria da intervenção? Como tem sido feita essa articulação? Dê exemplos.
13. A ADPM promove o contacto e o encontro com a população? Com que periodicidade? E de que forma são feitos esses encontros?
14. Como caracteriza a forma de participação individual e colectiva da população na elaboração de diagnósticos, elaboração, execução e avaliação das intervenções?

15. Como analisa o número de participantes individuais e colectivos na elaboração de diagnósticos, elaboração, execução e avaliação das intervenções?
16. Que estratégias são utilizadas para promover a participação da população?
17. Nos projectos implementados existe uma articulação dos diferentes domínios de intervenção: educação, saúde, ambiente, cultura, actividades económicas, apoio social? Dê alguns exemplos de projectos.
18. Nos projectos implementados verifica-se o envolvimento de diferentes grupos etários? Dê alguns exemplos de projectos.
19. Nos projectos implementados é estabelecida uma relação entre tradição e modernização? Dê alguns exemplos de projectos.
20. No âmbito da intervenção da ADPM é adoptada a metodologia de investigação-acção? Especifique.
21. Os projectos/ iniciativas são dinamizados em parceria? Fale um pouco sobre as parcerias da ADPM?
22. Como avalia o trabalho desenvolvido em parceria, entre a ADPM e outras entidades locais?
23. Qual(is) a(s) área(s) de trabalho que têm maior destaque na intervenção local da ADPM. Como e porque surgiram essas áreas de trabalho? Que projectos destaca dentro dessas áreas?
24. Como analisa a adaptação da ADPM às especificidades das diferentes problemáticas que surgem no âmbito da sua intervenção?
25. Que ensinamentos tem a ADPM recolhido de outras experiências de trabalho e posteriormente aplicados nos seus projectos?
26. Quais têm sido os efeitos indirectos na comunidade, como resultado da intervenção da ADPM?
27. Fale-me um pouco sobre como é garantida a sustentabilidade e autonomia dos projectos iniciados?

Anexo 6. Guião do inquérito por questionário aplicado a observadores privilegiados da ADPM

1. Como analisa o papel desempenhado pela ADPM enquanto, associação de desenvolvimento local?
2. Na sua opinião a população de Mértola tem uma identidade própria? Que sinais identitários identifica?
3. Na sua opinião a população de Mértola mobiliza-se para defender os seus interesses?
4. Considera que a ADPM toma em consideração os aspectos identitários e problemas da população de Mértola nos projectos/ iniciativas que dinamiza?
5. Conhece algum projecto/iniciativa da ADPM que contribua para o reforço identitário da população?
6. Considera que o trabalho encetado pela ADPM tem respondido às necessidades da população? Que necessidades têm sido satisfeitas pela acção da ADPM?
7. Considera que a ADPM tem articulado recursos locais e não locais numa perspectiva de melhoria da intervenção? Como tem sido feita essa articulação? Dê exemplos.
8. Como avalia o trabalho desenvolvido em parceria, entre a ADPM e outras entidades locais?
9. Na sua opinião, qual(is) a(s) área(s) de trabalho que têm maior destaque na intervenção local da ADPM. Que projectos destaca dentro dessas áreas?
10. Quais têm sido os efeitos indirectos na comunidade, como resultado da intervenção da ADPM?
11. Dos diferentes projectos implementados pela ADPM em Mértola, qual ou quais destaca e porquê?

Anexo 7. Grelha de análise de conteúdo das entrevistas

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo			
Territorialização	Caracterização da intervenção da ADPM na comunidade	Génese		<p>“Surgiu (...) fruto daqueles movimentos pós 25 de Abril. (...) Também à volta daquilo que era o património arqueológico.” – elemento 1 e 4 da ADPM</p> <p>“Foi seguindo (...) os movimentos políticos e as tendências políticas e a evolução política do País.” – elemento 1 e 4 da ADPM</p>			
		Percurso	Diversificação da actividade	<p>“(...) A ADPM diversificou a sua actividade não só em termos territoriais, mas também em termos temáticos, em áreas de actividade, (...) e alargou horizontes até para fora de Portugal e da Europa e tornou-se, penso eu, uma das maiores associações do País.” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“A actividade da ADPM, é uma actividade transversal (...) e de abrangência”. – elemento 1 da ADPM</p> <p>“(...) intervêm em áreas fundamentais do desenvolvimento local” – elemento 1 da Autarquia Local</p> <p>“(...) tem uma intervenção muito diversificada (...) – elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado</p>			
			Dimensão da associação em termos físicos e humanos	<p>“Tem vindo a crescer, não só em termos físicos, em termos de infra-estruturas, em termos técnicos, mas sobretudo em termos de actuação.” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“É provavelmente, uma das maiores associações do país, em termos das pessoas que tem a trabalhar e com uma diversidade enorme, precisamente, porque é quase como se fossem 4 ou 5 associações”. – elemento 4 da ADPM</p>			
		Projectos/iniciativas de referência	Extensão Rural e ambiente	Formação	Desenvolvimento local	Intervenção Social	<p>“(...) primeiro a componente do património mais arqueológico, toda a constituição do Parque do Guadiana, são aspectos (...) chave na história desenvolvida pela ADPM. A aquisição depois do Monte do Vento, em 1990 e todo o trabalho que se fez a partir daí (...)”. – elemento 3 da ADPM</p> <p>“(...) o apoio que dá aos empresários, o apoio que dá aos jovens, inclusive a oferta formativa tem para diversos públicos. Por exemplo, tem cursos EFA, tem inclusive organizado um mestrado (...). – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“Quando penso em ADPM penso em preservação ambiental, formação, agricultura biológica e património (natural e edificado).” – elemento 2 da Autarquia Local</p>
			Capacidade de renovação e inovação				<p>“Tem havido aqui uma grande capacidade de renovação e inovação, por parte desta instituição, sempre tendo em conta quais as próprias necessidades deste território.” – elemento 2 da ADPM</p>
			Capacidade de mobilizar recursos				<p>“(...) do ponto de vista do emprego, a ADPM dá um exemplo muito bom de capacidade, de mobilizar recursos, em torno das questões que interessa. Mobilizar o próprio desenvolvimento que tem aqui nesta região (...)” – elemento 1 das Associações Locais</p>
			Capacidade de impulsionar dinâmicas				<p>“Tem tido um papel catalizador, ou seja, impulsionador, ou seja, acho que tem servido muitas vezes para recriar dinâmicas onde não as havia, para orientar onde não havia orientação, para realizar actividades onde ninguém mais as realizaria (...)”. – elemento 1 da ADPM</p> <p>“(...) o papel como associação de desenvolvimento, que tem mensagens, tem projectos, capta pessoas, mobiliza em torno de causas. (...) A ADPM lança muitos reptos, muitas solicitações às outras entidades, tudo isso contribui para (...) vamos aderindo a determinadas causas, mobilizando em torno (...)” – elemento 1 das Associações Locais</p>
			Envolvimento com a população			<p>“(...) há sempre um trabalho constante (...), de se envolverem directamente com a população, de partilharem os seus problemas do dia-a-dia, de perceberem claramente quais são as novas necessidades que vão surgindo por parte da população e por parte também do território (...)”. – elemento 2 da ADPM</p>	
			Projectação da imagem na comunidade			<p>“(...) é uma organização muito fechada em si própria, o que leva a que a imagem que sobressai para a comunidade não seja muito conhecida.” – elemento 2 da Autarquia Local</p>	

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Territorialização	Caracterização da intervenção da ADPM na comunidade	Importância da intervenção		<p>“(…) se a ADPM um dia fechar, este território perde muito e todos os problemas que tem irão agravar-se, porque somos das poucas entidades, a nível local, que consegue dar uma resposta tão pluridisciplinar e tão vasta aos problemas, que este território possui. (…)” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“É uma entidade relevante no concelho. Não imagino o concelho de Mértola sem a ADPM. Se a ADPM não existisse muitas das respostas às necessidades da população iriam diminuir drasticamente, como é exemplo a formação profissional, a educação e o emprego.” – elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“ADPM, neste momento, é das associações mais importantes do País” – elemento 3 das Associações Locais</p>
				<p>“Há uma identidade própria. (...) a vida rural está muito enraizada”. – elemento 1 da ADPM</p> <p>“Facilmente se identificam características identitárias muito específicas (...)” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“Não acho que a população, enquanto indivíduos, cada indivíduo tenha, sejam pessoas com uma identidade muito própria.” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“O concelho até pela sua posição geográfica tem características próprias, mas não são todas iguais (...) – elemento 4 da ADPM</p> <p>“Sim” – Resposta dada por todos os entrevistados representantes de entidades locais.</p>
	Identidade da população de Mértola	Simais identitários	Património edificado	<p>“(…) relacionadas às questões do ambiente, às questões do património (...)” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“Há uma dualidade, (...) Mértola, enquanto Vila, tem uma identidade muito própria (...) associado à questão arqueológica, à questão do mundo Islâmico, à questão da Mina de S. Domingos, que têm uma identidade muito própria.” – elemento 3 da ADPM</p>
			Património natural	<p>“(…) A vivência de Mértola para cima era muito mais com Beja e a vivência de Mértola para baixo era mais com o Algarve. Em relação às populações do sul do concelho (...) eram muito com a vila, enquanto que as freguesias como S. João e Alcaria Ruiva, mais com a cidade de Beja (...) à volta de Mértola às populações locais (...) o castelo de Mértola diz muito. O rio Guadiana, às populações que não estão banhadas pelo rio não diz nada, enquanto que às populações que estão próximas do rio é de facto um marco fundamental, (...) a freguesia de Alcaria Ruiva relativamente à Sra. de Aracélis ou à Serra da Alcaria Ruiva identifica-se muito mais do que com o castelo de Mértola, obviamente que nas freguesias do sul é exactamente o contrário não lhes diz muito. (...) Há de facto uma identificação em relação ao concelho.” – elemento 4 da ADPM</p> <p>“Sim. Tem uma pronúncia diferente, (...) a população de Mértola tem muito orgulho nesta terra (...)” – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“(…) o Rio Guadiana, é uma referência para todos os Mertolenses, sobretudo, para aqueles que estão próximos do rio. Mas também o passado agrícola. E a outra população mais da margem esquerda, a Mina de S. Domingos. (...) os jovens estão mais distantes e esses sim, têm uma identidade menos ligada à identidade dos seus pais, há ali quase um fosso cultural. Há outras coisas (...), os moinhos, a pesca, (...) a arqueologia. (...) a gastronomia, os produtos da terra (...)” – elemento 1 das Associações Locais</p> <p>“(…) recursos naturais, o rio, o campo, portanto, a fauna e a flora, actividades relacionadas com o campo. É uma população muito rural. É muito agarrada às suas tradições (...)” – elemento 1 da Autarquia Local</p> <p>“O património natural e edificado (...) o rio e a paisagem envolvente. Por outro lado, (...) a forma de falar e a gastronomia, (...) os produtos locais (...)” – elemento 2 da Autarquia Local</p> <p>“Temos a zona da Mina de São Domingos, margem esquerda, que pela influência da sua história mineira e por toda a população que por ali passou tem características urbanas. Depois temos a parte rural, que é a margem direita do rio, onde temos as paredes caiadas de branco com as barras azuis com todas as características das populações rurais.” – elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“(…) vários tipos de paisagem, quer seja área de montado ou áreas abertas, ou o rio (...)” – elemento 2 das Associações Locais</p> <p>“(…) a questão do património, o castelo, as ruínas, um passado recuperado, começou a criar uma identificação, um orgulho (...)” – elemento 3 das Associações Locais</p>
	Cultura			

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Territorialização	Identidade da população de Mértola	Capacidade de mobilização da população na defesa dos seus interesses	<p>Não se mobiliza</p> <p>Mobiliza-se muito pouco</p>	<p>“Já vi esta comunidade mais mobilizada do que vejo agora.” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“Muito pouco” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“Não” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“(…) não se mobiliza muito” – elemento 4 da ADPM</p> <p>“Muito pouco” – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“(…) pouco” – elemento 1 das Associações Locais</p> <p>“Muito raramente o faz” – elemento 1 da Autarquia Local</p> <p>“Não muito” – elemento 2 da Autarquia Local</p> <p>“Não” – elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“Muito pouco” – elemento 2 das Associações Locais</p> <p>“(…) há muito pouca mobilização” – elemento 3 das Associações Locais</p>
		Características da população	<p>Dispersão geográfica</p> <p>Isolamento</p> <p>População Idosa</p> <p>Poucos habitantes</p> <p>Questões Culturais</p> <p>Questões de educação e formação</p> <p>Delegam para as entidades</p>	<p>“(…)a maior parte das pessoas vive nos montes e não há uma rede de transportes que traga as pessoas, muitas pessoas não têm transporte próprio (…)” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“(…) é preciso muito esforço e persistência da nossa parte para conseguir cativá-los e nesse sentido acho que é uma comunidade muito pouco participativa, ainda muito fechada. (….) O isolamento a que as pessoas estão votadas, a falta, (….) de recursos, (….) dispersão geográfica (….) O problema é este e vocês, agora é que têm que o resolver.” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“Tem a ver com a forma de ser das pessoas, nesta região, no seu todo, têm fraca capacidade de se mobilizarem, de participarem.” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“(…) população (….) muito dispersa (….) e (….)muito idosa.” – elemento 4 da ADPM</p> <p>“(…) não se mobilizam porque estão pouco informados. É uma população, na sua grande maioria, que se interessa pouco pelo que se passa, pelo menos aquilo que interessa e daí não se conseguirem mobilizar” – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“(…) as pessoas são um bocadinho deprimidas (….)” – elemento 1 das Associações Locais</p> <p>“(…) tem a ver com questões culturais e questões de educação, de formação, questões de atitude cultural” – elemento 1 da Autarquia Local</p> <p>“(…) estão sempre há espera que alguém ou uma entidade faça.” – elemento 2 da Autarquia Local</p> <p>“Mértola já tem uma população relativamente escassa e está muito dividida pelo concelho, (….) terá a ver com questões culturais” – elemento 2 das Associações Locais</p> <p>“é uma região em stress, (….) em depressão, que (….) todo o jovem que aqui nasce, que aqui foi criado, o seu sonho é ir embora (….)” – elemento 3 das Associações Locais</p>
	Missão da ADPM	Toma em consideração aspectos identitários e problemas da população nos projectos/ iniciativas que dinamiza	<p>Sim</p> <p>Sim, mas com alguns desfazamentos</p>	<p>“Sim” – Resposta dada por todos os entrevistados internos à ADPM</p> <p>“Sim” – Resposta dada por todos os entrevistados representantes de entidades locais, com excepção do elemento 1 da Autarquia Local que refere que: “De certa maneira sim, mas eu acho que aqui existe... tem existido alguma, digamos, alguma desfocagem entre aquilo que uma certa opinião pública mais erudita, mais intelectual, acha que é a identidade da população e os seus anseios, da população e aquilo que realmente são esses anseios e essa identidade. Há um ligeiro desfazamento, que se verifica na pouca adesão de iniciativas, que determinadas pessoas, consideram que são iniciativas muito boas que deveriam ter uma grande adesão por parte da população, que corresponderiam à sua própria identidade, no fundo não é isso que acontece na realidade.”</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Territorialização	Missão da ADPM	Projecto que contribuem para o reforço identitário		<p>“O Centro Rural de Mértola e as Terras do Pulo do Lobo” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“Ecoteca terrestre e ecoteca fluvial e Terras do Pulo do Lobo” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“Todas as feiras dinamizadas pela ADPM e as Terras do Pulo do Lobo” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“Terras do Pulo do Lobo, Monte do Vento e recuperação do moinho de água e do moinho de vento.” – elemento 4 da ADPM</p> <p>“Feira do Mel, Queijo e Pão e Centro de Interpretação da Paisagem.” – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“Um em torno da florestação, da Herdade dos Cachopos (...) a questão do S.O.S Guadiana (...) todos os circuitos turísticos.” – elemento 1 das Associações Locais</p> <p>“Terras do Pulo do Lobo, tem alguns aspectos duplos, alguns deles contribuem para um reforço, mas os outros também têm alguma desfocagem, algum desajustamento entre aquilo que nós achamos que é a identidade da povoação. Uma imagem que tem a ver com a perspectiva que se tem do Alentejo mítico, que já não existe. A identidade e a inovação das pessoas vão mudando, as pessoas têm que ter essa noção.” – elemento 1 da Autarquia Local</p> <p>“(…) Feira do Mel, Queijo e Pão. (...) os chás da ADPM, produzidos com plantas aromáticas e medicinais locais (...) as viagens para os sócios (...) o Monte do Vento (...). E o apoio dado aos produtores locais e empresários (...), na promoção dos produtos locais e na promoção do desenvolvimento.” – elemento 2 da Autarquia Local</p> <p>“O Monte do Vento” – elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“A recuperação do Moinho de S. Miguel ou da Azenha no Moinho Alferes ou então todo aquele trabalho de recolha de imagens relativamente à feitura do pão e da lã, (...) a questão de arranjar expectativas com a possibilidade de criação de micro-empresas (...). Também no campo da demonstração de práticas adequadas, do ponto de vista florestal e outras (...) – elemento 2 das Associações Locais</p> <p>“(…) destaco um projecto, (...) que é comum, a nós os dois, que é o projecto que tenho impressão que talvez um dos mais importantes, não só regionalmente, como nacionalmente, que é a tecelagem. Portanto, é um projecto que nós criámos há muitos anos, começou com uma investigação científica, o levantamento de todas as tecedeiras e dos motivos decorativos das mantas, passou pela sistematização dessa informação, pela publicação de um livro sobre a tecelagem local e depois principalmente pela formação, foram cursos sucessivos até se conseguir criar um núcleo firme e sólido, nesta iniciativa. (...)” – elemento 3 das Associações Locais</p>
Satisfação de necessidades não satisfeitas	Utilização de diagnósticos de necessidades realizados por outras entidades locais	Utilizam diagnósticos de entidades locais	Diagnósticos utilizados	<p>“Sim” – Resposta dada por todos os entrevistados.</p> <p>“Diagnóstico social da câmara municipal de Mértola” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“Diagnósticos da rede social, diagnósticos do Centro de Emprego, sobre as necessidades formativas. A ADPM também faz (...) diagnósticos dos territórios. Portanto, toda essa informação, sem dúvida alguma, que é tida em conta por nós.” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“Todos os planos de ordenamento, o plano de gestão do parque.” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“(…) não há muitos diagnósticos feitos por entidades locais. Há sim algumas orientações de entidades regionais e, aí sim, seguimo-los, mas é mais interessante fazer os nossos próprios diagnósticos em muitas das áreas. Às vezes não são diagnósticos feitos de uma forma científica, (...), mas diagnósticos muitas vezes feitos pela própria vivência diária constante e quotidiana das pessoas que trabalham na ADPM.” – elemento 4 da ADPM</p>
	Tipologia de necessidades satisfeitas pela acção da ADPM	Resposta às necessidades da população		<p>“Sim” – elemento 1, 3 e 4 da ADPM</p> <p>“Tem conseguido dar resposta a algumas necessidades” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“Sim” – Resposta dada por todos os entrevistados representantes de entidades locais</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Satisfação de necessidades não satisfeitas	Tipologia de necessidades satisfeitas pela acção da ADPM	Tipos de necessidades satisfeitas	Educativa e Formativa	“ (...) educação, qualificação profissional e escolar, cultura, desenvolvimento sócio-comunitário, empregabilidade, desemprego. (...)” – elemento 1 da ADPM
			Culturais	“a nível pedagógico e mesmo a nível formativo, será das áreas que mais se destacam em termos de actuação. (...) A ADPM ao longo destes anos tem conseguido, seja por criar um centro de estudos e sensibilização ambiental, (...) seja pela própria constituição do parque natural (...) toda esta disponibilidade de serviços formativos, educativos, pedagógicos, tem sido muito importante para a formação da população, seja das camadas mais jovens, seja das camadas mais adultas e proporcionar-lhe competências, não só a nível profissional, mas (...) também a nível social, que são muito importantes e muitas das vezes isso é um ponto de partida para as pessoas conseguirem crescer como cidadãos (...). Por outro lado, problemas como (...) falta de empreendedorismo, a ADPM tem tido um esforço contínuo. Por exemplo, criar gabinetes de apoio à iniciativa local, em que se ajuda a pessoa a criar o seu negócio (...).” – elemento 2 da ADPM
	Estratégias de trabalho para responder às necessidades		Sociais	“A formação tem ajudado a capacitar, não só pela questão de formação específica para um trabalho, que provavelmente depois as pessoas, muitas até nem têm essas oportunidades, mas de qualquer forma, enquanto reforço de auto-estima, acho que também é muito importante, principalmente enquanto reforço de escolaridade, agora com os cursos EFA. (...) Depois na questão da empregabilidade. A questão da demonstração e de promoção do território, por exemplo, para determinados produtos. (...) no caso da Feira do mel, queijo e pão. (...) No caso do Monte do Vento, através da demonstração, por exemplo, no caso da produção de plantas aromáticas e medicinais num território, em que não tem alternativas ao nível da gestão agro-florestal (...)”. – elemento 3 da ADPM
Económicas			“Necessidades de cultura, de património, de educação. (...). Muitas vezes damos respostas às necessidades da população que a população não as tinha sentido ainda.” – elemento 4 da ADPM	
Ambientais			“(…) ao nível da formação, tem criado alguns empregos também, (...) e naturalmente, na defesa que são os interesses desta população e da sua identidade (...)” – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado	
Agrícolas			“(…) tudo o que (...) a ADPM tem feito em prol da preservação, do ambiente e do património, isso vai de encontro às necessidades da população, mesmo que a população não tenha consciência, porque isso atrai um determinado tipo de pessoas, a visitar o território e a interessar-se por ele e isto traz mais valias para a população.” – elemento 1 das Associações Locais	
			Patrimoniais	“(…) ao nível de uma dinamização da actividade local e depois através do Leader. Portanto, aí mais esses aspectos. Sobretudo vertente económica, (...)” – elemento 1 da Autarquia Local
		Envolvimento de stakeholders	Entidades	“No caso da formação profissional (capacitação de pessoas) (...) uma maior promoção do turismo em Mértola. (...) permitir o enriquecimento cultural e de conhecimento da população através da dinamização de viagens.” – António Simão (Rede Social CMM)
			Beneficiários	“(…) a questão da inserção social, a questão da inserção profissional e da qualificação profissional, (...) as questões da empregabilidade através da dinamização das empresas de inserção.” – elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado
		Investigação-Acção		“ao nível da formação” – elemento 2 das Associações Locais
		Capacitação de pessoas	Equipa de Trabalho da ADPM	“(…) há sempre uma procura no envolvimento de várias entidades (...) criação de parcerias tem sido sempre um ponto muito forte na estratégia de intervenção, por outro lado envolver os beneficiários, (...). Fazer iniciativas que podem ser (...) sustentáveis, após o financiamento” – elemento 1 da ADPM
			População	“(…) estratégia de investigação-acção, mais uma vez um esforço contínuo de estar sempre a perceber quais são as necessidades da população (...)” – elemento 2 e 4 da ADPM
				“As pessoas que trabalham na associação, têm contacto com processos de desenvolvimento semelhantes aqui ou no estrangeiro. (...) o facto de contactarmos com essas metodologias, com essas práticas, com esses processos de desenvolvimento, fazem com (...) que nos preparemos e trabalhemos nesse sentido, na satisfação dessas necessidades. (...)” – elemento 4 da ADPM
				“As estratégias basicamente, passam pela capacitação de pessoas, pela demonstração de práticas e pela promoção do território.” – elemento 3 da ADPM

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Satisfação de necessidades não satisfeitas	Estratégias de trabalho para responder às necessidades	Demonstração de práticas		“As estratégias basicamente, passam pela capacitação de pessoas, pela demonstração de práticas e pela promoção do território.” – elemento 3 da ADPM
		Promoção do território		
Mobilização das capacidades locais	Utilização de recursos endógenos	Utilização		“Sim” – Resposta dada por todos os entrevistados internos da ADPM
	Tipologia de recursos endógenos mobilizados	Humanos		“Recursos humanos, através das parcerias, das participações das populações (...)” – elemento 1 da ADPM
		Materiais		“(…) recursos materiais, através (...) da parceria” – elemento 1 da ADPM “Recursos humanos e materiais, eles são sempre privilegiados em qualquer projecto (...)” – elemento 3 da ADPM
		Financeiros		“Neste momento não há qualquer apoio financeiro por parte da autarquia. Portanto, não há qualquer entidade financiadora que possa apoiar a ADPM.” – elemento 1 da ADPM “(…) Em termos financeiros este território não tem recursos financeiros, não existe, por um lado não existem empresas com alguma dimensão (...)” – elemento 4 da ADPM
		Naturais		“(…) usufruto dos recursos naturais, sejam recursos do património, paisagísticos ou naturais.” – elemento 4 da ADPM
		Prioridade de utilização		“(…) temos a preocupação de envolver os recursos locais e muitas vezes só vamos buscar recursos de fora quando os que aqui existem não dão resposta às nossas necessidades.” – elemento 2 da ADPM
Utilização fertilizadora dos recursos exógenos	Utilização de recursos exógenos	Utilização		“Sim” – Resposta dada por todos os entrevistados internos da ADPM
	Tipologia de recursos exógenos mobilizados	Humanos		“(…) a ADPM recorre essencialmente a fundos comunitários, pontualmente recorremos a donativos para iniciativas muito concretas, aliás o barco e a carrinha foram comprados com alguns dos donativos. (...)” – elemento 1 da ADPM “Recursos humanos e materiais, porque simplesmente não existem em Mértola”. – elemento 2 da ADPM “O financiamento que é todo não local (...) é feito a partir de projectos ou de prestação de serviços, normalmente em entidades externas ao concelho.” – elemento 3 da ADPM
		Materiais		
		Financeiros		
	Estratégias utilizadas de articular recursos numa perspectiva de fertilização	Existência de articulação de recursos numa perspectiva fertilizadora		“Sim” – Resposta dada por todos os entrevistados internos da ADPM e por todos os entrevistados representantes de entidades locais
		Analisar recursos disponíveis		“O primeiro passo, é em cada iniciativa concreta, identificar claramente os recursos locais (...), porque é essa a nossa postura, portanto temos que dar prioridade a esse tipo de recursos e a seguir depois de identificados (...) e identificada a sua possibilidade de intervenção no projecto, aí há que identificar todos os recursos (...) que não sejam locais.” – elemento 1 da ADPM
		Parcerias		“(…) sempre com orientação, sempre a colaboração e a parceria com outras associações” – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado
		Captação de recursos	Financeiros	“(…) Na ADPM, grande parte dos recursos humanos são pagos através de projectos e acho que têm aproveitado muito bem esses recursos financeiros. Lançam-se a muitos projectos que existem, com fundo comunitário e acho que têm feito um excelente trabalho.” – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado “(…) No caso da captação de recursos não locais (financiamentos) a ADPM não brinca.” – elemento 2 da Autarquia Local
	Humanos		“(…) a captação de massa cinzenta de gente de fora, de jovens que vêm trabalhar, que pouco e pouco se vão fixando e vão participando nesta aventura, portanto, essa participação, essa capacidade de captação financeira e de apoio é um dos aspectos mais interessantes da associação, na sua iniciativa e a sua capacidade.” – elemento 3 das Associações Locais	

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Utilização fertilizadora dos recursos exógenos	Estratégias utilizadas de articular recursos numa perspectiva de fertilização	Privilegiar o conhecimento e a inovação		<p>“A componente de inovação, às vezes de materiais, tudo aquilo que aqui não existe e que possa melhorar estes projectos. Eu acho principalmente a perspectiva de troca de conhecimentos é aquela que é mais forte, quando vêm outros recursos não locais para cá.” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“(…) não vão só buscar aquilo que é intrínseco e aquilo que é de facto tem valor neste território e vão buscar ao mesmo tempo novas tecnologias, novas formas de pensar e de fazer, que só podem chegar se as formos buscar lá fora, do concelho.” – elemento 2 das Associações Locais</p>
		Dinamizar iniciativas piloto		<p>“(…)o próprio envolvimento de recursos exteriores, também faz com que as próprias pessoas, a nível local, percebam que aquilo é um serviço, que é uma mais valia, porque não pensar em implementar, por exemplo, aquele serviço ou trazer aquele recurso para este concelho. Porque também é muito esse o trabalho da ADPM, fazer iniciativas piloto, que sirvam de bons exemplos, para a própria população.” – elemento 2 da ADPM</p>
		Importância de articular recursos locais e não locais		<p>“(…) não se pode também conceder deste ou de qualquer outro território, só com base nos recursos que aqui existem porque muitas das vezes esses recursos também são limitados. O importante aqui, é (…) aproveitar também, os recursos de fora para fomentar, para promover os recursos locais e conseguir trabalhar com esse consenso, em regime de parceria.” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“(…) se todas as pessoas fossem do território, a sua visão sobre o território seria condicionada pelo facto de ser do território, portanto, ter pessoas de fora enriquece brutalmente a experiência da ADPM.” – elemento 4 da ADPM</p>
		Exemplos de boas articulações		<p>“(…) o mestrado, da ADPM, é um exemplo muito claro, da capacidade de trazer os recursos para cá e por sua vez mobilizar cá intervenções.” – elemento 1 das Associações Locais</p> <p>“(…) questão do Leader. Portanto, acho que aí há o campo por excelência da intervenção, que tem trazido algumas vantagens acrescidas e de articulação entre as vertentes locais e externas. (…)” – elemento 1 da Autarquia Local</p> <p>“A ADPM capta recursos não locais, como financiamentos e utiliza-os para preservar e promover os recursos locais, como pessoas e produtos.” – elemento 2 da Autarquia Local</p> <p>“(…) Projectos de educação e cooperação para o desenvolvimento” – elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“As novas práticas florestais (….) vai haver um seminário daqui a pouco tempo, na sede do parque e vem gente de fora” – elemento 2 das Associações Locais</p>
Promoção da participação da população	Tipologia de contactos com a população	Existência de contacto	Sim, mas já promoveu mais	<p>“Sim” – Resposta de todos os entrevistados internos da ADPM. Com excepção do elemento 1 que considera que a ADPM “Já promoveu mais, (….) neste momento acho que o contacto é muito indirecto, é através das iniciativas que vamos fazendo, mas perdeu-se um bocadinho o trabalho de terreno, (….)”</p> <p>“A ADPM promove, mas mais no sentido em que pelos projectos que tem muitas vezes isso tem que acontecer. Mas digamos que um trabalho mais de base com a população, já o fez mais do que faz hoje em dia, (…). Hoje a lógica dos processos de desenvolvimento, a lógica dos projectos, a lógica dos financiamentos está muito para além do dia-a-dia, do contacto directo e portanto isso obriga muita vezes a que a ADPM desenvolva projectos de investigação, desenvolva projectos que terão impacto no futuro, outro tipo de trabalho e muitas vezes não obriga a que tenha que contactar mais directamente com a população.” – elemento 4 da ADPM</p>
			Tipologia de contacto	Encontros Formais
		Encontros Informais		<p>“(…) vai-se a um café a consegue-se falar com uma pessoa e se calhar é nesses momentos, mais informais, que a informação se consegue recolher desta população e desta localidade. (….) as viagens de sócios (….)” – elemento 2 da ADPM</p>

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo	
Promoção da participação da população	Periodicidade de contactos com a população		Periodicidade	<p>“(…) é difícil enumerar esses momentos e até de os classificar. Porque em termos informais há mesmo muitos que permitem contactar directamente com a população.” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“A periodicidade é um bocadinho difícil de responder, porque tem a ver com os projectos em que estamos envolvidos e com o sentido de oportunidade para realizar.” – elemento 3 da ADPM</p>	
	Características da participação individual e colectiva da população		Características da população	<p>“(…) a participação individual é mais fácil que a participação colectiva. (...) a participação individual acontece por parte de algumas pessoas com bastante frequência. Agora a participação colectiva tem a ver com tudo o que é apresentações públicas, tudo o que é seminários, as pessoas praticamente não aparecem e é necessário ter alguma coisa que as afecte muito (...)” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“(…)população pouco participativa (...)O que implica um esforço acrescido de sermos nós a ir de encontro da população. (...) É um processo contínuo, um processo que é necessário estar constantemente a reforçar e trabalhar com as pessoas e fazê-las envolver-se directamente nestas questões, (...). Quando não vêm logo que aquilo é uma mais valia para si ou que é algo que lhe diga respeito, não participam. (...)” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“A participação é boa, apesar de termos que ser sempre nós a puxar a carroça. (...) Os convites têm que ser individuais e personalizados, senão as pessoas (...) não estão presentes.” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“É muito ténue (...) nós temos que ter em conta as características da população que temos, para além de ser extremamente dispersa é também de uma faixa etária maioritariamente muito elevada, para já não falar da escolaridade que tem, (...) e isso faz com que a participação neste tipo de questões mais relacionadas, com os diagnósticos, com avaliações, o que quer que seja, seja muito singela.” – elemento 4 da ADPM</p>	
	Número de participantes individuais e colectivos		Número de participantes	<p>“Em termos de participante, é baixa. Em termos de qualidade de participações individuais acho que a qualidade é muito boa, (...). Em termos de movimentos colectivos (...) a quantidade é tão pequena, que acabo por não perceber como é que funciona em termos de qualidade.” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“(…) Mas eu também não considero que quantificar estes momentos também seja o mais importante (...) nunca é quantidade, mas a qualidade dessa participação. E julgo que aí se consegue muita das vezes identificar alguns líderes de opinião, alguns actores chave, que esses então é que é fundamental que se consigam cativar e muitas das vezes são esses que nos transmitem também a opinião de outras pessoas que representam.” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“(…) a questão do número varia muito consoante a tipologia de intervenção que estamos a falar e o interesse que as pessoas têm nessa intervenção.” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“Muito pequeno” – elemento 4 da ADPM</p>	
	Estratégias utilizadas para a promoção da participação		Dinamizar projectos e iniciativas		<p>“A ADPM continua a chamar e (...) a fazer colóquios, continua a fazer projectos.” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“(…) o facto de constantemente estarmos a desenvolver projectos, o facto de muitas vezes, até em prejuízo da ADPM, continuarmos ligados às escolas, o facto de mantermos a questão do Monte do Vento, (...). Mesmo uma ou outra pessoa, que às vezes conseguimos pôr na ADPM, também tem muito a ver com isso.” – elemento 4 da ADPM</p>
			Aproximação da comunidade		<p>“(…) deixámos de chamar as pessoas e começámos a ir lá. Foi aquilo que tínhamos perdido um bocadinho, perdemos um bocadinho “o bate porta”, digamos assim, mas já começámos a recuperá-lo e a envolver as pessoas (...)” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“Apostar mais em momentos informais, apostar na nossa deslocação junto da população e não tentar concentrar a vinda deles cá.” – elemento 2 da ADPM</p>
Divulgação				<p>“(…) nos últimos anos a ADPM (...) tem feito um esforço acrescido, no sentido de divulgar as suas iniciativas, os seus projectos, para que as pessoas também estejam mais informadas, porque se as pessoas também não estiverem informadas é logo a principal barreira para não participar.” – elemento 2 da ADPM</p>	

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Promoção da participação da população	Estratégias utilizadas para a promoção da participação	Envolver a população		<p>“É (...) fazê-los sentir que fazem parte de todo o processo, se as pessoas sentirem que fazem parte de todo um processo em que desde o início elas são consultadas as pessoas sentem-se motivadas a participar nestes processos (...)” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“(...) nos corpos sociais, tentamos sempre que haja uma mistura muito grande de pessoas, de sócios da ADPM, pessoas que não estão o dia-a-dia na associação, que não são doutorados, não têm cursos superiores. E isso é muito, também, porque fazemos reuniões dos corpos sociais da associação, para tentarmos de alguma forma uma ligação, algum desprendimento, as opiniões vindas dessas pessoas, são desprendidas do dia-a-dia da ADPM.” – elemento 4 da ADPM</p>
Visão Integrada dos Projectos	Articulação nos projectos de diferentes domínios de intervenção	Existe uma articulação dos diferentes domínios de intervenção	Metodologia de trabalho	<p>“Existe. (...) E acho que não tem a ver com projectos, tem a ver com a nossa forma de estar.(...) faz parte da intervenção da ADPM ser transversal.” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“(...) é uma metodologia de trabalho, esta de ser multidisciplinar, transversal, que está subjacente a qualquer projecto da ADPM.” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“Isso acontece em quase todos os projectos, (...), principalmente por a ADPM ter áreas de trabalho muito bem definidas e ter aqui uma equipa multidisciplinar. (...) Há vezes em que é difícil distinguir internamente qual o gabinete que poderia ser responsável, porque os projectos são sempre multidisciplinares.” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“(...)esta multidisciplinaridade de técnicos que existe, provoca muito essa articulação (...)” – elemento 4 da ADPM</p>
			Transversalidade da intervenção	<p>“(...) a qualidade do técnico (...), passa muito pela abrangência que esse técnico tenha do processo de desenvolvimento e pelas áreas que domine, minimamente, desse processo de desenvolvimento. (...) se o técnico não tiver uma visão global, uma visão integrada, do processo de desenvolvimento e dos vários domínios do desenvolvimento, dificilmente conseguirá desenvolver bem, ou pelo menos desenvolveria muito melhor, se tivesse essa visão, abrangente e estratégica.” – elemento 4 da ADPM</p>
	Equipa técnica diversificada	<p>“(...) esta multidisciplinaridade de técnicos que existe, provoca muito essa articulação (...)” – elemento 4 da ADPM</p>		
		Projectos integrados		<p>“Centro Rural (...) Terras do Pulo do Lobo (...). Trabalha-se desde a cultura local, às oportunidades de emprego, ao turismo, mas vendo o turismo não por si, mas também como uma oportunidade de criação de emprego, de dinamização, de divulgação (...)” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“(...) os próprios campos de férias. (...) desde questões de higiene, desde questões ambientais, desde questões culturais, tradicionais,(...) o integrar, onde (...) dentro do próprio projecto, tínhamos componentes mais educativas, mais questões sociais. (...)” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“(...)quando trabalhamos em educação ambiental nas escolas estamos a falar de ambiente, mas há também outras questões de educação cívica que são também passadas.” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“O trabalho (...) dos impactos, embora sejam de investigação, (...), mas a verdade é que a propósito de questões mais ligadas às políticas agrícolas, (...), uma das partes das reflexões são feitas por pessoas da área das ciências sociais, precisamente, porque essa articulação é fundamental.” – elemento 4 da ADPM</p>
	Envolvimento de diferentes grupos etários	Existe envolvimento		<p>“Sim” – Resposta dada por todos os entrevistados internos da ADPM</p>
Projectos onde se verifica esse envolvimento			<p>“O Entre-Gerações” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“Já temos tido vários projectos (...) levamos artesãos e pessoas, que se dedicam a actividades mais tradicionais, do concelho, às escolas, para explicarem aos meninos como é que as actividades eram desenvolvidas e eram importantes no concelho.(...) Lembro-me também de um projecto (...) as Terras do Pulo do Lobo (...)” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“As acções de educação ambiental. (...) Tentasse que haja essa componente e que sejam envolvidas pessoas de várias faixas etárias.” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“Sobretudo aqueles que têm a ver com o património (...). Por exemplo, (...) quando recuperámos o moinho de água, (...) o moinho de vento, fizemo-lo com as populações. (...) Esse trabalho foi feito com as escolas, foram as escolas da Via Glória, no caso do moinho de água e de S. Miguel, no caso do moinho de vento, que fizeram esse trabalho. E esse trabalho foi acompanhado pelos antigos moleiros, quer num lado, quer noutra. (...) algumas viagens de barco, que se fizeram há dois anos, em que levámos avós e netos, (...), e a comemoração do S. Martinho (...)” – elemento 4 da ADPM</p>	

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Visão Integrada dos Projectos	Relação entre tradição e modernização	Existe essa relação		“Sim” – Resposta dada por todos os entrevistados internos da ADPM
	Relação entre tradição e modernização	Projectos em que se verifica essa relação		“Centro de Interpretação da Paisagem, Terras do Pulo do Lobo, (...) cooperativa oficina de tecelagem”. – elemento 2 da ADPM “O projecto de recursos florestais não lenhosos em que estamos partindo por exemplo de saberes tradicionais e aproveitamentos tradicionais neste casos com as túberas, podemos passar a outro domínio em que as pessoas podem aprender como é que se podem observar, fazer uma pasta de túberas, de secar um cogumelo e de repente esse produto passa a ter um valor acrescentado completamente diferente, porque se juntou à questão da tradição uma modernização.” – elemento 3 da ADPM “O projecto Terras do Pulo do Lobo, o Land Art, o centro de interpretação da paisagem.” – elemento 4 da ADPM
	Utilização da metodologia de investigação-acção	Utilização da metodologia		“Sim” – Resposta dada por todos os entrevistados internos da ADPM “Essa componente é muito importante para poder validar alguns dos nossos trabalhos. Sentimos mesmo essa necessidade, por isso aproveitamos o facto de termos esta equipa multidisciplinar para muitas vezes antes de intervir quando é necessário podermos investigar e perceber, diagnosticar qual é que é a situação.” – elemento 3 da ADPM
		Projectos onde se utilizou essa metodologia		“(…) O projecto mais recente, é o projecto do DLD’S é um projecto-piloto de percursos tipo de inserção sócio-profissional, de DLD’S.” – elemento 1 da ADPM “Centro de Interpretação da Paisagem, Terras do Pulo do Lobo, o caso da cooperativa oficina de tecelagem”. – elemento 2 da ADPM “(…) o projecto da Avaliação dos Impactos Biofísicos e Sócio-Económicos das alterações do uso do solo.” – elemento 3 da ADPM “Para criar o parque natural, foram 10 anos, precisamente porque obrigou a um conjunto de investigações (...). O processo que estamos agora a começar, é muito similar. (...) O estudo do Baixo Guadiana, começou precisamente por investigações com a Universidade (...) Na cabeça da ADPM; está, (...), a criação de uma reserva da biosfera, no Baixo Guadiana. Agora isto faz-se se houver justificação para isso, não é porque nós achamos que é bonito e que vale a pena uma reserva da biosfera, é porque de facto sentimos que há alguns indicadores nessa área, mas é preciso investigar.” – elemento 4 da ADPM
Trabalho em parceria	Características das parcerias	Projectos dinamizados em parceria		“Quase todos os projectos da ADPM são dinamizados em parceria (...)” – elemento 1 da ADPM “(…) a questão do Mestrado Economia Regional e Desenvolvimento Local, uma clara parceria com a Universidade do Algarve (...)” – elemento 2 da ADPM “Quase todos os projectos são sempre dinamizados em parceria. É difícil em desenvolvimento local trabalhar sozinho. O nosso trabalho seria totalmente inválido se fizéssemos os projectos sozinhos (...)” – elemento 3 da ADPM
		Estratégia de trabalho		“(…)é de facto a estratégia de trabalho que mais nos caracteriza, é o trabalho em parceria. Parcerias activas.(...)” – elemento 2 da ADPM
		Tipologia das entidades parceiras	Públicas	“parcerias com universidades. (...) Depois parcerias também com as próprias autarquias locais, as próprias instituições. Por exemplo, a CCDR Alentejo, (...)” – elemento 2 da ADPM
		Privadas com e sem fins lucrativos	“(…) falamos de outras ADL’s, portanto, a própria associação trabalha também em parceria com outras ADL’s, temos vários projectos, com actividades como: Terras do Baixo Guadiana, Alentejo XXI, a própria ESDIME, In Loco, a própria ANIMAR.(...) Também fazemos parcerias com entidades mais privadas, ou com empresários.” – elemento 2 da ADPM “as parcerias da ADPM são do mais variadas, desde universidades, desde outras ADL, Câmaras Municipais, parceiros como o WWF, que já é parceiro há 15 ou 16 anos. Agora temos uma parceria estratégica com o Instituto Nacional de Recursos Biológicos na componente que falámos atrás da investigação-acção (...)” – elemento 3 da ADPM	

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
	Características das parcerias	Níveis de parceria	Local	<p>“Nós temos parcerias em vários patamares e de várias formas. Há as parcerias locais, com as entidades do concelho, depois há as parcerias a nível regional e nacional e depois as parcerias internacionais. E depois há outra tipologia de parceria, são as parcerias mais temáticas. As parcerias locais e regionais, são muito indiferenciadas (...) são as parcerias de governação local, regional. Depois há as parcerias mais a nível nacional, que aí já assumem mais o aspecto de redes, as parcerias no sentido em que fazemos parte da confederação das associações de defesa do ambiente, fazemos parte da ANIMAR, fazemos parte da plataforma das ONG. E depois temos as parcerias internacionais, com algumas entidades, mais relevantes seja talvez com a WWF. Depois temos algumas parcerias mais temáticas. Nós quando nos referimos a determinada área, mais da área verde, ou da área do desenvolvimento, mais da área da formação, temos algumas parcerias mais estratégicas que tem a ver com essa área de trabalho, em particular.” – elemento 4 da ADPM</p>
			Regional	
Nacional				
		Mais valias do trabalho em parceria		<p>“Há (...) uma clara abertura da ADPM de trabalho com outros territórios, com outras entidades. E julgo que isso é uma mais valia para a própria entidade, porque alarga os nossos conhecimentos, quer dos territórios quer de determinadas áreas de estudo, reforça as nossas competências enquanto técnicos e enquanto entidade e isso traduz claramente em projectos mais adequados à realidade, projectos mais inovadores, projectos que contribuem claramente para o desenvolvimento do concelho de Mértola ou de outros concelhos em que estejamos a trabalhar.” – elemento 2 da ADPM</p>
Trabalho em parceria	Relação de parceria com outras entidades locais	Estado geral das parcerias entre entidades locais	Sofreu alterações Existe um distanciamento Questões políticas	<p>“(...) Eu sinto, na minha opinião, um clima de desconfiança, que não sentia entre as entidades, sinto um clima de protagonismo, em termos de entidades, que não sentia há uns tempos atrás e sinto que há muitas pessoas a utilizar as entidades para seu protagonismo próprio, porque eu acho que o problema não é das entidades, é de quem lá está, naturalmente. E acho que nos últimos tempos tem havido uma utilização das entidades com outros fins (...)” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“Eu julgo que tem enfraquecido claramente, o trabalho de parcerias dentro do concelho (...) julgo que os laços, que as relações de parceria tornaram-se mais frias e mais fracas. São relações formais, (...) já não há aquele espírito de facilitação, não há aquele espírito de pensar em conjunto e que estamos a trabalhar para uma actividade única e que o nosso objectivo, é todos o mesmo. Julgo que há muito aquela ideologia: “Estou a trabalhar para mim. Tenho quatro ou cinco entidades com quem trabalho, mas aqui o importante é que a minha entidade seja bem vista, que faça um bom trabalho. Se depois falhou da parte da outra entidade, isso é um problema daquela entidade.” E quando eu cá vim, não era essa a realidade que aqui existia, não olhávamos para um bem único, um projecto comum e se falhava alguma coisa falhava o projecto, não falhava a parceria, não falhava uma entidade ou um técnico.” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“(...) um dos maiores problemas que existe, para o desenvolvimento dos territórios, é a falta de cultura, de trabalho em parceria, nestes territórios. E eu diria que é um problema generalizado no País, mas neste território é um dos maiores problemas. Se conseguíssemos ultrapassar esse problema, eu não tenho dúvidas que a eficácia do trabalho que é desenvolvido, no caso concreto do concelho de Mértola, seria muito maior.” – elemento 4 da ADPM</p> <p>“(...) acho que este concelho tem que se orientar e a política é um grave problema e emperra um pouco isso. Têm que convencer que os recursos são poucos e que têm que ser partilhados, se não forem partilhados acabam por não se potenciar. E não ficamos mais pobres se partilharmos esse recurso.” – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Trabalho em parceria	Relação de parceria com outras entidades locais		Trabalho em parceria entre a ADPM e as entidades locais	<p>“(…) nos últimos oito, seis anos isso modificou-se bastante, (…), essa parceria constante morreu completamente, por vezes há parcerias pontuais e quando as entidades são chamadas a intervir, não dizem que não, eu acho que depois não cumprem na totalidade os deveres do que é ser parceiro. (…)” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“(…) havia este claro envolvimento por todos os técnicos e todas as entidades, havia uma relação muito informal, neste momento já não é assim. Eu até diria que a ADPM, neste momento tem parcerias mais activas fora de Mértola do que dentro de Mértola. A meu ver por questões, claramente políticas. E também porque (…), muitos dos técnicos que estavam nestas entidades, também se têm ido renovando e isso significa que as parcerias também se tornam mais débeis, porque o técnico que está à frente da instituição ou daquela parceria é de facto o motor de dinamização dessa parceria e quando o motor muda a dinâmica também muda.” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“Entre a ADPM e as entidades locais denota-se que já houve um trabalho em parceria muito forte. (…)” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“(…) No caso do concelho de Mértola, eu diria que já teve melhores dias, hoje em dia as instituições agonizaram-se demasiado entre si, relativamente às parcerias.” – elemento 4 da ADPM</p> <p>“É muito positivo (…).Temos várias parcerias com eles e sistematicamente pedimos coisas, eles pedem-nos coisas e a nossa metodologia de trabalho tem sido essa.” – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“(…) temos uma relação institucional muito boa e um grau de colaboração, também muito bom. (…) eu acho que o trabalho de parceria é bom, tem um problema, que temos todos, quando trabalhamos projectos, às vezes criam-se coisas muito boas e que cai quando os projectos, ao fim de 2, 3, 4, 5 anos caem também. Há sementes que se lançam que depois germinam, até germinam, mas não crescem (…).” – elemento 1 das Associações Locais</p> <p>“Avalio positivamente, embora... fazendo uma análise crítica, parece-me que a ADPM vive muito fechada sobre si própria, nomeadamente, na concepção dos projectos e depois na sua própria execução, (…), tem muitas parcerias assinadas, digamos, no papel, mas que não são parcerias efectivas, nem na concepção dos projectos, nem da concepção das estratégias de intervenção, nem depois na concretização dessas mesmas iniciativas. (…) a ADPM teria muitas vantagens em abrir-se mais ao exterior, (…) poder partilhar com as outras entidades. (…) Há muito trabalho que a associação faz, que ninguém sabe. Há pouca comunicação da associação com a comunidade local e com os parceiros locais (…).” – elemento 1 da Autarquia Local</p> <p>“As parcerias deviam de estar mais activas. A ADPM devia de estar mais envolvida com as outras entidades e até se envolver nos projectos de outras entidades. (...) descuram o envolvimento da comunidade e das outras entidades locais. (...) é de salientar que esta situação é resultado do factor bloqueio – política, transversal a todas as entidades e depois projectado à comunidade. As entidades são conotadas com aspectos políticos fazendo com que muitas pessoas não participem nas iniciativas. (...) Eu olho para a ADPM como a entidade mais importante na promoção do desenvolvimento local e, neste sentido, ela devia de ser uma entidade integradora e motora do envolvimento das entidades locais.” – elemento 2 da Autarquia Local</p> <p>“Avalio a ADPM como um excelente parceiro, (…) têm sido parceiros em vários projectos, (…) onde existiu sempre uma boa articulação. Não imagino a intervenção local sem a parceria da ADPM.” – elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“A nossa relação ou parceria (…) tem sido bastante boa e está crescendo. (...) No início, houve uma tendência de ver se as entidades concorrentes e hoje em dia já se percebe que não é essa a lógica que é sempre complementar.. ADPM, tem uma actuação completamente distinta e mais ampla. (...)” – elemento 2 das Associações Locais</p> <p>“Temos feito uma boa parceria (…) há um princípio que une as duas associações, (…), ou seja, a identificação completa dos objectivos e a partir daí tudo aquilo que nós fizemos neste momento é não pisar os mesmo caminhos, não repetir, ver previamente quais são os aspectos que não estão preenchidos, para não repetir, isto tem sido positivo, embora não suficiente, a partir de agora creio que vai ser necessário, começarmos a articular muitos dos projectos que ainda não estão completamente desenvolvidos.” – elemento 3 das Associações Locais</p>

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Diversidade de Caminhos	Áreas de intervenção da ADPM	Áreas de destaque	Extensão rural e ambiente	“Eu acho que são as áreas base educação e formação, desenvolvimento local, a intervenção social e área verde. O como e o porquê estão directamente relacionados, com a história da ADPM e a própria constituição da ADPM. Surgiram certamente, a necessidades identificadas, mas surgiram também muito porque com a evolução natural das coisas, em termos do País. (...) acho que tem havido, da parte dos técnicos e das diferentes direcções um cuidado em não deixar passar oportunidades.” – elemento 1 da ADPM
			Educação e Formação	“A área, (...) que tem conseguido manter a sua importância, de uma forma mais equilibrada, será a área ambiental (...) depois passou a ser a área social, isto também tem a ver com as próprias condicionantes do País e dos próprios financiamentos, as prioridades estratégicas que os quadros comunitários, também vão implementando para o desenvolvimento dos territórios, também vão variando de quadro comunitário para quadro comunitário e isso também obriga as entidades como a nossa, que vivem na dependência da aprovação dos projectos, também tenham que se adaptar a essas estratégias e a trabalhar com isso (...)Depois aqui a componente da formação profissional, porque é uma área que é transversal a toda a ADPM, tem se mantido também de uma forma equilibrada (...). E as questões do desenvolvimento local são bastante transversais a todas elas (...). A área social talvez tenha sido aquela que tem perdido mais expressão, não importância, eu diria expressão em termos da quantidade de projectos que estão a ser implementados, mas isso depende com a criação da rede social, com o trabalho a nível social, dentro do concelho, agora ser feito de outra forma.” – elemento 2 da ADPM
			Desenvolvimento Local	“(...) As questões ligadas ao desenvolvimento local, à cooperação internacional, formação e área ambiental são as áreas fortes da ADPM.” – elemento 3 da ADPM
			Intervenção Social	“(...) área verde, área de desenvolvimento local, área social, embora com menos relevância, mas essa área engloba muito o trabalho. Em países em vias de desenvolvimento, é outra área, depois a área da formação e da educação e a área mais financeira, que é uma área mais interna. O aparecimento destas áreas teve muito a ver com a própria evolução do país, aquilo que ia sendo mais importante, foi aí que fomos dando relevância, por isso essas áreas foram surgindo.” – elemento 4 da ADPM “a ligação que tem ao produtores” – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado “a questão ambiental” – elemento 1 das Associações Locais “ a agricultura biológica” – elemento 2 da Autarquia Local + elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado “(...) intervenção ao nível da demonstração de práticas agrícolas e florestais adequadas, tem uma intervenção a nível de sensibilização ambiental (...), tem uma participação na motivação de novas ideias e novas iniciativas neste concelho, nomeadamente ao nível de emprego, novas ideias de emprego, também a nível de (...) um certo turismo de natureza (...)” – elemento 2 das Associações Locais
		Projectos de destaque	Extensão rural e ambiente	“Cordão Verde” – elemento 1 e 2 da ADPM “Criativos (...) Ecotecas (...)” – elemento 2 da ADPM “Monte do Vento” – elemento 3 e 4 da ADPM + elemento 1 das Associações Locais + elemento 2 da Autarquia Local + elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado + elemento 3 das Associações Locais “Centro de Interpretação da Paisagem” – elemento 3 da ADPM “Acções de educação ambiental” – elemento 3 da ADPM “A constituição do parque natural” – elemento 3 e 4 da ADPM “Feira de Agricultura biológica” – elemento 2 da Autarquia Local Ecoteca Terrestre e Ecoteca Fluvial – elemento 2 da Autarquia Local + elemento 2 das Associações Locais
			Desenvolvimento Local	“Terras do Pulo do Lobo” – elemento 1, 2 e 4 da ADPM + elemento 1 das Associações Locais + elemento 1 da Autarquia Local “Gabinete de Iniciativa Local” – elemento 2 da ADPM “Rede de Centros Históricos Menores” – elemento 4 da ADPM “Centro Europe Direct” – elemento 4 da ADPM + elemento 1 da Autarquia Local “Feira do Mel, Queijo e Pão” – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado
Intervenção Social	“Ser Criança” – elemento 1 da ADPM “Gabinete de apoio a toxicodependentes” – elemento 4 da ADPM			

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo	
Diversidade de Caminhos	Adaptação da intervenção a cada situação específica	Versatilidade		“A ADPM é muito versátil, adapta-se muito bem (...) Os economistas têm uma coisa muito engraçada que lhe chamam Mão Invisível, mecanismo que regula os mercados e acreditam que os mercados se regulam sozinhos e que tudo é algo a funcionar. O pessoal das associações de desenvolvimento local também é assim, ou seja, entra para aqui mas não se encaixa, não é expulso, mas sai. (...)” – elemento 1 da ADPM	
		Renovação		“(...) tem havido uma clara capacidade de adaptação e de renovação da própria ADPM. Das suas metodologias de trabalho, das suas próprias áreas de trabalho, (...) temos sabido evoluir, não está estagnada, a metodologia de trabalho que existe agora não é a mesma que existia há 20 anos atrás (...)” – elemento 2 da ADPM	
		Atenção à conjuntura	Políticas	Programas Necessidades da comunidade e do território	“(...) varia consoante toda a conjuntura, porque a ADPM faz esse trabalho de tentar adaptar o seu trabalho, por exemplo, a área social já foi muito importante nesta associação, hoje em dia não é, porque existem outras entidades que o fazem. Não existe tanto essa necessidade de actuação. Portanto, há outras áreas que são mais pertinentes e a ADPM, como é óbvio tentou adaptar-se e alterar não só as áreas em que trabalha, mas também a forma como trabalhar esses temas.” – elemento 3 da ADPM
			“(...) a ADPM foi evoluindo (...)foi precisamente por irmos sentindo que o território ia tendo esse tipo de necessidades, (...). Aliás, mesmo agora se nós olharmos, quais é que são as preocupações em termos de planeamento, de ordenamento, de desenvolvimento, de futuro do concelho de Mértola, prendem-se muito com o Guadiana. Portanto, a atenção da ADPM, (...) começa-se a virar muito para ali (...). A questão hoje em dia, ligada às alterações climáticas, ao efeito de estufa, ao problema da desertificação física, ao problema da desflorestação, ao problema da necessidade da multifuncionalidade da paisagem e do território, sendo um problema mais evidente fez com que a ADPM, nos últimos anos, tenha alargado a equipa que trabalha nessas áreas. Acho que a ADPM, de alguma forma, tem conseguido adaptar-se e de alguma forma, até antecipar-se àquilo que são as problemáticas do território.” – elemento 4 da ADPM		
	Reforço de competências	Trabalho em parceria	Novas assessorias	“(...) tem havido uma clara capacidade de adaptação (...). Passa muitas das vezes pela aquisição de outros recursos técnicos, sejam as questões das assessorias, pelo investimento do trabalho em parceria (...) a ADPM tem apostado muito em projectos internacionais, muitas das vezes são países que já têm a resolução para determinados problemas que nós temos aqui, aprende-se muito de facto com a experiência de outros territórios e é lógico que essa experiência tem que ser adaptada à nossa realidade, mas reforça bastante as competências dos técnicos que aqui estão a trabalhar.” – elemento 2 da ADPM	
Procura de diferentes experiências de trabalho	Trabalho em parceria		“A ADPM tem uma relação muito boa com a In Loco, é uma entidade que tem muito a ver com a ADPM. (...) A ADPM tem ido buscar experiências e ideias muito boas e tem feito projectos de partilha muito bons.” – elemento 1 da ADPM “Claramente, é a nossa estratégia. (...) Muito por questões de parceria, de trabalho em conjunto com outras entidades, que podem ter competências que nós não temos, isso ajuda-nos a reforçar as nossas próprias competências. (...) Aquilo que nós não conhecemos e não dominamos, trabalhamos com outras entidades, outros parceiros e tudo o que nós conseguimos absorver das experiências de outros territórios, seja bom ou seja mau, mas é importante, essa nossa abertura, para conseguir depois adaptar outras metodologias, outras experiências às nossas realidades.” – elemento 2 da ADPM “Isto é um factor muito importante e resulta da ADPM ter boas parcerias (...)e isso permitiu-nos fazer muita formação, nomeadamente, com o WWF mediterrâneo, permitiu ir conhecer outros sítios do mediterrâneo em situações muito similares e perceber quais são as soluções para esses territórios, para depois importar essas ideias, adaptando-as à realidade local. Esse aspecto, acho que tem sido fundamental no crescimento da associação, dos seus técnicos e no trabalho que eles depois conseguem realizar neste território, porque muitas vezes falta-nos a criatividade para darmos soluções a determinados problemas e às vezes conhecendo outras realidade semelhantes mas com soluções que para nós nos são novas, conseguimos perceber que de facto podemos trabalhar esses problemas aqui no território de uma forma diferente daquilo a que estávamos habituados e conhecíamos (...)” – elemento 3 da ADPM		

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Diversidade de Caminhos	Procura de diferentes experiências de trabalho	Trabalho em parceria		<p>“(…) A ADPM referencia-se muito com algumas actuações e trabalho do WWF. Temos colhido experiências de trabalho, (…) uma das razões que nos levou a avançar com o Parque Natural, foi o facto de termos vindo a analisar e feito formação em muitas experiências similares desenvolvidas pelo WWF. (…) se nós não tivéssemos esta parceria com o WWF e senão tivéssemos tomado conhecimento de como é que se faz este tipo de trabalho, nós nunca tínhamos conseguido criar o Parque Natural. (…) por exemplo, os ensinamentos que recolhemos, em termos de desenvolvimento rural, por parte da In Loco, foram fundamentais, para desenvolvermos o trabalho, porque eles tinham uma experiência muito maior do que a nossa, nos produtos locais, no trabalho com as pequenas e micro-empresas e com mulheres. (…) o contacto constante com necessidades semelhantes, com processos de desenvolvimento local, noutros países, (…) permite que nós absorvamos estratégias, metodologias, práticas que já foram utilizadas, (…) acabam por enriquecer a própria estratégia (…) que a ADPM utiliza para responder às necessidades sentidas (…)”. – elemento 4 da ADPM</p>
Impacto na comunidade	Efeitos indirectos na comunidade	<p>Criação de entidades</p> <p>Dinamização económica</p> <p>Dinamização social</p> <p>Maior educação e informação</p> <p>Promoção do concelho</p>		<p>“um dos efeitos é este dinamismo que Mértola tem. (…) 90% das entidades que existem aqui e não são públicas, foram criadas com o apoio da ADPM ou pela ADPM, (…) a ADPM tem colaborado com a escolarização, com o desenvolvimento social, com a criação de emprego, têm sido trabalhos tão intensos e em tantas áreas, que eu acho que certamente muitas coisas, que se passam aqui são impulsionadas pela ADPM e pelas pessoas que aqui vivem. (…) a ADPM (…) traz uma massa crítica muito grande para o concelho (…) a ADPM tem colaborado muito na criação de atractivos, tem trazido pessoal com outras ideias, o efeito demonstrativo (…) As micro-empresas que têm surgido (…) a acessibilidade à informação, a criação do Centro de Recursos, a criação dos espaços de Internet. Quando eu vim para Mértola existia no concelho, tirando a escola, apenas uma entidade tinha Internet, que era a ADPM. (…)” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“O reforço (…) do espírito de cidadania, (…) das competências profissionais. (…) de facto as competências que existem agora (…) têm evoluído muito em relação a outros anos. Efeitos indirectos, a criação de novas iniciativas, o empreendedorismo por parte do privado, o reforço também de algumas parcerias. Houve a tecelagem, que a ADPM teve na génese da sua criação, o parque natural. (…) a criação da associação Terras do Baixo Guadiana. (…) a promoção do concelho (…) o reforço da imagem do concelho (…)” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“(…) Atractividade do território (…) novas oportunidades de negócio. (…) As pessoas têm maior consciência cívica, de cidadania, de participação. (…) A formação, tem sido bastante importante, para a capacitação das pessoas locais.” – elemento 3 da ADPM</p> <p>“(…) a maior relevância da ADPM, é a acção indirecta, que o trabalho e o dia-a-dia da ADPM têm na comunidade e no concelho. Porque quer do ponto de vista dos projectos que desenvolve, quer do ponto de vista psíquico, emotivo, societário e se quisermos, até de alguma forma diferente, que a equipa da ADPM provoca. (…) O impacto que a ADPM tem em termos de orgulho, de auto-estima pelo trabalho que desenvolve (…) Em termos de cidadania, de participação, de absorção, traz formação dessa informação, é extremamente importante. (…) muito nos efeitos indirectos na comunidade. (…) de agitar, de não conformismo, de alguma irreverência, de contestar, de não aceitar só por aceitar, (…) aquilo que me parece mais importante em termos de trabalho que a ADPM tem feito acho que tem uma equipa grande e multidisciplinar neste território (…) A dinâmica que se gerou aqui e este é o tipo de contributo mais imaterial, mais fino, mais difícil de explicar, que tem sido mais importante que a ADPM tem dado a este território. Para além dos projectos materiais, dos 300 e tal projectos, dos milhares de euros e dos fundos que se trouxeram. Os materiais, o Monte do Vento, o Barco, para além disso tudo é este aspecto mais fino, porque este ninguém o tira. O Monte do Vento pode acabar, o barco pode acabar, mas este contributo imaterial, esta vivência, esta dinâmica, isto marcou definitivamente o território e as pessoas deste concelho, sei que não seria o mesmo se não existisse a ADPM, em termos de vivência, em termos de identificação, em termos de uma série de parâmetros.” – elemento 4 da ADPM</p>

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Impacto na comunidade	Efeitos indirectos na comunidade	Criação de entidades	Dinamização económica	<p>“(…) pessoas com mais formação, normalmente vão à procura de melhores condições de trabalho, não procuram precariedade no trabalho e não têm ambição em fixar-se em meios pequenos. (…) Por outro lado, há a questão do apoio que tem dado aos produtores, tem nascido e crescido algumas micro-empresas.” – elemento 1 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“efeito de consciência ambiental (…) do ponto de vista do emprego, a ADPM dá um exemplo muito bom de capacidade, de mobilizar recursos, em torno das questões que interessa. Mobilizar o próprio desenvolvimento que tem aqui nesta região (…)” – elemento 1 das Associações Locais</p> <p>“os efeitos práticos não têm sido tão significativos, quanto se pensaria, se desejaria. (…) as coisas têm evoluído positivamente, mas houve durante bastante tempo uma visão um bocado idealista, pouco ligada àquilo que era a realidade e que eram as necessidades mais prementes e também uma (…) falta de visão estratégica relacionada com uma intervenção com efeitos mais concretos, tendo em conta a realidade em que nos inserimos. Mas isso tem sido um pouco comum às associações de desenvolvimento. Aqui com a In Loco, passou-se o mesmo, uma visão que se conseguiria resolver os problemas estruturais destas zonas com tipo de intervenções que se propunham e também não tendo em conta que a realidade, nomeadamente, a realidade dos mercados, é muito diferente e depois essas experiências não sobreviveram, muitas delas. Eu acho que ultimamente já se tem percebido, caminhar para uma visão, digamos, de reforço do tecido empresarial, menos paternalista, mais ligada à iniciativa privada, apoiar mais a iniciativa privada e ser a própria associação a fazer. Eu acho que as coisas têm evoluído positivamente (…)” – elemento 1 da Autarquia Local</p> <p>“Qualificação das pessoas, (…) Diversificação das actividades económicas (…) Criação de novas associações/instituições (ex: Cooperativa de Oficina Tecelagem) (…) maior preservação do ambiente, através de iniciativas de consciencialização e interventoras.” – elemento 2 da Autarquia Local</p> <p>“Reconhecimento do concelho fora.” – elemento 2 do Serviço Público Desconcentrado</p> <p>“ainda resta um pouco de identidade aqui, porque a ADPM também tem feito esse trabalho, (...). A ADPM tem conseguido, ao longo destes 30 anos, uma sequencia de projectos que tem tido sempre um núcleo importante de gente que trabalham na ADPM, (...) tem um corpo de gente bastante grande, se virmos as características da associação, em termos de trabalho, é um grupo de trabalho grande e se tem mantido ao longo dos anos. Há aspectos importantes que quase que definem uma política de território, tem sido a ADPM na génese disto. A questão das Terras do Pulo do Lobo e as iniciativas que têm sido desenvolvidas todas em torno do Monte do Vento e da Amendoeira da Serra, (...) a questão da demonstração de práticas adequadas.” – elemento 2 das Associações Locais</p> <p>“(…)os resultados são muito lentos e que só na segunda geração vão desabrochar em aspectos que eu considero pioneiros mesmo para todo o País, ou seja, daqui a uma geração esta estrutura que aqui durante anos patinou, sofreu, trabalhou, vai começar a ter resultados, só nessa altura, quando isto servir de modelo a um certo tipo de desenvolvimento integrado.” – elemento 3 das Associações Locais</p>
		Dinamização social	Maior educação e informação	
		Promoção do concelho		

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Sub-Categorias	Unidades de Registo
Impacto na comunidade	Sustentabilidade e autonomia dos projectos	Existe preocupação		<p>“(…) a sustentabilidade dos projectos sempre foi uma preocupação. Ou seja, era importante que o projecto não obtivesse o seu início e o seu fim e acabasse após o financiamento era importante que continuasse, porque são projectos de impacto sempre social e económico e portanto, tem que haver uma continuidade.” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“(…) é uma preocupação, que a ADPM tem tido mais nos últimos tempos, porque se avizinha o encerramento dos quadros comunitários e tendo em conta o trabalho que já foi implementado, até à data, há a clara necessidade de não o deixar perder.” – elemento 2 da ADPM</p> <p>“Enquanto um projecto está a ser desencadeado nós começamos logo a pensar como é que lhe vamos dar continuidade, não estamos a pensar que quando acabarmos vamos fazer uma coisa completamente diferente. Esses projectos têm de ser sempre seguidos e continuados. É a forma de trabalhar dos técnicos aqui da associação, por isso é que a associação tem tantos técnicos a trabalhar e que se vão mantendo muitos deles ao longo de algum tempo e tentando manter a continuidade do trabalho e, isso faz com que os projectos a longo prazo se tornem autónomos e sustentáveis, o caso do Monte do Vento será por ventura um exemplo disso (…)” – elemento 3 da ADPM</p>
		Formas de conseguir a sustentabilidade e a autonomia dos projectos	Trabalho em parceria	<p>“(…) mas procura-se sempre através das parcerias, através do projecto criar raízes e formas de ele próprio criar um retorno financeiro, isso tentamos sempre.” – elemento 1 da ADPM</p> <p>“Isso passa mais uma vez pelo reforço das parcerias.” – elemento 2 da ADPM</p>
Obtenção de receitas:	Há por áreas de trabalho uma preocupação, especialmente com aquilo que são os produtos que vêm do Monte do Vento, com a prestação do serviço (…)-elemento 1 da ADPM			
Produtos	“(…) uma das principais estratégias é tentar que os projectos tenham viabilidade económica, que haja maneira que os mesmos subsistam (…). isto se traduz claramente, nessa nova perspectiva da ADPM, fazer prestações de serviços. (…)			
Prestação de serviços	A verba que conseguimos nesta prestação de serviços, é directamente investida nos projectos do desenvolvimento, é aquela tal comparticipação financeira, que nós não conseguimos muitas vezes pelos projectos, vamos consegui-la através desta prestação de serviço. (…)			
Captação de fundos privado	por estratégias de captação de fundos privados, que a ADPM tem estado a fazer” – elemento 2 da ADPM			
Definição de novos projectos	“(…) e tentamos sempre encontrar projectos que dêem continuidade àqueles.” – elemento 4 da ADPM			
Esforço da equipa	“pelo esforço acrescido de quem trabalha na ADPM. (…)			
Impacto na comunidade	Sustentabilidade e autonomia dos projectos	Tipologia de projectos	Social	“(…) obrigando as pessoas, que trabalham na associação, a ter que trabalhar mais do que aquilo que seja esperado (…)
			Ambiental	– elemento 4 da ADPM
			Agrícola	“É sempre um problema que nós temos, precisamente, pela tipologia de projectos que desenvolvemos e como é que lhe damos continuidade (…)
			Económico	“Garantia da sustentabilidade também varia de projecto para projecto, tipologia de projecto, dentro de um projecto da área social, é muito difícil nós falarmos em questões de sustentabilidade.” – elemento 2 da ADPM
				“(…)Temos sempre projectos que são estruturantes e que têm que ter continuidade (…)

Anexo 8. Projectos/ iniciativas destacados

Projecto de destaque	Justificação	Parceiros envolvidos	Áreas de intervenção envolvidas	Área territorial abrangida	Público-Alvo
Centro Europe Direct	Não respondem	Câmaras Municipais Juntas de Freguesia Associações Escolas Secundárias e de Ensino Superior (Públicos e privados: de âmbito local, regional, nacional e internacional)	Educação e Formação Desenvolvimento Local	Concelho de Mértola; Todo o Baixo Alentejo e 3 concelhos do Alentejo Central	População em geral
Actividade formativa e escolar	Pelo impacto que teve e tem na comunidade. Porque respondem ao problema da falta de qualificação das pessoas e à falta de trabalho. Porque é muito reconhecida pela população.	50 parceiros. A nível local destaca-se: IEFP Beja, Santa Casa da Misericórdia de Mértola; Agrupamento de Escolas; Cooperativa Al Sud; Rede Social da Câmara Municipal de Mértola; Segurança Social de Mértola. (Públicos e privados: de âmbito local, regional, nacional e internacional).	Educação e Formação	Todo o concelho de Mértola	Jovens e adultos
PI Terras do Pulo do Lobo	Pela dinamização que trouxe àquele território. Porque é um projecto integrado que implicou uma larga parceria local. Dinamização e revitalização de algumas áreas do concelho. Revitalização e dinamização de aldeias do concelho de Mértola. Plano integrado de valorização de pequenos aglomerados rurais, envolvendo uma parceria activa de múltiplos actores locais. Pelo conjunto variado de projectos de permitiu implementar no concelho, por um leque variado de promotores. Porque teve a obra concreta no terreno e depois porque obtiveram-se resultados mais significativos para o desenvolvimento do concelho. Algum regresso de algumas actividades naquela zona e valorização daquele território, em termos turísticos e em termos ambientais.	7 parceiros locais (públicos e privados: de âmbito local)	Desenvolvimento Local e Cooperação Transnacional Extensão Rural e Ambiente	Terras do Pulo do Lobo (4 aldeias – Amendoeira da Serra, Mosteiro, Corte Gafo de Cima, Corte Gafo de Baixo)	População em geral e visitantes das Terras do Pulo do Lobo
Ecoteca Fluvial	Pelo potencial educacional e de investigação em torno do Guadiana e da componente turística. Dá a conhecer os percursos do rio. Infra-estruturas para dinamização turística e educacional sobre temáticas fluviais. Aproximação com as escolas. Disponibilização de serviços educativos/pedagógicos complementares ao ensino formal, a crianças e jovens de vários territórios. Porque é um projecto inovador e porque é uma área que chama a atenção da população. Porque foi um dos projectos mais inovadores da ADPM. Porque trabalha ao nível da educação ambiental. Foi um projecto ganho porque em Mértola tem que se olhar muito para o rio como um recurso importante de futuro e é também um elemento identitário bastante importante.	Uma empresa Escolas (Público e privado: de âmbito local e regional)	Desenvolvimento Local e Cooperação Educação e Formação	Rio Guadiana	Crianças; jovens; Alunos, professores; População em geral

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Projecto de destaque	Justificação	Parceiros envolvidos	Áreas de intervenção envolvidas	Área territorial abrangida	Público-Alvo
Ecoteca Terrestre	Incentiva as crianças participar em actividades lúdico-pedagógicas. Infra-estruturas para dinamização turística e educacional sobre temáticas rurais. Aproximação com as escolas. Disponibilização de serviços educativos/pedagógicos complementares ao ensino formal, a crianças e jovens de vários territórios. Porque é um projecto que visa levar a informação a locais onde esta chega com algumas dificuldades e limitações ou por vezes não chega. Porque trabalham ao nível da educação ambiental.	Escolas AMALGA (Público: de âmbito local e regional)	Extensão Rural e Ambiente	Todo o Baixo Alentejo e Algarve	Crianças; jovens; Alunos, professores; População em geral.
Feira do Mel, Queijo e Pão	Mexe com a população inteira do concelho. Porque são muito reconhecidas pela população.	Câmara Municipal de Mértola (Público: de âmbito local)	Desenvolvimento Local e Cooperação Transnacional	Mértola	Produtores artesãos, população em geral, Visitantes.
Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento Local	Possibilitou a educação e formação de pessoas em Mértola e de Mértola. Desenvolvimento da formação e especialização em Mértola. Serviço de proximidade, proporcionando a aproximação do sector universitário às realidades locais e reforçando o estudo e investigação dos mesmos. Pelo facto de ser a ADPM (uma associação) a organizar e desenvolver o mesmo.	Universidade do Algarve; CAM; IPB/ ESEB (Públicos e Privados: de âmbito local e regional).	Educação e Formação Desenvolvimento Local e Cooperação Transnacional	Mértola	Licenciados
CAAS	Mais um alojamento numa área rural de Mértola. Contacto com a natureza. É um projecto com continuidade, com capacidade de se sustentar.	Câmara Municipal de Mértola (Público: de âmbito local).	Extensão rural e ambiente Desenvolvimento local e cooperação transnacional	Amendoeira da Serra	Crianças, jovens, População em geral, visitantes
CIPAS	Permite divulgar e interpretar a paisagem de algumas áreas do concelho. Contacto com a natureza. É um projecto com continuidade, com capacidade de se sustentar.	Câmara Municipal de Mértola; Junta de Freguesia de Mértola. (Públicos: de âmbito local)	Extensão rural e ambiente Desenvolvimento local e cooperação transnacional	Amendoeira da Serra	Crianças, jovens, População em geral, visitantes
Operador Turístico: "Alentejo Tours"	Desenvolvimento do turismo e promoção do Alentejo, criada com base nos percursos em Mértola. Vertente turística. Iniciativa empresarial que vem contribuir para a dinamização económica do sector turístico (em expansão na região).	Uma empresa privada (de âmbito regional)	Desenvolvimento local e cooperação transnacional	Todo o país	População em geral; Visitantes.
CRC	Disponibiliza informação para os habitantes e turistas.	Não existe	Todas	Todo o concelho	Estudantes; Investigadores; Profissionais de formação; Agentes educativos; População em geral.

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Projecto de destaque	Justificação	Parceiros envolvidos	Áreas de intervenção envolvidas	Área territorial abrangida	Público-Alvo
CRIA(C)TIVOS – Oficina de projectos e investimento no mundo rural	Serviço de proximidade aos pequenos e médios empresários, contribuindo para o reforço do empreendedorismo. Porque permite apoiar os produtores locais, contribuindo para uma maior actividade económica.	Município de Beja; Município de Almodôvar; Município de Barrancos; DRAAL, ESAB. (Públicos: de âmbito regional)	Extensão Rural e Ambiente Educação e Formação Desenvolvimento local e cooperação transnacional	Todo o concelho	Investidores; Proprietários; Trabalhadores; Empresários e outros, que queiram investir no mundo rural.
Actividades de educação ambiental	Pelo trabalho de sensibilização com crianças e jovens.	Escolas; Municípios; Juntas de Freguesia (Públicos: de âmbito local e regional).	Extensão Rural e Ambiente	Todo o concelho de Mértola; Todo o Baixo Alentejo e Algarve.	Crianças; Jovens; Alunos, Professores; População em geral.
CD Interactivo – A descoberta do Rio Guadiana no Saramago	Não respondem	ESEB. (Público: de âmbito regional)	Desenvolvimento local e cooperação transnacional Extensão Rural e Ambiente.	Todo o país; Visitantes.	Alunos; Professores; Visitantes População em geral
Dinamizar para o turismo expandir	Não respondem	Não existem parcerias	Desenvolvimento local e cooperação transnacional	Município de Mértola, Vidigueira, Beja, Castro Verde e Aljustrel.	Unidades Turísticas; Visitantes População em geral
Avaliação dos impactos ambientais e sócio-económicos do abandono das terras	Não respondem	DRAAL; ICN; TTerra (empresa privada); Zonas Agrárias; ESAB; GEOTA. (Públicos e Privados: de âmbito local e regional)	Desenvolvimento local e cooperação transnacional Extensão Rural e Ambiente	Município de Mértola, Castro Verde, Almodôvar e Ourique.	Agricultores; Produtores; Gestores; Autarcas.
Empresa de inserção em agricultura biológica	Porque veio ajudar a criar postos de trabalho.	IEFP Beja; Segurança Social de Mértola. (Públicos: de âmbito local)	Extensão Rural e Ambiente Intervenção Social	Todo o concelho de Mértola.	DLD; Jovens em risco; Beneficiários do RSI.
Biomértola	Projecto importante de conversão de práticas agrícolas mais compatíveis com a conservação dos recursos naturais.	ADRAL; AGROBIO; ESAB; SALVA (Públicos e Privados: de âmbito local e regional).	Extensão Rural e Ambiente	Todo o concelho de Mértola; Todos os concelhos do Baixo Alentejo.	Produtores de Agricultura Biológica; Produtores em geral; Consumidores e população em geral.
Rede de Centros Históricos Menores	Não respondem	15 parceiros (Privados e Públicos: de âmbito transnacional)	Desenvolvimento Local e Cooperação Transnacional	Todo o concelho de Mértola e Alcoutim	Produtores locais, agentes turísticos, proprietários, população em geral

Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o desenvolvimento local?

Projecto de destaque	Justificação	Parceiros envolvidos	Áreas de intervenção envolvidas	Área territorial abrangida	Público-Alvo
Cordão verde	Porque é um projecto de longo termo, com uma grande área de abrangência e muitos parceiros	12 parceiros: (públicos e privados: de âmbito regional, nacional e transnacional)	Extensão Rural e Ambiente	Serras do Sul de Portugal (Algarve e Baixo Alentejo)	Proprietários, Agricultores, Produtores, Caçadores Empresários, Agentes de desenvolvimento local, políticos, investigadores
Entre-gerações	Não respondem	Município de Mértola, CAM; CCDRA; IEFP Beja, Segurança Social de Mértola; ICN (Públicos Privados: de âmbito local e nacional).	Intervenção Social	Todo o concelho de Mértola	Jovens, família e comunidade.
Idosos em Movimento	Permitiu aos idosos terem formação em Tecnologias de Informação e Comunicação	Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva; Junta de Freguesia de S. João de Caldeireiros (Públicos: de âmbito local).	Intervenção Social	Freguesia de Alcaria Ruiva e Freguesia de S. João de Caldeireiros	Idosos
Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências	Não respondem	Município de Mértola; Santa Casa da Misericórdia de Mértola; IDT (Públicos: de âmbito local e nacional).	Intervenção Social	Todo o concelho	Famílias
Monte do Vento: Inclui diferentes projectos: .Produção em modo biológico de plantas (chás) e ovelhas campaniça; - Restauro Florestal do Monte do Vento; - Recuperação ambiental da faixa pirética Alentejo e Andaluzi. - Modelo de gestão sustentável em áreas sujeitas a desertificação.	Porque permite a realização de vários projectos na área da agricultura e do ambiente, com vertentes demonstrativas e educativas. É um projecto com continuidade, com capacidade de se sustentar. Porque tem uma vertente multifacetada, ou seja, são desenvolvidas diferentes actividades para diferentes públicos. Porque é um espaço excepcional de formação, mas também de experimentação – experiências da agricultura biológica, experiências de desenvolvimento agrícola, experiências diferentes que podem ser o futuro para esta e outras regiões. Por consolidar este centro como uma unidade demonstrativa para os agricultores e proprietários agroflorestais da região. Porque tornou o monte do vento mais rico em árvores. Demonstração de boas práticas para a gestão de propriedades agrícolas localizadas em territórios sujeitos a desertificação.	WWF (Privado); CCDRA; Direcção Regional de Agricultura (Públicos: de âmbito regional).	Extensão Rural e Ambiente	Amendoeira da Serra – Concelho de Mértola	Produtores; Agricultores; Crianças; Jovens; Visitantes; Estudantes; Professores; Investigadores; População em geral.